UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

TÂNIA REGINA BRAGA TORREÃO SÁ

MEMÓRIA E IDEOLOGIA: *SCIENTIFICISMO* E CIVILIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DA "CIDADE DA BAÍA" DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
JANEIRO DE 2016

TÂNIA REGINA BRAGA TORREÃO SÁ

MEMÓRIA E IDEOLOGIA: *SCIENTIFICISMO* E CIVILIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DA "CIDADE DA BAÍA" DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória Cultura e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães.

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

JANEIRO DE 2016

Torreão Sá, Tânia Regina Braga.

S111m Memória e ideologia: *scientificismo* e civilização na produção da "Cidade da Baía" de meados do século XIX e início do século XX. / Tânia Regina Braga Torreão Sá - Vitória da Conquista, 2016.
303 f.

Orientadora: Lívia Diana Rocha Magalhães.
Tese (doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). - Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.
Inclui referência F. 287-303.

1. Memória. 2. Espaço. 3. *Scientificismo*. 4. Civilização. 5. Cidade da Baía. I. Magalhães, Lívia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. III. Título.

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Memory and ideology: scientificism and civilization in the production of the "City of Bahia" from the mid-19th and early 20th centuries.

Palavras-chave em inglês: Memory, Space, Scientificism, Civilization e City of Bay.Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (presidente); Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro (titular); Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (titular); Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição (titular); Prof. Dr. Dermeval Saviani (titular).

Data da Defesa: 16 de janeiro de 2016.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÂNIA REGINA BRAGA TORREÃO SÁ

MEMÓRIA E IDEOLOGIA: *SCIENTIFICISMO* E CIVILIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DA "CIDADE DA BAÍA" DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Doutora em Memória: Linguagem e Sociedade.

Data da aprovação: 16 de janeiro de 2016.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (Presidente) Ass.:
Instituição: UESB

Profa. Dra. Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro Ass.:
Instituição: UESB

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos Ass.:
Instituição: UESB

Prof. Dr. Dermeval Saviani Ass.:
Instituição: UNICAMP

Prof. Dr. Alexandrina Luz Conceição Ass.:
Instituição: UFS

Dedico a

Meu pai, **Modesto Conceição Braga** (*in memorian*) meu incentivador, meu herói;
a meu filho que eu amo de "infinito, ao dobro", **Guilherme Braga Torreão Sá**; e
ao meu companheiro de vida e de lutas cotidianas, **Marcelo Torreão Sá**.

AGRADECIMENTOS

A Profa. Dra. **Lívia Diana Rocha Magalhães.** Obrigado por me oferecer mais que a fria geometria de relações que une (ou separa) orientadora e orientanda. Obrigada por me aceitar como orientanda e pela disposição de, sem dar ouvidos aos preconceitos, construir comigo uma relação troca e confiança.

Aos membros da banca, Prof. Dr. **Cláudio Eduardo Félix dos Santos**, Profa. Dra. **Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro**. Obrigado pela elegância, pelas críticas e recomendações sempre feitas de forma cortês e respeitosa.

Profa. Dra. **Alexandrina Luz Conceição** e Prof. Dr. **Dermeval Saviani**. Obrigado por se constituírem em referências fundamentais, não só no meu trabalho mais, na minha vida. Trago vocês como exemplos de como pretendo me constituir não só diante dos meus alunos, mas para meu filho. Difícil separar a fã da intelectual.

A todos os meus **aluno(a)s e ex-alunos do Curso de Pedagogia da UESB/Jequié**, especialmente, os discentes do 4º, 7º e 8º semestres, desde o semestre 2001.2, de quem tive a honra de ser Professora. Obrigado por me estimularem a curiosidade e instigarem o desejo de permanecer estudando sempre.

Aos meus amigos e coincidentemente também, colegas **Silvano da Conceição** e **Rosana Ferreira Alves**. Obrigado por serem meus amigos, no sentido mais profundo dessa palavra. Amigos que ouvem, e que ajudam.

Aos meus colegas Profa. Msc. **Lucília dos Santos da França Lopes**, Prof. Esp. **Manoel Lopes,** Profa. Msc. **Sônia Maria Teixeira de Matos** e Profa. Dra. **Jerusa da Silva Gonçalves Almeida.** Obrigado torcerem por mim, e acreditarem ser possível viver sem manter uma ‘espada da cabeça’.

A minha colega Profa. Esp. **Rosângela Fagundes.** Obrigado pela tradução do latim, e por uma sensibilidade especial que lhe permitiu oferecer para mim, sem que pedido, aquilo que eu mais preciso, na hora em que mais necessito: apoio em palavras de sabedoria.

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Memória: Linguagem e Sociedade agora, Profa. Dra. **Nereida Maria Santos Mafra Benedictis,** Profa. Dra. **Shirlene Santos Mafra Medeiros,** Prof. Dr. **Roney Gusmão do Carmo** e Profa. Msc. **Dinorah Nogueira de Souza Martins.** Obrigado por partilharem comigo a angústia da construção de algo que se pretende ‘novo’.

Ao **Departamento de Ciências Humanas e Letras**, na pessoa de sua Diretora, Profa. Msc. Francislene Cerqueira Alves e ao Colegiado do Curso de Pedagogia/Jequié, na pessoa de sua Coordenadora, Profa. Msc. **Conceição Maria Alves Sobral,** que viabilizou as condições objetivas para a realização do meu doutorado, procurando sempre ajustar as minhas demandas de

estudo com as demandas do trabalho.

A todos os **professores do PPGMLS.** Obrigado por me guiarem nas trilhas da memória.

As Secretarias do DCHL, **Andréia Quinto Bastos** e **Cláudia Souza**. Obrigado pelo esforço fundamental a facilitação de nossas rotinas. E a todos os funcionários do PPGMLS.

A **Mariana Torreão Monte** e **Abson Luz,** meus cunhados, que me oportunizaram as condições de permanência em Vitória da Conquista, cedendo a casa deles para me abrigar.

Aquelas pessoas há quem eu agradeci acima, permanecerão aonde estão, isto é, testemunhando memórias de um período em que tudo parecia correr bem. Elas permanecerão aí aonde estão, porque suprimi-las desses agradecimentos agora, significaria me equiparar a elas em suas brutais capacidades de moverem-se conforme as suas conveniências. Os agradecimentos também permanecerão como uma lição para mim, que em minha irrefreável esperança, imaginei parcerias inexistentes.

E depois do escândalo que foi a acusação que pesou sobre esta Tese de Doutorado, abriu-se um fôsso que fomentou a criação de novas memórias. Dentro desse fôsso, dos pavores que senti, de medo que o fantasma da acusação voltasse há me assombrar, algumas pessoas foram fundamentais, porque elas olharam para o buraco e, me vendo para dentro, disseram que esse não era o meu lugar. E aí eu não poderia deixar de abrir espaço para agradecer há quem não me abandonou. Sim!... porque houve quem o fizesse!

Agradeço novamente ao meu amor “de infinito ao dobro”, meu filho **Guilherme Braga Torreão Sá,** que me obriga a fuga para o mundo da alegria, quando eu me sinto deprimida e lacerada pela dor.

Agradeço ao meu companheiro, **Marcelo Torreão Sá,** por me apoiar e me ajudar há sempre me manter fiel há crítica marxista. Marcelo é esse homem chato, preciosista, um zelador de minhas ideias que não me permitiu desvios pelo caminho fácil da pos-modernidade.

Agradeço há **Glaucia Ramos**, minha diarista, que trabalha comigo há quatro anos. Como aprendi com a minha psicóloga que casa arrumada e cabeça no lugar são sinônimas, Glaucia é aquela pessoa que me ajuda a manter tudo no lugar e, portanto, é aquela pessoa que me apoiou fundamentalmente na elaboração desse trabalho.

Agradeço há **Silze Quelli Santana Lima Miranda**, minha psicóloga. Silze é aquela

pessoa que literalmente sustentou a minha cabeça, quando a vida parecia sem sentido.

Agradeço há **Monaliza Meira Simões,** minha orientanda desde 2016 que aquele período terrível, me encontrou destruída dentro de casa e em sua jovial alegria me ofereceu açúcar, uma mochila cheia de guloseimas, porque ela entendeu que "a Sra não merece se render a *bad*".

Agradeço há **Romeu Sanches**, também meu aluno, que no primeiro dia de nosso reencontro na UESB, depois do ocorrido, me abraçou forte e me disse "nós confiamos em você".

Agradeço há minha colega e ex-aluna Profa. Dra. **Daniele Farias Freire Raic**, que em sua virtuosa sinceridade me falou da necessidade urgente de me recuperar, de me recompor seja porque, eu não poderia permitir que um erro definisse quem eu sou, seja porque, daqui há 15 dias, poderia acontecer um outro episódio que desfocaria a atenção desse fato. Dito e feito! Pois, 15 dias após o escândalo da acusação de plágio em minha tese, um outro dominou o noticiário de fofocas da Universidade.

"[...] Vae, minha these...
Espera-te, anciosa, a valla commum dos papeis esquecidos,
entre as velharias inúteis, ninho fecundo de insectos e ratos
Vae, minha these. Boa viagem
Alea jacta est [...]"

Proemio da these doutoral *Ligeiras considerações sobre o determinismo* (1908)

RESUMO

O objeto de estudo nessa Tese de Doutorado são 5 theses doutorais, escritas pelos concluintes do Curso de *Sciências* Médico Cirúrgicas ou Doutores em Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) e escritas pelos candidatos ao título de "Doutor em *Sciências* Médico Cirúrgicas" da FAMEB, nos anos de 1852, 1874, 1899, 1909 e 1912. A saber: *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia,* de autoria de Aprígio Ramos Proença, publicada em 1852; *Influência dos climas sobre a intelligência humana,* de autoria de João Carlos Balthasar da Silveira, publicada em 1874; *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista,* de autoria de Deodoro Alvares Soares, publicada em 1899; *Influência da prostituição sobre a sociedade actual,* de autoria de Angelo de Lima Godinho Santos, publicada no ano 1909 e; *Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição,* de autoria de Antônio Joaquim de Sampaio e publicada em 1912. Do ponto de vista da discussão teórica tomamos as categorias da memória e "quadros sociais de memória" (HALBWACHS, 2003) como centrais para fundamentar o debate, no propósito de oferecer entendimento sobre o modo como, na FAMEB vão se constituindo em 'quadros sociais de memória', fundamentais para a projeção do ideal de uma 'cidade da Baía', Salvador, que se lastreia num projeto civilizatório novo e que se mostra consorciado com o modelo de modernidade projetado na Europa, para pensar o lugar estratégico das colônias de exploração. Nossa hipótese é a de que a ideologia, reflexa nas theses doutorais funcione como reificadora dos ideais de mudança. E o que conjecturamos que a análise das theses doutorais poderá nos ajudar a capturar são as coesões e contradições nas quais se embasaram os discursos médicos. Além disso, delas esperamos extrair uma compreensão de como esses documentos acabaram sustentando relações e compromissos correspondentes com os discursos *científicos* projetados no cenário geopolítico nacional e internacional.

Palavras-chave: Memória. Espaço. *Scientificismo*. Civilização. Cidade da Baía.

ABSSTRACT

The study object of this Doctoral Thesis are five theses doctoral, written by graduates of Surgical Sciences Medical Course or Doctors of Medicine, School of Bahia Medical (FAMEB) and written by candidates for the title of "Doctor of sciences Surgical Medical" of FAMEB in the years 1852, 1874, 1899, 1909 and 1912. Namely: *Medical statistics test the city of San Salvador, capital of Bahia province*, authored by Aprígio Ramos Proenca, published in 1852; *Influence of climate on human intelligence*, authored by John Balthasar Carlos da Silveira, published in 1874; *Some features of our population under the hygiênic and evolutionary point of view*, written by Deodoro Alvares Soares, published in 1899; *Influence of prostitution on the current society*, Angelo de Lima Godinho Santos, published in the year 1909 and; *The inconvenience of unlimited freedom in prostitution*, authored by Antonio Joaquim Sampaio and published in 1912. From the point of view of theoretical discussion take the categories of memory and "social frameworks of memory" (HALBWACHS, 2003) as central to substantiate the in order to provide understanding of the way in FAMEB constitute themselves as 'social frameworks of memory', central to the projection of the ideal of a 'City by the Bay', Salvador, who ballast a new civilizational project and which shows consortium with the modern model designed in Europe, to think about the strategic place of exploitation colonies. Our hypothesis is that the ideology reflex in doctoral theses functions as reifying the ideals of change. What conjecture that the analysis of doctoral theses can help us to capture are the cohesions and contradictions on which it based the medical discourse. In addition, we expect them to extract an understanding of how these documents ended up sustaining relationships and corresponding commitments to scientíficos speeches designed at national and international geopolitical scene.

Keywords: Memory. Space. Scientificism. Civilization. Bay of City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Capa da these doutoral “Ensaio de estatística médica da cidade de são salvador, capital da província da bahia” 48
Figura 2 - Folha de introdução da these doutoral “Influência dos climas sobre a intelligência humana” 58
Figura 3 - Capa e contracapa da these doutoral “Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista” 71
Figura 4 - Capa de these doutoral “Influência da prostituição sobre a sociedade actual” 84
Figura 5 - Capa da these doutoral “Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição” 90
Figura 6 - Homemse submetendo a exame antropométrico 120
Figura 7 - Figuras que mostra a interpretação frenológica sobre a apropriação da inteligência conforme as raças 120
Figura 8 - A árvore eugênica 126
Figura 9 - Ilustração “the indigenous races of the world” 139
Figura 10 - Fotos do bairro Corredor da Vitória, com destaque para o Largo da Igreja da Vitória em anos diferentes 151
Figura 11 - Paisagem da Península Itapagipana, Subúrbio Ferroviário, bairro de Trabalhadores de Salvador até hoje 159
Figura 12 - O Corredor da Vitória antes do alargamento feito para a passagem da avenida 7 de Setembro. Bem ao fundo, está o Largo da Vitória 160
Figura 13 - O Corredor da Vitória depois do alargamento feito para a passagem da Avenida 7 de Setembro. Bem ao fundo, está o Largo da Vitória 160
Figura 14 - Porto de Santo Antônio da Barra, gravura retratando a década de 50 do século XIX 161
Figura 15 - Porto da Barra visto do Outeiro de Sto. Antônio da Barra 162
Figura 16 - Porto da Barra 162
Figura 17 - Porto da Barra e Forte de Sta. Maria 162
Figura 18 - Disciplinas e grupos sociais de memória mais estabelecidos na FAMEB (1815 ATÉ 1912) 173
Figura 19 - Intercessões teóricas entre referências e conceitos de memória 199

Figura 20 - Intercessões entre a concepção de memória coletiva em Halbwachs e definições de outros autores para explicar a composição de grupos sociais e quadros sociais de memória 200
Figura 21 - Colégio dos Jesuítas da Bahia 201
Figura 22 - Paço da Misericórdia, Salvador - Bahia 204
Figura 23 - José Correia Picanço (1745 – 1823), fundador da FAMEB 207
Figura 24 - Decisão régia do príncipe regente D. João VI que cria a FAMEB, em 18 de fevereiro de 1808 209
Figura 25 - Níveis hierárquicos de produção de grupos sociais e quadros sociais de memória na FAMEB 214
Figura 26 - Grupos Sociais de Memória e Quadros Sociais de memória instados na realidade 218
Figura 27 - Planta com fachada de casa em estilo neoclássico 255
Figura 28 - Casarão do Corredor da Vitória aonde está instalada a Residência Universitária da UFBA, com suas colunas doríticas 256
Figura 29 - Casarão do Corredor da Vitória aonde está instalado o Palacete das Artes. Palacete das Artes com suas colunas coríntias 256
Figura 30 - Prédio aonde funciona a Reitoria da UFBA, com suas colunas jônicas 257
Figura 31 - Planta baixa da Igreja e Convento de São Francisco, Centro Histórico de Salvador - Bahia 258
Figura 32 - Planta baixa e da fachada da Catedral Basílica de Salvador - Bahia 259
Figura 33 - Mapa do Terreiro de Jesus e circunvizinha 260
Figura 34 - Largo do Terriero de Jesus com Destaque para o Cruzeiro de São Francisco e Igreja de São Franscisco 260
Figura 35 - Mapa do Subúrbio Ferroviário de Salvador 271
Figura 36 - Projeto de casas para operários da Companhia Progresso Industrial (1894) 273
Figura 37 - Hospício da Boa Viagem, Boa Viagem, Península de Itapagipe 274
Figura 38 - Ponta do Monte Serrat e suas edificações, Península de Itapagipe 274
Figura 39 - Alto do Bonfim, Bonfim, Península de Itapagipe 274
Figura 40 - Fábrica de Tecidos São Brás, Plataforma, Salvador 277
Figura 41 - Visão da escarpa de linha de falha da 'cidade da Baía' em dois andares, vista da Baía de Todos os Santos 278

Quadro 1 - Theses doutorais positivistas, por ideias Atestatórias (2015) 106
Quadro 2 - Theses doutorais evolucionistas, por ideias atestatórias (2015) 124
Quadro 3 - Theses doutorais do determinismo geográfico por ideias atestatórias (2015) 147

Tabela 1 - Proporção de tipos raciais da província da Bahia e da capital do Estado (1824) 129
Tabela 2 - Número de fogos e freguesias urbanas e suburbanas de Salvador nos anos de 1742, 1757, 1774, 1775 e 1759 182

LISTA DE ABREVIATURAS

a.C.	Antes de Cristo
CBEE	Companhia Brasileira de Energia Elétrica
CID	Código Internacional de Doenças
CJB	Colégio dos Jesuítas da Bahia
FAMEB	Faculdade de Medicina da Bahia
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
GMB	Gazeta Médica da Bahia
MESGEO	Mestrado em Geografia
PPGMLS	Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
RHM	Real Hospital Militar
SCM	Santa Casa de Misericórdia
SCMB	Santa Casa de Misericórdia da Bahia
UC	Universidade de Coimbra
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 A TÍTULO DE ORDENAÇÃO DA TESE 43
2 DESCRIÇÃO DAS THESES DOUTORAIS 45
2.1 ENSAIO DE ESTATÍSTICA MÉDICA DA CIDADE DE SÃO SALVADOR, CAPITAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA (1852) 47
2.2 INFLUÊNCIA DOS CLIMAS SOBRE A INTELLIGÊNCIA HUMANA (1874) 57
2.3 ALGUNS TRAÇOS DA NOSSA POPULAÇÃO SOB O PONTO DE VISTA HYGIÊNICO E EVOLUCIONISTA (1899) 71
2.4 INFLUÊNCIA DA PROSTITUIÇÃO SOBRE A SOCIEDADE ACTUAL (1909) 83
2.5 DA INCONVENIÊNCIA DA LIBERDADE ILLIMITADA NO EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO (1912) 89
3 REVISITANDO O POSITIVISMO, O EVOLUCIONISMO E O DETERMINISMO GEOGRÁFICO: EMBASAMENTO TEÓRICO DAS THESES DOUTORAIS 100
3.1 O POSITIVISMO 105
3.2 O EVOLUCIONISMO 122
3.3 O DETERMINISMO GEOGRÁFICO 144
4 'QUADROS SOCIAIS DE MEMÓRIA', MEMÓRIA E IDEOLOGIA NAS THESES DOUTORAIS 169
4.1 INTERAÇÕES TEÓRICAS ENTRE A MEMÓRIA COLETIVA E A IDEOLOGIA 177
4.1.1 O conceito de grupos sociais de memória e quadros sociais de memória 185
4.1.2 Os grupos sociais de memória e os quadros sociais de memória na FAMEB 200
4.2 INTERAÇÕES TEÓRICAS ENTRE O *SCIENTIFICISMO* E O PROCESSO CIVILIZATÓRIO 219
4.2.1 O conceito de processo civilizatório mobilizado pelo *scientificismo* 226
4.2.2 *Scientificismo* e ideologia civilizatória na FAMEB 236
5 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO. A 'CIDADE DA BAÍA' DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX EM QUADROS (SOCIAIS DE MEMÓRIA) 242
5.1 QUADRO UM. A CIDADE DITA CIVILIZADA, HIGIÊNICA E O SEUS BAIRROS "NOBRES" 255

5.2 QUADRO DOIS. A CIDADE DITA INCIVIL E A SUA ZONA PERIFÉRICA E SUBURBANA 268
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 279
REFERÊNCIAS 287

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo dessa Tese de Doutorado são as narrativas contidas em cinco theses doutorais[1], escritas pelos concluintes do Curso de *Sciências* Médico Cirúrgicas ou "Doutores"[2] em Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB)[3]. A saber, as theses doutorais objeto dessa investigação são tituladas como: *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia,* de autoria de Aprígio Ramos Proença, publicada em 1852; *Influência dos climas sobre a intelligência humana,* de autoria de João Carlos Balthasar da Silveira, publicada em 1874; *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista,* de autoria de Deodoro Alvares Soares, publicada em 1899; *Influência da prostituição sobre a sociedade actual,* de autoria de Ângelo de Lima Godinho Santos, publicada no ano 1909; e *Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição,* de autoria de Antônio Joaquim de Sampaio, publicada em 1912.

Antes de apresentar tais documentos – o que será feito, mais pormenorizadamente, no Capítulo 2 – *Descrição das theses doutorais* –, no entanto, apresentaremos alguns aspectos da conjuntura que contribuíram para a implantação da primeira faculdade de medicina no Brasil, a implantação da primeira instituição de ensino superior fundada do país. Para isso, começaremos discorrendo sobre os eventos que precipitaram a vinda da família real para o Brasil, pois, esse advento nos parece ser um marco da organização de uma rede de instituições essenciais ao funcionamento do Estado Imperial. Depois disso, passaremos à exposição de pontos fulcrais do debate que dominaram o pensamento *científico* na 'cidade da Baía'[4], a partir de meados do XIX e início do século XX, e que compareceram nas theses doutorais supramencionadas, também nosso *corpus* de investigação.

O objetivo de tal análise é perscrutar de que modo o *scientificismo* repercute no tecido urbano, forjando alterações que mudarão as feições da 'cidade da Baía' em meados do século XIX e início do século XX, introduzindo-a na dita modernidade. Abordaremos o assunto

[1] Conforme Meirelles et al. (2004) o termo "theses doutorais" se refere ao que hoje equivaleria a um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado por estudantes no final de graduação, com a diferença que, na época em que as theses doutorais eram exigidas, os bacharéis em medicina da FAMEB tinham que apresentar uma ou até três 'ideias novas' para cada uma das cadeiras do curso, sem, contudo, ter a obrigação de desenvolvê-las.

[2] Conforme Santos (2012) o termo "Doutor" em Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia faz referência ao que hoje corresponderia ao graduado em medicina.

[3] O levantamento feito no *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)* informa *sobre as* denominações da Academia baiana: Escola de Cirurgia da Bahia (1808); Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1816); **Faculdade de Medicina da Bahia (1832**); Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia (1891); Faculdade de Medicina da Bahia (1901); Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia (1946); Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (1965) (ESCOLA ..., 2002).

[4] Cidade da Baía é uma expressão referida à cidade de Salvador, localizada dentro dos limites da Baía de Todos os Santos.

considerando a influência que as metateorias positivistas, evolucionistas e deterministas, exercem sobre as theses doutorais, pois que estas se manifestam, oferecendo sustentação as ideias médicas e, por conseguinte, aos ideais civilizatórios que dominaram o pensamento *científico* na cidade da Baía no decorrer do período estudado.

Mas por que nos referimos há metateorias ao invés de fazer menção há teorias que aliás, não podem aparecer separadas entre si? Não os aspectos teóricos deixem de ter importância. Eles os têm e são seminais nesse trabalho, no entanto, as metateorias positivistas, evolucionistas e deterministas merecem destaque por ocuparem o lugar privilegiado enquanto dimensão integrante da teoria que alimenta o *scientificismo* e o processo civilizacional na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX: o capitalismo. E mais, entendemos que o positivismo, o evolucionismo e o determinismo não podem operar sem que estejam amalgamadas por um conjunto de proposições teóricas vinculadas aos valores sociais que o capitalismo insiste em afirmar (MÉSZÁROS, 1993, p. 34).

Consideramos, então, que por meio da análise das theses doutorais e do debate lastreado nas metateorias positivistas, evolucionistas e deterministas, metateorias essas que sustentam as elaborações teóricas dos *scientistas* médicos da FAMEB, será possível "[...] retomar a questão da emergência de um saber médico no país, guardando um contexto institucional de discussão [...]" (SCHWARCZ, 1993, p.189). O que estamos confiantes de extrair de tais análises é, não obstante, uma forma de entendermos um "[...] certo deslize temático que parece acompanhar a história desse estabelecimento [...]" (SCHWARCZ, 1993, p. 189), deslize esse que, em nossa interpretação, extrapola a dimensão das ideias sobre promoção da saúde e repercute na 'cidade da Baía' como um todo, modelando-a e precipitando assim, o impulso inicial que favorecerá a adesão definitiva de Salvador às regras do processo civilizatório, da modernização urbana.

Com efeito, a partir das aproximações teóricas entre o tema da memória e o *scientificismo* de meados do século XIX e início do século XX, que estão sendo elaboradas e apresentadas aqui, não prescindiremos de considerar este *corpus* e, ao mesmo tempo objeto de pesquisa enquanto produções de agentes situados historicamente, comissários da produção histórica que tal como Antônio Gramsci sinaliza, se formam a partir de:

> […] uma elite de pessoas entre as mais ativas, enérgicas, empreendedoras e disciplinadas, que emigra para o exterior, assimila a cultura e as experiências históricas dos países mais desenvolvidos do Ocidente, sem por isso perder as características mais essenciais da própria nacionalidade, isto é, sem romper as ligações sentimentais e históricas com o próprio povo; feita assim sua aprendizagem intelectual, retomam ao país, obrigando o povo a um despertar

> forçado, a uma marcha acelerada para a frente, queimando as etapas [...]. (GRAMSCI, 1982, p. 19).

E para explicar as condições dessa situação / localização histórica, buscaremos em, além de Gramsci nos estudos *halbwachianos*, referenciais sobre o entendimento da memória e dos seus 'quadros sociais' também (HALBWACHS, 2003, 2004).

Os estudos empreendidos pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, 'pai fundador' do conceito de memória coletiva e quadros sociais de memória, trazem, em nosso entendimento, uma nova vertente para tais noções. Isto porque, para o autor, mesmo que aparentemente particular, a memória traz e faz referências há um grupo social de tal modo que, o indivíduo que carrega em si a lembrança, instituída coletivamente. Conforme Halbwachs (2003, p. 30) estará sempre interagindo na sociedade, já que elas, as memórias "[...] permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos [...]".

Do ponto de vista da discussão no campo da memória coletiva, portanto, nosso propósito é oferecer entendimento sobre o modo como na FAMEB vão se constituindo 'quadros sociais de memória', compostos por um grupo de *scientistas* médicos que atuam enquanto legítimos representantes de um projeto civilizatório inovador para a época – no sentido que ele se sustenta no *scientificismo* e não mais no estatuto da religião –, e que se mostra consorciado com o modelo de modernidade projetado na Europa e transplantado ao país para pensar o lugar estratégico das colônias de exploração, como é o caso do Brasil, e, dentro dele a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, um espaço de importância estratégica para a geopolítica colonial.

Supomos que nesse lugar, inclusive, os acontecimentos, as ideações criadas pelos agentes que compuseram a FAMEB; a correlação de forças internas que corroboraram a organização dessa instituição; bem como, as relações sociais que se constituíram esse espaço, dialeticamente forjaram legados que levaram à subsunção, por opressão e subsequente esquecimento, de um modelo de cidade, anteriormente regulada pelo moralismo religioso católico e que não condizia mais com os princípios liberalizantes que deveriam orientar a constituição do espaço soteropolitano. Em seu lugar também, no lugar da cidade velha, é erigido um modelo, dessa vez regulado pela *sciência* e pelo liberalismo econômico.

Assim, torna-se impossível falar da FAMEB ignorando tratar-se de um espaço considerado bastião de uma forma pioneira de fazer ciência no Brasil e, ao mesmo tempo, um espaço que se ergue enquanto legítimo representante de um centro que projetava os ideais de

civilização de hábitos modernos, além de ideias consideradas as mais ‘arejadas’ para promover o desenvolvimento e o progresso para uma Salvador que não queria ser reconhecida como uma cidade colonial e atrasada de outrora.

Como já dito anteriormente, para falar da FAMEB na perspectiva conjuntural, iniciamos remontando a vinda da família real para o Brasil, pois que esse fato se constituiu fundamentalmente para precipitar a montagem de uma “rede de saberes estáveis” (SCHWARCZ, 1993) no país, isto é, uma rede de instituições fundamentais para promover a sustentação da burocracia do estado nascituro. Rede essa que foi controlada pelo imperador D. João VI (1767-1826), por D. Pedro I (1825-1891) e, depois, por seu sucessor D. Pedro II (1825-1891), até o século XIX, quando Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, expulsou os membros da ordem religiosa católica do país, abrindo espaço, por assim dizer, para as primeiras iniciativas particulares.

Aliás, acerca da expressão política representada por esses três imperadores, pode-se dizer que D. Pedro II foi o monarca que teve a sua figura pública mais associada à promoção das iniciativas modernizadores que aqui serão expostas, bem como, também esteve associado ao iluminismo tardio brasileiro, talvez essa vinculação sendo justificada pelo esforço que o monarca precisava fazer para impor “[...] uma memória para o país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia [...]” (SCHWARTZ, 1993, p. 24).

Conquanto a expressão política de D. Pedro II fosse mais importante para esse iluminismo tardio e à moda brasileira, é preciso lembrar que o imperador que deu lastro para tudo isso, foi seu avô D. João VI, a partir do momento em que este se viu obrigado a migrar de Portugal para o Brasil, trazendo consigo toda a família real portuguesa e a sua corte. Fugindo das tropas do Marechal Jean Andoche Junot (1771-1813), a família real desembarcou na colônia no ano de 1808, com a firme intenção de estabelecer aqui instituições centralizadoras e que reproduziriam de forma perfeita o antigo domínio colonial erguido na sede lisboeta, para isso necessitando fundar escolas. Segundo lembra Schwartz, inclusive, “[...] dotar a colônia de estabelecimentos de ensino não significou apenas um esforço de centralização do poder [...]” (SCHWARTZ, 1993, p. 23). Essa iniciativa parecia responder à situação emergencial vivenciada pela corte portuguesa, que saíra de forma apressada e repentina de Portugal sem poder contar com a previsão de um retorno.

De acordo com Carvalho E. (2012), com a chegada da corte portuguesa em 1808, inicia-se a história institucional brasileira propriamente dita. Data dessa época também a instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural no país, tais como, a Imprensa

Régia[5], a Biblioteca Nacional[6], o Real Horto[7], todas instituições fundadas em 1808, e o Museu Real[8], fundado no ano de 1818. Instituições que transformaram a colônia não apenas na sede provisória da monarquia portuguesa, mas em um centro produtor e reprodutor de cultura e memória.

Em paralelo com a instalação desses primeiros estabelecimentos, formava-se também uma classe *illustrada*[9] que dependia das instituições para garantir a legitimidade de suas intenções transformadoras. Nos espaços em que se precipitava a produção do conhecimento, dialeticamente, também se impunha a contradição, pois que, profundamente vinculado aos modelos metropolitanos, sobremodo, inspirado nos modelos de organização social europeu – português e francês, especialmente –, a 'cidade da Baía' e por extensão o Brasil ora era representado como espelho, ora era tomado como extensão que precisava ser dependente da corte portuguesa.

A criação da FAMEB no ano de 1808, pode ser entendida como um dos marcos da institucionalização da cultura e da memória genuinamente brasileiras e, por conseguinte, é um

[5] A Imprensa Régia fazia parte da estrutura burocrática do Império e a sua função era imprimir documentos, decretos e livros, entre outras coisas. Todo o maquinário da Imprensa Régia foi trazido da Europa como parte da bagagem de D. João VI e sua família (EDUCA, 2016).

[6] Documentos que compõem o acervo da Biblioteca Nacional (BN) dão conta que, junto com a sua comitiva o Imperador D. João VI trouxe de Portugal cerca de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas trazidos. Este acervo inicialmente sendo acomodado nas salas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, na Rua Direita, hoje Rua 1º de Março. Em 29 de outubro, data oficial da fundação da Real Biblioteca, um novo decreto determinava que este acervo trazido de terras luzitanas fosse guardado nas catacumbas do Hospital do Carmo (ESCOLA ..., 2002).

[7] O *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)* nos informa que após a instalação da Família Real no Rio de Janeiro, em 1808, o Príncipe Regente, D. Pedro I ordenou, por meio do Alvará s/nº, de 13/05/1808, a fundação de uma fábrica de pólvora no Rio de Janeiro, na área do antigo engenho de cana-de-açúcar que pertencia à família Rodrigo de Freitas (ESCOLA ..., 2002).

[8] No *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)* encontramos dados sobre o Museu Real. O Museu Real que foi fundado pelo decreto de 06/06/1818, e que tinha a função de "[…] propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes [...]" (BRASIL, 1818 apud ESCOLA ..., 2002).

[9] Bergamini (2011) assevera que dentro da revolução intelectual, ocorrida desde o iluminismo, o movimento mais importante foi a *ilustração*. Os conceitos fundamentais de *ilustração* estão associados: 1) a defesa que a razão é o único guia infalível da sabedoria; 2) a ideia que o universo é uma máquina governada por leis uniformes e inflexíveis (não se acha submetida, de modo algum, a milagres ou outras formas de interferência divina); 3) a melhor estrutura da sociedade é a mais simples e a mais natural. Para os ilustrados também, o pecado original não existe. A depravação do homem, portanto, não é inata. Seus atos de crueldade e de baixeza podem ser explicados, não obstante, pela influência de padres intrigantes e de déspotas belicosos. Se os homens tiverem liberdade para seguir os ditames da razão, a natureza humana e, consequentemente, a própria sociedade, poderá ser facilmente aperfeiçoada. A *ilustração* tem suas raízes no século XVII: no racionalismo de Renê Descartes, Baruch Spinoza e Thomas Hoobes; na interpretação mecanicista do universo, conforme Issac Newton e na teoria do sensualismo de John Locke. Locke também é importante para a *ilustração* pela sua defesa da tolerância religiosa e pelas suas teorias liberais em matéria política (direitos naturais do homem: liberdade e propriedade; o governo nasce de um contrato social; o povo é soberano). No século XVIII a *ilustração* é realizada pelos escritos de uma plêiade de pensadores: os filósofos e os economistas, quase todos eles franceses. Dentre os primeiros destacam-se: Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Dentre os segundos: Quesnay, Gournay e Adam Smith. Muitos colaboraram – e todos influenciaram – na obra notável dos enciclopedistas.

embrião para a constituição de uma certa autonomia que a colônia brasileira buscava em relação a metrópole portuguesa.

Santos Filho (1982) destaca que, conforme o Artigo 60º do *Regulamento do Estatuto das Faculdades de Medicina do Brasil* para colar grau e obter o título de Doutor em Medicina, seria fundamental passar por diversas fases para obter o grau de Dr. em Sciências Médico Cirúrgicas. A principal dessas é a elaboração e sustentação da these doutoral na presença de uma banca pública de examinadores, composta por três lentes escolhidos entre os membros da Congregação da FAMEB, sendo que, dentre eles, deveria haver, pelo menos, um catedrático. Caso o acadêmico não comparecesse, ou no caso de haver a reprovação da these doutoral, o candidato a Doutor em Medicina teria a chance de recorrer da decisão se conseguisse a anuência do Diretor da FAMEB para tal finalidade.

O artigo 61º do mesmo regulamento também põe em relevo a obrigatoriedade de o aluno aprovado entregar cem cópias de sua these doutoral à secretária da escola. Essas cópias devendo ser distribuídas entre os órgãos do Governo, as instituições públicas de ciência, a Biblioteca da FAMEB e a Biblioteca da FAMERJ. Sobre o elevado número de reproduções e entrega das theses doutorais, Santos (2012) lembra que tal exigência era muito difícil de ser atendida, especialmente numa cidade com tão pouca quantidade de tipografias, como era o caso da Salvador dos dezenove. Isso se constituía em um problema para os alunos que, sem condições de atender a essa norma, providenciavam apenas a entrega de duas reproduções da these doutoral para cada um dos trabalhos defendidos.

De tal modo o acervo da FAMEB foi sendo organizado que, em 2016, a Biblioteca da FAMEB contava com dois mil quinhentos e duas theses doutorais catalogadas (MEIRELLES et al., 2004), as *Memórias Históricas* (TEIXEIRA, 2001)[10] e exemplares da *Gazeta Médica da Bahia* (2014), revista médica dedicada à promoção da medicina experimental. Esses documentos figurando como algumas das principais peças do acervo de tal biblioteca.

Em termos de formato, nas theses doutorais, desde a descrição dos elementos componentes das capas – elementos esses que evocam temas que não se apresentam diretamente vinculados com a área da saúde, como se pode esperar em trabalhos derivadas de uma Faculdade de Medicina –, tudo parece se ligar ao esforço de reiteração de um moralismo tributário do estatuto secular da religião católica e, ao mesmo tempo, há um empenho na reiteração discursiva do ideário promotor do progresso e do processo civilizacional.

[10] Não se tem notícias de 28 delas, o que corresponde a 4,38% da produção total.

Em tais documentos, os autores apresentavam a indicação do nome da faculdade, que variava de acordo com as reformas realizadas na instituição, tal como já foi mencionado na página um desse trabalho. Além disso, indicavam a data (dia, mês e ano) da realização da defesa do trabalho; o nome do autor; sua naturalidade; o grau de formação acadêmica do mesmo, que pode ser de "Doutor em Medicina" e "Doutor em *Sciências* Médico Cirúrgicas"; o título da "dissertação; a cadeira há qual pertencem; as proposições de teses, uma ou três para cada uma das cadeiras do curso; o estado da federação aonde a escola está localizada e o ano de publicação dos trabalhos.

Já nos elementos pré-textuais são apresentados o endereço da tipografia responsável pela impressão do trabalho monográfico e, além disso, os candidatos ao título de Doutor em Medicina expõem o que é reconhecido como a "legitimidade do parentesco" dos graduandos, isto é, os autores das theses doutorais apresentam-se enquanto 'resultados' legítimos de um sacramento reconhecido pela Igreja Católica, o casamento. Apresentam-se enquanto devotos de Deus e bem relacionados com seus representantes na alta hierarquia da Igreja Católica da 'cidade da Baía', os cardeais, bispos e padres. Tão bem relacionados com essas figuras que, não há dentro do conjunto das produções investigadas, um trabalho sequer em que os concluintes da FAMEB não agradeçam, não só a Deus pela defesa da these doutoral, mas a essas figuras eclesiásticas que segundo constam, eram bem relacionadas tanto com os estudantes, quanto com as suas famílias.

E apesar de termos a convicção de que os elementos pré-textuais renderiam um bom trabalho, nossas ambições na análise crítica do corpo do texto nos afastaram de nos atermos aos apelos contidos nesses elementos preambulares. Esses elementos pré-textuais são importantes, obviamente, mas em nosso entendimento, eles expõem uma tensão constitutiva que dá a aparência de ser harmoniosa entre as classes, o que escapa dos nossos interesses analíticos. É em razão dessa harmonização, inclusive, que acreditamos que a análise das capas, contracapas e folhas de homenagem não consiga responder às questões postas para explicar tanto o contexto, quanto as contradições e sugestão de movimentos que corroboraram o processo civilizatório que se quer ver implantado na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

Objetivando, portanto, a realização da análise do conteúdo das theses doutorais, organizamos o trabalho em três etapas, conforme nos foram são sugeridas por Bardin (2011). A saber: a pré-análise, que envolveu a seleção dos documentos descritos e analisados; a exploração do material, momento em que refletimos sobre os argumentos que apoiaram a escolha do recorte temporal; e, por fim, partimos para a análise do conteúdo propriamente dita ou tratamento dos resultados, por meio de inferências e interpretações, expondo discursos e

contra discursos que acabaram por redefinir, inclusive, os limites de utilização das próprias fontes, do *corpus.*

Não obstante, no Capítulo 3 – *Revisando o positivismo, o evolucionismo e o determinismo: embasamento téorico das theses doutorais*, estabeleceremos uma interlocução com as principais matrizes teóricas que orientaram a elaboração desses documentos. Nessa apropriação, os fundamentos epistemológicos do positivismo, determinismo e evolucionismo são tomados como lastro teórico de explicação e, por essa razão, sugerimos que as theses serviram de sustentação ideológica no atendimento às necessidades de transição sociometabólica da 'cidade da Baía' de feições agrárias, coloniais, para a cidade que começa a se abrir às imposições mais explícitas do capital.

Pensando-as em termos *mnemônicos*, lemos as theses doutorais enquanto produções derivadas dessas metateorias que se apresentaram como mais contundentes no Brasil da transição do século XIX e início do século XX. Em nossa interpretação pois, tudo indica que elas permitem ver uma 'cidade da Baía' que se dispõe a mudar os paradigmas ideológicos, reformulando a secularização[11], baseada nos princípios jesuíticos e retirando as restrições que incidem sobre a ideia de livre arbítrio[12] da vontade humana.

No caminho da ruptura com o passado, representado pelo primado da religiosidade católica – no todo ou em parte modeladora, inclusive, do desenho que a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX assume –, é que o legado moralizador dessa religião precisava ser desautorizado, precisava ser refutado. Na intenção de denegar, então, a influência do catolicismo é que os candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB demonstram querer investir na laicidade e na experimentação *scientificista* apropriadas como bases de promoção do progresso e do processo civilizacional. Algo que dá sentido a uma 'nova consciência de mundo' que se forjava na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, e é por essa razão que refletimos sobre elas a partir daqui.

Em face mesmo dessa 'nova consciência de mundo', marcada fortemente por uma espécie de ecletismo *scientífico* e de caráter integralizador com outras formas de conhecimento que não são científicos, fica difícil precisar campos específicos de localização das metateorias supramencionadas. Em nosso entendimento, pois, só é possível apontar

[11] O advento da modernidade traz consigo o deslocamento do centro da vida da sociedade para a periferia, assim como transferiria algumas funções essenciais que a religião desempenhava nas sociedades tradicionais (legitimação, coesão social, sentido etc.) a outras instituições e referências simbólicas. Alguns autores, inclusive, chegaram a pensar que, com a modernização da sociedade, a religião poderia decrescer ou até desaparecer. A esse conjunto de mudanças, pelo qual a religião perde sua relevância social, ideológica e institucional, é o que genericamente chamamos secularização (ZEPEDA, 2010).
[12] Ver *O livre-arbítrio* (1995).

‘inclinações’ em que comparecem mais o positivismo do que o evolucionismo e/ou o determinismo; o evolucionismo do que o positivismo e/ou o determinismo; o determinismo do que o positivismo e/ou o evolucionismo. Cerrar as prospecções teóricas de qualquer um dos autores dentro de quadros herméticos, como que esses pudessem responder a uma localização exclusiva, e mesmo referendada privativo de estudos, por essa razão, parece incoerente. Nossa ideia é, em face disso, oferecer uma compreensão na qual nos seja permitida localizar ideias que se destaquem muito mais pela nossa interpretação do que pelo que se convencionou a dizer acerca delas.

Admitindo-se, portanto, a importância desses documentos enquanto recursos de memória (MONTESPERELLI, 2004) e, ademais, procurando compreender o papel que as theses doutorais tiveram na sugestão de um outro modelo civilizacional para a ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, é interessante observar que os paradigmas teóricos e as indicações de intervenções médicas na cidade compareceram nessas produções, procurando diagnosticar os problemas urbanos e, além disso sugeriam o que deveria fundamentar o surgimento de novas hierarquias sociais que, conforme os *scientistas* desejavam, deveria modelar a cidade, a fim de ajustá-la às exigências da modernidade.

Do ponto de vista de sua finalidade e objetividade, poderemos dizer também que patentemente, tais produções resultaram das exigências de conclusão do curso de medicina, mas, diferentemente dos textos monográficos de hoje em dia, as theses doutorais da FAMEB se constituem em textos que contem de uma a três ideias novas, para cada uma das cadeiras[13] do curso e que não necessariamente precisavam ser desenvolvidas, daí advinda a nomeação, ‘these’.

Com o *corpus* apresentado, faz-se mister esclarecer também o que motivou a seleção das cinco theses doutorais em específico e, para isso, teremos de rememorar o ano de 2000, quando nos encontrávamos realizando o Mestrado em Geografia na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e nos foi sugerido, pela orientadora da época, a Profa. Dra. Maria Auxiliadora da Silva, realizar pesquisa no acervo da FAMEB. As theses doutorais apareceram como objeto de interesse a partir daquele momento, conquanto, desde esse período também, prevalecesse a compreensão que a complexa dimensão da análise desses documentos não caberia dentro da Dissertação de Mestrado *Centro Histórico de Salvador – Bahia e os discursos para a montagem dos cenários* (2001), mesmo em se tratando de uma dissertação que àquela época poderia ser feita em até três anos.

[13] Disciplinas.

Acerca da seleção dos trabalhos, a saber, *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia* (1852); *Influência dos climas sobre a intelligência humana* (1874); *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista* (1899); *Influência da prostituição sobre a sociedade actual* (1909); e *Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição* (1912), a motivação inicial para a escolha dessas produções foi a disponibilidade do acervo, isto é, durante a realização da pesquisa de campo, tivemos acesso a apenas uma pequena estante de livros da Biblioteca da FAMEB e, dentro dela, selecionamos as theses doutorais mencionadas.

Admitindo não ter um conhecimento mais aprofundado acerca da importância dessas produções há época de sua aquisição, ademais, o que motivou a seleção desses trabalhos inicialmente foi o apelo contido nos títulos, que evocavam assuntos já tratados na Dissertação de Mestrado, como o tema da prostituição, o clima e os fatores locacionais, tidos enquanto ingredientes favorecedores das estigmatizações sociais na 'cidade da Baía' colonial. A dissertação *Centro Histórico de Salvador – Bahia e os discursos para a montagem dos cenários* (2001), no seu capítulo *Discursos sobre a estigmatização dos moradores do Centro Histórico de Salvador*, inclusive, tangencia alguns aspectos de tais assuntos.

Já no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), assumindo a importância das cinco theses doutorais supracitadas enquanto objeto e um *corpus* analítico fundamental, refletimos sobre o papel da ideologia como reificadora dos ideais de mudança, propostos pelos candidatos ao título de Doutor em Medicina. E conjecturamos que a análise de tais produções poderá nos ajudar a compreender contradições, totalidade e movimento da realidade concreta nos quais se embasaram os discursos médicos, ao propor um novo ordenamento urbano e social para a 'cidade da Baía' colonial. Modificações essas lastreadas na promoção da circulação e do movimento, dois dos princípios essenciais para o capitalismo monopolista que se pretendia ver vicejar na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

Esperamos, por essa razão, extrair das theses doutorais uma compreensão do modo como as ideias médicas acabaram sustentando relações e compromissos correspondentes com os discursos *científicos,* projetados no cenário geopolítico nacional e internacional. Contradições, totalidade e movimento que deram sentido ao estatuto da verdade *científica,* naquele momento em específico, preocupado em fundar as bases de um dado modelo civilizacional. Nesse modelo, como já dito anteriormente, a capital baiana deveria corresponder a um ideal asséptico e, principalmente, precisava ser colocada na cena de um novo mapa geopolítico que não negligenciava o potencial servil das antigas colônias de

exploração, ao tempo em que deveria se modernizar nos limites do projeto da "Europa possível" de ser construída numa cidade dos trópicos.

Caminhamos, por essa razão, pela interpretação de que tais documentos se apresentaram também enquanto produções que insinuavam a necessidade de adaptação às necessidades das forças produtivas em processo na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Mais que isso, sugerimos que as theses doutorais sejam importantes por materializarem a ideologia que tornou possível a produção de outra dinâmica espacial urbana para a Salvador da época. Em nossa compreensão, portanto, consideramos que tais documentos encarnam as metas do processo civilizacional, devendo caminhar primeiro por meio da construção de uma visão de 'homem positivo', de sociedade progressista e de relações sociais estratificadas, apoiadoras de visões liberais acerca da necessidade de agudização das divisões sociais e de classe.

A hipótese, por isso mesmo, é que esses documentos permitirão refletir as ideias sobre uma cidade prevista segundo o ideário de progresso e do processo civilizacional, que de *per si* deveria servir há todos os cidadãos, desde que esses fossem capazes de se ajustarem dentro do de um processo civilizatório que previa o desenvolvimento urbano e social vinculado há assimilação e acomodação de novos códigos de posturas urbanas. Códigos de Posturas que são definidos enquanto "[…] composição metódica e articulada de disposições legais e coleção de preceitos e regras autorizadas pelo poder dos legisladores, que designam regras de convivência em sociedade que acompanharam, desde o período colonial (1500-1822), a organização da cidade do Salvador [...]" (TORREÃO SÁ, 2010, p. 278). Conforme a autora:

> A metrópole portuguesa recorria a esses códigos com o intuito de impor a autoridade e zelar pela ordem e 'bons costumes' nas colônias que estavam sobre sua jurisdição. A elaboração, a aplicação e a consequente autoridade para vigiar, julgar e punir, em caso de desrespeito ou de negligência em seu cumprimento, eram a função fundamental da autoridade da Câmara Municipal, e a feitura de posturas, assunto do maior relevo, contando sempre com o mais empenhado cuidado dos corregedores. Quando em função de correição, para além de fiscalizarem aspectos da legalidade, os corregedores enviados pelo governador-geral ordenavam que os oficiais procedessem à feitura de novos códigos ou à reforma destes (TORREÃO SÁ, 2010, p. 278-279).

Não que os códigos de posturas urbanas se sobressaíssem em importância com relação as theses doutorais. As theses doutorais, nosso *corpus* empírico e objeto de estudos tem mais importância para nós, porque entendemos que de tais documentos, derivem as posturas e os seus códigos e não o contrário. Pela via da análise criteriosa nas theses doutorais, não

obstante, foi que revelamos as aproximações entre os discursos *científicos* e o ideário do desenvolvimento conforme ele é criado pelos médicos da FAMEB.

Entendendo, então, que o real e o concreto estão sempre relacionados, em movimento de ida e retorno recíprocos, nesse trabalho destacamos a correspondência dos discursos médicos com um processo histórico real de transformação da 'cidade da Baía' dos dezenove. E conquanto admitamos que, na apropriação de algumas categorias e conceitos, historicamente, esse real e esse concreto tenham sido tratados mais comumente enquanto recursos fenomênicos apenas, é oportuno salientar que, ainda assim, fazemos uso deles "[...] respeitando os limites da razão [...]" (CARVALHO E., 2008, p. 87). Isto é, nesta Tese de Doutorado, procuramos evidenciar a eficácia explicativa tanto da memória coletiva e da ideologia, quanto do *scientificismo* e dos processos civilizacionais enquanto objetos, recursos e limites necessários para o conhecimento cada vez mais profundo do quadro de transformações que dominou a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

Tal como já mencionado anteriormente, para 'trazer a frente' a categoria epistemológica da memória (coletiva e histórica), consideramos as contribuições de Halbwachs principalmente, nas obras *A memória coletiva* (2003) e *Los marcos sociales de la memoria* (2004) como componentes nevrálgicos para a sustentação da tese. Memória coletiva e histórica porque durante o curso da história soteropolitana de meados do século XIX e início do século XX, os *scientistas* da FAMEB estiveram envolvidos em acontecimentos que formaram uma "bagagem de lembranças" (HALBWACHS, 2003, p. 72), cujo testemunho de veracidade está inscrito, em parte nas theses doutorais e na outra parte em fotografias, livros e outros documentos que ratificam a importância da instituição FAMEB e dos quadros sociais que lá foram formados, na definição de destinos da capital baiana.

Já no que diz respeito à categoria epistemológica da ideologia, nossa referência, o lugar de onde partimos para tratar o assunto são os estudos de Marx e Engels (2007, 2009), conquanto Löwy (2008) e Mészáros (1993, 2014) também, ofereçam pontos essenciais para a discussão tratada nesse trabalho. Em nosso entendimento, as ideias *marxistas* e *engelianas* – que aliás servem de fonte, tanto para Löwy quanto para Mészáros – ajudarão na construção dos argumentos que permitiram situar as theses doutorais enquanto produções que materializam os discursos sobre o progresso e o processo civilizacional, isto acontecendo porque:

> Os homens são produtores de suas representações, ideias e assim por diante,

> mas apenas os homens reais e ativos, conforme são condicionados através de um desenvolvimento determinado de suas forças de produção e pela circulação correspondente às mesmas, até chegar as suas formações mais distantes. A consciência não pode ser jamais algo diferente do que o ser consciente, e o ser dos homens é um processo de vida real. Se em toda ideologia, os homens e suas relações aparecerem invertidos como em uma câmara obscura, este fenômeno provém igualmente de seu processo histórico de vida, assim como a inversão dos objetos ao se projetarem sobre a retina provém de seu processo diretamente físico (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Tomando o exposto como uma declaração verdadeira, esse trabalho procura criar as condições para explicar porque as theses doutorais elaboradas dos *scientistas* médicos da FAMEB ocupam dupla posição: a primeira posição das theses doutorais é de pura ideologia e a segunda posição das theses doutorais é a de recursos de memória.

Elas são pura ideologia por isso mesmo, a história que contam não pode ser cindida entre a história da natureza (a história da medicina) e a história dos homens (a história da sociedade). As theses doutorais são dialeticamente uma só! As histórias que as theses doutorais relatam podem ser entendidas, não obstante, ora como uma interpretação invertida da realidade, ora como uma abstração total dessa, sendo por esse motivo que vale a pena tomar a metáfora da câmara escura, que se encontra na *Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 2007) como referência para entender de forma mais objetiva o que esses documentos significam.

A metáfora da câmara escura é oportuna de ser trazida aqui, porque ela sinaliza para o entendimento geral, que os homens de *sciência* da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, partindo da vida real, precisaram expor nesses documentos uma realidade distorcida da cidade de Salvador de seu tempo. Mas, como e por quê eles fizeram isso? Fizeram isso porque "[…] as formações nebulosas que se condensam no cérebro dos homens são sublimações necessárias ao processo material de vida [...]" (MARX; ENGELS, 2007, p. 49). A moral, a ética, a estética que se exibe via codificação de novas posturas para o convívio na sociedade soteropolitana ou qualquer outra ideologia ou forma de consciência que a elas correspondam, porque distorcidas pela visão prismática da 'câmera ideológica', não podendo coincidir mais com a autonomia de metanarrativas que os *scientistas* deveriam propalar.

Aproximando a discussão de Marx e Engels (2007) do nosso trato com a ideologia, reiteramos a compreensão que a partir do momento em que, os *scientistas* médicos da FAMEB separam o ser social – no caso, a sociedade soteropolitana – de sua realidade, e paradoxalmente, tentam criar uma outra realidade, em conformidade com a ideologia da dita

modernidade, a consciência que os médicos têm de seu papel passará a se posicionar enquanto algo mais distante dessa realidade. Nas circunstâncias em que tais alterações ocorrem, a consciência dos *scientistas* da FAMEB pode representar alguma coisa sem necessariamente encarnar algo real, pois, ela deixa de se conectar com a realidade e com as contradições e movimento que fazem parte desse real.

A ideologia, portanto, nasceria dessa fissura entre o que as theses doutorais informam e a realidade concreta. Não que a realidade não apareça no prisma ideológico, tal como evidenciam Marx e Engels (2007). A realidade está lá, sendo evidenciada à medida que é jogada sob o prisma o tempo todo. Conquanto, na câmera escura, toda vez que ela aparece, ela se dá a vê distorcida. Isto acontecendo porque 'seus produtores', isto é, os produtores da realidade, nas circunstâncias da reflexão prismática que é condicionada pela ideologia – os intelectuais e, no caso, *scientistas* da FAMEB – não estariam diretamente vinculados à 'produção do espelho' no qual as suas imagens do real estão sendo refletidas. Eles apenas refletem aquilo que foram convencidos a fazer, inclusive, para garantir os seus lugares em grupos sociais de memoráveis.

Mas por que, então, a ideologia faz das relações sociais reais aparecerem invertidas? E por que a realidade jogada sob uma câmara escura? Porque, ao forjar uma autonomia engendrada objetivamente pela divisão do trabalho, os produtores espirituais (produtores de ideias), no caso, os *scientistas* da FAMEB arvoraram-se nas condições que viabilizaram a elaboração de uma realidade apartada, paralela há como ela é, de fato. Uma realidade na qual as ideias movimentam-se independentemente dos homens comuns e de suas relações.

Nesse ponto recorremos a novamente a Gramsci (1982) que nos oferece 'pistas' para entendermos melhor sobre a importância dos intelectuais e daqueles que chamaremos de *scientistas* no ordenamento da nova realidade. Gramsci há esse respeito explica que "[…] cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função […]" (GRAMSCI, 1982, p. 3). E assim, estes grupos sociais que, inclusive, não estão subordinados a descontinuidade histórica, porque produziram memórias geracionais, vão cimentando nexos no campo econômico, social e político que os permite delinear e ordenar como será a nova ordem societária.

Impossível se torna declinar de concordar com Gramsci (1982) quando esse lembra que cada grupo social e, no nosso caso, cada grupo ou quadro social de memória, como são os *scientistas* da FAMEB surge a partir de uma estrutura econômica anteriormente instalada e,

também como expressão do desenvolvimento desta estrutura, o que nos leva a supor uma espécie de preexistência, não dos *scientistas* da FAMEB enquanto grupo organizado, mas da ideologia do processo civilizacional como nexo agregador da reunião desse quadro social de memória, a *sciência* se constituindo num recurso oportunamente assacado para justificar a continuidade histórica mandonista que esse grupo quer exercer.

Pensando em lugares e posições da *sciência* e dos *scientistas* da FAMEB no ajustamento da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX há dita modernidade, é que no Capítulo 4 – *Quadros sociais de memória, memória e ideologia nas theses doutorais*, trazemos a frente a categoria da memória (coletiva) e o conceito de quadros sociais de memória, elaboradas por Halbwachs (2003, 2004). E elas 'chegam nessa frente' porque entendemos que ambas respondem à integridade axiológica a que os seus autores se propõem além, é óbvio, de ajudarem a responder as questões trazidas nessa Tese de Doutorado, quais sejam: admitindo que o conteúdo das theses doutorais extrapolem a dimensão dos problemas diretamente associados com a saúde, projetando um outro modo de experimentar a urbanidade/civilidade, que determinações históricas irão justificar tal extrapassamento?; por que o conjunto de arrazoados construído pelos médicos da FAMEB tomam como mote o conhecimento *científico*?; e, finalmente, como a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX se associa as disposições do *scientificismo*, subordinando-se a alterações?.

Magalhães (2007, 2016) trabalhando com a categoria da memória (coletiva) e com o conceito de quadros sociais de memória sustentam que essa categoria / conceito tem naturezas eminentemente sociais. A memória coletiva e os quadros sociais de memória não existindo somente enquanto construções individuais, como faz supor Bergson (1999) em *Matéria e memória*, mas permanecendo enquanto categorias / conceitos derivativos de quadros sociais que resultam da interação entre os indivíduos, o espaço, o tempo e os grupos sociais de memórias determinados.

Ademais, Magalhães (2007, 2016) também, discorrem sobre as formas de ação política e da construção de memórias coletivas, geracionais, sociais e públicas e fazendo isso, eles reinscrevem a importância da memória e seus quadros sociais no âmbito das ciências humanas como um todo, e, principalmente, nos ajudam a responder a primeira questão, quando afirmamos: o conteúdo das theses doutorais de fato extrapolam a dimensão dos problemas diretamente associados com a saúde, projetando um outro modo de experimentar a urbanidade / civilidade na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, isto ocorrendo porque o projeto civilizacional da Igreja Católica, que se tornou hegemônico em

Salvador desde os anos 1500 era tomado por restrições ao desenvolvimento urbano, social e econômico que não cabia mais numa cidade que se pretendia abrir a exploração capitalista.

Acerca das associações entre as limitações impostas pela Igreja Católica ao desenvolvimento capitalista na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, buscamos as referências de Le Goff (2014) que comenta sobre o empréstimo a juros entre católicos e católicos e católicos e judeus. Em sua pesquisa fica comprovado que essa prática era proibida entre os primeiros – cristãos católicos –, conquanto um judeu pudesse emprestar dinheiro a juros para um católico. Já no que concerne a prática da usura, o Código de Direito Canônico escrito no século XII vai mais longe e a subscreve tal prática como um pecado descrito tanto no Antigo como no Novo Testamento (LE GOFF, 2014).

Trazemos aqui o exemplo da cobrança de juros entre católicos; católicos e judeus e informamos sobre a pecaminosidade da prática da usura para testificar que as concepções religiosas sobre o comportamento social e econômico instituíam limites reais as projeções do capitalismo e, por essa razão, elas tiveram de ser superadas, afinal, não se admite uma conexão mais profunda entre o capital e o trabalho, senão, aquela que é baseada na exploração do homem pelo homem. E como não existe vazio ideológico, o grupo social de *scientistas* da FAMEB – grupo esse que não está subordinado a descontinuidade histórica, por seus vínculos históricos e parentais com os detentores dos meios de produção –, tal como diz Gramsci (1982) vão cimentando associações, de tal modo que, no campo econômico, social e político os grupos sociais de memória se sintam autorizados a instituir uma nova ordem societária. Foi o que os *scientistas* da FAMEB fizeram.

Para responder a segunda questão: "por que o conjunto de arrazoados construído pelos médicos da FAMEB tomam como mote o conhecimento *científico*?", ressaltamos que a *sciência* em meados do século XIX e início do século XX representava a quebra de paradigmas que permitiu as elites econômicas, políticas e sociais da época manterem os seus traços de distinção. O triunfo da *sciência* representava, não obstante, a ruptura da ligação entre o velho mundo, o mundo atrasado e, paradoxalmente, significava a prossecução para o mundo que se abria ao novo, ao moderno. Mais importante que tudo, a correlação com o *científico* significava investir na possibilidade de:

> […] fundar a história do Brasil tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados tal como heróis nacionais. Criar uma historiografia para esse país tão recente...que pretendia estabelecer uma cronologia contínua e única, como parte da empresa que visava a própria 'fundação da nacionalidade' [...] (SCHWARCZ, 1998, p. 127).

E respondendo a terceira questão: "como a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX se associa as disposições do *scientificismo*, que subordinaram as alterações em suas feições urbanas?". Para responder a esse questionamento, é bom que se diga que os estudos da memória das cidades em Carvalho (2008) e Abreu (1998) sinalizam que, do ponto de vista da constituição histórica, espaços como a Salvador de meados do século XIX e início do século XX, passam pelo processo de reconfiguração de suas funções urbanas seculares e herdadas constantemente, de tal modo que, não é estranho que essas funções tenham sido substituídas por formações subsequentes, o que significa dizer que, de tempos em tempos as funções residenciais, puderam ser substituídas pelas comerciais e vice versa; o que antes era espaço de 'veraneio', pôde ser substituído pela função residencial, por exemplo.

> Conquanto, as alterações das funções urbanas sejam frequentes, no entanto, não se pode ignorar que em volume e densidade as modificações nessas funções tratavam da instituição de um outro paradigma para tal ordenamento, pois, as mudanças vindouras, demandavam a substituição de formas pré-capitalistas de ordenamento por formas capitalistas.

As três questões respondidas, nesse sentido, põem em destaque que as bases para a constituição, seja de uma abordagem geográfica – e portanto, das ciências humanas – sobre a memória coletiva e a formação de quadros sociais de memória; seja de uma análise das contradições instadas pelo capitalismo, quando eles se instaura na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, reificam-se quando analisamos os documentos pesquisados, entendendo documento não somente as theses doutorais, mas a cidade em sua inteireza. A 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, tanto quanto as theses doutorais se constituem em uma memória; a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, tanto quanto as theses doutorais se constituem em um documento, conforme o nosso entendimento.

Concordando com Montesperelli (2004) por isso mesmo, discutimos os critérios de integração e plausibilidade das memórias e dos quadros sociais que se exibem através das ideias médicas. Na análise desse autor, com quem evidentemente concordamos, a estabilidade de qualquer sistema cultural, normativo e social – e a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX não é exceção – dependeria de três fatores: 1) é dependente da legitimação da instituição, em nosso caso a FAMEB; 2) é dependente de um código cultural, e no caso este código é o estatuto do *scientificismo* e; 3) por fim é dependente de um sistema social, como o capitalista em torno do qual se formam coesão e consensos garantidores de algum nível de estabilidade (MONTESPERELLI, 2004).

Enquanto recursos de memória (MONTESPERELLI, 2004), portanto, o objeto dessa Tese de Doutorado acaba por exibir um tipo de relação por meio da qual os mecanismos de coesão ganham destaque. É preciso evidenciar, por isso mesmo, que não se trata de uma coesão constituída sem tensões adicionais. Os grupos sociais, como é o caso dos *scientistas* da FAMEB constroem coesão e, por conseguinte, consensos que os induzem há um certo nível de controle sobre as memórias ou que deve ser lembrado, ou esquecido, ou silenciado ou comemorado pelos indivíduos e pela sociedade. A coesão e consenso, nesses termos sendo conquistadas dentro desses grupos sociais, a medida em que, incluem o estabelecimento de uma padronização social para tratar do tempo e do espaço – tempo e espaço esses que, em nosso entendimento, passam a responder a pressões ideológicas, tomadas enquanto dimensão fundamental da condição de organização social que a nova narrativa sobre o processo civilizacional quer trazer.

Assim, tem-se que todos os autores que comparecem nessa Tese de Doutorado – os que aqui foram citados e os que comparecerão alhures – se fazem presentes reiterando a importância dos textos *halbwachianos*, quando eles falam da memória coletiva e quadros sociais de memória e, ao mesmo tempo, quando eles secundam os debates sobre a ideologia em Marx e Engels, nossas categorias epistemológicas.

E de tal modo esses debates são manifestos nos capítulos que seguem dessa Tese de Doutorado que no Capítulo 5 – *Memória e produção da 'cidade da Baía' moderna* entendemos que é hora de promover uma extrapolação e investirmos um pouco mais nas relações entre o capitalismo e seu sociometabolismo perverso, colocados enquanto agentes de defraudação da memória.

Sim! Entendemos que a memória coletiva e seus quadros sociais tenham sido defraudados porque conforme a lógica sociometabólica do capitalismo, tal defraudação se coloca como uma necessidade sociometabólica engendrada pelo sistema, necessidade essa que é colocada pelos *scientistas* médicos no empenho de favorecer o apagamento das marcas que levarão à constituição contraditória da sociedade de classes, como a que se queria ver implantada na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

Isso significando que para analisar as theses doutorais da FAMEB não pudemos lê-las linearmente, vez que, uma leitura desse tipo faria subsumir as contradições que nos interessavam e que embasaram a sua elaboração. Conjecturamos, por isso mesmo que, uma leitura apressada de tais documentos não seria capaz de expor as antinomias existentes, por exemplo, entre a denegação da religião católica, proposta pelos *scientistas* médicos e a afirmação do *scientificismo* como expressão do que é verdadeiro e bom, tal como os autores

das theses doutorais querem sustentar.

A esse respeito também, pode-se dizer que o tempo todo, os *scientistas* da FAMEB criticaram o estatuto da Igreja Católica atribuindo a sociedade fundada sobre as hostes da metanarrativa religiosa, as razões do atraso da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Os escritos médicos, faziam isso, no entanto, não prescindiam de valer-se de uma forte apropriação da(o) moral(ismo) religiosa(o) nas ideias sobre o desenvolvimento. O que queremos dizer com isso, é que paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os *scientistas* da FAMEB criticavam negativamente o estatuto da religião, esses mesmos *scientistas* construíram, alocaram e testemunharam as lutas que se processaram em prol do jogo dialético entre a permanência e a mudança, afinal, tratava-se sobretudo, da reelaboração, recriação ou refundação de memórias e que tiveram como base a rememoração de experiências coletivas construídas no passado.

E por que os médicos? Valendo-se dos escritos de Machado et al. (1978, p. 255) reconhecemos que "[…] os médicos falam, finalmente, em nome de um futuro para o qual a medicina trabalha e contribui decisivamente. Nesse futuro, imperará a ordem, desaparecerão os excessos, o pacto social reencontrará sua essência […]". Essa acepção de Machado et al. (1978) patenteando que, enquanto conhecimento e prática, a medicina é colocada à disposição para a construção de uma nova ordem, a medicina se coloca enquanto "vanguarda da civilização", uma forma de conhecimento que "[…] define seu papel pedagógico, pela necessidade de difusão de um saber, de uma verdade que fundamente a ação coordenada de todos. No corpo médico reside a verdade, que deve ser ensinada tanto ao governo quanto à população, que são ignorantes […]" (MACHADO et al., 1978, p. 255).

Narciso (2012) comenta, por essa razão, sobre a forma de exposição que mais progrediu dentre as ideias médicas na FAMEB de meados do século XIX e início do século XX. Ele discorre sobre a tendência historiográfica que melhor representou o processo de nacionalidade e os intentos civilizacionais: o higienismo. Para Narciso (2012), do mesmo modo que para Schwarcz (1993), o movimento higienista ou sanitarista – cadeira que aliás mais prosperou na FAMEB, que mais floresceu durante meados do século XIX e o início do século XX na instituição baiana, produzindo de 1870 a 1930, 617 theses doutorais, o que corresponde a 36% da produção de 12 cadeiras da instituição – representou mais que um apelo em prol de um novo ordenamento sanitário, mas uma forma de tentar instalar um sentimento de nação na população, uma nação que desejava prescindir do atraso e que, em marcha deveria caminhar na direção do progresso.

Complementando as acepções de Narciso (2012) e Schwarcz (1993), dessa vez Lima e

Hochman (1996) destacam os vários caminhos que os *scientistas* médicos utilizaram para fundar, esse sentimento de nacionalidade e precipitar o processo civilizacional. Conforme esses autores, era através do recrutamento militar, da alfabetização das crianças, do culto ao civismo, da ampliação do colégio eleitoral e da ênfase na saúde coletiva, entre outros, que se pretendia forjar o processo de higienização não somente do espaço urbano, mas curar a sociedade de todos os seus males. Portanto, criar um sujeito higienizado, uma civilização higienizada, deveria significar mais do percorrer o caminho da sanitarização de ruas, avenidas e qualquer dos espaços urbanos, significava compor com o 'novo' para construir uma outra visão sobre o país, sobre a cidade (LIMA; HOCHMAN, 1996).

Construir memórias; fortalecer a coesão e consensos internos dentro de grupos sociais; substituir o estatuto da religião católica pelo estatuto *scientificista* e; finalmente, forjar o sentimento de nacionalidade por meio da promoção de uma nova sociedade, a sociedade higiênica. Tudo indica que essas tenham sido as razões porquê os médicos da FAMEB em meados do século XIX e início do século XX, se afastarem tanto dos temas mais estreitamente vinculados à medicina a saúde, para investirem na busca do estabelecimento de um modelo de uma outra sociedade: a sociedade moderna.

Conforme argumentaremos, nos capítulos a seguir, isso acontecia porque se tornou necessário refundar a 'cidade da Baía' a fim de lê-la como um instrumento técnico da racionalidade e organização do espaço urbano. Nossas bases teóricas para pensar essa refundação, a produção da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX serão Harvey (2003, 2004) e Lefebvre (2006).

Começaremos com Harvey (2004) porque na obra em que ele tematiza as novas formas de imperialismo, o autor concorda que tal fenômeno – o novo imperialismo – exerce influência sobre as lógicas territoriais e de poder. Para Harvey (2003) tais lógicas, apesar de se distinguirem por inteiro, dialeticamente se entrelaçam, na medida em que, de dentro delas emergem contradições que são reificadas no tempo e espaço ensejando, inclusive, a produção de crises periódicas que, no final das contas, acabam por facilitar a regulação de novos negócios e costumes e novas tradições.

Em seu livro *A produção capitalista do espaço*, quando Harvey (2003) discute a criação de uma teoria geográfica e histórica do capitalismo (p. 142-145) e, ademais, discorre sobre a produção da organização espacial (p. 145-150), ele nos oferece as ferramentas que nos conduzem até o entendimento de que a reprodução da vida cotidiana – e a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX não é exceção – demandava a intervenção sociometabólica desse sistema, essa intervenção incluindo a superação das barreiras espaciais,

até então postas. As alterações realizadas no tecido urbano da ‘cidade da Baía’ evidenciando que, o intervencionismo *scientificista* e que logo depois, se transformou em estratégia de imisção estatal, estiveram presentes nas ideias médicas, inspirando o planejamento urbano e abrindo Salvador para a fluidez da produção, circulação e realização de mercadorias. Esse processo estabelecendo relações diretas com a natureza da transformação do trabalho na capital baiana que, ao se expandir, precipitou a acumulação e reformação dos relacionamentos sociais na produção, assim como mudou, também, as dimensões e as formas da circulação, de modo a ajustá-las aos interesses do sistema nascituro.

Compreendendo, então, que o *scientificismo* e o processo civilizacional foram dependentes da existência da oferta de força de trabalho e da oferta dos meios de produção e da infraestrutura, Harvey (2003) sinaliza que o capitalismo tenderia a produzir narrativas justificadoras de seu próprio desenvolvimento, seja estimulando a produção, o consumo, a circulação ou a produção de mais valor, as alterações que ocorreram na “cidade da Baía” de meados do século XIX e início do século XX, apontando para a realização exitosa de seus propósitos.

Ainda enfrentando o debate sobre a produção do espaço, o filósofo marxista e sociólogo francês Lefebvre (2006) sinaliza a passagem da historicidade, tratada pela ideologia, à espacialidade e, nesse processo, expõe a função da produção do espaço na produção da sociedade moderna. Apresentamos esse movimento de transformação na obra *A Produção do espaço*, procurando observar qual perspectiva de sociedade comparece na concepção ontológica de Lefebvre.

Na essência, o que aproxima Lefebvre (2006) de nossos interesses de análise é a perspectiva de explicação de processos combinados de urbanização que acabam por forjar novas geografias, geografias essas que se desenvolvem em todas as escalas e com vistas ao fortalecimento das contradições, totalidade e movimento da realidade concreta. Essas novas configurações espaços-temporais é que, na opinião de Lefebvre, determinam qual mundo teremos e quais novos conceitos de espaço corresponderiam às condições sociais capitalistas e tendentes a modernização.

A teoria da produção do espaço de Lefebvre (2006) parece ser altamente atraente neste contexto. Sua significância reside especialmente no fato que Lefebvre integra sistematicamente as categorias de cidade e espaço em uma única e abrangente teoria social, permitindo a compreensão e a análise dos processos espaciais de permanência e mudança em diferentes níveis. E como consideramos que o espaço se constitui a partir da acumulação desigual de tempos, tempos que são memórias, então, tomamos as contribuições desse autor

como nevrálgicas para esse trabalho.

Decerto que as reflexões defendidas por Harvey (2003) e Lefebvre (2006) demandam objetivações para corresponderem ao plano analítico dessa Tese de Doutorado. Tais aproximações vão sendo apresentadas por meio do delineamento de uma morfologia urbana e social que é profundamente ligada à estratificação espacial, também. A nossa explicação sobre como se dá a criação de bairros novos, como Corredor da Vitória, Graça, Barra e Campo Grande, por volta do ano de 1870, vai ajudando a entender melhor, qual o desenho que essa Salvador moderna adquire, graças ao *scientificismo* e em vista da modernidade.

Por isso mesmo, a despeito das mudanças na economia política se reificarem, manifestando-se através das alterações do desenho da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX convém realizar uma ponderação que tem há ver com o complexo de fenômenos que povoaram o ambiente cotidiano nesse espaço peculiar e que, em nosso caso, comunicam com o método que investimos nesse trabalho: o método materialismo histórico dialético. E quem nos ajuda a realizar tal raciocínio inicialmente é Karel Kosik quando ele, reinterpretando a metáfora marxista sobre a câmara escura diz o seguinte:

> O mundo da pseudoconcretidade é um claro escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial ou sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno […] (KOSIK, 2011, p. 15).

No *Grundrisse* quando Marx (2011) fala do método da economia política, ele chama atenção que é correto iniciar a análise do fenômeno pelo real e pelo concreto, o que significa dizer que, qualquer forma de exibição ou de análise desse real e desse concreto, precisaria incluir a totalidade das múltiplas determinações e relações com o todo. Quando Marx chama atenção para esse procedimento de análise, ele nos permite aventar também que, uma pesquisa balizada no método materialismo histórico dialético como essa, considera que o "simples" se expressa no trabalho, na divisão do trabalho, nas necessidades e no valor de troca que vão sendo gradativamente alterados com a passagem do tempo. E o Estado e suas "relações complexas"? A complexidade das relações do Estado com a sociedade se expõe por meio da troca entre nações e o fortalecimento de vínculos com o mercado mundial (MARX, 2011, p. 54).

Aonde estaria "o simples", nessa pesquisa, mais precisamente? E aonde estaria "o

complexo" no fenômeno estudado? Tomando o trabalho de Williams (2012) como base, falaremos sobre o simples quando apresentarmos as nuances da escravidão negra no Brasil, situando-a enquanto fenômeno derivado de questões econômicas e, mais que isso, abordaremos "o simples na escravidão" quando expusermos as ideias *scientificistas*, o ideal de "cura da raça" e quando apresentarmos as teses assepsistas higienistas enquanto fenômeno decorrente das relações de classe.

Já para chegar perto das ideias complexas, discutiremos o escravismo e a libertação dos escravos a partir da performance de suas engrenagens, isto é, apresentaremos reflexões sobre o funcionamento do tráfico negreiro e o monopólio metropolitano sobre o comércio com as colônias, pois entendemos que tais fenômenos têm importância central para a acumulação de capitais que serve de arranque para a virada desenvolvimentista que ocorreu na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX (WILLIAMS, 2012).

Assim, fiéis ao entendimento marxista, reiteramos que "[…] a categoria econômica mais simples [...] [supõe] também um certo tipo de família – ou comunidade – ou de Estado […]" (MARX, 2011, p. 55, grifos do autor) e acrescentaríamos, de sociedade que aqui está sendo exposta.

Tomando as theses doutorais da FAMEB, não obstante, como veículos de expressão da totalidade do real que Marx quer explicar, quando ele fala do método da economia política, compreendemos que esses documentos não teriam existência independente, histórica ou natural porque, elas estão organicamente vinculadas a prática e porque desenvolvem-se "[…] da intuição viva ao pensamento abstrato, e do pensamento abstrato à prática, como critério de verdade […]" (CHEPTULIN, 1982, p. 124). Lemo-as, nesse sentido, como veículos por meio do qual o sociometabolismo capitalista expressa as suas verdades.

É oportuno lembrar que reconhecendo ser o jogo dialético, Marx é o autor que nos ajudará na dedução sobre a existência de dois momentos inseparáveis: a investigação (ou a pesquisa) e a exposição (ou a apresentação) que é explicada por Eduardo Chagas:

> A investigação, ou o método de investigação (*Forschungsmethode*), é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E a exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não é simplesmente uma auto-exposição do objeto, senão ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto. A exposição é uma expressão (tradução) ideal do movimento efetivo do real, isto é, trata-se não de uma produção, mas de uma reprodução do movimento efetivo do material, do

> real, de tal modo que o real se "espelhe" no ideal. Reproduzir quer dizer aqui para Marx reconstruir criticamente, no plano ideal, o movimento sistemático do objeto, pois o objeto não é dado pela experiência direta e imediatamente. Requer aqui, portanto, um trabalho prévio de investigação ("escavação" e "garimpo"), de maturação do objeto, de sua captação com detalhes, de suas formas de evolução, de suas conexões íntimas, para depois expor adequadamente, sistemático e criticamente, a sua lógica interna; vale dizer, é preciso um esforço intelectual de investigação, de apropriação do conteúdo, de apreensão do movimento interno, efetivo, do real, e de exposição, de expressão, ideal desse conteúdo, para livrar-se do "envoltório místico", da "crosta idealista", extraindo o núcleo, o "caroço racional" de dentro das coisas, pois, afinal de contas, "a pérola não sai sozinha da ostra". Neste sentido, o método dialético de Marx não é um instrumento, uma técnica de intervenção externa do pensamento ao objeto, como que um caminho pelo qual o pensamento manipula, a partir de hipóteses exteriores, o objeto. O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico (CHAGAS, 2012, p. 2-3).

Esperamos que a investigação ou o esforço prévio de apropriação pelo pensamento, das determinações do conteúdo do nosso objeto – as theses doutorais – ajudem na compreensão que tais documentos exibem o real, mas um real mediado pela ideologia. As theses doutorais em nosso entendimento se amparam em ideologias, na medida em que, ajustando-se às necessidades do real e do concreto, elas ajudaram a engendrar ordenamentos, estratificações, hierarquias bem marcadas no plano da organização espacial. Destarte, em nossa avaliação, também, as theses doutorais assumem o *status quo* de ponto relacional com a análise e exposição da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. A linguagem contida nelas podendo ser encarada como instigadora de uma espécie de verve relacional com o mundo, que ganha a força semiológica da intertextualidade quando "[...] expõe interdiscursos vinculados a formações ideológicas que também respondem a formações discursivas [...]" (PÊCHEUX, 1997, p. 9).

Supondo então, que esses documentos prospectem recomendações de como a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX deve se modernizar, fica mais fácil entender as razões pelas quais os candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB faziam questão de, mesmo extrapolando os temas mais diretamente vinculados à saúde, realizar a defesa intransigente de substituições que visavam cerrar as portas ao 'antigo' e, paradoxalmente, abrir a cidade para o 'novo'. Nas theses doutorais, os candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB tratam de questões que se aproximam do debate sobre a saúde, tais como as estatísticas médicas da 'cidade da Baía'; as doenças mais comuns,

segundo os climas; traços da população sob o ponto de vista higiênico e evolucionista; e a regulamentação e desregulamentação da atividade prostitucional; mas não se detêm nesse aspecto somente. Procurando escapar dos temas mais diretamente ligados ao assunto, nesses mesmos trabalhos, os candidatos tratavam da definição de homossexual, da dança (do maxixe), do ciúme, da luxúria, do comportamento de padres e frades, do comportamento adequado nos bailes, o que evidenciava não só o ecletismo do pensamento *científico* da época, mas o esforço dos médicos em engolfar debates que incidissem sobre a organização da sociedade, dos costumes como um todo.

Nessa cidade alterada, a exposição crítica e das contradições do objeto será apresentada como resposta crítico-objetiva uma 'cidade da Baía' que se exibe em movimento em vigorosa mudança. Algumas de suas alterações mais importantes sendo as que precipitaram a substituição da carroça puxada por tração animal pelo bonde elétrico; a substituição dos antigos postes de iluminação pública, alimentados por óleo de baleia, pela iluminação com fios de eletricidade; que precipitaram a elaboração dos primeiros projetos de saneamento; a parametrização de novos costumes 'civis', até o ponto em que fossem transformados em Códigos de Posturas Municipais, permitindo, assim, a separação de que(m) é civilizado de que(m) não é.

E se falamos de "rememorar" o legado inscrito nas cinco theses doutorais escritas pelos candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB, e que tem efeitos manifestos na transformação do desenho da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, é oportuno argumentar também que, não as tomamos como ponto de partida, em vista de questões ligadas ao tempo de sua produção – embora este tenha sido um dos critérios –, mas, essencialmente, procuramos evidenciar a sua importância em vista das repercussões que os discursos tiveram em circunstâncias históricas determinadas. Igualmente, tornou-se fundamental esclarecer que, no procedimento de análise, revisamos categorias como regulamentação, educação, desenvolvimento, moral e sociedade, que, na análise de conteúdo, são as que mais compareceram nas theses doutorais.

Assim, entendendo que o *scientificismo* acumulou nexos suficientes para fundamentar uma análise baseada no método do materialismo histórico dialético, o trabalho que segue apropria-se dos referenciais e de algumas categorias analíticas do marxismo – mormente, a ideologia – na tentativa de oferecer entendimento sobre as contradições, a totalidade e o movimento que estão na base das transformações que a 'cidade da Baía' experimentou, de meados do século XIX a início do século XX. Transformações essas entendidas como essenciais para o sistema capitalista, na medida em que, elas asseguram que a divisão de

classes se cristalize na forma da alteração da morfologia urbana[14.] Mais que isso, Salvador é exibida por seu papel dentro do mapa geopolítico (inter)nacional um espaço que pudesse ser mais bem preparado para circulação de pessoas e mercadorias.

Tomando como possibilidade de estudos, então, a abordagem que situa a percepção coletiva de análise na interface entre a memória e a ideologia, concordamos com as ideias de Eric Hobsbawm (*apud* MAGALHÃES, 2014, p. 23) que assente ser o passado "[...] definido como o período que precede aos acontecimentos que ficou diretamente registrado na memória de qualquer individuo como resultado do compartilhamento de vida com pessoas que nos superam em idade […]". E, por conta dessa aproximação, vamos assumindo a ideia de que "[...] nesse processo comparece uma dialética de validação de novas e velhas experiências, a partir de determinados condicionamentos econômicos e sociais, que é inevitável considerar, na abordagem de fenômenos culturais e da sua vigência histórica [...]" (MAGALHÃES, 2007, p. 28).

Os quadros sociais da memória e a memória coletiva (valores, visões de mundo, projeções), predominantes na realidade da FAMEB e extensivas a toda 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, parecem indicar, nessa perspectiva, a aparência sustentacular das lógicas específicas de uma época em que o *científico* pretendeu definir os rumos do desenvolvimento dessa importante cidade, escondendo a essência de sua razão, a manutenção da sociedade de classe, em sua ordenação mais racional.

Salientamos que recorremos ao campo teórico da memória coletiva, considerando que a mesma é uma das formas de construção, de elaboração e transmissão da ideologicidade uma dada verdade, no caso, do *scientificismo*, mas também de uma memória ideológica que concilia valores familiares, religiosos, com o suposto modelo civilizacional. Assim, as propostas estabelecidas pelos médicos da FAMEB para idear uma 'cidade da Baía' também mantinham a persistência de valores que aparentemente se contrapunha ao *scientificismo*, cuja expectativa era recusar veementemente o misticismo religioso (católico).

Fazemos questão de destacar, por essa razão, que mesmo assumindo o caráter desafiador que envolve operar com conceitos oriundos de matrizes teóricas tão diferentes, a responsabilidade imputada não deve se confundida com um impasse. Assim é que, ao invés de

[14] Até o século XIX, há certo consenso em afirmar que, na 'cidade da Baía', vigia certo caráter promíscuo do ponto de vista espacial. Ricos e pobres, pretos e brancos, todos compartilhavam a vida dentro dos estreitos liames do que hoje é reconhecido como Centro Histórico de Salvador (CHS). Isso começa a mudar, no entanto, quando, em meados desse mesmo século, os médicos da FAMEB sustentam que é antisséptico essas classes, enfim, pessoas civilizadas e incivis, dividirem o mesmo espaço. Assim é que, no século XIX, o CHS começa a ser abandonado pelas classes abastadas, que se reestabelecem em lugares como o Corredor da Vitória, Campo Grande e Canela.

considerar o fenômeno extemporâneo e exclusivo, cremos que ele pode denotar assimetrias marcadamente ideologizadas por conotações determinadas pelo modo capitalista. Isto posto, por meio do processo de rememoração e reconstituição dos quadros sociais que denotam a memória coletiva e social daquele momento, esperamos ser capazes de demonstrar os nexos, as relações entre as mudanças pretendidas para a 'cidade da Baía', que estabelecem uma vinculação estreita entre os escritos das theses e as trajetória dos processos de produção das condições de desenvolvimento do capital.

A partir da constituição dessa 'arquitetura' descritiva e teórico metodológica, nosso empenho é o de pôr em evidência as contradições e o movimento que o *scientificismo* prolatado pelos médicos da FAMEB sugere, intentando convencer sobre a necessidade de mudança no modelo civilizacional adotado na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

1.1 A TÍTULO DE ORDENAÇÃO DA TESE

O Capítulo 1 – *Introdução* corresponde ao texto ora apresentado. Aqui são apresentados o objeto, os objetivos, as justificativas, as bases teórico-metodológicas do trabalho, e finalmente, essa descrição de capítulos.

No Capítulo 2 – *A descrição das theses doutorais*, apresentamos o *corpus* que dá sustentação à pesquisa, as cinco theses doutorais escritas pelos médicos da FAMEB nos anos de 1852, 1874, 1899, 1909 e 1912.

No Capítulo 3 – *Revisitando o positivismo, o evolucionismo e o determinismo: embasamento teórico das theses doutorais*, revisamos as três das grandes metateorias que lastrearam não só o pensamento médico de meados do século XIX até o início do século XX, mas o pensamento científico como um todo. Na nossa interpretação, a apropriação de pontos-chaves das metateorias ditas positivistas, evolucionistas e deterministas é nevrálgica para a promoção do entendimento das bases ideológicas que orientaram a transformação da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

Assim, recuperamos as concepções basilares dessas metateorias e, para além dessas conceptualizações, oferecemos algumas reflexões sobre as maneiras através das quais, dialeticamente, elas operam no sentido de fortalecer a construção da objetividade / subjetividade ideológica dos processos de transformação.

No Capítulo 4 – *"Quadros sociais de memória", memória e ideologia nas theses doutorais*, apresentamos as categorias centrais dessa Tese de Doutorado, sinalizando para o

fato de que as metateorias de transição configuram-se em memórias grifadas de um projeto ideopolítico das classes dominantes. Nesse capítulo, ainda abordaremos a discussão de como as theses doutorais reproduzem a ideologia garantidora da adoção de outro modelo civilizacional, repercutindo modificações reais e concretas na morfologia da cidade da Baía de meados do século XIX e início do século XX.

Finalmente, no Capítulo 5 – *Memória e produção da 'cidade da Baía' moderna*, apresentaremos a cartografia da 'cidade da Baía' que se configura a partir da sugestão dos médicos da FAMEB, à ideologia cumpre a reconstrução intelectual, social e econômica, que serve de "combustível" para operar as modificações que sofrerá a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Falar a partir disso implica assumir que o mecanismo da circulação e do movimento, graças à sobrelevação dessa categoria, é alçado à condição de pilar estruturante da nova morfologia que a cidade assumirá.

2 DESCRIÇÃO DAS THESES DOUTORAIS

Iniciamos esse texto conceituando o que vem a ser uma these doutoral, pois, se nos dias de hoje, um trabalho dessa natureza é considerado o tipo mais representativo e consistente de trabalho científico monográfico que é realizado, principalmente, por estudantes de pós-graduação em nível de doutorado, na FAMEB de meados do século XIX e início do século XX a concepção de these doutoral era diferente da que temos hoje.

Em meados do século XIX e início do século XX, a these doutoral de assemelhava a uma monografia, conquanto, resida no emprego dessa concepção, algumas diferenças fundamentais, se comparadas com o que é reconhecido como uma tese nos dias atuais. A saber, em meados do século XIX e início do século XX uma these doutoral tinha as seguintes características: 1) em meados do século XIX e início do século XX, o acadêmico que a defendesse não precisaria estar cursando uma pós-graduação. A these doutoral deveria ser defendida no final do que corresponderia hoje há uma graduação; 2) o acadêmico que defendesse a these doutoral, estaria obrigado a sustentar não somente uma, mas até três "ideias novas", cada uma vinculada a uma disciplina diferente, a primeira these doutoral correspondendo aquela à qual estivesse vinculado o seu trabalho.

Nosso *corpus* de pesquisa será constituído por cinco dessas produções, sendo que três delas pertencem à cadeira/disciplina de hygiene e mais duas estão ligadas a cadeira/disciplina de psyquiatria. Trabalharemos, também, dentro de um recorte temporal de sessenta anos (1852 a 1912), sendo que, essas theses doutorais foram publicadas respectivamente nos anos de 1852, 1874, 1899, 1909 e 1912.

Sobre as cadeiras / disciplinas do curso de medicina ou *sciências* médico cirúrgicas, podemos dizer que a cadeira / disciplina de hygiene foi a que alocou o maior volume de produções da FAMEB até que houvesse a sua extinção, em 1950, quando a Universidade da Bahia, atual UFBA, foi criada. Segundo levantamentos realizados por Schwarcz (1993) que cobriu 42 anos dessa pesquisa (1870 até 1930), no período correspondente ao recorte temporal dessa pesquisa, 36% das produções da FAMEB, saíram da cadeira/disciplina de hygiene. A cadeira/disciplina de psyquiatria ou medicina nervosa/neorologia, correspondendo há apenas 4% da produção dessa instituição.

Cabe ressaltar ainda, que a cadeira/disciplina de hygiene foi quem conferiu identidade própria à Academia baiana. Juntamente com a cadeira/disciplina de Medicina Legal – cujo pai fundador é o médico Raymundo Nina Rodrigues (1862 – 1906) bastante referenciado por seus

estudos sobre raça e criminalidade social –, foram essas as duas cadeiras/disciplinas que ajudaram a pôr em evidência a escola baiana (SCHWARCZ, 1993).

No ano de 1999, quando tivemos acesso a esses documentos pela primeira vez, as theses doutorais compunham um conjunto modesto de produções que cabiam dentro de uma estante da biblioteca da instituição. Tivemos acesso a essas, graças há um longo trabalho de negociação realizado entre minha orientadora do Mestrado em Geografia (MESGEO), a Professora Maria Auxiliadora da Silva e a bibliotecária da FAMEB, Sra. D.B.S.R. que nos informou que esses documentos não estavam disponíveis ao acesso do público, em vista de um projeto que previa a digitalização de todo o acervo.

O que motivou a seleção desses trabalhos inicialmente, foi o apelo contido nos títulos, que evocavam há assuntos que desejávamos ver explorados na Dissertação de Mestrado *Centro Histórico de Salvador – Bahia e os discursos para a montagem dos cenários* defendida no ano de 2001, no MESGEO/UFBA. Tendo reproduzido as theses doutorais e procedido a sua leitura imediata, no entanto, logo ficou claro que não haveria mais tempo para absorvermos na dissertação, toda a complexidade de análise que essas produções exigiam. Assim, 'reservamos' a sua 'novidade' para apresentá-las no doutorado futuro, o que só ocorreu quinze anos depois de sua aquisição.

Desde a leitura inicial, foi sob o ponto de vista da análise que as theses doutorais apareceram como documentos, produto das determinações históricas da época, da sociedade em que estavam inseridas. Também estamos considerando que esses documentos figurem enquanto "recursos de memória" (MONTESPERELLI, 2004), ou seja, recursos que resultam do esforço dos cientistas médicos da FAMEB para reconstruir a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX conforme os parâmetros da modernidade. O que entendemos que elas apresentam, portanto, é um quadro historiográfico, espacial, político, econômico e, sobretudo, memorial e ideológico, que nos permite expor as polarizações dinâmicas que orientam os comportamentos sociais e coletivos dos agentes que deveriam definir um padrão civilizatório na cidade, naquele período específico.

Não se pode deixar de mencionar também, que avaliamos como equivocado considerar essa produção *scientífica* criada na FAMEB como elemento exótico ou anacrônico que promove a exposição da realidade. Ao contrário disso, supomos que as theses doutorais funcionaram enquanto recursos dinâmicos e propulsores de uma intencionalidade ideológica, que embora "[...] tolhidas aqui ou deformadas ali, se convertem no 'fermento histórico' do comportamento social civilizado [...]", e que em curto prazo "[...] alimentaram e orientaram as opções que delinearam, nos planos ideológico e utópico, os ideais de organização do Estado

Nacional [...]" (FERNANDES, 1976, p. 36).

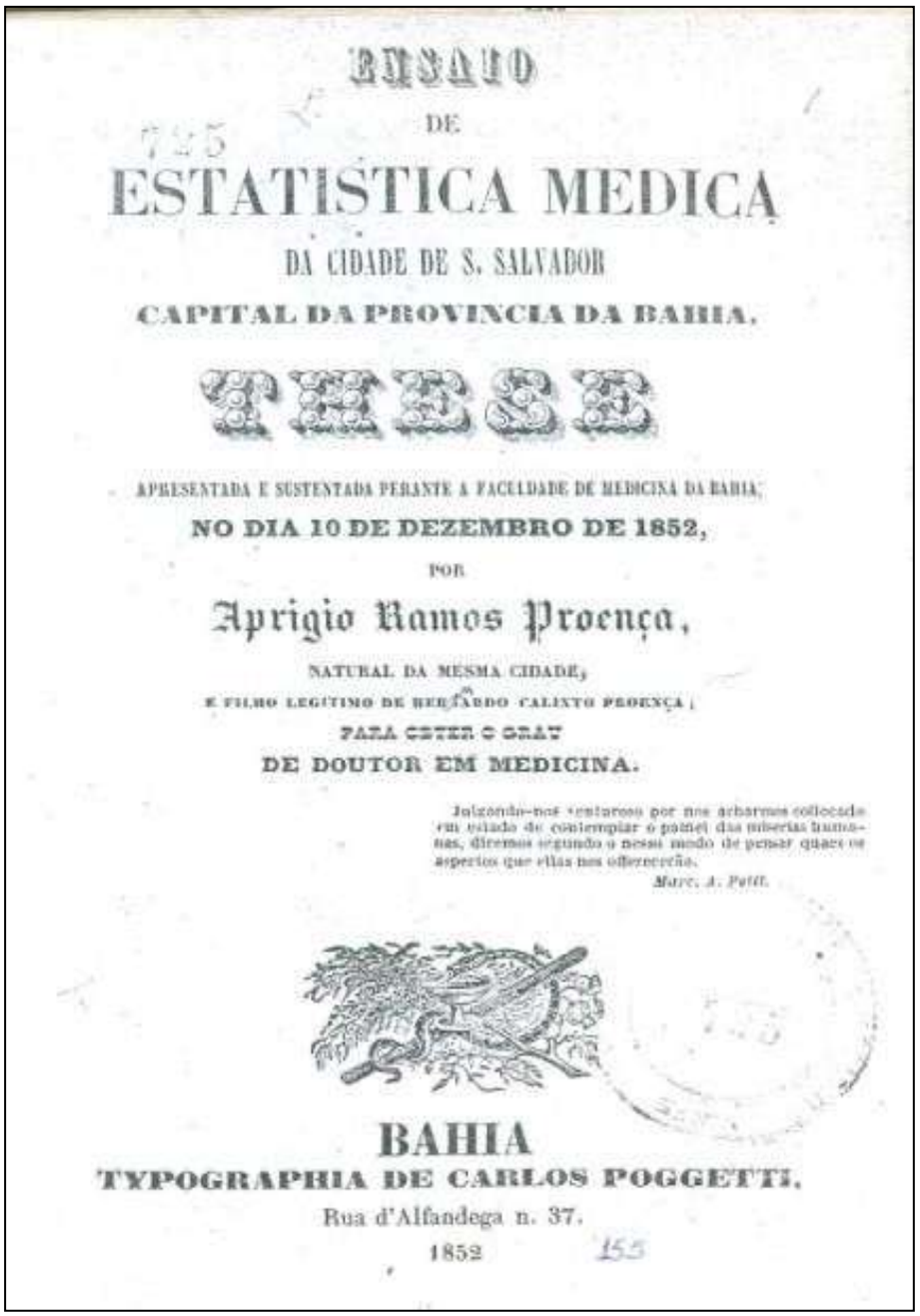
A proposta que orienta a elaboração desse capítulo é, por essa razão, expor uma parte importante dos quadros sociais de memória e das memórias coletivas organizados por esses grupos de intelectuais que se autoproclamavam *illustrados* da FAMEB – no sentido que se enxergavam como sujeitos que pretendiam 'colocar luz' sobre a ignorância, representada por tudo o que não se enquadrasse como não *científico* – e os únicos capazes de prever um futuro promissor para a 'cidade da Baía', na avaliação dos mesmos, descuidada por todos, população e legisladores. Começaremos, então, com as suas descrições.

2.1 ENSAIO DE ESTATÍSTICA MÉDICA DA CIDADE DE SÃO SALVADOR, CAPITAL DA PROVÍNCIA DA BAHIA (1852)

A these doutoral intitulada *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador da cidade da Bahia, capital da província da Bahia* (Figura 1), de autoria de Aprígio Ramos Proença foi defendida em 10 de dezembro de 1852, na até então chamada FAMEB. Possui capa; contracapa com apresentação do nome do diretor da faculdade, apresentação dos 'lentes proprietários'[15] e das disciplinas que esses lecionam do 1º ao 6º ano (a saber: lentes do 1º ano – Botânica Médica, Princípios Elementares de Zoologia e Physica Médica; lentes do 2º ano – Chímica Médica, Princípios Elementares de Mineralogia e Anatomia Geral e Descriptiva; lentes do 3º ano – Anatomia Geral e Descriptiva e Physiologia; lentes do 4º ano – Pathologia Interna, Pathologia Externa, Pharmácia, Matéria Médica (especialmente a brasileira), Therapéutica e Arte de formular; lentes 5º ano – Partos, Moléstias de Mulheres Pejadas e de Meninos Recém Nascidos, Medicina Operatória, Apparelhos e Anatomia Topográphica; lentes do 6º ano – Hygiene, História da Medicina, Medicina Geral, Clínica Externa, Anatomia Pathológica (respectiva e anexa ao 2º, 3º, 4º, 5º e 6º anos), Clínica Interna e Anatomia Pathológica (respectiva e anexa ao 5º e 6º anos), apresentação dos lentes substitutos (a saber: Secção de *Sciências* Accessórias, Secção Cirúrgica e Secção Médica) e do Secretário da FAMEB; 6 páginas de homenagens a memória da mãe do autor, aos amigos, a famílias (irmãos e irmãs) ao Cardeal e aos colegas e professores da faculdade); uma página de Introdução*;* trinta e uma páginas numeradas de texto, divididas em três sessões intituladas *Circumfusa*, *Ingesta* e *Percepta.*

[15] O termo lente proprietário, se refere ao que atualmente pode ser associado ao professor efetivo, 'dono' de uma cadeira.

Figura 1 - Capa da these doutoral "Ensaio de estatística médica da cidade de são salvador, capital da província da bahia"



ENSAIO

DE

ESTATISTICA MEDICA

DA CIDADE DE S. SALVADOR

CAPITAL DA PROVINCIA DA BAHIA.

THESE

APRESENTADA E SUSTENTADA PERANTE A FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA,

NO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 1852,

POR

Aprigio Ramos Proença,

NATURAL DA MESMA CIDADE,

E FILHO LEGITIMO DE BERNARDO CALIXTO PROENÇA;

PARA OBTER O GRAU

DE DOUTOR EM MEDICINA.

Julgando-nos venturosos por nos acharmos collocados em gráo de contemplar o painel das miserias humanas, diremos segundo o nosso modo de pensar quaes os aspectos que ellas nos offereceráo.

Marc. A. Petit.

BAHIA

TYPOGRAPHIA DE CARLOS POGGETTI.

Rua d'Alfandega n. 37.

1852

Fonte: Proença (1852) – Pesquisa de campo (2001).

Numa espécie de apresentação intitulada *Ao leitor*, o autor discorre sobre a exigência imposta ao candidato ao título de Doutor em Medicina como última prova para atestar a sua habilitação: a apresentação da these doutoral. Confessa, por conta disso que, decorrido metade do último ano da faculdade, ele não havia ainda escolhido um tema para desenvolver. Com respeito a essa demora, se justifica alegando que "[...] muitos médicos tem escrito sobre as melhores questões das *sciências* médicas [...]" (PROENÇA, 1852, p. R1), e por essa razão, ele não teria o dissabor de oferecer ao público algo que fosse 'menor'. Ainda confessando-se

abalado pelas exigências impostas em sua formação, Proença (1852) admite a resistência em discutir algo que inúmeros escritores já fizeram. “[...] Lançando limitadas vistas para lugares longínquos [...]” (PROENÇA, 1852, p. R1), inclusive, ele questiona a si mesmo, acerca dos por quê’s de não estudar a ‘cidade da Baía’, aonde havia nascido, aonde haviam coisas que mereciam a sua atenção, aonde nunca haviam sido apresentados trabalhos estatísticos.

Optando por apresentar e discutir dados estatísticos da ‘cidade da Baía’, e por um recorte temporal de dez anos que ele demarca com precisão, Proença (1952, p. R1) argumenta que, por meio desse trabalho “[...] poder-se-hia saber as moléstias que costumam apparecer frequentemente entre a nossa população [...]”.

Nas páginas seguintes, um e dois, assemelhada a uma *Introdução* e que o autor intitulou com o mesmo nome da sua these doutoral, Proença (1852) recorre a uma citação de Francis Bacon feita em língua latina, para começar o seu texto, a saber “[...] Homo nature minister, et interpres de naturæ ordine tantum acit, et potest, quantum observaverit, nec aupilus scit aut potest [...]” (BACON apud PROENÇA, 1852, p. 1).

Depois disso, fala da atenção que a estatística deve merecer por parte dos legisladores e do médico. Diz ainda que, em países “[...] aonde a civilisação tem accarretado algum progresso [...]” (PROENÇA, 1852, p. 1), o assunto mereceria um tratamento mais atencioso por parte da administração civil que assim, teriam meios para ordenar os dados sobre o assunto, assegurando modos para garantir a boa higiene e prevenindo contra o aparecimento várias doenças. O autor reclama ainda, da ausência de dados estatísticos nos hospitais da capital e oferece um depoimento sobre as dificuldades interpostas em seu trabalho por conta disso.

Dando continuidade ao debate, Proença (1852) define o que em sua opinião vem a ser conhecimentos estatísticos. Para ele tais conhecimentos:

> [...] encerram a acquisição de uma coleção de factos relativos ora a uma parte, ora ao total dos habitantes de qualquer paiz: sendo além d´isto coadjuvada por certas qualidades, ou circumstâncias inseparáveis d’essa mesma coleção de indivíduos. Conseguintemente a estatística médica he a acquisição de diferentes factos relativos aos indivíduos que compõem uma população pelo que diz respeito as diferentes causas morbíficas capazes de modificar as suas organizasações a ponto de tornal-as enfermas […] (PROENÇA, 1852, p. 2).

Para Proença (1852), portanto, as causas das moléstias, estariam relacionadas com a atmosfera, os alimentos e os vícios adquiridos pelos progressos da civilização.

Na seção intitulada *Circumfusa,* com oito páginas, o autor começa com a definição do termo, em sua opinião, largamente empregado pelos higienistas. Para os higienistas, com quem Proença (1852, p. 4) concorda, *Circumfusa* designa "[...] differentes objectos, umas vezes dependentes da atmosphera, outras do sólo em que habitamos, outras ainda das imprevistas composições, e decomposições de corpos animaes e vegetais [...]". O autor prossegue, oferecendo ao leitor uma definição de clima, conforme a análise do trabalho feito pelo geógrafo Conrad Malte Brum (1755-1826) de quem o médico extraí o conceito de clima. Para Proença (1852), não obstante, o clima designa:

> […] o concurso de certas condições atmosphéricas mais ou menos análogas em uma certa e limitada extensão de um paiz qualquer. Por definição...pode-se desde já inferir que, variando as condições aptimosphéricas em um certo espaço de tempo e de lugar, os indivíduos que se acharem debaixo da infuência das mesmas, também deverão soffrer modificações nas diferentes maneiras de funccionar de seus órgãos, ou o que vem a ser o mesmo [...] (PROENÇA, 1852, p. 4).

Em sua compreensão, o clima influencia nas disposições orgânicas. E de tal modo, esse elemento é significativo que ele contribui com a produção das moléstias, sobretudo, aquelas relacionadas com o aparelho respiratório.

Argumentando favorável em relação à realização de exames médicos para todos habitantes ou visitantes que aportam na 'cidade da Baía', Proença (1852) discorre sobre o clima quente da cidade, arrolando as principais doenças associadas com esse elemento. Em suas análises, quando a temperatura eleva-se "[...] he nesta epocha que os meninos apresentão-se uns affectados de convulsões, outros com dysenterias, estes com febres malignas, aquelles com sarampo, etc [...]" (PROENÇA, 1852, p. 5). Os adultos nas temperaturas elevadas, conforme Proença "[...] são acommetidos de gastrites, fluxos hemorhoidaes, febres intermittentes, perniciosas, cephalgias, dyspepsias, etc [...]" (PROENÇA, 1852, p. 5). Já quanto aos velhos, Proença (1852, p. 5) argumenta que esses "[...] parecem ser os únicos que sem maiores damnos soffrem os embates d'essa estação […]".

Ainda investindo no assunto clima, Proença (1852) discorre sobre os efeitos de seu 'abaixamento' no desenvolvimento de moléstias. Para ele "[...] he assim que na estação do inverno nota-se um número prodigioso de moléstias das vias respiratórias, como por exemplo, as pleurisias, pneumonias, bronchites, laryngites, hidremias além das artrites reumáticas [...]" (PROENÇA, 1852, p. 6). Ainda segundo esse autor, no inverno nota-se, também a ocorrência

‘moléstias esporádicas’ como alguns tipos de bronquite e o tétano. Para esse, somente a primavera é uma estação favorecedora da saúde.

Falando sobre a phthisica pulmonar, nome atribuído à tuberculose na época, Proença (1852, p. 7) informa que “[...] no Hospital da Santa Misericórdia he a moléstia a cuja face cahe maior número de indivíduos de ambos os sexos [...]”. E apela: “[...] Prouvera a Deus que essa terrível affecção só por semelhantes casas fizesse seus estragos!! [...]”.

Tentando alimentar uma associação entre salubridade e higiene, Proença (1852, p. 8) prossegue falando de algumas localidades da ‘cidade da Baía’ que são ocupadas por pântanos e “[...] esgotadores imundos [...]”, aonde se notam corpos de animais e vegetais decompostos. Para o autor os indivíduos que procuram ‘distração’ nesses lugares, tornam-se mais susceptíveis as febres intermitentes benignas e malignas que podem levar o sujeito a morte.

Proença (1852, p. 9) também expõe as suas impressões sobre a falta de higiene dos templos, pois que, para esse autor, esses espaços se constituem na expressão concreta da “[...] nossa falta de progresso e de civilisação [...]”. Tentando justificar o seu ponto de vista, ele protesta contra templos construídos contíguos aos cemitérios e reclama que os cemitérios muitas vezes, são construídos contíguos as habitações da população. Mais ainda, o acadêmico discorre sobre a demora para que sejam realizados os sepultamentos e cita o caso da surpresa que causou na França, o caso do Sr. Deschamps, sepultado de vinte a vinte e quatro horas depois de seu falecimento.

Anunciando o final da sessão *Circumfusa*, Proença (1852) apela para que os legisladores e médicos dêem atenção aos edifícios públicos e particulares. Sobre os edifícios particulares, diz que só necessitam de algumas modificações e que, por essa razão, ele se deterá mais na análise das edificações públicas, ocupadas por “[...] homens banidos dos direitos que a sociedade lhes garantia, ainda nas enxovias e calcetas são considerados com despreso por aqueles que os inspeccionão [...]” (PROENÇA, 1852, p. 10).

Queixando-se contra o procedimento dos homens que inspecionam as edificações públicas, Proença (1852, p. 10) diz que, pela falta de condições higiênicas e de anotações da fiscalização, os indivíduos que habitam esses espaços têm sido obrigados “[...] a respirar o ar infeccionado por princípios deletérios de differentes espécies [...]”.

Recorrendo as cadeias públicas como exemplo, Proença (1852) cita Gabriel Andral e Jules Gavarret que em 1811, quando foram convidados para inspecionar as cadeias públicas de Paris, apresentaram um relatório rico em detalhes sobre as condições atmosféricas que

dominavam esse lugar. Também, cita Phillipe Pinel (11745-1826)[16] que em 1800, por seu livro *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale, ou la manie* se destacou como o primeiro autor que levantou a voz para falar acerca das condições em que viviam os alienados. Sobre o trabalho de Pinel, Proença (1852, p. 10) destaca ainda que, esse autor "[...] soube acommodar as necessidades de um indivíduo encarcerado quer em relação ao sexo, quer as idades, estado de saúde, ou de moléstia e muitas outras circumstâncias que a ocasião lhes suggeria [...]".

Acerca da situação dos nossos presos, o candidato ao título de Doutor em Medicina reclama que da parte dos poderes públicos, falta comiseração e humanidade com esses, pois que, as capacidades de nossas prisões são inadequadas do ponto de vista higiênico. Para Proença:

> [...] o ar que circula em tão curto espaço, pouco e insalubre para servir aos trabalhos da vida, por se desprender continuadamente uma grande quantidade de differentes gazes e de preferência o ácido carbônico, sendo respirado pelos presos os torna amarellados, fracos, anêmicos, affectados de hepatites e muitos são acommetidos da phtísica pulmonar. Ajuntai a essa grande e poderossíssima origem de differentes affecções a insufficiência das comidas tanto em qualidade como em quantidade e tereis um dado de mais para avaliardes a respeito de gastrites, definhamentos, cachexias, diarrhéas e etc, que acommettem esses miseráveis [...] (PROENÇA, 1852, p. 10).

Na sessão intitulada *Ingesta*, Proença (1852, p. 12) cita Hipócrates (460 a.C. - 360 a.C.) que define o termo alimentação enquanto "[...] tudo que podia ser introduzido na economia vivente para assim servir a nutrição e entretimento da vida [...]". Os alimentos, os animais e vegetais, as bebidas, sejam ou não alcoólicas, compõem a lista das *ingestas.* Discutindo o assunto alimentos, Proença (1852) apresenta os fatores que, em sua opinião, concorrem para a adequada nutrição: a ingestão de animais e vegetais, resumindo.

Falando sobre os habitantes da capital, ele afirma que se esses se suprissem melhor, poderiam gozar de melhores condições de saúde. Ele também, condena o uso de alimentos extraídos de animais, que em sua opinião "[...] jamais podem conservar a integridade de seus elementos nutritivos em virtude das immensas alterações por elles sofridas [...]" (PROENÇA, 1852, p. 13). Em sua impressão, no entanto, exceção pode ser feita a alimentação dos indígenas, que se nutrem de peixes ainda com escamas, bastante nutritivos, na impressão do médico.

---

16 Ver *Tratado Médico-filosófico Sobre a Alienação Mental Ou a Mania* (1800 – 1801).

Restringindo-se aos diferentes gêneros de condimentos utilizados cotidianamente em nossas cozinhas, Proença (1852) discute os efeitos do que classifica como uso abusivo desses sobre nossa saúde. Aborda, sobretudo, as relações desse uso com a ocorrência de doenças, tais como, afecções do intestino, fígado e doenças do aparelho respiratório. Além disso, reivindica limites na utilização de condimentos pela população. Paradoxalmente, Proença (1852) fala, ainda que a ingesta de condimentos é capaz de aumentar a digestibilidade que ativa a circulação sanguínea, e por consequência também, as forças gástricas.

Falando sobre o "[...] temperamento sanguíneo exaltado [...]" (PROENÇA, 1852, p. 13) ele argumenta que a utilização excessiva desses ingredientes pode ser responsável pela produção de inflamação e ulceração nas mucosas. Para Proença (1852) deve-se tomar, como exemplo, o uso de condimentos pelas crianças, pois que, essas em terna idade, não ingerem em quantidade esses alimentos.

Analisando a alimentação "[...] de que usa uma mulher de classe mediana da sociedade deixando de parte as de classe superior [...]" (PROENÇA, 1852, p. 15), o autor destaca que é ínfima nessas últimas classes a que nutrem apego ao que chama de "esquisitos apetites" (PROENÇA, 1852, p. 15).

Sobre as bebidas, Proença (1852) começa adotando a descrição de um desconhecido Sr. Londo que assim as classifica: não fermentadas e refrigerantes; fermentadas simples; fermentadas destiladas; alcoólicas ou spirituosas e não fermentadas. Apesar de todas essas classificações, no entanto, autor anuncia que só tratará das 3 últimas classificações.

Para Proença (1852) o fim benéfico de qualquer substância líquida ingerida no tubo digestivo é dissolver a massa alimentar. A água, especialmente, cumpre esse papel, por se constituir, na impressão do autor na "[...] bebida mais idônea para o complemento dos trabalhos digestivos [...]" (PROENÇA, 1852, p. 16).

Falando sobre a ingestão de bebidas pelas classes indigentes, o autor informa que, mais homens do que mulheres, realizam a ingesta de bebidas alcoólicas na 'cidade da Baía', sendo acometidos, por conta disso, de várias doenças. Também comenta que o hábito cotidiano de beber excita a comer, para além da satisfação das suas necessidades individuais. Prossegue o Dr. Proença (1852) argumentando a favor que o médico, e só ele, possa realizar o diagnóstico da doença do alcoolismo.

Reconhecendo que "[...] a vida se entretém por meio de estimulantes [...]" (PROENÇA, 1852, p. 16). Proença (1852, p. 17) agora trata do uso de cafés e chás, especialmente feito pelo "[...] bello sexo [...]", as mulheres, pois que, para ele, as senhoras tendo por natureza e temperamento linfático nervoso mais sensível, muitas vezes, tomam

bebida sem terem se alimentado corretamente. O que parece chamar atenção do autor, é o fato da ingesta dessa bebida provocar o aumento das palpitações do coração. Assim, para ele:

> Si portanto, uma mulher de organização fraca e delicada, que pela menor impressão physica, ou moral o seu sistema nervoso...tiver por herança ou por outra origem qualquer, alcançado uma predisposição as affecções denominadas nervosas, se entregar ao uso immoderado de qualquer desses estimulantes (chá ou café), estará todos os dias para bem dizer apressadamente abrindo a entrada no fim da qual se encontrará abraços com a morte [...] (PROENÇA, 1852, p. 18).

Como doenças associadas ao uso excessivo do café pelas mulheres, Proença (1852) destaca a histeria, a hipocondria, as epilepsias, câimbras parciais, pneumonias e amenorréias que provocam diferentes alterações nas mucosas uterinas. Já sobre o uso do café entre os homens, o autor fala que o abuso de excitantes dentro desse gênero provoca asma, dispepsia e gastrites.

No último capítulo da sua these doutoral, que o autor intitula de *Percepta*, Proença (1852) como tem procedido anteriormente, define o termo que segundo esclarece, resiste desde o tempo de Hipócrates, considerado o "pai da Medicina". Para ele *Percepta* designa "[...] o complexo de agentes ou modificadores, que se achando depositados fora de nossa economia podem ella ter influência, uma vez que os nossos sentidos externos também o presintam [...]" (PROENÇA, 1852, p. 20).

Nesse capítulo o autor se dedica a debater sobre uma associação entre o comportamento físico e moral dos corpos externos, pois que "[...] todas as vezes em que esses conductores das percepções não se acharem em harmonia regular e uniforme com o centro comum das percepções, o cérebro, os resultados d´estes agentes também serão modificados […]" (PROENÇA, 1852, p. 21). Evocando aos denominados pelo médico enquanto moralistas, John Locke (1632-1704) e Jean Jacques Rousseau (1712-1778), além de filósofos como Licurgo (800 a.C. - 730 a.C), Solon (640 a.C. - 560 a.C.) e Confúcio (551 a.C. - 479 a.C.) para fundamentar as bases de sua argumentação, Proença (1852) defende o equilíbrio entre o estado físico e o mental como paradigmas fundamentais de sustentação da boa saúde. Afirma também a importância da "[...] boa educação physica, moral e religiosa [...]" (PROENÇA, 1852, p. 21) que, na 'cidade da Baía' conforme a sua acepção, precisa ser investigada para verificar-se se esse produz resultados positivos nos seus concidadãos.

Dando prosseguimento as suas ilações, Proença (1852, p. 21) critica a juventude soteropolitana criada, desde a mais tenra idade, entre "[...] ornadas e finas vestimentas, tão

adstrictas ao corpo, que bem se assemelhando a uns bonecos, a quem podemos applicar tantas quantas formas desejamos [...]". Para ele ainda, as vicissitudes dessa etapa da vida – o riso, as lágrimas, o amor, o ódio, a amizade e o desprezo – resultam da desarmonia de faculdades que, apesar de desenvolvidas, não podem se harmonizar em virtude do desenvolvimento físico imperfeito.

Sobre a educação infantil, especialmente, refletindo sobre a educação dada as classes mais baixas e aos trabalhadores, Proença (1852, p. 21) diz que, em regra as crianças que pertencem a essas classes populares, costumam se ajustar mais convenientemente as leis higienistas, resistindo, por isso mesmo, aos apelos da "[...] idade das paixões [...]". Sobre as crianças das classes abastadas, entretanto, diz que são arrogantes porque tem desde cedo, as suas mais excêntricas vontades satisfeitas.

Ele debate a ocorrência de doenças venéreas como bubões, blenorragias e sífilis, que tem acometido jovens entre quinze e dezesseis anos e que, uma vez levadas a corrente circulatória, promovem modificações na composição sanguínea, facilitando a ocorrência da phthisica ou tuberculose. No sentido de reiterar as suas preocupações com a saúde dos jovens, Proença (1852, p. 23) dá depoimento que nos quatro últimos anos (1848 a 1952), ele próprio testemunhou que "[...] um grande número de phthisicos tem entrado no Hospital da Santa Misericórdia ... zombando de todo e qualquer tratamento empregado [...]", pois que, faz parte da cultura atrasada da soterópolis, a iniciação sexual desses jovens com prostitutas, sem que o pai ou parente que o leve a frequentar esses lugares, se atenha a responsabilidade e ao cuidado necessário com a contaminação advinda da experiência. Proença (1852) argumenta ainda que, no caso da doença ser adquirida desde os primeiros anos da juventude, ela representa um papel primário no desenvolvimento de outras moléstias, como a phthisica.

Já falando do onanismo, o mesmo que masturbação, Proença (1852, p. 25) diz tratar-se de "[...] um abominável vicio, que tantas víctimas tem feito na nossa mocidade [...]" e, por essa razão, chama atenção que a masturbação tem ceifado a vida de muitos jovens, pois que reduz a capacidade de organização do estado lastimoso.

Discutindo a prática da sodomia entre os homens, Proença (1852) diz que essa doença produz efeitos muito nocivos em um organismo que é muito excitado, e que essa enfermidade sinaliza uma escusa que tem por objetivo primordial, evitar as consequências da reprodução. Associando a sodomia diretamente com a ocorrência de doenças venéreas, o autor requisita que se proceda à educação moralizadora como forma de evitar a contaminação dos jovens do sexo masculino.

Acerca do tratamento da sodomia entre as mulheres, Proença (1852, p. 28) reivindica que se dedique a elas a mesma atenção que se dedica aos homens, pois "[...] as nossas jovens que em abano da verdade em geral são de boa índole e dóceis aos preceitos morais, não deixam também de ser victimas desse colleção de affeções terríveis [...]".

Sobre um público em específico, afetado pelas doenças que oportunisticamente se instalam motivadas pela prática da sodomia, o autor não deixa de notar que essas afetam as classes mais pauperizadas da sociedade.

Dessa vez criticando o celibato – aqui associada a abstinência sexual –, estranhamente associado à esterilidade feminina, Proença (1852) argumenta que as mulheres que não tem filhos definham a olhos vistos. Para ele, em prol do fim do celibato e a favor da reprodução se deve, portanto, facilitar os casamentos, livrando as mulheres das distrações dos bailes, das idas ao teatro, aos saraus, aos recreios de suas predileções. Também, concorre com a prática da sodomia, na impressão de Proença (1852) o vício de mascar fumo e a masturbação.

Na *Conclusão,* Proença (1852) apresentam quatro corolários que ratificam suas impressões científicas. Esses corolários são:

1. Apesar da reconhecida importância dos corolários estatísticos, a elaboração desses não tem sido promovida na 'cidade da Baía', e em particular dentro dos hospitais.
2. As moléstias mais predominantes na 'cidade da Baía' são as do aparelho digestivo e respiratório, provocadas por alterações de líquidos (cachochymias), tais como, as febres, a sífilis e outras, sobressaindo-se dentre elas a hepatites, gastroenterites e reumatismo.
3. O sexo masculino apresenta maior número de moléstias referidas acima e no feminino, quanto mais se sobe para as "classes opulentas", maior é o número de "neuroses" como as amenorréias, dismenórreias, histerias, cardialgias. Nas 'classes indigentes' é alta a incidência de phtisica pulmonar, gastrenterites, hepatites, alienações, reumatismos, úlceras e outras afecções dependentes do vírus sifilítico.

As moléstias que acometem na maioria das vezes os autóctones são a pthysica pulmonar, as hepatites, splenite, febres intermitentes e a sífilis. Nas "classes elevadas" são encontradas congestões, pericardites, apoplexias. Na "classe média" se acham a phtysica pulmonar, as gastroenterites, os reumatismos articulares, e as úlceras. Nas "classes ínfimas" predominam as moléstias sifilíticas, a phthysica pulmonar e outras afecções dos pulmões e do aparelho digestivo.

2.2 INFLUÊNCIA DOS CLIMAS SOBRE A INTELLIGÊNCIA HUMANA (1874)

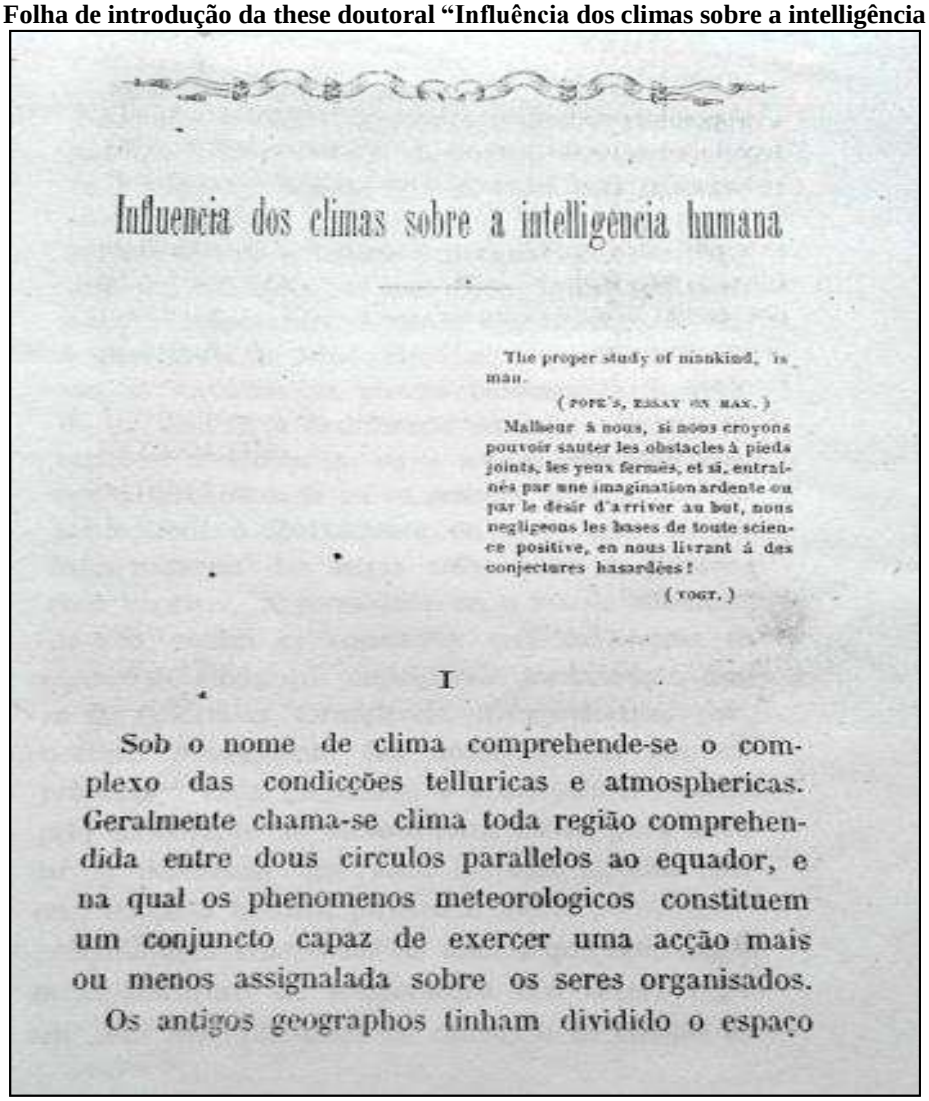
A these doutoral intitulada *Influência dos climas sobre a intelligência humana* (Figura 2), de autoria de João Carlos Balthasar da Silveira, foi defendida em novembro de 1874 e, ao contrário das outras theses doutorais descritas nesse capítulo, em sua capa não é mencionado o dia de sua apresentação na então chamada FAMEB. O documento possui capa aonde é apresentado o nome da faculdade, a data de realização da defesa, contando-se o mês e o ano, o nome completo do autor, sua naturalidade, a legitimidade do parentesco com seus pais, o estado em que se localiza a faculdade, o nome da tipografia e endereço que realizou a publicação da obra e o ano de publicação da mesma; na contracapa é apresentado o nome da faculdade, do diretor e do seu vice. Ainda na contracapa, o autor procede também a apresentação dos lentes proprietários do primeiro ao sexto anos da faculdade e dos chamados lentes opositores, além de apresentar também, o nome do Secretário e Oficial de Secretaria da FAMEB, a saber, disciplinas por ano: 1º ano – Physica em geral e particularmente em suas aplicações em medicina, Chimica e Mineralogia e Anatomia Descriptiva; 2º ano – Chymica Orgânica, Physiologia, Botânica e Zoologia e Repetição de Anatomia Descriptiva; 3º ano – Anatomia Geral e Pathológica, Pathologia Geral e Continuação de Physiologia; 4º ano – Pathologias Externas, Pathologias Internas e Partos das mulheres pejadas e de meninos récem nascidos; 5º ano – Continuação de Pathologia Interna, Matérias Médicas e Therapêuticas, Anatomia Topográphica, Medicina Operatória e Apparelhos; 6º ano – Pharmácia, Medicina Legal, Hygiene, História da Medicina, Clínica Externa do 3º a 4º ano e Clínica Interna do 5º ao 6º anos. Oppositores: Secção Acessória, Secção Cirúrgica e Secção Médica.

O trabalho possui oito páginas de agradecimentos e também, ao contrário das theses doutorais anteriores, não está dividida em capítulos, mas sim, em *Tópicos de I a VII* e mais três secções: a Secção Médica, a Secção Cirúrgica e a Secção Acessória e mais uma página chamada *Hippocratis aphorism* aonde são apresentadas seis teses doutorais em língua latina. No total essa these totalizando oitenta e sete páginas numeradas de texto.

No *Tópico I*, com seis páginas, o autor introduz o texto oferecendo aos leitores uma definição de clima, a saber:

> Sob o nome de clima comprehende-se o complexo das condicções tellúricas e amosphéricas. Geralmente chama-se clima toda região comprehendida entre dous círculos parallelos do equador, e na qual os phenômenos meteológicos constituem um conjunto capaz de exercer uma acção mais ou menos assignalada sobre os seres organizados (SILVEIRA, 1874, p. 1).

Figura 2 - Folha de introdução da these doutoral "Influência dos climas sobre a intelligência humana"



Influencia dos climas sobre a intelligencia humana

The proper study of mankind, is man.

(POPE'S, ESSAY ON MAN.)

Malheur à nous, si nous croyons pouvoir sauter les obstacles à pieds joints, les yeux fermés, et si, entraînés par une imagination ardente ou par le desir d'arriver au but, nous negligeons les bases de toute science positive, en nous livrant á des conjectures hasardées!

(ROGR.)

I

Sob o nome de clima comprehende-se o complexo das condicções telluricas e atmospphericas. Geralmente chama-se clima toda região comprehendida entre dous circulos parallelos ao equador, e na qual os phenomenos meteorologicos constituem um conjuncto capaz de exercer uma acção mais ou menos assignalada sobre os seres organisados. Os antigos geographos tinham dividido o espaço

Fonte: Silveira (1874) – Pesquisa de campo (2001).

Prossegue citando os antigos geógrafos que dividindo o espaço no equador ao polo, identificaram trinta climas do Planeta Terra. Silveira (1874) destaca ainda que, tais climas haviam sido calculados conforme a extensão dos dias e das noites e divididos em "solstício de etio" e "climas de mez". Para esse autor também, o clima, na linguagem vulgar, designa somente a temperatura de uma região.

Citando higenistas e meteorologista celebre como Pierre Cabanis (1757-1808)[17] e Alexander Von Humbolt[18] (1789 - 1859) ele ainda oferece uma terceira definição de clima aos leitores de seu trabalho. Para ele, o clima pode ser definido enquanto:

[17] Ver *Relações Entre o Físico e o Moral no Homem* (1796-1802).
[18] Ver *Kosmos* (1845).

> [...] o conjuncto das modificações athmosphéricas e tellúricas de que os nossos órgãos são affetados de um modo apreciável, taes como a temperatura, o estado hygrmético do ar, a quantidade de tensão elétrica, as quedas de chuva, as variações da pressão barométrica, o grau de luz directa, a distribuição do calor segundo as estações, a visinhança ou o afastamento dos mares, a tranquilidade ou os grandes movimentos da atmosphera, o abaixamento ou a elevação do solo, a natureza das terras assim como as producções vegetaes, a serenidade do estado nebuloso do ceo, enfim as emanações que das terras se elevam e, ainda que impalpáveis, tornam-se a causa de epidemias formidáveis. Comprehende, pois, o clima o conjucto das circmstâncias physcas próprias de uma localidade e a sciência estabelecida pela observação se serve d´estes dados para deduzir a influência que estes diversos agentes exercem sobre o homem physico e moral (SILVEIRA, 1874, p. 5).

Discorrendo sobre a temperatura, Silveira (1874) lembra que, a multiplicidade de suas causas torna difícil a identificação das características desse elemento do clima. A despeito da dificuldade apontada, no entanto, ele assevera que tomando por base a definição de Pierre Foissac (1801-1886)[19], o clima pode ser dividido em cinco grupos: 1º. Os climas polares; 2º. Os climas frios; 3º. Os climas temperados; 4º. Os climas quentes; e 5º. Os climas intertropicais. Para esse autor também, a temperatura média do ano, as temperaturas estivais e invernais, juntamente com as variações experimentadas pela temperatura dos dias, dos meses e das estações são os três elementos principais que caracterizam o clima.

Entre as condições de existência do homem "[...] das quaes pertence-lhe apropriar-se por instincto ou por intelligência, contam-se os climas que são o complexo de condições topograhicas e atmospféricas que constituem o estado mais ou menos habitável de qualquer logar do globo [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 7). Para o autor essas condições se classificam em cinco: 1ª. Temperatura; 2ª. Atmosfera; 3ª Fluídos Imponderáveis; 4ª. Causas Alterantes; 5ª. Topografia, Geografia Física e Médica. E reconhecendo ainda que se podem reduzir os agentes do clima a água, ao ar, ao calor, a luz, as substâncias alterantes e a eletricidade, Silveira (1874) assevera que, esses elementos se combinam entre si de vários modos.

Feitas as considerações gerais sobre o conceito de clima, Silveira (1874), no *Tópico II*, com dezesseis páginas, anuncia que discorrerá sobre a influência que os diversos climas exercem sobre o homem do ponto de vista físico e patológico. Introduzindo a sua argumentação, ele alega que é ponto incontroverso que, no conhecimento científico o clima influencia as funções, as moléstias e 'o moral'. Argumentando que se preocupará em analisar, no entanto, a influência de apenas uma desses fatores, Silveira (1874) anuncia que aduzirá aos dois outros, como forma de destacar a sua importância. Prossegue, outrossim, analisando os

19 Ver *De l'influence des climats sur l'homme et des agents physiques sur le moral* (1867).

climas quentes.

Climas quentes. Do equador aos trópicos e de 30º a 35º de latitude boreal e austral, se estendem os climas quentes. Esses climas compreendem o sul da Ásia, particularmente, a Pérsia a Síria, o sul da China, a Índia, a Arábia, a Conchinchina, a maior parte da África e a América Setentrional, Meridional, a Nova Holanda e a Oceania.

Para Silveira (1874, p. 7) nesse tipo de clima "[...] a economia é sobrecarregada de um excesso calórico e a força da calorificação, reduzida ao seo mínimo, é como que suffocada pela temperatura do ar que, às vezes, excede o sangue humano [...]". Nas pessoas que vivem sob essas condições, portanto, "[...] as exhlações pulmonar e cutânea são augmentadas e bem assim as secreções biliar e espermática, d´onde resulta uma languidez da vida orgânica de um modo geral [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 9).

Um outro fenômeno físico a ser considerado nos climas quentes é a necessidade de uma alimentação "[...] substancial e excitante [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 10) que é demandada em face do calor excessivo. Segundo o autor também, a fecundidade é manifestadamente mais alta nesses lugares que em outra parte, desse advento demandando um equilíbrio, não explicado pelo autor, entre a natalidade e a mortalidade.

Concordando com a inexistência de elementos científicos com os quais se possa argumentar a favor de uma ligação direta entre climas quentes e energia patológica, Silveira (1874, p. 10) concorda que, o raciocínio lógico atesta: "[...] em todos os países do mundo, o homem submetido às regras de uma sábia hygiene e ponderado em suas paixões, pode lograr da plenitude de suas funcções orgânicas [...]", advindo dessa compreensão a tese que nos climas quentes, as moléstias aumentam em razão do também aumento da vitalidade, da sensibilidade e das exalações cutâneas. Sobre o sono, por exemplo, diz que:

> [...] ainda que o calor convide ao repouso, relaxe os sólidos, faça todo exercício uma fadiga produzindo um suor na pele e uma perspiração pulmonar abundantes, ainda que elle ocasione uma languidez geral e tenha os sentidos em uma espécie de entorpecimento, dorme-se menos os países quentes [...] (SILVEIRA, 1874, p. 12).

Sobre os resfriamentos, Silveira (1874, p. 11) associa-o a umidade, pois, segundo sua acepção, é durante o período de exposição ao frio que essa moléstia se instala mais facilmente. Também a exposição do corpo ao suor, provocado pelos "ventos frescos", que se levantam nos períodos do dia e das noites, promove os resfriamentos. Na estação das chuvas, ainda segundo o autor, é a época aonde "[...] as imanações pútridas alargam sua actividade maléfica [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 11) fazendo graçar, por conta disso, a febre amarela, as

remittentes e intermittentes perniciosas, a asthma, a hemoptyse, a dysenteria, o abscesso do fígado, a hepatite, as nevroses de toda espécie, as epidemias de coqueluche, varíola e a escarlatina.

Discorrendo sobre as moléstias dos olhos, agudizadas por conta dos climas quentes, Silveira (1874) diz que, os raios solares, as ondas de poeiras, trazidas pelos ventos, juntamente com a negligência com os cuidados higiênicos, são causas dos resfriamentos noturnos. Acerca das afecções cutâneas, o autor afirma que são mais comuns nos trópicos.

Para esse autor também, a excitação contínua do sistema nervoso, juntamente com os miasmas provenientes dos climas quentes, tornam mais frequentes e mórbidas as plegmasias cerebrais[20], aracnites[21], as cefalites[22] e as febres pútridas malignas ou atóxicas, tornando considerável nesses climas, um grande número de nevroses como caïbras, histeria, hipocondria, epilepsia e os tétanos.

Finalizando as considerações sobre os climas quentes, Silveira (1874, p. 15) diz que nesses as "[...] tempestades da vida como as do ar [...]" são frequentes e terríveis, respondendo algumas vezes, a uma terminação rápida e mortal. Assim é que o médico defende: havendo uma interatividade com a vida, para o homem torna-se difícil a conservação de sua saúde. Para Silveira (1874, p. 11), portanto, se o homem mostrar ser "[...] escravo dos preceitos hygiênicos [...]" evitando as vigílias insones, moderando as paixões e abstendo-se dos excessos que cedo ou tarde comprometerão a sua saúde, ele terá uma vida longa.

Climas frios. Entre 55º e 60º de latitude boreal e austral até os polos estão compreendidos os climas frios. A temperatura nesses climas tanto mais baixa vai se tornando, quanto mais nos aproximamos dos polos.

Sobre as funções da pele, Silveira (1874) observa que elas são reduzidas ao estado de inércia em consequência da temperatura. Observa também que, do mesmo modo, a transpiração nesses climas, é bastante reduzida. Quanto à pele, ele diz que essa se apresenta pálida e seca nos climas frios, pois, o sangue circulando pouco pelo organismo, não consegue dar viço a ela. A secreção espérmica é pouca e fraca.

Para o autor também a mortalidade, diferentemente do que ocorre nos países de clima quente, está em pleno equilíbrio com a natalidade.

Nos climas frios, também são comuns a ocorrência de lesões nos olhos, produto dos efeitos nocivos da irradiação solar. Nos países do Norte, frios, portanto, são comuns as

[20] Mesmo que gangrena.
[21] Mesmo que membrana serosa, delgada e transparente que envolve o cérebro e a medula espinhal, situando-se entre a dura-máter e a pia-máter
[22] Mesmo que dor de cabeça

bronquites, pneumonias, pleurasias, constipações, sendo que essas doenças acometem um grande número de crianças.

Silveira (1874) destaca que, entre os esquimós e os groelandezes, estudos já atestaram ser bastante comum a ocorrência de *epistaxis*, *apoplexia*, *hemoptyse*, nevralgias e reumatismos crônicos. Alega, no entanto, que dentre todas essas doenças, a mais grave é escorbuto, pois os acometidos dessa doença, pelas exigências de uma dieta rigorosa, oportunísticamnte são atacados pela lepra.

Climas temperados. Na classe dos climas temperados se encontram aqueles cuja média anual é compreendida entre 8º e 14º e cuja média, no inverno é superior a 0º.

Para Silveira (1874) em particular, esse tipo de clima não guarda nada de especial em relação ao estímulo dos aparelhos internos. Quando algum tipo de relacionamento é encontrado, pode-se dizer que esse deriva da influência da localidade, do regime de seus habitantes ou de algum grau de civilização e, senão por alguma variação de "[...] tipos humanos, atos orgânicos, temperamentos e carácter individual [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 21) prevalece o equilíbrio das funções.

De acordo com as análises do autor, as regiões frias e quentes oferecem condições muito adversas de temperatura, umidade e salubridade. Para ele, as moléstias se diversificam conforme o clima particular, seguindo o curso regular e irregular das estações do ano. Vê-se espacialmente, reinar nos períodos de inverno nos climas temperados, moléstias que são ordinariamente frequentes nos climas frios, tais como, pneumonias, bronquites, vertigens, asmas, reumatismos, apoplexia, cefalgia e epidemias como o sarampo.

Em todas as estações se desenvolvem as pneumonias, porém durante o inverno e primavera, essas doenças assolam com maior frequência. Após o equinócio de primavera a gravidade dessas moléstias diminui, no entanto. As pneunomias e pleurasias, entretanto, se tornam muito mais frequentes, assim como, as hemorragias, as anginas e os catarros. Logo quando "[...] aparecem os calores [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 22) para o médico se tornam mais frequentes os problemas gástricos, as cefalgias e as moléstias biliosas. No tempo do "estio" vêm as hemorragias, afecções cutâneas, febres biliosas e, sobretudo, as moléstias intestinais.

Silveira (1874) argumenta ainda que, os antigos consideravam o outono como a estação mais mortífera, além de dizerem que as moléstias que se produzem nessa estação provocam as mais longas crises de febres, disenterias, 'melancolias' e hidropesias.

O abuso de licores que se faz muito frequente nessa estação do ano, o consumo de frutas "[...] ajuntando-se a apparição de nevoeiros e a humidade das noites, são realmente as

causas de muitas afecções intestinaes e rheumatismos [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 23). Arábia, a gota, a pedra e a tuberculose também ocorrem com bastante frequência nos climas temperados.

No *Tópico III*, com seis páginas, Silveira (1874, p. 23) passa a examinar a influência exercida pelo clima sobre a coloração e a estatura, visto que, para o autor "[...] a coloração da pelle está em relação evidente com a acção de um clima e sobretudo a intensidade da luz que o illumina [...]".

Para eles os árabes, os mouros, os espanhóis, os italianos são da mesma raça que os suecos e os russos podendo, pelos efeitos da longa transpiração "[...] trocar a cor morena ou tostada que os differencia [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 23). Reconhecendo que estes tipos humanos não se misturam pelo sangue, Silveira (1874) argumenta que, por mais que o homem mude de pátria e os povos se confundam, a natureza imprime sempre em sua fronte, graças ao caráter distintivo do clima.

Para Silveira (1874) a espécie humana é de tal modo sujeita a lei geral da natureza que dessa depende a sua reprodução. Por conta disso, o autor alega que nos países intertropicais a puberdade se precipita em função do calor e a maturidade dos órgãos se precipita também, antes mesmo que o indivíduo chegue à puberdade. Já nos climas moderadamente frios, a puberdade se dá num ritmo mais lento de desenvolvimento.

No frio intenso pois, a aspereza da pele e o dessecamento do ar se opõem ao desenvolvimento dos indivíduos para Silveira (1874). Já nos países temperados a precocidade dos órgãos genitais favorece o desenvolvimento. Discorrendo sobre os habitantes das montanhas, o autor diz que sob a influência dos climas frios "[...] ele vê a sua puberdade enlanguecer, sua vida augmentar e sua estatura elevar-se [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 23). E senão, por uma nutrição adequada, ele terá uma vida mais curta que os habitantes de países tropicais.

Silveira (1874, p. 24) prossegue falando do cabelo "[...] rude e negro dos meridionais [...]" e do cabelo louro e olhos azuis dos germanos, escandinavos e dinamarqueses. Sobre a pele ele diz que essa, quando contrastada entre negros dos meridionais e germanos escandinavos e dinamarqueses apresenta-se mais delicada, fina, lisa e macia entre os habitantes do Norte, esses últimos, também pelos efeitos da transpiração. Falando sobre os turcos, os etíopes, os caraíbas e os povos do Haiti, Silveira (1874) também diz que, eles têm a pele macia e que a coloração de sua irís segue a mesma variedade de colorações da cor de suas peles.

Para Silveira (1874) a espécie humana é de tal modo sujeita a lei geral da natureza que dessa depende, a sua reprodução. Por conta disso, o autor alega que nos países intertropicais a puberdade se precipita em função do calor e a maturidade dos órgãos se precipita, também, antes mesmo que o indivíduo chegue a puberdade. Já nos climas moderadamente frios, a puberdade se dá num ritmo lento de desenvolvimento. No frio intenso, pois, a aspereza da pele e o dessecamento do ar se opõem ao desenvolvimento dos indivíduos.

Já nos países temperados o autor diz que, a precocidade dos órgãos genitais favorece o desenvolvimento. Discorrendo sobre os habitantes das montanhas, o autor argumenta que sob a influência dos climas frios "[...] ele vê a sua puberdade enlanguecer, sua vida augmentar e sua estatura elevar-se [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 24). E senão, por uma nutrição adequada, ele terá uma vida mais curta que os habitantes de países tropicais.

Discorrendo sobre o uso do vinho, Silveira (1874) diz que, esse contribui indubitavelmente para o vigor do corpo. O autor destaca, no entanto, que se mau empregado pela excessiva excitação dos órgãos, ele suspende o desenvolvimento da estatura, ao passo que uma alimentação abundante, os laticínios e as bebidas aquosas, produzem efeito contrário, estimulando o aumento da estatura.

Silveira (1874, p. 27) argumenta ainda que "[...] os trabalhos da indústria, das fábricas, e das minas que tomaram tão grande impulso entre os povos modernos, têem dado em resultado a diminuição da estatura [...]".

Finalizando o *Tópico III* ele argumenta que um número considerável de fisiologistas tem admitido a existência de relações entre estatura e as faculdades morais, conquanto ele não concorde com essa acepção. Para Silveira (1874, p. 28), no entanto, "[...] à parte as deformidades, nenhuma deformidade, nenhuma conformação impede o talento, os dons do espírito, o gênio [...]".

No *Tópico IV*, com vinte e oito páginas, o autor realiza um exame da influência que o clima exerce sob as faculdades intelectuais, os instintos, as propensões e a moral, pois, ele acredita:

> Se o sentimento do justo e do verdadeiro existe em toda parte no fundo dos corações, por toda parte também, os instinctos desenvolvidos pelo contato das cousas exteriores desnaturão mais ou menos, na prática a vida social, essa luz cândida que é um como reverberar do espírito de Deus em nossas almas (SILVEIRA, 1874, p. 28).

Esforçando-se para conceituar a moral, Silveira (1874) diz que essa varia na aplicação, de acordo com o espaço em que é cobrada. Assim, exemplifica: "[...] o roubo, que em alguns

lugares a lei pune de morte, em outros é punido com uma pena branda ou mesmo não sofre pena [...].". (SILVEIRA, 1874, p. 29).

Discorrendo dessa vez, mais diretamente sobre a influência do clima sob inteligência humana, ele assevera que graças a esse fator, desenvolvem-se "[...] propensões indignas, último elo da cadeia que aproxima o homem do irracional, cujos instinctos não são mais que a influência illimitada da natureza sobre um ser que não pode oppor-lhe nenhum exame de consciência, nenhuma resistência ao livre arbítrio [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 29).

Para Silveira (1874, p. 29) "as aberrações da moral" são frequentes nos "[...] climas excessivos onde o poder monstruoso da animalidade inferior attesta o triunpho alcançado pelo instincto sobre a consciência [...]". Para ele, no entanto, na medida em que a civilização estende seus progressos e modifica os costumes, as leis e a instituição das raças, diversos desses povos "perdem as contradições e as extravagâncias" que se notavam neles, forjando assim, uma "consciência de gênero" que acaba por contrabalanceia as influências do clima.

Citando Voltaire (1694-1778), Silveira (1763)[23] destaca que o clima, a religião e a raça têm muita influência sobre os governos. Criticando também, Fontenelle (1873) por sua acepção que "[...] se pode crer que a zona tórrida e as duas glaciaes não são muito próprias para as sciências [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 30) esse autor argumenta, também, que Fontenelle se equivoca ao desconsiderar, em relação aos persas, por exemplo, que esses só elaboram uma arte mecânica e liberal. Silveira (1874) também critica Fontenelle por esse autor ignorar que Pitágoras (580 a.C - 497 a.C)[24] aprendeu geometria com os brachmanes e que Archimedes (287 a.C - 212 a.C.) aprendeu latim com os povos da Sicília.

Por fim, Silveira (1874, p. 32) critica o Montesquieu (1689-1755)[25] por esse supor "[...] mui temerariamente que os habitantes dos países quentes são fracos e covardes [...]". Apesar de não deixar de reconhecer que existem muitos homens virtuosos vivendo nos climas temperados e frios, para ele, há um número mais considerável ainda de homens bravos nas zonas tórridas, pois que, pelas próprias vicissitudes do clima é exigido desses homens mérito e força de alma para romper as adversidades, afinal, "[...] os povos humilhados podem sacudir seu opróbrio. Basta à razão e o livre arbítrio para compellir o homem a domar suas paixões, submetter-se a leis sábias e sacrificar sua vida pela pátria [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 33).

Sem deixar de reconhecer a influência do clima sobre as causas naturais, o médico observa que, mais importante que essas influências se coloca a contrapeso a razão, pois que,

[23] Ver *Tratado sobre a tolerância* (1763).
[24] Ver *O teorema de Pitágoras.*
[25] Ver *O gosto* (1730).

“[...] os costumes e as instituições dos povos diversos provão até onde pode-se estender a acção dos esforços humanos, sobre o carácter moral e intellectual do homem. A educabilidade é um dos seus atributos exclusivos [...]” (SILVEIRA, 1874, p. 35). Para Silveira (1874, p. 35), portanto, até os povos mais embrutecidos estão aptos a receber educação e a aperfeiçoar a sua inteligência, de tal modo que “[...] o homem pode transmitir à seos filhos e a posteridade as riquezas scientíficas que elle tem amontoado e que permanecem como o thesouro commum do gênero humano [...]”.

Nessa perspectiva, faz-se mister acrescentar que, para Silveira (1874) a despeito da educação aperfeiçoar a moral e a inteligência, ela sozinha não cria nenhuma faculdade só exercendo o seu poder modificador, quando propicia a natureza uma “elevação insólita”, até porque, conforme o autor há certas disposições predominantes para o bem e para o mal aonde a educação se mostra impotente. Silveira (1874) destaca ainda, a importância de no “nível médio” de inteligência, a sociedade ser controlada por um “governo policiado”, garantidor da elevação que se espera das raças.

Realizando uma longa descrição dos povos que habitam o planeta terra e associando o clima com o desenvolvimento das faculdades mentais, Silveira (1874) prossegue argumentando que, a depender da associação entre esses dois fatores, ter-se-á mais ou menos os processos de desenvolvimento. No intuito de fundamentar ainda mais a sua argumentação, o autor discorre sobre as artes: a escrita, a música, a pintura e a poesia que em sua opinião, tanto mais desenvolvida será, tanto mais forem civilizados os povos que habitam em climas determinados.

Sobre os brasileiros, o autor atém-se a dizer que “[...] alguns traços do gênio oriental encontra-se entre os povos do Brasil, México, Peru, cujos naturaes tinhão em sua linguagem um luxo de imagens e de metaphóras muitas vezes exageradas, mas muito pittorescas [...]” (SILVEIRA, 1874, p. 44).

No *Tópico V*, com nove páginas, o autor oferece um quadro sintético do caráter de diversos povos, pondo em relevo a importância do clima e a raça. Silveira (1874) fala sobre o atributo da força muscular que em sua opinião outorga coragem, firmeza e sentimento de superioridade aos que habitam as terras do Norte, dentre eles destacando-se os francos, germanos, godos, lombrdos e mongóis. Discorre sobre os povos meridionais dentre eles, os indianos, siameses e egípcios que pela fraqueza física, resultante do exíguo desenvolvimento do sistema muscular, apresenta alguma inferioridade física em relação aos setentrionais. Discorrendo especificamente sobre os povos das montanhas, os habitantes do litoral e das planícies, Silveira (1874) diz o seguinte:

> Commerciantes por posição os povos dos litoraes, devem tomar o carácter de ordem, de economia, de frugatilidade que o comércio inspira; industriosos, o attractivo do ganho e o sentimento exagerado da propriedade os tornão muitas vezes indignos, sem fé, fraudulentos e baixos. Entre elles o grande desejo de possuir e a facilidade de fugir para ao longe, excluram a escravidão e estenderam suas colônias... O caráter dos povos das planícies varia conforme a esterilidade ou fecundidade dos sollos por eles cultivados...Os povos das montanhas, sob a influência do frio reinante em seu clima análogo só das regiões septentrionais offerecem caracteres similhantes aos habitantes d´estes países; o homem das montanhas é, pois, corajoso, forte, livre, selvagem e de carácter inquieto, turbulento e vivo, contrastando com o homem das planícies que é civilizado, fraco e escravizado (SILVEIRA, 1874, p. 62).

No *Tópico VI*, com oito páginas, o autor realiza uma análise das influências do clima sobre o temperamento, o trabalho da digestão, as bebidas estimulantes, a agricultura e a ginástica.

Citando Cabanis[26], Silveira (1874) se detém em provar que os temperamentos, o caráter das diferentes moléstias, a natureza dos trabalhos e o gênio influenciam poderosamente as operações do pensamento, conquanto as ações do clima também influenciem outros aspectos, também.

Dessa vez referindo-se ao Barão Ernst Von Feuchhtersleben (1806-1849)[27], Silveira (1874) concorda que só existem dois temperamentos: o ativo e o passivo, ambos resultando das inclinações naturais e da origem das paixões. Diz ainda que, nos países frios e secos do Norte em consequência dos exercícios violentos e de uma alimentação abundante, os aparelhos respiratório e circulatório adquirem grande energia. Igualmente nos climas temperados ou moderadamente quentes, o médico argumenta que "[...] os homens se entregão aos prazeres da mesa, o uso de vinho e cujo regime é sobretudo, animal [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 66). Sobre 'a mocidade' ele argumenta:

> Se a actividade originária da innervação e ao exíguo vigor do apparelho circulatório e genital, junctão-se a habitação dos lugares baixos e húmidos, assim como uma alimentação insuficiente e fracamente animalisada, desde então todos os hábitos do corpo e do espírito tornão mais ou menos languidos (SILVEIRA, 1874, p. 66).

O trabalho da digestão, segundo Silveira (1874) exerce uma ação evidente sobre as faculdades mentais. Para o autor, quando é penoso o exercício da função digestiva, o sono se manifesta, tentando corrigir os esforços da inteligência. O sono, para Silveira (1874) cumpre a

[26] Ver *Relação entre o físico e o moral no homem* (1802).
[27] Ver *Hygiene da alma* (1847).

função de servir como uma espécie de oportunidade de reparação dos esforços da inteligência, das afecções morais vivas, como a alegria e o pesar.

Discorrendo sobre a alimentação, o autor advoga a necessidade de acautelar-se para realizá-la. Para Silveira (1874), o regime vegetal ou animal prolongado, juntamente com o hábito de alimentar-se moderada ou excessivamente, trazem prejuízos à vida. De um lado a dieta baseada no uso do alimento vegetal "[...] não acende ao modo vivo e ao fogo da imaginação [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 68) e do outro, todos os habitantes que se entregam ao excesso de alimentação "[…] experimentarão o embrutecimento intellectual e moral. A insensibilidade, a estupidez, a crueldade fria e irreflectida de alguma sorte parecem ser o apanágio do glutão, que é também, inacessível à generosidade, à piedade, às paixões nobres [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 68).

Sobre o uso racional e moderado de bebidas alcoólicas, o autor argumenta que, desde se tenha cuidado com os excessos, ele excita as faculdades intelectuais. Já o seu abuso a embota. Para Silveira (1874, p. 68), inclusive, "[...] as populações de ébrios de álcool ou de ópio são cheias de imbecis, de visionários ou de estáticos, que muitas vezes transmitem em parte a sua posteridade a funesta degradação moral que os tem embrutecido [...]". Sobre as classes pobres e o uso e o abuso do álcool, o médico diz que é necessário "[...] proporcionar-lhes os prazeres mais communs da vida e prodigalizar-lhe instrucção aos órgãos cerebrais, extirpando-lhes o cancro esquálido da embriagez [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 69-70).

Sobre a agricultura, Silveira (1874) diz que, ela imprime um cunho particular ao homem, conquanto, seja qualificada como a menos esclarecida, a mais "selvagem" dentre todas as outras atividades. O agricultor é, para Silveira (1874, p. 70) decerto aquele que "[...] ressente-se de embrutecimento intellectual inherente aos trabalhos da terra [...]" devendo essa figura:

> [...] convergir as vistas do governo, tornando-lhe accessível a instrução primária. Exposto a causas de torpor intellectual pela violência e continuidade de seus trabalhos, a agricultor distingue-se muito pouco pelo entendimento e é taciturno, emperrado, dissimulado em suas relações com seus similhantes, e como que só empregado em attender para as influências atmosphéricas que trazem a esterilidade ou a riqueza. Conservado pela natureza de seus trabalhos, no isolamento, torna-se pouco sociável, alimentando em seu coração o egoismo, a suscetibilidade e a desconfiança. Vivendo com seus animais de amanho, contraí pouco a pouco costumes selvagens, a vaidade, a ambição, as paixões tumultuosas não se albergão em seu coração: mas a inveja de bens possuídos por outros antes que a avareza, a vingança e o orgulho ofendido, são entre eles causas de causas de desgraças […] (SILVEIRA, 1874, p. 70).

Finalizando esse tópico, Silveira (1874) fala da ginástica e concorda que, examinando as estátuas de atletas que nos deixaram os escritores antigos, nos tornamos admiradores de sua musculatura, porém, o mesmo não se pode fazer em relação aos seus cérebros, estreitados em face do "pouco uso", em sua opinião. Para Silveira (1874) a estupidez dos atletas é proverbial. Historicamente, inclusive, ele credita a decadência dos ginastas, ao florescimento dos homens de gênio que tanto notabilizaram as terras gregas.

No *Tópico VII*, com sete páginas, o autor finaliza o seu texto lançando uma retrospectiva sobre as ideias, até aqui apresentadas. Começa destacando que é incontroverso que o homem sofre a influência da região aonde vive e que há modificações intelectuais e morais determinadas pelas circunstâncias meteorológicas particulares. Silveira (1874), no entanto, não deixa de considerar que, a influência desse fator não é exclusiva. Para ele, concorre com o desenvolvimento da sociedade o apego as artes, ao comércio e as letras. Em suas impressões, pois, "[...] a perfectibilidade moral e intellectual de um povo está na razão direta das suas liberdades [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 74). Assim é que, desde:

> [...] que não enervados pelo luxo e pelos prazeres que esphacelão sua energia transvião-se dos são princípios da moral, inspirão-se n´uma democracia tumultuosa, estolida e invejosa que tudo demole e nivela, proclamão o direito da força humilhando as paixões nobres, e, só reconhecendo seus direitos no presente, esquecem sua dignidade no futuro […] (SILVEIRA, 1874, p.75).

Para o médico, as proposições apresentadas nos tópicos anteriores, põem em relevo uma lei natural, sancionada com o passar dos séculos.

A primeira informa que experimentamos uma marcha evolutiva crescente e a outra informa que vivemos numa marcha evolutiva decrescente.

No intuito de guiar a sociedade numa única direção, não obstante, o autor sugere que sejam empreendidos esforços civilizatórios e que seja promovida a convivência com as condições adversas o clima, pois se do clima depende a estatura e a constituição geral dos corpos, a cor da pele e do cabelo é a civilização quem desenvolve o cérebro e que forma o crânio. Para Silveira (1874), de forma indireta, a consideração a civilização modela os caracteres raciais, porque pode atenuar os efeitos do clima.

No trabalho que segue, intitulada *Secção Médica. Salubridade pública da Bahia. Proposições* o médico apresenta treze theses doutorais. Nesse trabalho, destaco especialmente, a I – "[...] A cidade de São Salvador assentada sobre uma importante colina, que domina a vasta Baía de Todos os Santos, achando-se nas melhores disposições

geológicas, offerece todas as proposições para gozar dos fôros de salubre [...]" (SILVEIRA, 1874, p. 79).

No mais, o autor discorre sobre o menosprezo dos governos com a boa higiene; a higiene na América do Sul; as preocupações com o saneamento e o escoamento das águas; as imundices despejadas nos mares; a insalubridade do cais do porto; o serviço de saneamento da cidade; a falta de esgotamento sanitário; a falta de higiene nos estabelecimentos públicos e particulares; a falta de higiene no matadouro; a irregularidade das edificações; a conservação dos pântanos e por fim, discorre sobre as águas dos chafarizes que concorrem para a insalubridade.

Na *Secção Cirúrgica*, intitulada *Queimaduras. Proposições* com doze theses doutorais, o autor fala sobre o conceito de queimadura; a queimadura de Dupuytren[28]; as razões porque ocorre a queimadura; os líquidos de ebulição que, quando submetidos a queimadura não acontecem com a mesma frequência; a ação calórica irradiante, quando fraca, não provoca grandes queimaduras; os gazes inflamados de ordinário, produzem queimaduras superficiais; a natureza do corpo combustível, que em razão da densidade e quantidade calórica, provoca mais ou menos queimaduras; para o diagnóstico fatal da queimadura, concorrem a extensão e a constituição da lesão; nas queimaduras os pacientes passam por três períodos; o tratamento de queimaduras depende de meios gerais e locais; no caso de haver supuração abundante que possa comprometer a vida do paciente, deve-se empregar preparados com ferro, bebidas tônicas e quina.

Na *Secção Accessória* intitulada *Do infantícidio considerado sob o ponto de vista médico legal, Proposições*, com treze theses doutorais, o autor começa definindo o infanticídio; diz que o infanticídio tem lugar quando há omissão; é prova do crime de infanticídio a vida da criança, depois do parto; para verificar se a criança nasceu viva, é fundamental averiguar se ela respira; a docimasia pulmonar hydrostática de Galeno se constitui na melhor forma de investigar se a criança nasceu respirando; o crime de infanticídio, na maioria das vezes, escapa da justiça; o brasileiro é indulgente com esse crime; a mulher que comete o crime do infanticídio merece punição severa; apesar do código nomear por infanticídio o crime cometido pela mãe, contra uma criança, todo aquele que mata uma criança deve ser penalizado; o infanticídio é muito difícil de ser identificado; a degradação dos costumes, a miséria, a pobreza e a degradação das côrtes concorrem para o infanticídio; o

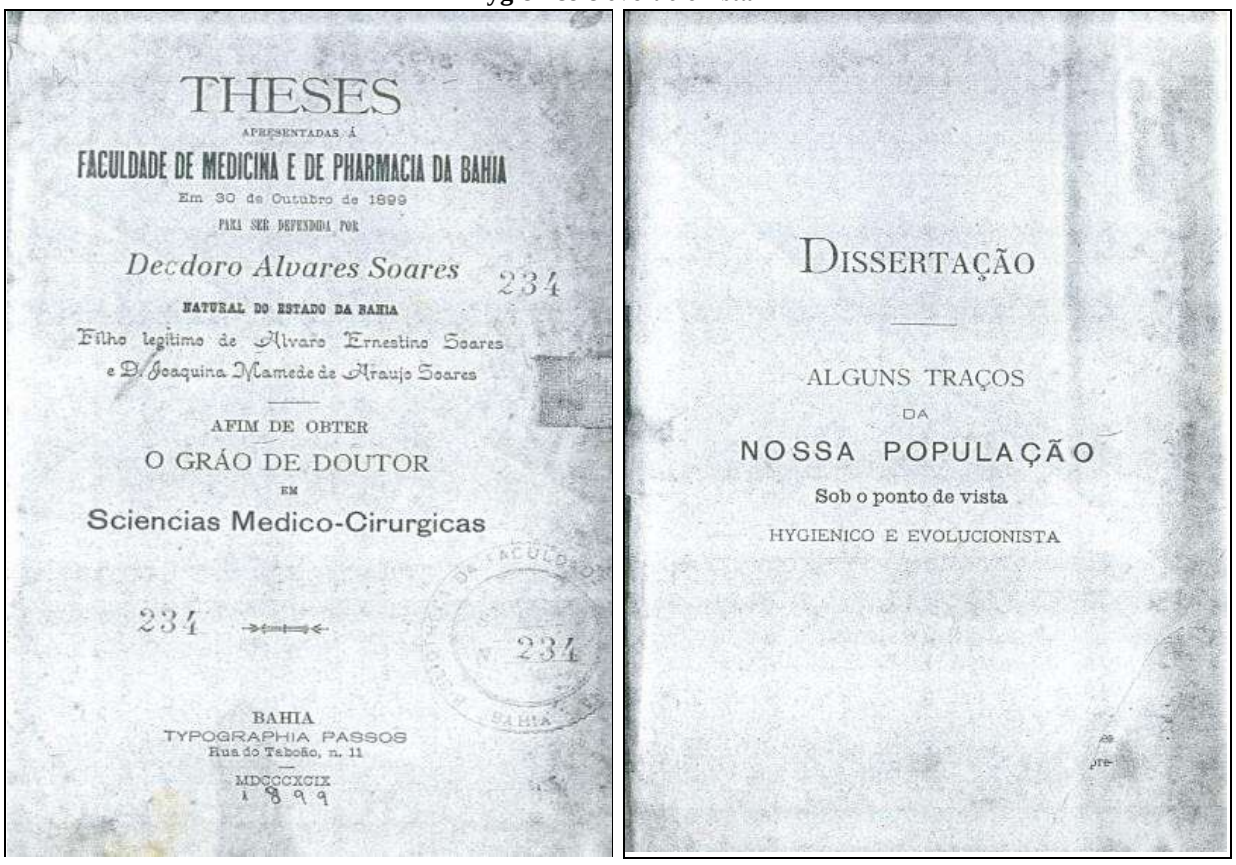
[28] De um modo geral, a também chamada Contractura de Dupuytren caracteriza-se pela degeneração de fibras elásticas, espessamento e endurecimento do feixe de fibras de colageno da fáscia palmar, com formação de nódulos e contração da fáscia (MELDAU, 2009).

estado de escravidão favorece o infanticídio; a Lei do Ventre Livre concorreu para a diminuição dos casos de infanticídio.

2.3 ALGUNS TRAÇOS DA NOSSA POPULAÇÃO SOB O PONTO DE VISTA HYGIÊNICO E EVOLUCIONISTA (1899)

A these doutoral intitulada *Alguns traços da população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista,* de autoria de Deodoro Álvares Soares foi defendida em trinta de outubro de 1899 (Figura 3), na até então chamada Faculdade de Medicina e Pharmácia da Bahia.

Figura 3 - Capa e contracapa da these doutoral "Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista"


THESES

APRESENTADAS Á

FACULDADE DE MEDICINA E DE PHARMACIA DA BAHIA

Em 30 de Outubro de 1899

PARA SER DEFENDIDA POR

Deodoro Alvares Soares 234

NATURAL DO ESTADO DA BAHIA

Filho legitimo de Alvaro Ernestino Soares

e D. Joaquina Mamede de Araujo Soares

AFIM DE OBTER

O GRÁO DE DOUTOR

EM

Sciencias Medico-Cirurgicas

234 234

BAHIA

TYPOGRAPHIA PASSOS

Rua do Taboão, n. 11

MDCCCXCIX

1899

DISSERTAÇÃO

ALGUNS TRAÇOS

DA

NOSSA POPULAÇÃO

Sob o ponto de vista

HYGIENICO E EVOLUCIONISTA

Fonte: Soares (1899) – Pesquisa de campo (2001).

A these doutoral de Soares (1899) apresenta capa; contracapa; apresentação dos lentes catedráticos da 1ª a 12ª sessões: lentes catedráticos, seus substitutos e matérias que lecionam; introdução; oitenta e três páginas numeradas de texto, divididas em quatro capítulos, intitulados: Capítulo I – *Delineamentos ethnicos e anthropologicos*; Capítulo II – *Influências do clima, Epidemias*; Capítulo III – *Os defeitos da alimentação, Alcoolismo* e o Capítulo IV – *Os mestiços e a degeneração,* além de um apêndice que contém as chamadas *Proposições de*

These, três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Quais sejam: Phísica Médica; Chímica Inorgânica Médica; Chímica Orgânica e Biológica; Chímica Analytica e Toxicologia; Botânica e Zoologia Médicas; Matéria Médica e Pharmacológica; Anatomia Descriptivas; Histologia; Physiologia; Pathologia Geral; Anatomia Pathológica; Pathologia Médica; Pathologia Cirúrgica; Therapeútica; Clínica Médica I e II; Clínica Cirúrgica (1ª e 2ª Cadeiras); Clínica Cirúrgica (1ª Cadeira); Clínica Dermatológica e Syphiligráphica; Hygiene e Medicina Legal.

Numa pequena *Introdução* intitulada *Uma explicação,* o autor reconhece ser bastante 'melindroso' o assunto do seu trabalho, isto é, a definição de alguns traços da população soteropolitana sob o ponto de vista higiênico e evolucionista, pois, segundo o que acredita, a marcha evolutiva do povo soteropolitano, baiano e brasileiro, "rumo ao embranquecimento", tende a ser ainda muito dificultosa, pois, caminha lentamente para a unidade antropológica definida, que conduzirá "[...] a um agrupamento éthnico são e digno de um futuro mais animador [...]" (SOARES, 1899, p. 2).

No Capítulo I – *Delineamentos éthnicos e anthropológicos,* com vinte e uma páginas de texto escrito, Soares (1899, p. 2) destaca o que compreende ser o papel imparcial da ciência no desvendamento do que classifica como "[...] arcanos opulentos do nosso passado pré-histórico [...]" e por essa razão critica a compreensão de mundo guiada pela visão religiosa.

Na perspectiva de destacar os progressos científicos, ele cita o geólogo Charles Lyell (1797 - 1875)[29] há quem se deve a concepção de agregação dos terrenos, por via da evolução progressiva. Também cita Jean Baptiste de Lamarck (1744 - 1829)[30] e, especialmente, Charles Darwin (1809 - 1882), pelo trabalho *A origem das espécies* (1859) como exemplos de pesquisadores que pela inovação de suas teses, podem conduzir a sociedade ao desenvolvimento.

Soares (1899) também menciona o trabalho de Ernst Hoeckel (1834 - 1919)[31], pela proeminência da *Lei de adaptação direta e indireta* (*Lei da Recapitulação*). Cita esse autor, por este fornecer a "[...] chave de ouro das transformações que se seguiram no mundo biológico, através do tempo e do espaço [...]" (SOARES, 1899, p. 2). Para tanto, recorre aos estudos de paleontologia, embriologia e anatomia comparadas desenvolvidos pelo mesmo, que forneceram uma síntese das manifestações morfológicas vitais consideradas por um

[29] Ver *Princípios de geologia* (1830-1833).
[30] Ver *Philosophie zoologique* (1809).
[31] Ver *Lei biogenética fundamental* (1899).

conjunto de seres organizados, isto servindo como argumento para introduzir a questão da miscigenação racial brasileira e baiana.

No que se refere ao problema das migrações e cruzamentos entre os diferentes grupos, o acadêmico reconhece o fato de não se pode mais falar de "raças puras", mas, sim de uma 'completa confusão' (SOARES, 1899, p. 4), que instiga a formação das raças mestiças.

Para defender o seu argumento sobre o que considera nocivo para o desenvolvimento da sociedade, a miscigenação racial, o autor expõe a visão de Jean Louis Armand de Quatrefages (1810 - 1842)[32] que explica os fatores que levaram ao processo de miscigenação racial de todos os povos. Na elucidação dada por Quadrefages, a partir de uma só espécie – a monogenia – houve uma justaposição dos caracteres do indivíduo de diferentes distâncias antropológicas que resultou numa sucessão ininterrupta de aparecimento de famílias mestiças, todas elas carentes em vitalidade, em sua impressão.

Sobre os aryo-africanos[33], Soares (1899) amparando-se nas proposições de Samuel Francis Nott (1881 - 1959) diz inclusive, que tem a vida mais curta que qualquer uma das outras raças. Também amparando-se nas teses de Felix Pouchet (1800 - 1872)[34], o autor concorda que os mestiços africanos e povos do norte da Europa possuem "qualidades inferiores", em vista dos povos que se fixarem nesses territórios, haverem se miscigenado mais, graças aos trânsitos intercontinentais.

Acerca dos zambos[35], Soares (1899, p. 5) considera inferiores tanto com relação aos negros quanto aos índios de Lima, Peru e diz que se constituem na "[...] peior classe de cidadãos [...]", por fazerem do cárcere "[...] o seu domicílio seguro [...]".

No que diz respeito aos mestiços da Ilha de Java diz que estacionaram na terceira geração e que se transformaram numa classe "abastardada" por conta dos cruzamentos que realizaram com os espanhóis e os americanos.

Demonstrando uma compreensão bastante fatalista acerca do inevitável cruzamento das raças, o autor reconhece a suposta prolificidade dos mestiços para a procriação e geração de "[...] produtos perfeitos [...]" (SOARES, 1899, p. 6), desde que sejam observadas na 'fabricação destes produtos', as condições do meio ambiente.

Citando mais uma vez Darwin, estribado nas ideias de Paul Broca (1824-1880)[36], Louis

[32] Ver Darwin et sés précurseurs français: étude sur le transformisme (1892).
[33] Mesma coisa que africanos brancos.
[34] Ver *Hétérogénie* (1859).
[35] Mesmo que cafuso.
[36] Ver *Mémoires d'anthropologie* (1871-1878).

Agassiz (1807 - 1873)[37] e Artur de Gobineau (1816 - 1882)[38] ele alega serem as raças mestiças, pelos efeitos dos cruzamentos e pela precariedade das condições morais do meio em que vivem, irregularmente degradadas e intermediárias, daí acreditar que o processo de miscigenação racial pode levar a dois caminhos: de um lado, crê numa espécie de processo de regressão que pode conduzir até mesmo a extinção desta raça, e do outro lado, o acadêmico acredita em um progresso irreversível que também poderá conduzir ao surgimento de uma nova raça.

Na perspectiva de apresentar as raças que compõem o povo brasileiro em finais do século XIX, Soares (1899) adota a classificação de Sílvio Romero (1851 - 1914)[39] para quem este povo compunha-se de brancos aryanos, índios guaranys, negros do grupo *bantu* e mestiços que se originaram do cruzamento entre estas três raças. Segundo Romero, citado por Soares (1899), os mestiços certamente compõem metade da população. Quanto aos outros grupos, isto é, brancos aryanos, índios guaranys e negros do grupo *bantu*, ele acredita que tenderão a desaparecer num futuro muito próximo, consumidos que estão pela luta que se desenvolve internamente dentro deles.

Investindo nas explicações sobre o provável desaparecimento das raças indígenas, Soares realiza uma extensa explicação sobre as razões fundantes deste processo. Segundo as suas palavras "[...] os aborígenes, n´um estado social inferior... prendem-se inevitavelmente ao homem pré-histórico [...]" (SOARES, 1899, p. 12), de quem se deve estudar apenas as capacidades físicas, intelectuais e morais. Acompanhando, pois, o projeto descritivo de Romero (1894), define desta maneira os indígenas:

> Cor amarellada misturada d´um vermelho, pallido talhe de um homem americano, formas viris fronte não fugidia, face cheia, circular, nariz curto, narinas estreitas, bocca média e pouco saliente, lábios delgados, olhos mais ou menos oblíquos e elevando-se para o ângulo externo, maças pouco salientes, physionomia agradável. O gênero de vida que se entregaram, o manejo do arco, a dança guerreira e as pugnas que incessantemente tinham logar entre as varias tribus dos indígenas, tornavam-n'os ágeis, musculosas e fortes. Não se leve ao exaggero a força selvagem que tem precisamente a sua relatividade. Sabe-se que ainda n'este particular ele é inferior ao homem civilisado, o que é devido verosimilmente à condição nutritiva e á fraqueza de desenvolvimento do systema nervoso regulador do dinamismo vital (ROMERO, 1894 apud SOARES, 1899, p. 13).

Conclui, por isto mesmo que o aniquilamento destes povos deveu-se a sua inferioridade intelectual, bem como, a sua "incapacidade de se civilizar", que surge como

[37] Ver *Viagem ao Brasil* (1865-1866).
[38] Ver Essai sur l'inégalité des races humaines (1852).
[39] Ver *Introdução à doutrina contra doutrina* (1888).

consequência de uma parca compleição estrutural da sua organização física.

No que diz respeito aos portugueses brancos, Soares (1899) julga-os por sua variadíssima, porém 'harmônica' mescla de elementos étnicos, que se salientaram na formação de nosso povo. Uma raça que é composta por iberos, celtas, celtiberos, egypcios, berberes, mosarabes, romanos, sarracenos e mesmo franceses.

Sem deixar de reconhecer a existência de um intenso movimento migratório entre o continente africano e europeu, o médico argumenta que este último espaço, pelo sangue de seus descendentes, pela sua civilização, suas ideias, suas crenças e suas tradições, sobrepujaram as influências do continente africano, até porque, tratavam-se de povos mais atrasados e tendentes ao desaparecimento, pelos horrores provocados pela escravidão, trabalhos forçados, a má e insuficiente alimentação e péssimas condições de higiene em que vivem. Tudo isto, somando-se, provocou o que Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827 - 1903), Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas, nos anos de 1864, 1878, 1879 e 1882; eleito Vice Presidente e Presidente da Província do Paraná até novembro de 1889; e o último governante do Paraná durante o período imperial, citado por Soares (1899), acreditam ser um processo de submissão, nostalgia e dependência, que retira dos homens e mulheres negros e negras o seu sentido de alteridade. Acerca desse elemento de subordinação, Soares diz o seguinte:

> Muito se tem dito e escripto sobre o africano, atrazado em civilização, exíguo e impotente nas suas manifestações intellectuais, attento ao infantilismo de seo cérebro em seo minguado desenvolvimento estructural. A sua inapitidão ao aperfeiçoamento...é uma questão que tem preocupado vários auctores e sobre a qual se entrechocam opiniões e explicações diversamente interpretadas. Invoca-se para explicar o facto, a precocidade da synostose craneana que acarreta um limite physiologico ao aperfeiçoamento intellectual inferior e um obstáculo considerável ao progresso intellectual. O espírito imitativo e a instinctividade desenfreada na satisfação das necessidades materiaes são as únicas manifestações phychicas, no dizer de alguns, reveladas pelo negro d'África (SOARES, 1899, p. 19-20).

Exceção se faça aos negros livres, que na opinião de Antoine Mondière (…. - ….) "[...] são susceptíveis de possuir um sentimento profundo do justo, uma grande facilidade em aprender emquanto está moço e uma grande tendência à perfectibilidade [...]" (SOARES, 1899, p. 20). Seja como for, na análise que Soares (1899, p. 20) faz "[...] a raça africana estacionou e involue [...]".

No intuito de explicar, pois, as pretensas razões da parada do desenvolvimento desta raça, as teses de Dr. Christophe Corre (1802-1889) auxiliam o trabalho de Soares (1899). Para

Corre o clima potencializa o aparecimento de várias moléstias. Some-se a isto a miséria, a falta de higiene, a preguiça, o alcoolismo e as uniões sexuais que "desconhecem limites" como contribuições de indubitável importância para a degeneração da raça negra.

Falando diretamente dos negros brasileiros, o autor pontua a clareza de sua inteligência, sua vivacidade, sua energia e sua beleza física como sinais que dão indícios de sua capacidade de adaptação ao meio civilizado.

Classificados, no entanto, enquanto grosseiros e supersticiosos na maioria dos casos, os negros são acusados da prática fetichista "[...] de crenças absurdas, embora únicas, compatíveis, consoante um funccionalismo reduzido, com o estreito perímetro de sua actividade cerebral [...]" (SOARES, 1889, p. 24-25).

De acordo com Nina Rodrigues, inclusive:

> [...] a persistência do fetichismo africano...como expressão do sentimento religioso dos negros bahianos e seus mestiços, é facto vez que as exterioridades de culto cathólico apparentemente adoptado por elles, não conseguiram disfarçar nem nas associações hybridas...nem as práticas genuínas da feitiçaria africana, que ao lado do culto christão por ahi vegeta exuberante e valida [...] (NINA RODRIGUES, 1906, p. 122).

Após esboçar as características das três raças, Soares (1899) menciona o fato da sua distribuição ocorrer de forma desigual no território brasileiro, colocando em escala sempre progressiva a evolução das raças mestiçadas.

Adotando também as denominações criadas por Nina Rodrigues (1894) no livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, ele assim define as características do povo mestiço.

1. Os mulatos, que são os produtos do cruzamento entre os brancos e os negros, constituem-se no grupo mais numeroso da população de Salvador. Estes grupos são divididos em: a) mulatos dos primeiros sangues; b) mulatos claros, que ameaçam absorver as raças brancas como um todo; c) mulatos escuros, os chamados cabras, que se constituem no produto do retorno à raça negra que são confundidos com os negros crioulos;
2. Os mamelucos ou caboclos, que constituem-se no produto do cruzamento do branco com o índio e que na Bahia são divididos em dois grupos: os mamelucos que se aproximavam e se confundiam com as pessoas da raça branca e os mestiços dos primeiros sangues, cada vez mais raros no contingente populacional da cidade do Salvador;

3. Os curibocas ou cafuzos que são produtos do cruzamento do negro com o índio;
4. Os pardos, que constituem-se no produto do cruzamento das três raças, sendo provenientes, principalmente, do cruzamento dos mulatos com os índios, ou com mamelucos caboclos (NINA RODRIGUES, 1894).

Em todas estas definições, ressalta-se a esperança das raças voltarem ao tipo ancestral, divergindo do tipo misto, originário da miscigenação.

Abordando o tema da capacidade intelectual dos mestiços, o médico destaca-a, conquanto, reconheça que:

> Elevar porém à altura de um postulado minimamente recommendavel e seguro essa superioridade intellectual, é fazer coro com esses megalômanos que fecham os olhos as lacunas de origem, que a herança patenteia, e esquecem a sua condição de seres humanos que evolucionam para uma phase superior, em percorrendo a mesma vereda que os mais cultos e civilisados de hoje trilharem em bem longos séculos (SOARES, 1899, p. 30).

Em regra, sobre o povo mestiço brasileiro, ele diz o seguinte:

> O brasileiro é um ser desquilibrado, ferido nas fontes da vida; mais apto para quiexar-se de que para 'inventar' mais contemplativo do que pensador; mais lirista, mais amigo de sonhos e palavras retumbantes do que ideias scientíficas e demonstradas (SOARES, 1899, p. 30).

Os mestiços ainda são descritos por Soares (1899, p. 31) como um povo que não tem filosofia e nem ciência e que se entrega com facilidade ao "[...] palavreado da carolice e a mística ridícula do beateiro enfermo e fanático [...]". Exceção se faça aos paulistas brancos, nascidos na outrora capitania de São Vicente e São Paulo, principalmente, por conta do processo de colonização que se inicia deste o século XVII.

Já encaminhando as suas considerações finais do *Capítulo 1*, Soares (1899, p. 33) exprime uma crença que era muito comum na época e fala da tendência de regeneração das raças miscigenadas, conquanto, deste processo de regeneração seja subtraída a vida supra orgânica do 'povo selvagem'. E na perspectiva de consubstanciar os seus argumentos sobre o processo de regeneração das raças, o autor contrapõe pela primeira vez as opiniões de Romero (1890) a de Nina Rodrigues, argumentado que Romero não tem razão ao afirmar que o povo ariano prevalecerá. Para Rodrigues tanto quanto para Soares (1899) prevalecerá o povo luso-africano, que compõem a maioria da população baiana. Segundo ele, inclusive:

> Não é pela influência climatérica e posição geographica da cidade do Salvador que se deve explicar tão rápida metamorphose, porquanto se observa na evolução de uma família a extincção completa dos sigaes ethiopicos em prazo muito limitado. O segredo das variações está no desejo intimo que tem o mulato de tornar-se branco (SOARES, 1899, p. 38).

No Capítulo II – *Influências do clima, Epidemias* com dez páginas de texto escritas, Soares (1899) destaca a ação do meio sobre os indivíduos, evidenciando o papel que o clima exerce sobre o dinamismo biológico dos mesmos. Em sua opinião, os seres humanos estão de tal modo subordinados as ações deste elemento, que até mesmo os "[...] proventos ou infortúnios adquiridos por uma raça ou por um povo dado, hão de se configurar sempre como producto do seo *habitat* [...]" (SOARES, 1899, p. 43). O brasileiro se constituindo em um exemplo disto.

Soares (1899) prossegue discutindo a insipiência das produções sobre o clima no Brasil e credita a iniciativa de alguns viajantes estrangeiros o mérito de realizaram as primeiras produções sobre o assunto, conquanto, admita que mesmo estas poucas produções estejam incompletas por medirem apenas a temperatura. Logo após isto, Soares (1899) realiza uma extensa definição das condições físicas do Brasil, amparando-se nas tipologias climáticas criadas por Romero.

Romero (1890) em quem Soares (1899) se inspira para criar essa tipologia climática, reconhece duas zonas no Brasil: uma quente, que vem do Norte e chega pelo trópico de capricórnio e uma "fresca" aonde estão incluídas a região subtropical e os platôs elevados que a avizinham. Algures, pode-se dizer que o país se divide em uma zona tropical, outra subtropical e uma terceira zona denominada "temperada doce" (SOARES, 1899, p. 47), aonde o calor e a umidade se associam para promover o "[...] embaraço da evaporação cutânea e pulmonar [...]" (SOARES, 1899, p. 52), produzindo como resultado, perturbações funcionais da pele e dificuldades respiratórias.

Associando a ação deletéria do calor com o que chama de "[...] exageros do trabalho [...]" (SOARES, 1899, p. 52), o autor crê ainda que, no aparecimento de uma fadiga precoce, impeditiva dos ideais de desenvolvimento. Adotando, pois, as apreciações que Herbert Spencer (1820-1903)[40] faz sobre o assunto, diz o seguinte:

> Todo mundo sabe, que a grande secura do ar que endurece a superfície do solo e empobrece a vegetação, oppõe-se à multiplicação sem a qual uma vida social avançada não saberia produzir-se. Porém, o que mais se sabe também, é que a extrema humidade, sobretudo combinada com um grande calor, pode

[40]Ver *On social evolution.* **Selected writings** (1875).

> oppor ao progresso obstáculos inesperados (SOARES, 1899, p. 53).

Encaminhando as suas considerações finais no Capítulo II, Soares (1899) discute ainda as razões indutivas e dedutivas que fazem crer que as funções do corpo se achem facilitadas pelas condições atmosféricas. Comparando, pois, as regiões temperadas e tropicais, defende que as mudanças na umidade atmosférica, pelo ar carregado de vapor d´água, elevam-se ao contato com o corpo. A uma razão de um para um, diz que tal evaporação depende totalmente da quantidade de vapor d´água presente na atmosfera.

No Capítulo III – *Os defeitos da alimentação, Alcoolismo*, com seis páginas, Soares (1889) destaca o papel da alimentação no dinamismo vital dos seres humanos e, nesta perspectiva, define os alimentos enquanto substâncias capazes de substituir os produtos de assimilação que asseguram a atividade fisiológica dos fenômenos vitais. Para Soares (1899, p. 64), "[...] o dynamismo vital é obra da nutrição [...]", sendo que o seu antagonista, traz como consequência a depreciação orgânica e o abatimento da energia. Ainda de acordo com o autor, os alimentos, para serem saudáveis, devem encerrar princípios nutritivos suficientes para prover a ausência de minerais que tomaram parte do processo de reparação hística ou que foram eliminados pelos diversos processos emunctórios como substâncias excrementiciais.

Em sua interpretação também, a maneira como os homens se nutrem atualmente, é uma conquista da sua evolução através dos tempos, daí acreditar que "[...] o selvagem ingere alimentos de mais fácil acquisição sem cuidar de sua nutribilidade [...]" (SOARES, 1899, p. 67). Para ele, enquanto o 'homem civilizado' faz uma seleção inteligente dos seus alimentos, selecionado o que come e observando a procedência dos alimentos, 'homem selvagem' nutre-se ao seu 'bel prazer'.

Na perspectiva de explicar porque o povo brasileiro nutre-se deficientemente, Soares (1899) cria uma divisão de formas alimentares territorializadas, de acordo com as regiões do país. No Norte, segundo ele, a base alimentar mais utilizada é a farinha preparada com raiz de mandioca. Já os cereais, como o arroz, o feijão e o milho são mais incomuns. Também a carne de vaca, por conta do abastecimento precário, é pouco consumida, sendo substituída pela carne de porco, pelos produtos da pesca e carnes de charque.

Acerca do consumo excessivo da farinha de mandioca, diz que este alimento não preenche os requisitos necessários a boa alimentação, porque provoca o aumento extraordinariamente excessivo do conteúdo estomacal, que não é dissolvido inteiramente pelas fermentações gástricas. Sobre este aspecto, recomenda que haja a sua substituição pelos legumes e pelos cereais, como o milho, o feijão e o arroz.

Sobre o regime vegetariano, Soares (1899), critica-o por não fornecerem vitalidade aos tecidos. Já no que tange a carne consumida em Salvador, ele destaca o fato dele vir de lugares muito distantes da capital, ao mesmo tempo em que também prescreve que seu cozimento deve ser bem feito, para combater a contaminação por germes patogênicos. Sobre o peixe, frequentemente consumido pelos habitantes do centro da 'cidade da Baía', o autor destaca o que classifica como o baixo valor nutritivo deste alimento.

Dando continuidade à sua avaliação sobre o valor nutritivo de alguns elementos, Soares (1899) evidencia o que, em sua impressão, soa como abuso na utilização dos alimentos: os excessos na utilização dos condimentos. Para ele, o clima, entorpecendo a função digestiva, demanda a utilização destes condimentos. Contudo, o problema situa-se em seu abuso, vez que tal utilização provoca irritações permanentes e perturbações agudas do aparelho gastro intestinal, que vem sempre acompanhadas de uma agudíssima excitabilidade nervosa.

No que diz respeito ao emprego do álcool, Soares (1899, p. 71) classifica-o como "[...] veneno social [...]", que é utilizado em proporções assustadoras, porque tais produtos são adquiridos a preços módicos. Queixando-se contra a escassez dos trabalhos sobre os efeitos nocivos do álcool no organismo, esse autor evidencia que tais efeitos propagam-se à descendência sob formas variadas.

Já sobre os vinhos, cita especialmente os de má qualidade, que são alterados pelos exportadores. Sobre a aguardente de cana de açúcar, mesmo reconhecendo o que classifica como sua baixa nocividade, ele não se isenta de destacar que a "[...] miséria vê nella um anesthesico à sensação da fome, um meio prophylatico desarrazoado e funestamente posto em pratica contra o paludismo [...]" (SOARES, 1899, p. 72), de tal modo que não se pode negar os seus vínculos com a etiologia da tuberculose, da sífilis e das alterações gastro hepáticas.

Citando os estudos de Jean Cruveilhier (1701-1874)[41] e Etienne Lancereaux (1829 - 1910)[42], destaca que:

> O indivíduo que herda o alcoolismo é marcado em geral com o sello d'uma degeneração que se manifesta particularmente por perturbações das funcções nervosas. A idiotia, a imbecilidade, a estupidez, uma susceptibilidade nervosa accentuada, um nervosismo visinho da histeria, convulsões epileptiformes, a melancolia e a hypochondria são os legados que transmittem à sua prole os alcoólatras de profissão (SOARES, 1899, p. 73).

[41] Ver *Anatomia Descritiva* (1834–1836).
[42] Ver *Atlas d´anatomie pathologique* (1871).

Abraçando a classificação criada por Saint Yvon (…. - ….) (1791), Soares (1899) diz que os alcoólatras estão divididos em quatro grupos distintos. Quais sejam: num primeiro grupo, enquadram-se todos os indivíduos que percorreram as fases da intoxicação alcoólica e sucumbiram a fase aguda da doença, entrando num estágio de paralisia e marasmo que repercutem "[...] na perda completa da inteligência [...]" (SOARES, 1899, p. 73). O segundo grupo, agrega uma categoria numerosa de alcoolizados que estão isolados nos asilos e são classificados como perigosos, por apresentarem comprometimento de ordem física e intelectual; o terceiro grupo é composto por descendentes de alcoólatras que, por sua vez se dividem em duas classes distintas: os primeiros sofrem uma parada congênita do desenvolvimento de tal modo que nascem imbecis ou idiotas. Já os segundos, experimentam lapsos de memória constantes e restrições intelectivas graves. Por fim, o quarto grupo, é composto por indivíduos que foram afetados pela dupla influência das moléstias incidentes e herança.

No sentido de oferecer combate ao mal que representa o uso do álcool, Soares (1899) recomenda a criação de asilos para os alcoólatras, a criação de sociedades de temperança, de associações infantis de abstinência, de restaurantes e cafés aonde são banidas todas as bebidas. O aumento dos impostos sobre a bebida também, aparece como sugestão para o controle do uso do álcool. Concluindo, ao assunto, o autor resume:

> A alimentação com se faz entre nós é defeituosa e insifficiente para alcançar o fim a que visa. Um regimen mixto mas no qual não predominem os alimentos herbáceos, deve ser o preferido. As refeições copiosas e os alimentos graxos devem ser evitados. A fiscalização das substâncias alimentares deve ser feita cuidadosamente a fim de que sejam destruídos os alimentos alterados e prohibida a vendagem dos que estirem sophisticados. A repressão ao consumo dos vinhos artificiaes e da aguardente deve ser enérgica e garantidora da vitalidade, já tão abalada por cincumstâncias outras, dos elementos da população, especificamente dos mestiços (SOARES, 1899, p. 74).

No Capítulo IV – *Os mestiços e a degeneração,* com quatro páginas, Soares (1899) inicia o seu texto lançando uma intrigante pergunta aos seus leitores, que vai sendo respondida no decorrer da explicação que se desenvolve. Qual seja: "[...] Os mestiços brazileiros são degenerados? [...]?" (SOARES, 1899, p. 77). O autor constrói os seus argumentos respondendo positivamente a essa questão. Recorrendo a Benedict August Morel (1809 - 1873)[43], que toma como base para suas análises sobre degenerescência, o "tipo primitivo", ele revela que os mestiços apresentam modalidades psicológicas e físicas que

[43] Ver *Traité de dégénérescences physiques, intellectuelles et morales de l'espèce humaine et des causes qui produisent ces variétés maladives* (1857).

acabam por revelar um cunho particular de anormalidade progressiva e hereditária, que só não se mostra mais nociva porque:

> [...] a existência dos seres degenerados e necessariamente limitada, e, cousa maravilhosa, não é sempre necessário que chegam ao último grão da degradação para que fiquem marcados de sterilidade e conseqüentemente capazes de transmittir o typo de sua degeneração [...] (SOARES, 1899, p. 78).

Neste ponto descreve o conceito de degeneração que aparece sempre associado a estigmas, impulsões, obsessões e fobias que patenteiam o desequilíbrio da organização psíquica imaginada por eles. Segundo Morel (1857 apud SOARES, 1899, p. 78), o termo designa "[...] o estado mórbido de um indivíduo cujas funcções cerebraes acusam um estado de imperfeição notória se se compara com o estado cerebral dos typos geradores [...]". Já Giusepe Sergi (1841 - 1936) chama de degenerados "[...] todos os seres humanos que, apezar de sobreviverem na lucta pela existência, são fracos e trazem signaes mais ou menos manifestadamente deste enfraquecimento, tanto em sua forma physica, quanto no modo de agir [...]" (SERGI apud SOARES, 1899, p. 78).

Também citado por Soares (1899), Claude Dallemagne (1754 - 1813)[44] elenca um grande número de causas da degeneração, ligando-as exclusivamente ao meio. O meio físico, social, as disposições hereditárias e constitucionais entram diferenciadamente nesta classificação etiológica. Segundo o que acredita, razões como a aclimatação das zonas quentes, a escravidão, os hábitos de vida das pessoas menos desenvolvidas, enfim, as condições de existência das classes inferiores e "[...] quebrantadas pelo sol dos trópicos [...]" (SOARES, 1899, p. 79) tem sido invocadas como justificativas para o atraso e a inaptidão do progresso.

Demonstrando a sua esperança quanto ao futuro, no contanto, Soares (1899) conclui a sua these doutoral defendendo que a mistura de raças 'sãs' com os tipos de raças 'degradadas' progressivamente, em circunstâncias especiais, pode ser regenerada, a ação do meio social, sendo fundamental neste processo de regeneração. Em sua análise "[...] se não se oppuzer um paradeiro às suas influências depressoras da energia vital, que a tornam imprópria para sustentar a concorrência vital... a civilisação, a obra mais grandiosa da evolução na humanidade [...]" (SOARES, 1899, p. 84), a sociedade, toda ela, estará condenada a se tornar mestiça, o que precipitará a sua extinção.

[44] Ver *The Road to Rivoli* (1801).

2.4 INFLUÊNCIA DA PROSTITUIÇÃO SOBRE A SOCIEDADE ACTUAL (1909)

A these doutoral intitulada *Influência da prostituição sobre a sociedade actual*, de autoria de Ângelo de Lima Godinho Santos, foi defendida em 30 de outubro de 1909 na até então chamada Faculdade de Medicina da Bahia (Figura 4). Possui capa; contracapa; apresentação dos lentes catedráticos da 1ª a 12ª sessões: lentes catedráticos e seus substitutos; prólogo; contracapa; quarenta e três páginas numeradas de texto, divididas em quatro capítulos, intitulados: Capítulo I – *Ligeiras considerações sobre a prostituição e estudo das suas principais causas*; Capítulo II – *Consequências da existência da prostituição e estudo crítico da regulamentação* e Capítulo III – *Medidas que se devem tomar contra a prostituição,* além de um apêndice que contém as chamadas *Proposições de These,* três sobre cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Quais sejam: Anatomia Descriptiva; Histologia; Bacteriologia; Anatomia e Physiologia Pathológicas; Physiologia; Therapéutica; Medicina Legal e Toxicologia; Hygiene; Pathologia Cirúrgica; Operações e Apparelhos; Clínica Cirúrgica (1ª e 2ª Cadeiras); Pathologia Interna; Clínica Propedêutica; Chimica Médica; História Natural; Matéria Médica, Pharmacológica e Arte de Formular; Clínica Médica (1ª e 2ª Cadeiras); Obstetrícia; Clínica Obstétrica e Gynecológica; Clínica Pediátrica Clínica Ophtalmológica; Clínica Dermathológica e Syphiligráphica.

No *Prólogo* o autor dá início a sua argumentação, queixando-se contra a sociedade atual, em sua impressão, deveras permissiva. O desejo que o autor expressa é, pois:

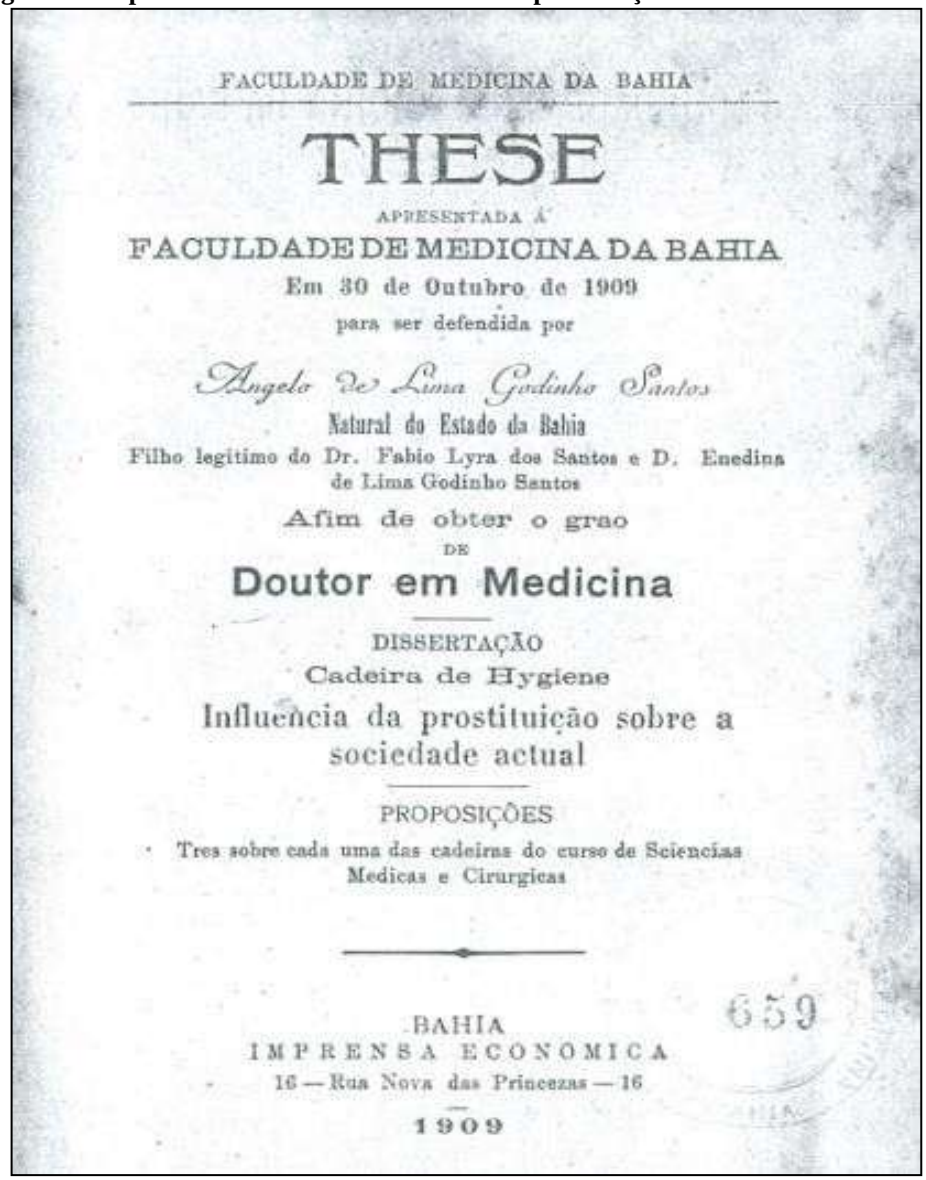
> […] fazer com que se leve em consideração o bem estar do povo, o futuro da nossa geração, que incontestavelmente são problemas sociaes de máxima importância, despertando do somno lethárgico em que parecem mergulhados aquelles que, ligando máxima importância a futilidades se esquecem no entanto das cousas mais necessárias […] (SANTOS, 1909, p. 2).

E o que parece necessário para Santos (1909) é esboçar o problema social da prostituição, analisando as suas causas, comentando as consequências da sua existência e aconselhando, finalmente, os meios que se podem levar em consideração, senão, para exterminá-la, mas para, diminuir a sua intensidade.

No Capítulo I – *Ligeiras considerações sobre a prostituição e estudo das suas principais causas,* as palavras iniciais do autor se constituem em indícios de sua intenção de 'romper preconceitos', por ele mesmo reconhecido como hipócritas, para tratar do tema da prostituição "[...] um flagello, um cancro social de funesta influência que se exerce na espécie humana, degenerando-a physica e moralmente [...]" (SANTOS, 1909, p. 8). Sob este ponto de

vista, a prática prostitucional é apresentada como um dos efeitos da fragilidade humana, comum em todas as sociedades, desde a Grécia e Roma.

Figura 4 - Capa de these doutoral "Influência da prostituição sobre a sociedade actual"



FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

THESE

APRESENTADA Á

FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

Em 30 de Outubro de 1909

para ser defendida por

Angelo de Lima Godinho Santos

Natural do Estado da Bahia

Filho legitimo do Dr. Fabio Lyra dos Santos e D. Enedina de Lima Godinho Santos

Afim de obter o grao

DE

Doutor em Medicina

DISSERTAÇÃO

Cadeira de Hygiene

Influencia da prostituição sobre a sociedade actual

PROPOSIÇÕES

Tres sobre cada uma das cadeiras do curso de Sciencias Medicas e Cirurgicas

659

BAHIA

IMPRENSA ECONOMICA

16 — Rua Nova das Princezas — 16

1909

Fonte: Santos (1909) – Pesquisa de campo (2001).

Dando prosseguimento a discussão, Santos (1909) questiona-se sobre o inatismo da 'maldade' das prostitutas, concluindo pela sua absolvição. Segundo o que acredita, quem deve ser responsabilizado pela ignomínia que a prostituição representa são os que exploram as misérias; a sociedade desorganizada, que não leva em consideração o direito dos pobres e o governo, que não procura melhorar a vida do proletariado, proporcionando-lhes meios para assegurar a sua sobrevivência.

Creditando a miséria, a falta de educação, e, finalmente, a falta de justiça como elementos que concorrem extraordinariamente para a existência da prostituição, o autor prossegue listando as condições que em sua impressão, forjam o seu aparecimento. Para ele, a mulher que um dia foi 'honrada' e que teve uma vida exemplar, por colocar a sua honra e dignidade acima de qualquer coisa, se prostitui por três razões: para acalmar a fome dos filhos; por solidão e porque em algumas circunstâncias é obrigada a ser o arrimo da família. Sob estas circunstâncias, pois, a sociedade e os governos que não procuram remediar a situação destas mulheres, são vistos como os responsáveis pela prostituição.

Conquanto não deixe de admitir que as mulheres ricas também se prostituam, Santos (1909) afirma que não vale a pena argumentar a respeito disto, primeiro porque o número de prostituídas nas classes mais abastadas é em sua opinião inexpressivo e depois, porque a prostituição que decorre das mulheres desta classe, são produtos de patogenias como a histeria, ninfomania e hiperestesias sexuais. O alcoolismo e a epilepsia, também são elencados como razões primárias que favorecem a prostituição das mulheres ricas.

Paradoxalmente, investindo na identificação das causas da prostituição, Santos (1909) articula uma tese que investe na explicação das razões pelas quais a mulher, seja ela rica ou pobre, se prostitui. Para ele, isto se explica porque "[...] o cérebro da mulher é muito menos plástico que o do homem, tornando-se por isto mais facilmente escravo do hábito [...]" (SANTOS, 1909, p. 2).

Dá continuidade a defesa do seu ponto de vista aventando hipóteses sobre os efeitos positivos que a educação pode produzir no abortamento do propósito da mulher se tornar prostituta e, por conta disto, deixa claro a sua visão fatalista sobre o meio ambiente. Segundo ele: "[...] Si, portanto, uma mulher for desde sua infância educada num meio pervertido, torna-se impossível, é claro, conduzil-a mais tarde a uma vida honesta, ao cumprimento dos deveres sociaes [...]" (SANTOS, 1909, p. 11). Mais adiante, questiona-se:

> Que poderão ser, portanto, essas criancinhas que nascem nos bordéis? Que poderão ser crianças, muitas ainda impúberes, na inconsciência dos primeiros lampejos de vida, que vivem pelas ruas, ouvindo os ataques a moral, assistem as obscenidades dos animaes libidinosos das vias públicas – senão prostitutas? (SANTOS, 1909, p. 11).

Queixa-se ainda contra a falta de repressão, produto da ausência de leis que controlem o exercício da atividade prostitucional. Diz, para tanto, que: "[...] a única culpada e sobre quem deve recahir toda a censura é a justiça pública, que cega muitas vezes por conveniências torpes, não obriga esses miseráveis seductores a reparar as faltas commettidas [...]"

(SANTOS, 1909, p. 12).

No Capítulo II – *Consequências da existência da prostituição e estudo crítico da regulamentação*, o autor introduz a discussão citando Jean Jacques Barthelemy (1716 - 1795)[45] e Cesare Lombroso (1835 - 1909)[46] que consideram a prostituição como "mal necessário", produto da miséria, da deficiência econômica e efeito da nossa desorganização social.

Ainda persistindo em sua obstinação por identificar culpados, tal qual procedeu no Capítulo I, Santos (1909) critica a apatia dos jovens que não reagem contra essa desorganização social, creditando às famílias a responsabilidade pela condução dos destinos dos seus filhos. Fala, outrossim, da valorização de instituições como o casamento, argumentando que, somente por esta via, a juventude terá condições de constituir-se sã física e moralmente.

Traçando uma linha direta entre a sífilis e a prostituição, o autor discute ainda os efeitos da doença sobre a sociedade e família, posicionando-a enquanto enfermidade mais terrível da nossa sociedade. Na opinião do autor, pois, os danos provocados pela sífilis são, sem comparação, superiores aos ocasionados pelas epidemias que de vez em quando, assaltam a 'cidade da Bahia', atacando velhos, enfermos, seres débeis e inúteis à sociedade.

É no intuito de chamar atenção para os danos que a sífilis provoca que Santos (1909) reproduz o depoimento de uma prostituta, cujo nome não é identificado pelo autor.

> Assim como me vedes, diz ella, não sois capaz de imaginar que já fui moça e bonita; tive no meu semblante, não essa palidez cadáverica que aterroriza e repugna, mas a bella cor dos jasmins; ornava a minha fronte, não esta coroa de manchas que me vedes, mas uma coroa de flores; tive implantada n´esta cabeça, hoje tão horrível, a mais linda cabeleira que se pode imaginar; e, vez d´esta cicatriz horrivel que me trnasforma o semblante, esculptural nariz me embellezava o rosto; que esses olhos que aterrorizam a quem de mim se approxima, eram o imã que para mim attrahia todos que me viam; que esta bocca sem dentes, que me dá o aspecto da morte, era outr´ora ornada por duas filas de eburnizados dentes; que em vez d´estes andrajos que em mim vedes, ricos vestidos me cingiam o corpo. E quereis saber a transformação que se operou em minha vida, por que sou assim desgraçada? Porque em um momento de loucura, abandonei os meus e me prostitui. Foi a prostituição a causa da minha desgraça, de todas as misérias que me acabrunham (SANTOS, 1909, p. 23).

O autor estabelece desta forma uma ligação direta entre a prostituição e todas as outras doenças venéreas. Cita para tanto, os inúmeros casos de cólica metálica, moléstias do útero,

[45] Ver *Memórias sobre sua Vida* (1792-1793).
[46] Ver *O homem delinquente* (1876).

especialmente a leucorreia habitual[47], o ingurgitamento[48] e as inflamações catarrais da membrana mucosa da cavidade uterina· que afetam as prostituídas.

Na mesma linha de raciocínio, Santos (1909) procura ligar a prostituição com o adultério afirmando para tanto que, as mulheres casadas, quando rejeitadas pelos seus maridos, que preferem as prostitutas, procuram 'vingar-se' dos mesmos rebaixando a sua dignidade e maculando o seu pudor, daí se ligarem irremediavelmente à prostituição. Também afirma que a prostituição dá lugar a outra espécie de adultério, quando há esterilidade do homem, afinal, na opinião do autor "[...] toda mulher deseja ser mãe [...]" (SANTOS, 1909, p. 26).

Nas palavras iniciais do Subtópico II, Capítulo II, Santos (1909), posiciona-se contrariamente a alguns outros médicos higienistas que consideram a prostituição indispensável e necessária. Alega, por isto mesmo, que não tem interesse em realizar o comentário desta opinião por não julga-la digna de apreciação. Paradoxalmente, no entanto, classifica os higienistas que defendem o ponto de vista contrário ao seu como depravados, celibatários e inimigos da moral.

Recorrendo a tese do psiquiatra e entomologista Auguste Henri Forel (1848 - 1931), que estudou o apetite sexual do povo suíço na obra *A questão sexual* (1905), o autor coloca-se contrariamente à defesa do onanismo[49], porque crê que o homem pode muito bem conservar-se casto até o casamento, uma ligação lícita e socialmente reconhecida. Para reforçar o seu ponto de vista, cita como exemplo de cientistas que coadunam com as suas opiniões os Richard Von Krafft-Ebing[50] e William Acton[51] que defendem ser a abstinência um problema e apela:

> Si desde criança (do mesmo modo que nos incutem no espírito cousas sem importância) nos ensinassem, nos fazendo bem comprehender o que é o instincto sexual e quaes os seus fins; si nos atemorizassem os funestos resultados da prostituição e do onanismo; e si finalmente não se considerasse a castidade do homem como uma recommendação má para ele, como actualmente se faz, fácil ser-nos-hia supportar a castidade, sem que para isto fossem precisos esforços sobrenaturais (SANTOS, 1909, p. 30).

Encaminhando as considerações finais deste subtópico, Santos (1909) trata com ironia a tese que homens e mulheres devem ter direitos iguais em termos sexuais e recomenda,

[47] Mesmo que corrimento vaginal é também chamado de vaginite ou vulvovaginite.
[48] Processo pelo qual o sangue, preenchendo os corpos cavernosos e esponjosos do corpo, provoca endurecimento ou aumento de volume.
[49] Mesmo que masturbação.
[50] Ver Psychopathia sexualis: as histórias de caso (1886).
[51] Ver *The functions and disorders of the reproductive organs in childhood, youth, adult age and advanced life considered in their physiological, social and moral relations* (1862).

também, de forma jocosa a criação de prostíbulos aonde mulheres que reivindicam direitos idênticos possam satisfazer as suas necessidades sexuais.

Já no subtópico III do capítulo II, Santos (1909) se atém a problematizar o que deve ser feito para resolver o problema da prostituição. Para tanto, questiona-se: deve-se abandoná-la ou reconhecê-la como instituição lícita e regulamentá-la?

No que tange ao abandono da prostituição, o autor afirma que se assim procedesse, a sociedade estaria cometendo um crime. Também não se mostra favorável ao seu abandono porque alega que as pessoas têm o direito de não serem submetidas a cenas públicas, impudicas e atentatórias à dissolução dos costumes. Já do que se refere ao reconhecimento desta atividade, também, posiciona-se contrariamente a medida, por acreditar que a regulamentação desta não extingue a imoralidade e atenta contra o princípio da liberdade individual. Roga, outrossim, que em vez de pensarem nas penas que possam se abater sobre a prostituição, pense-se nas formas de combater as suas causas.

Citando o exemplo mau sucedido de países como a França, Inglaterra, Dinamarca, Suécia, Noruega e Suíça aonde a prostituição é regulamentada, Santos (1909), apela à estatística para comprovar que naquele país a atividade prostitucional ainda grassa. Também recorre a higienistas famosos como Maurice Quantin e Turot[52] e Turot[53] e que consideram, tal como ele, a regulamentação da prostituição "[...] inútil sob o ponto de vista da saúde pública e immoral porque é contra a lei moral que rege as nossas acções [...]" (SANTOS, 1909, p. 35).

No capítulo III, *Medidas que se devem tomar contra a prostituição*, último capítulo da these doutoral de Santos (1909), ele alega serem inúteis os meios até então empregados para refrear a prostituição. Evidenciando as suas alegações com exemplos, ele cita Carlos Magno que, na tentativa de exterminar a prostituição, mandou que todas as prostitutas fossem queimadas vivas; o rei Roger, de Nápoles, que condenava a terem o nariz cortado todas as mães que vendiam a virgindade das filhas e Guilherme, também rei de Nápoles, que editou a pena de morte contra todo indivíduo que violasse ou raptasse uma 'rapariga' qualquer e depois a abandonasse. Medidas que redundaram em insucesso, por se constituírem em decisões incompletas e ineficazes.

Dando prosseguimento as suas análises, o autor argumenta que, para combater a prostituição é necessário que se obtenham reformas sociais, dirigidas pelos governantes, a quem se deve creditar a responsabilidade por pensar os interesses da coletividade. Sob essa

[52] Ver *Conseil municipal du Paris. Rapport au nom de la deuxieme comission sur la prostitution et la police des mocurs* (1904).
[53] Ver *Le prolétariat de l´amour* (1904).

perspectiva, organiza um rol de decisões que se não promoverem a extinção desta atividade, ao menos servirão para refreá-la. Quais sejam:

1. Desregulamentação da atividade prostitucional, a fim de que se possa combater a prostituição enquanto crime;
2. Educação para todas as mulheres, a fim de que se possa transforma-la em "[...] elemento mais aproveitável e útil à sociedade [...]" (SANTOS, 1909, p.41);
3. Remuneração mais digna da mulher operária a fim de que se possa desenvolver o mais possível às atividades compatíveis com o sexo feminino;
4. Promover e estimular o casamento
5. Realizar trabalho de conscientização acerca dos males que afetam a saúde a partir da promoção de conferências públicas, artigos de jornais, que instruam as pessoas sobre os males causados pela sífilis e demais doenças venéreas;
6. Se ocupar mais da educação pública, entregando-a a pessoas competentes e de idoneidade moral reconhecida;
7. Amparar as crianças que nascem nos bordeis, afastando-as destes ambientes;
8. Criar asilos de educação para as prostitutas desvalidas, a fim de afasta-las dos vícios e das más companhias;
9. E, finalmente, adotar quantos meios possam desviar a mulher da prostituição a fim de restituir-lhe a dignidade pessoal.

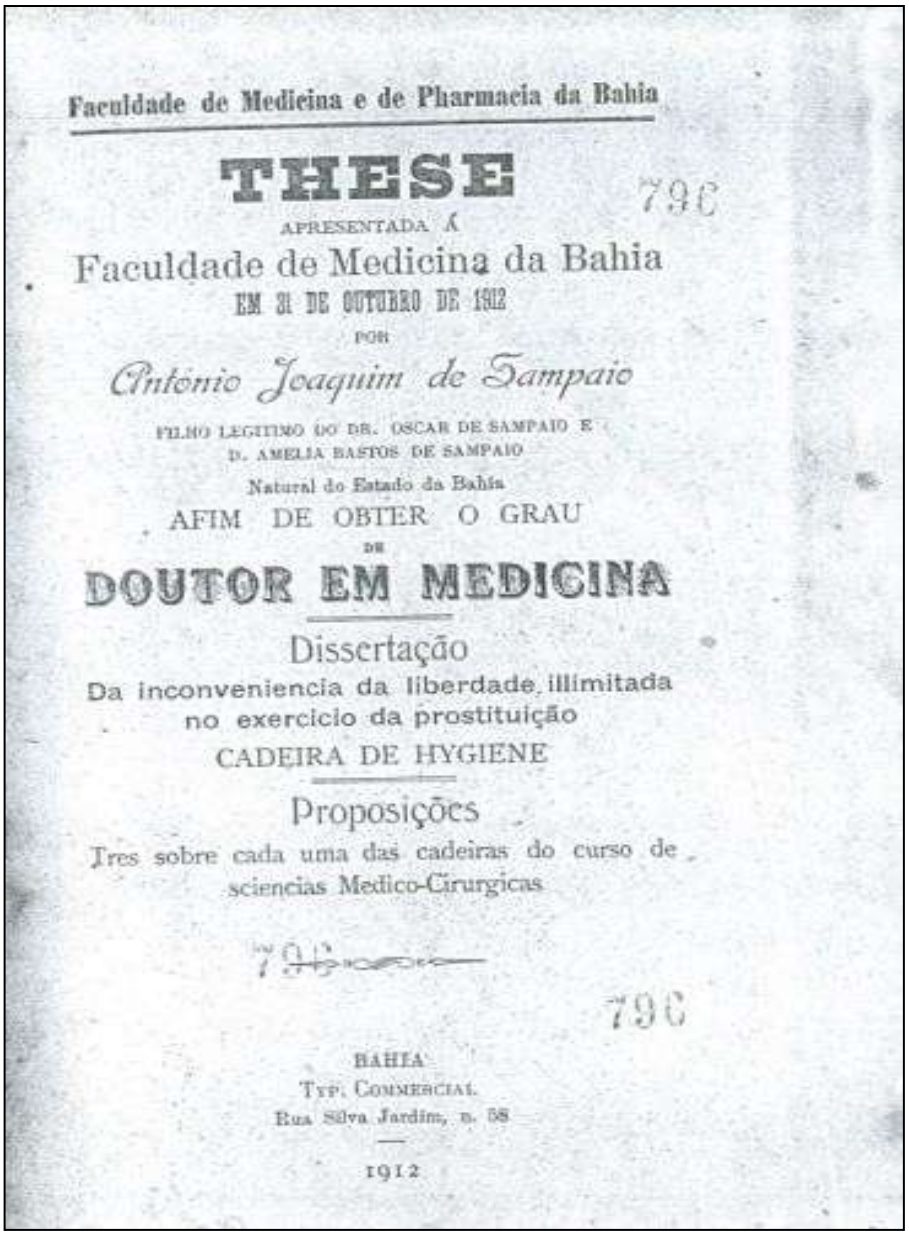
2.5 DA INCONVENIÊNCIA DA LIBERDADE ILLIMITADA NO EXERCÍCIO DA PROSTITUIÇÃO (1912)

A these doutoral intitulada *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição,* de autoria de Antônio Joaquim de Sampaio, foi defendida em 31 de outubro de 1912 na até então chamada Faculdade de Medicina da Bahia (Figura 5).

A these doutoral possui capa; contracapa; apresentação dos professores ordinários, suas respectivas cadeiras, lista de professores extraordinários efetivos e em disponibilidade; contracapa; cinquenta e cinco páginas numeradas de texto, divididas em quatro capítulos, intitulados: Capítulo I – *A prostituição, seu histórico e suas espécies*; Capítulo II – *A prostituição e suas causas,* cujos subtópicos são *A degeneração; Os padres e os frades; A miséria e a pobreza; A dança; O ciúme, o luxo e a preguiça*; Capítulo III – *Da nociva influência da prostituição, especialmente da livre sobre a saúde pública*; Capítulo IV – *Apello aos poderes públicos contra a plena liberdade de transmissão das moléstias venéreas pela*

prostituição, além de um apêndice que contém as chamadas Proposições de Tese, três para cada uma das cadeiras do curso de ciências médico-cirúrgicas. Quais sejam: Anatomia Descriptiva; Anatomia Médico Cirúrgica; Histologia; Bacteriologia; Anatomia e Physiologia Pathológica; Physiologia; Therapeutica; Medicina Legal e Toxicologia; Hygiene; Pathologia Cirúrgica; Operações e Aparelhos; Clínica Cirúrgica (1ª e 2ª Cadeiras); Clínica Propedêutica; Clínica Médica (1ª e 2ª Cadeiras); História Natural Médica; Matéria Médica, Pharmacológica e Arte de Formular; Clínica Ophtalmológica; Clínica Dermatológica e Syphiligráfica; Clínica Psychiátrica e de Moléstias Nervosas e errata.

Figura 5 - Capa da these doutoral "Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição"



Faculdade de Medicina e de Pharmacia da Bahia

THESE

796

APRESENTADA Á

Faculdade de Medicina da Bahia

EM 31 DE OUTUBRO DE 1912

POR

Antonio Joaquim de Sampaio

FILHO LEGITIMO DO DR. OSCAR DE SAMPAIO E D. AMELIA BASTOS DE SAMPAIO

Natural do Estado da Bahia

AFIM DE OBTER O GRAU

DE

DOUTOR EM MEDICINA

Dissertação

Da inconveniencia da liberdade illimitada no exercicio da prostituição

CADEIRA DE HYGIENE

Proposições

Tres sobre cada uma das cadeiras do curso de sciencias Medico-Cirurgicas

796

BAHIA

TYP. COMMERCIAL

Rua Silva Jardim, n. 58

1912

Fonte: Sampaio (1912) – Pesquisa de Campo (2001).

No Capítulo I – *A prostituição, seu histórico e suas espécies,* Sampaio (1912) introduz o seu texto situando a prostituição como a maior tragédia de todos os tempos e sobre este aspecto, define-a enquanto "[...] tráfico obsceno do corpo humano... que tem origem na mais remota antiguidade, pertencendo há todos os tempos, a todos os povos onde tem sempre revestido as mais estranhas e variadas formas [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 2). E conquanto reconheça que não possa ser extinta, o médico faz a defesa da necessidade de sua regulamentação, em um primeiro momento dividindo-a em prostituição em masculina e feminina.

Sobre a prostituição masculina, o autor flagrantemente associa-a com a homossexualidade, classificado-a enquanto espécie de perversão sexual que atinge um homem que um dia foi 'normal'. Neste ponto do texto, cita o escândalo que o soprista alemão Ulrich provocou ao reivindicar do parlamento do seu país uma lei que autorizasse o casamento entre indivíduos do mesmo sexo, isto no início do século XX. De acordo com o que acredita, a prostituição masculina tem origem nas grandes capitais, sendo os homossexuais masculinos definidos enquanto, pessoas que:

> Querem muito cedo se parecerem com raparigas, teem logo necessidade de 91elas91em91m-se passivamente, se exaltam e se enthusiasmam pelos romances e pelas *toilettes*, procuram fazer trabalhos femininos. Consideramn-as como amigas, começam a imitar os seus gestos, são de um sentimentalismo banal e amam loucamente o luxo. Raspam os bigodes e todos os 91elas91e do corpo, procuram sempre vestes que ponham em relevo as curvas de suas nádegas e finalmente, se apaixonam por indivíduos do mesmo sexo (SAMPAIO, 1912, p. 5).

Evidenciando ainda mais uma postura teórica que se embasa na associação primária entre homossexualidade e prostituição/marginalização, o acadêmico alega que nos homossexuais, precocemente manifesta-se a falta de propensão para o trabalho, daí a prostituição surgir como um meio de vida para este grupo de pessoas.

No que tange a prostituição feminina, o autor situa-a também enquanto fenômeno inato do gênero feminino, que tem origem "[...] desde os primeiros tempos da infância dos povos, anterior a toda religião e a toda lei civil [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 5). Sob este ponto de vista, divide-a em prostituição hospitalar, prostituição sagrada e a prostituição comum ou civil.

Esforçando-se para apresentar a história da prostituição, Sampaio (1912) diz que, essa prática se origina a partir do momento em que a sociedade civil se organiza e no sentido de fornecer sustentáculo a essa argumentação, põe em relevo o papel das migrações, que tornaram patentes a necessidade de fortalecer os laços de hospitalidade entre autóctones e

estrangeiros. Sentimento de hospitalidade este que, levado ao extremo, fez com que os "[...] maridos cedessem boamente o seu leito e a sua companheira [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 6) para os que vem de fora. Era o chamavam da prostituição hospitalar praticada, principalmente, em países como Índia, Grécia, Egito e Taiti.

Segundo Sampaio (1912), ao lado da prostituição hospitalar surge à prostituição sagrada, espécie de exercício a que se entregam os homens ignorantes e de credulidade ingênua, que cultuam deuses pagãos e totêmicos que exigem sacrifícios como caça, pesca, artesanatos e a virgindade da mulher como oferenda. Também, destaca-se enquanto objeto da crítica negativa do autor, os cultos religiosos politeístas e totêmicos que tomam como objeto de adoração os elementos da natureza, tais como, as plantas e os animais.

Numa clara demonstração de intolerância religiosa, inclusive, Sampaio (1912) realiza uma extensa descrição das festividades realizadas em homenagem a deusa Ísis, no Egito e as festas de Flora, célebre prostituta romana, mãe adotiva de Rômulo e Reno, fundadores da cidade, segundo a mitologia. Apresenta as festas gregas de adoração a Baco, que ocorriam acompanhadas de verdadeiras orgias sexuais.

Alega também, a ocorrência de transformações na prostituição sagrada como decorrência do aprisionamento, resultado das guerras. Outrossim, o poder ilimitado dos senhores de escravos fez com que estes tivessem a impressão de poder saciar os seus desejos de sexo com as mulheres aprisionadas, de tal maneira que "[...] logo os sacerdotes imaginaram poder tirar proveito das infelizes que haviam perdido a sua liberdade [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 10). Combatendo, desde modo, a imoralidade que acreditam ser praticada nos templos, recorrem a São Paulo, que argumenta:

> Transformaram a forma de Deus incorruptível, dando-lhes a figura do homem corruptível, dos pássaros, dos quadrúpedes e das serpentes. Eis a razão porque Deus os abandonou aos desejos do coração e à impureza, de modo que 'elas' em seus corpos uns aos outros deshonrando-se (SAMPAIO, 1912, p. 11).

Segundo Lombroso, citado por Sampaio (1912), após a prostituição sagrada, vem à prostituição civil, uma espécie de prostituição que da religião passa aos costumes e até a lei. Como exemplo de combatente deste tipo de exercício prostitucional cita Moisés, da Bíblia Sagrada, que não admitindo a prostituição sagrada, recomenda a migração das prostitutas para fora do recinto da cidade dos hebreus. Na contramão dos elogios lançados para Moisés, porém, Sampaio (1912) critica o Rei Salomão e Solon, governante da cidade de Atenas, por elas-las exercerem a sua profissão no coração da cidade e por erguerem templos e estátuas de

deuses Amonitas.

Apresenta, também, as subdivisões das formas de prostituição praticadas em Roma. Quais sejam: a *alicariæ* ou padeiras, que eram mulheres que andavam pelas esquinas a espera dos fregueses à porta das padarias; as *bliteæ,* que se constituem em um grupo de mulheres de camadas sociais mais baixas, mais velhas e que não serviam mais para o ofício; as *bustuariæ* ou sepulcrais, prostitutas dos cemitérios que serviam especialmente aos coveiros e guardas; as *famosæ*, ou famosas, cortesãs de primeira ordem, e, finalmente, as *lupæ*, lobas ou vagabundas dos bosques.

Ainda realizando o esforço de historiar e explicar como o exercício prostitucional se perpetua no tempo, o autor discute a prostituição na Idade Média. Para isto, lembra que tal exercício era realizado pelo abade, pelo bispo e pelo senhor feudal, que mantinham nos seus castelos, às expensas de seus vassalos, uma espécie de serralho aonde as prostitutas exerciam livremente o seu ofício. Avançando mais um pouco no tempo, Sampaio (1912) realiza a descrição do reinado de Luiz IX, na França, que numa ordenação de 1254, determina:

> Que sejam expulsas as prostitutas, tanto dos campos como das cidades e feitas admoestações ou prohibições, os bens 93elas sejam tomados pelos julgadores dos lugares ou pelas suas autoridades e de tudo sejam despojadas. E, quem alugue casas a prostitutas ou a receba em sua casa, será obrigado a pagar ao preboste ou julgador tanto como aluguel de um anno inteiro (SAMPAIO, 1912, p. 5).

Evidentemente esta ordenação não durou muito tempo, pois, que houve o reconhecimento de que a prostituição se constituía em um ‘mal necessário’. Tão necessário que ela resiste e chega a Idade Moderna, com as prostitutas gozando de prestígio, inclusive, dentro das côrtes reais. Sampaio (1912), neste sentido, cita os exemplos das côrtes de Francisco I e Henrique II da França. Já na Itália, não se isenta de citar o exemplo dos Bórgias e dos Médicis responsáveis, segundo ele, por coadunar este exercício com a política.

Analisando a sociedade de seu tempo, século XX, Sampaio (1912, p. 18) diz que “[...] encontramos a prostituição commum em quase todos os países, onde se divide em livre ou clandestina, aos olhos dos poderes públicos e regulamentada [...]”. Recomenda por conta disto, que a atividade prostitucional seja regulamentada e que seja realizada a inscrição destas profissionais na polícia, voluntária ou forçosamente.

No capítulo II, *A prostituição e suas causas*, Sampaio (1912) credita a degeneração; aos padres e aos frades; a miséria e a pobreza; a dança e ao ciúme, ao luxo e a preguiça a responsabilidade de estimularem a prostituição e sobre este aspecto, cria subtítulos que

evocam explicações individuais sobre cada um destes pontos.

No subtítulo *A degeneração,* com não renda mais que uma página, recorrendo a Lombroso (1876), o autor afirma que "[...] todas as prostitutas inatas são degeneradas [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 19), pelo desprovimento dos sentimentos de maternidade, de família, de pudor e pela inapetência para o trabalho.

No subtítulo *Os padres e os frades*, Sampaio (1912) critica o celibato e a pederastia que lhes parece comuns nos conventos. Citando o exemplo de alguns padres, destaca o caso do imoralismo do Pe. Parlatti, que trazia consigo da Europa "[...] um carregamento de perfumarias e camisas de vênus [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 22) e o caso do vigário da cidade de Lages, interior da Bahia, que segundo denúncia da Revista *Malho* manteve relacionamentos amorosos com cerca de onze mulheres sendo, pois, obrigado a casar-se com uma delas após a denúncia pública dos fatos, que provocou também o deferimento do seu processo de excomunhão da Igreja Católica.

No subtítulo, *A miséria e a pobreza,* também são citados enquanto elementos que estimulam a prostituição. Em regra, o autor investe na naturalização das condições de miséria e a pobreza, chegando a fazer a afirmação que "[...] desgraçados, os filhos das prostitutas são desde antes do nascimento [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 24). Admitindo excepcionalmente, todavia, que alguns dos filho(a)s destas prostitutas nasçam 'sãos', Sampaio (1912) mostra-se cético quanto ao futuro dos mesmos, porque acredita que as condições de promiscuidade nos curtos espaços em que vivem não podem nutrir convenientemente estes filhos.

> Começa a filha do proletário, em tenra idade, devido principalmente a confusão de vida que acima fallamos, a observar directamente em uma noite de insomnia, os seus progenitores se entregando à copula. Amanhã, de certo procurará a rua, onde respira melhor, onde tem mais liberdade e onde se reúne a outras crianças, muitas vezes, de maus costumes. A recordação d´aquella noite persiste, o instincto imitativo excita-a e não tarda que ella com seus companheiros de brinquedos, algumas vezes, instruidissimos nas coisas mais grosseiras e sórdidas, se entregue as práticas, as mais immoraes. Na puberdade ou precocemente essa pobrezinha começa a ver a insolência das mulheres acompanhadas de seus amantes. E logo impressionada pelo luxo e pela cobiça, ouve conversas obscenas e não tendo mesmo idéia alguma sobre o valor da sua virgindade, acha natural, se entregando ao primeiro vindo (SAMPAIO, 1912, p. 25).

Justificando-se pelo ataque a classe proletária, o autor culpabiliza o fato dos pais levarem seus filhos e filhas para o trabalho as fábricas como razão primordial para que sofram o assédio. O resultado disto é, segundo o autor que "[...] nas fábricas, 50%, ou menos disto, não se encontram raparigas virgens [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 27).

No subtítulo *A dança,* o médico discute o papel da dança no estímulo ao desejo sexual. Fala especialmente da valsa e descreve em detalhes os trejeitos corporais que pretensamente estimulam o apetite sexual. Diz-se o seguinte sobra à dança:

> [...] as sensações voluptuosas, votadas para despertarem no acto da cópula vão encontrar no calor de uma valsa, no roçar de coxas, no attricto dos seios, no approximamento da face, incentivo poderosos para o seu desenvolvimento muitas vezes, precoce [...] As extremidades dos seios constituem, entre ellas, zonas eróticas. Sua fricção excita a volúpia. A flexibilidade ordinária do corpo da mulher, o bamboleio voluptuoso, a pressão de corpo contra corpo, tudo isto ainda mais desenvolve-lhe o appetite sexual [...] (SAMPAIO, 1912, p. 27).

Acessórios também são listados, neste sentido, como instigações ao sexo e a prostituição: "[...] o álcool, o perfume do ambiente e as declarações de amor, feitas ao pé dos ouvidos femininos, tudo isto concorre para estimular ainda mais o apetite sexual [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 28).

Nas palavras finais deste texto, entre indignado e revoltado, Sampaio (1912, p. 29) fala do sucesso do maxixe nos bailes da 'fina elite' do Rio de Janeiro e destaca "[...] eis ahi o início da estrada do erro para o caminho fatal da prostituição [...]".

No subtítulo final do capítulo II, intitulado *O ciúme, o luxo e a preguiça*, em regra associam-se estes sentimentos como elementos que concorrem para a prostituição. O ciúme, estando ligado irremediavelmente a alma feminina, concorre para o sentimento de vingança. O luxo é o terror das mais fracas que "[...] para se vingarem dos maridos que tem amantes, entregam-se por sua vez aos amores occultos [...]" e finalmente, a preguiça é tomada como um perigo que "[...] atiça as fibras da luxúria [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 29).

No capítulo III, *Da nociva influência da prostituição, especialmente livre, sobre a saúde pública*, Sampaio (1912) realiza descrições das doenças venéreas, concluindo acerca da nocividade da prostituição como meio principal de propagação das mesmas. Excetuando-se o cancro mole, ulteração simples causada pelo *bacilo de Ducrey*[54], o médico procura evidenciar que as moléstias venéreas, tais como, a sífilis e blenorragia são males que tornam peremptória

[54] O cancro venéreo simples, cancro mole, cancroide é um a ulceração aguda, específica e contagiosa, geralmente localizada na genitália externa. Etiologia: Seu agente causai foi descrito pela primeira vez pelo dermatologista italiano Augusto Ducrey em 1889. O Hemophilus ducrey é u m bacilo Gram-negativo, não acido-resistente, que tem 1 a 2 microns de comprimento por 0,5 micron de largura. Pode apresentar-se em posição intra- ou extra-celular, dispondo-se aos pares, em grupos ou e m cadeias. Tom a um a coloração bipolar, o que dá a impressão da existência de um vacuolo central. Sua cultura foi conseguida pela primeira vez por Lenglet em meio de pele humana peptonizada. Posteriormente, foi cultivado em numerosos meios. Fato interessante é que as culturas do bacilo de Ducrey perdem pouco a pouco sua virulência, ao mesmo tempo que se tornam capazes de se desenvolverem nos meios comuns (SAMPAIO, 1946).

e indescritível a ação deletéria da prostituição.

Investindo prioritariamente na sífilis, o autor expõe os danos individuais que afligem os doentes, a família, e, por fim, discute as consequências 'hereditárias' da mortalidade que essa doença causa nas crianças. Também estabelece uma espécie de divisão dos estágios da doença, separando-as em dois grupos: a sífilis benigna ou relativamente benignas, superficiais ou passageiras que não constituem em perigos sérios, por não ameaçarem a integridade de nenhum órgão; e a sífilis maligna ou terciária, que compromete seriamente os tecidos, desorganizando-os, esclerosando-os e no último estágio destruindo-os (SAMPAIO, 1912).

Dando continuidade as suas análises do tipo terciário ou maligno da sífilis, Sampaio (1912) apresenta como condição mais ou menos comum do agravamento da doença fatores como idade, constituição, temperamento, saúde anterior, predisposições hereditárias ou adquiridas, formas mórbidas e intervenções ou não intervenções no tratamento. Citando como exemplo esta última condição de agravamento da sífilis, o autor ainda faz a apologia do tratamento metódico e prolongado da doença para salvaguardar a saúde do paciente. Sem este tratamento, pois, impõe-se comprometimentos em órgãos e sistemas importantes, tais como, o sistema nervoso, ósseo, vascular, testículo, língua, veio-palatino e ouvido.

Fala também da contaminação da família, cuja principal consequência "[...] é naturalmente a contaminação da mulher, pelo marido [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 37), daí resultando que a mulher torna-se exposta a todos os tipos de danos individuais causados pela doença, danos estes idênticos aos do seu marido. Também resulta deste tipo de contaminação que os filhos nascidos da cópula infectada herdarão os mesmos danos individuais dos seus pais.

Associando a discussão da prostituição à sífilis, Sampaio (1912) critica ainda a ausência de uma política de saúde pública que enfrente esta doença. Sob este ponto de vista aliás, argumenta que a sífilis se alastra aonde a prostituição livre não é combatida, provocando dados irremediáveis nas famílias. Lembra, para tanto que "[...] apesar de termos prescripções civis, as quaes determinam o exame médico antes da contracção do matrimônio, nada se observa [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 39). Nas famílias, pois, segundo as impressões moralistas do autor, a sífilis provoca "[...] as consequências deploráveis das desuniões, do desbaratamento da família e em alguns paises a dissolução legal do casamento [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 39).

Finalmente, ele discute as consequências hereditárias da sífilis em crianças e notadamente, a mortalidade que essa doença provoca quando não tratada adequadamente. Diz o Dr. Fournier (apud SAMPAIO, 1912, p. 43) que "[...] ela mata os jovens por hecatombe

[...]" e em diversas idades: desde os primeiros meses de concepção, até a gravidez mais avançada. Provoca também o parto prematuro ou quando ocorre o nascimento, logo nas primeiras semanas de vida, a criança corre o risco de falecer. Os índices de mortalidade de adolescentes também são significativos.

Sobre a blenorragia[55] no homem, diz-se que pode adquirir um caráter grave quando o agente contaminador da doença, o genococo, invade a próstata, a bexiga os testículos, podendo ganhar até as articulações, atingir o coração e a medula. Já entre as mulheres, a inflamação produzida pelo microorganismo é menos dolorosa, provocando as vulvites ou vaginites, também, conhecidas como corrimentos.

No capítulo IV, *Apello aos poderes públicos contra a plena liberdade de transmissão das moléstias venéreas pela prostituição,* o autor inicia o seu texto demonstrando ceticismo no que diz respeito ao desaparecimento da prostituição. Ainda assim, apela para que seja realizado o controle do que classifica como "liberdade ilimitada" desta prática. Suas palavras são: "[...] em nome dos altos interesses sociaes que se ligam à saúde pública e em satisfação aos preceitos de hygiene, regulamente-se a prostituição [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 49).

Neste ponto, cita o exemplo da Inglaterra, aonde a regulamentação da prática prostitucional faz parte do regime social. Na Inglaterra, aliás, segundo o autor, a liberdade da prática prostitucional é excessiva "[...] em virtude do exagero na concepção de liberdade individual [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 50). Diz-se que há exagero porque:

> Entendemos que a liberdade individual deve cessar desde o instante que ella se torna um mal positivo e inequívoco para a sociedade. A indústria ignóbil da prostituição não podendo ser eliminada, precisa de um freio salutar, o qual não pode consistir na regulamentação e na fiscalisação da mesma (SAMPAIO, 1912, p. 50).

Segundo a concepção do autor, o controle da atividade prostitucional só não dá bons resultados quando não é cumprida em regra, ou quando há desleixo ou incompetência da parte do pessoal encarregado de sua execução. A França, a Dinamarca e a República da Argentina, sob este ponto de vista, são citadas como exemplo de países aonde a regulamentação desta atividade está sobre controle. Já sobre a Itália, diz que naquele país, a despeito da atividade prostitucional ter sido abolida por um tempo, o Ministério de Nicotero reconheceu a necessidade de restabelecê-la, conquanto, o Governo não tenha se comprometido com a sua regulamentação. Na Bélgica e Holanda, ocorre da mesma forma, isto é, apesar da atividade

[55] Blenorragia é uma DST causada pela bactéria *Neisseria gonorrhoeae,* também conhecida como gonorreia, que é altamente contagiosa, principalmente enquanto os sintomas estão se manifestando.

ser controlada, existe pouca fiscalização.

Acerca das bases da regulamentação que se executa na França, Sampaio (1912) diz que o serviço de controle e fiscalização é entregue a polícia; que as prostitutas recebem instruções concernentes a como se comportar diante dos clientes; realizam inscrições voluntárias de registro especial do nome, naturalidade e profissão anterior, conquanto, passe a ser obrigatório o registro das profissionais que realizem escândalos em vias públicas ou que se encontrem doentes pela segunda vez (SAMPAIO, 1912, p. 51). O exame médico é realizado na prefeitura de polícia para as prostitutas isoladas, bem como, são realizados exames em domicílio para as residentes em casas de tolerância. Enfim, processa-se a hospitalização obrigatória, também, para as infectadas.

Na Dinamarca, além da regulamentação policial, concernente as prostitutas, há a regulamentação sanitária, sem distinção de sexo, classe ou profissão, se estendendo não somente as moléstias venéreas mais indistintamente a todas as moléstias contagiosas. Na Rússia, as prostitutas regulamentadas não podem exercer o seu ofício durante o período menstrual. Na Bulgária e na Bósnia devem deixar a disposição dos frequentadores dos bordéis uma caderneta aonde apareça a anotação de quando foi realizado o último exame sanitário.

Citando o proeminente médico baiano, Luiz Anselmo da Fonseca (1848 - 1914), o autor encaminha as considerações finais de sua tese defendendo a necessidade de regulamentação do exercício prostitucional, além de realizar apelos para que os poderes públicos desempenham a fiscalização das doenças venéreas e sob este aspecto, sugerem que seja fundada na cidade do Salvador um estabelecimento *ad hoc* "[...] qual poder-se-hia denominar, por exemplo como *Instituto de Prophilaxia Moral e Sanitária* [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 53), aonde ficaria estabelecido que a polícia realizaria a fiscalização sanitária e moral "[...] não consentindo que as prostitutas dessem escândalos nas ruas, nas janellas nem se trajassem indecentemente, podendo recorrer a polícia commum no caso de persistiram as suas deshonestidades [...]" (SAMPAIO, 1912, p. 53). Tal repartição ainda seria dividida em 3 sessões. A saber: o serviço especial de registro, coordenado por um médico e assistido por um escrivão; o serviço de ambulatório e a terceira sessão seria a de educação, instrução sanitária e profilaxia anti-venerea, composta por um museu venereográfico, no qual se encontrariam representadas todas as formas e lesões exteriores das moléstias venéreas.

Sugere-se também que a polícia tenha ingresso irrestrito as casas das prostitutas, para que os policiais possam:

1º Insinuar-lhes as vantagens da regulamentação e fazê-las compreender que seria de sua própria conveniência se inscreverem, se fazerem examinar semanalmente, e,

isto não somente porque aprenderiam a se defender dos contágios venéreos como porque se fariam objeto de preferência relativamente as suas companheiras de classe, não inscritas nem fiscalizadas;

2º Verificar se alguma das moradoras exercendo a atividade prostitucional apresentaria sintomas que a fizessem suspeita de sífilis ou outras moléstias venéreas, caso em que as convidaria a esperar a visita de um dos médicos do instituto, o qual se certificando de tal suspeita, promoveria a hospitalização forçada da paciente, salvo se ela estivesse em condições de tratar-se adequadamente e as suas custas, no próprio domicílio.

A seguir, apresentaremos os principais referenciais teóricos nos quais os alunos concluintes do Curso de Medicina recorrem, para sustentar os seus ideais de mudança.

3 REVISITANDO O POSITIVISMO, O EVOLUCIONISMO E O DETERMINISMO GEOGRÁFICO: EMBASAMENTO TEÓRICO DAS THESES DOUTORAIS

Nossos estudos apontam que durante todo o decorrer no período estudado nessa Tese de Doutorado (1852 - 1912) a medicina baiana vem consolidando transformações ao nível de suas práticas e saberes que acompanham a implantação do modo capitalista de produção no país. Nesse momento, o conhecimento das ciências médico cirúrgicas em específico, apresenta-se enquanto campo de lutas e de debates permeados por um conjunto de metateorias emergentes que tomam enquanto objeto não somente o sujeito enfermo, mas a sociedade que também é entendida enquanto corpo que precisa estar disponível à promoção da cura.

À luz de metateorias como o positivismo, o evolucionismo e o determinismo, não obstante, a medicina praticada na FAMEB assume uma nova postura em relação as doenças, pondo em evidência, principalmente, a diferença entre o normal e o patológico. Madel Luz por isso mesmo, menciona as preocupações com a formação de uma "consciência higiênica do povo" (LUZ, 1982, p. 106) que tinha o propósito de criar as condições extraordinárias de "[…] exclusão institucional dos 'charlatões' e negros manduingueiros... que exerciam práticas curativas desviantes da norma médica […]" (LUZ, 1982, p. 106).

Mas não é só isso! As práticas e saberes médicos da FAMEB se vincularam doravante, há outros modelos de saberes e práticas médicas que ajudaram a formular uma referência distinta da hegemônica no período: o Manual de La Fey. Exemplo disso se encontra no relato feito por Luz (1982) e Schwarcz (1993) que abordam a aproximação entre os lentes catedráticos e acadêmicos da FAMEB com os membros da Escola Tropicalista de Medicina (1860) instituição que se baseara no paradigma da patologia experimental anglo-germânica para pensar as doenças dos trópicos. Pode-se dizer, por isso mesmo, que a FAMEB não tenha se limitado à reprodução do saber europeizado de origem francesa como alguns autores alegam. Ela é tida por muitos, inclusive, como "celeiro político-social, científico e filosófico", espaço prestigiado de difusão de diversas correntes de opinião (LUZ, 1982, p. 107).

Schwarcz (1988) quando discute o nascimento de um império nos trópicos, organiza as principais medidas de ordem econômica que ajudaram a produzir o deslocamento do pólo de dominação dentro do capitalismo econômico dos países ibéricos (Espanha e Portugal) para a Inglaterra. Ela ademais, apresenta os matizes metateóricos que garantiram algum nível de originalidade há *sciência* produzida ali, na FAMEB. Tais transformações, exigindo mudanças na estrutura portuária de Salvador e outras alterações na própria cidade.

Com a vinda da família real e de sua côrte para o Brasil, em 1808, tornar-se-á essencial, aparelhar a 'cidade da Baía' para receber um contingente de nobres e burgueses vindos de Portugal que nutriam hábitos, costumes e padrões culturais consoantes com os desenvolvidos nas cidades europeias da época, tal tarefa sendo dificultada pela ocorrência de várias epidemias.

Havia um consenso que as epidemias de tuberculose (1850-1950) e gripe espanhola (1918-1919), as mais prominentes há atingir a 'cidade da Baía' precisavam ser combatidas, porque essas pragas ensejavam o perigo das desordens urbanas. A reestruturação do espaço urbano, nesse sentido, passa a ser entendida como uma estratégia fundamental para prevenir a eclosão de novos surtos epidêmicos, mas também "[…] assegurar os mecanismos sociais de dominação sobre os nativos […]" (LUZ, 1982, p. 109).

Costa (1980) chega a falar sobre uma estratégia de "estatização dos indivíduos" que é imposta como parte do dispositivo médico e, por conseguinte, do estatuto *científico*. Tal dispositivo deverá substituir a ordem jurídica pela ordem normatizadora da cultura e dos costumes e, além disso, deverá impor a censura as condutas manifestamente consideradas incivis.

Do mesmo modo, Machado et al. comentam:

> É preciso, portanto, não ocultar a grande diferença entre o projeto histórico investido nessas análises e as histórias da medicina ufanistas, dispostos a celebrar o presente, justificando-o pela ardorosa conquista de uma posição de racionalidade duramente realizada ou a se realizar. E que, com esta intenção, projetam sobre o passado as questões do presente, buscam continuidades, filiações, parentescos de um projeto hegemônico, habitado por gérmens de uma verdade que pouco a pouco se impõe ao tempo. Projeto paradoxalmente a-histórico não só porque dominado pelo presente, que aparece sempre como critério de reabilitação ou desclassificação do que se situa no passado, como também por tratar o saber médico como se este fosse desvinculado da prática sócio política com a qual se articula. Descrição linear de um caminho que possui as normas de um tempo fora do tempo (MACHADO et al., 1978, p. 19-20).

Para o êxito e aceitação de todas essas mudanças, tornou-se fundamental o estabelecimento das metateorias positivistas, evolucionistas e deterministas, responsáveis por atualizar as ideias iluministas no Brasil. As metateorias positivistas, evolucionistas e deterministas propunham a ruptura com a imaginação e a argumentação, submetendo-se à observação e a experimentação.

Retomando as reflexões de Mészáros (1993), anteriormente citado na *Introdução* dessa Tese de Doutorado por suas reflexões sobre a importância do trabalho com as

metateorias que são organizadas em vista da reciprocidade dialética que mantém com as teorias, fazemos questão de destacar que "[…] dado o inter-relacionamento dialético dos vários níveis de pesquisa, a questão sobre o status ontológico do nível metateórico não pode ser desprezada sem que haja sérias consequências para o empreendimento […]" (MÉSZÁROS, 1993, p. 34), pois, admitindo-se que as categorias epistemológicas da memória (coletiva) e da ideologia e os conceitos de *scientificismo* e civilização corroborem a constituição dessa 'cidade da Baía' idealizada pelos *scientistas* médicos e, ainda mais, admitindo-se que a constituição dos parâmetros de modernidade em tal cidade esteja associada ao apelo de autoridade do discurso *científico,* legitimador aliás, dos interesses ideológicos das classes dominantes do período, abordaremos as metateorias positivista, evolucionista e determinista em vista do apelo à autoridade há qual essas manifestamente estão associadas.

Nesse capítulo, não obstante, tomaremos as metateorias positivista, evolucionista e determinista não somente por seus interesses legitimadores da ideologia capitalista, mas o escrutínio metateórico se dará em vista do pluralismo ideologicamente alardeado pelo discurso *científico* consignado pelos cinco acadêmicos da FAMEB de meados do século XIX e início do século XX que, ao que tudo indica quer excluir radicalmente a legitimidade de qualquer outra forma de contestação e ademais, 'limpar o terreno' para o desenvolvimento de um outro presente, de um outro futuro (MÉSZÁROS, 2014).

Ainda em nossa interpretação, a apropriação e discussão de pontos chaves das metateorias positivistas, evolucionistas e deterministas são importantes para recuperarmos as concepções teóricas basilares que sustentaram as theses doutorais da FAMEB, afinal, dialeticamente esses documentos espelhavam, ao mesmo tempo em que, a aplicação livre das potencialidades criativas da ciência em uma estrutura societária que deve ser radicalmente planejada e regulamentada, também, refletiam o livre desenvolvimento das individualidades que eram consideradas a *raison d´être* nesse tal futuro. Futuro marcado pelo apelo ao controle social que a ciência deveria exercer enquanto discurso legitimador dos interesses ideológicos das classes dominantes Futuro marcado pela "[…] emancipação contra as formas anteriores de controle ideológico obscurantista e interferência no desenvolvimento das forças produtivas […]" (MÉSZÁROS, 2014, p. 246).

Por isso mesmo, as theses doutorais são entendidas enquanto meios, isto é, as theses doutorais da FAMEB são reputadas enquanto produções que descrevem um receituário de práticas e saberes sociais que dão a aparência de terem sido colocadas no sentido de nos ajudar a refletir sobre as maneiras através das quais, dialeticamente se podia modernizar a

urbe soteropolitana e projetar o novo futuro da ‘cidade da Baía’. Pensando as theses doutorais em termos *mnemônicos* lemos-as também, enquanto documentos que se apresentavam como mais contundentes para a construção do *scientificismo* ao estilo *famebiano.*

Em nossas análises, não obstante, esses documentos ajudaram a revelar uma 'cidade da Baía' em franco processo de mudança, o que incluía abrir-se para a retenção e reforma dos princípios que até então, regulavam o desenvolvimento soteropolitano: o estatuto da religião católica ou estatuto da secularização.

Moniz (2017) falando a respeito da dissolução da homogeneidade do estatuto da religião católica que preponderou definindo os destinos da ‘cidade da Baía’ do século XVI até o século XIX comenta que:

> A modernização, em geral, e a diferenciação social, em particular, dissolveram o elevado grau de homogeneidade religiosa, mas não só, e as estruturas tradicionais das sociedades pré-modernas. Por consequência, os indivíduos se emanciparam da custódia das grandes instituições religiosas e, com isso, se tornaram livres para decidir com base nas suas próprias cosmovisões e orientações espirituais. Dotados de uma maior responsabilidade biográfica, eles passam a adotar um estilo de religião mais heterodoxo, sincrético e individual. Ou seja, enquanto nas sociedades pré-modernas a religião se encontrava institucionalizada nas igrejas, atualmente, essas instituições e as suas prescrições normativas e compulsórias não determinam com a mesma força a espiritualidade dos indivíduos (MONIZ, 2017, p. 19).

Mas é importante destacar que, tal dissolvição não pode ser confundida com o desaparecimento, com a extinção completa da influência de tal estatuto, pois, no nível da percepção social o livre arbítrio da vontade humana, pilar essencial do *scientificismo* não figurará nas theses doutorais como algo necessário a organização societária pretendida, pelo contrário, tal conceito – o conceito de livre arbítrio e sinônimo de liberdade – é algo que os *scientistas* imaginam, degradará a sociedade moderna nascitura. Por outro lado, há também, o entendimento de quem olha de fora que, os *scientistas* não sabiam o que fazer com o livre arbítrio, a liberdade.

Por isso mesmo, no caminho da ruptura com o passado – no todo ou em parte modeladora, inclusive, do desenho que a ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX assume – é que o legado moralizador da religião católica precisava ser desautorizado. Mas não uma desautorização completa, uma subsunção absoluta de tal estatuto e sim aquela que se dá no limite da ruptura com os entraves postos a expansão do capitalismo, isso acontecendo porque no plano das idealizações e práticas sociais, não era mais possível

suportar o desequilíbrio de condições de exploração e empréstimos, por exemplo, entre cristãos católicos e cristãos judeus. Não era mais possível ignorar a crítica há prática da usura, afinal, tornara-se medular validar a exploração do homem pelo homem.

Conforme Le Goff (2014) os textos bíblicos mais frequentemente invocados para explicar a pecaminosidade da exploração do homem pelo homem, estão inscritas no *Evangelho de São Lucas* (6:35) que diz "[…] Amai os vossos inimigos, fazei o bem e prestai ajuda sem esperar coisa alguma em troca. Então, a vossa recompensa será grande. Sereis filhos do Altíssimo, porque ele é bondoso também para com os ingratos e maus. […]" (BIBLIA SAGRADA, 2009, p. 15); no Levítico (25:35 e 36) aonde se lê, que "[...] E quando teu irmão empobrecer, e as suas forças decaírem, então sustentá-lo-ás, como estrangeiro e peregrino viverá contigo. Não tomarás dele juros, nem ganho; mas do teu Deus terás temor, para que teu irmão viva contigo […]" (BIBLIA SAGRADA, 2009, p. 39); no Deuteronômio (23:20) que diz "[…] Ao estranho emprestarás com juros, porém a teu irmão não emprestarás com juros; para que o Senhor teu Deus te abençoe em tudo que puseres a tua mão, na terra a qual vais a possuir […]" (BIBLIA SAGRADA, 2009, p. 39); e no *Decreto* de Graciano (1142 apud LE GOFF, 2014, p.104) que advoga "[…] Tudo aquilo que se exige acima do capital é usura". E eram esses textos que deveriam ser superados, pois, as balizas morais que a religião católica propugnava deixaram de ser correspondentes com o estatuto que agora era tornado hegemônico para conduzir os destinos da sociedade.

Elsirik e Trevisan (2008, p. 7) a esse respeito dizem que "[…] a consciência é um dos principais aliados da moral do século XIX. Executa-se o sujeito a partir da culpa e da má consciência quando não são cumpridas as normas estabelecidas, ou seja, os bons costumes […]". E porque a consciência tem uma presença tão forte junto a moral religiosa, só se pode alegar que os *scientistas,* candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB trabalharam fortemente para impô-la, mas sem se esquecer que essa precisaria se precipitar no limite de algum nível de negociação com o moralismo religioso. Isso acontecendo porque "[…] a moral não faz distinção; ela governa e igualmente pune, quando necessário […]" (ELSIRIK; TREVISAN, 2008, p. 7).

Em face mesmo dessa nova consciência de mundo, marcada fortemente por uma espécie de ecletismo de caráter integralizador e porque não assumir também, por certa dose de misticismo, fica difícil precisar campos específicos de localização das metateorias supramencionadas. Em nosso entendimento pois, só é possível apontar 'inclinações' aonde comparecem mais o positivismo que o evolucionismo e/ou o determinismo; o evolucionismo

que o positivismo e/ou o determinismo; o determinismo que o positivismo e/ou o evolucionismo.

Cerrar as prospecções teóricas de qualquer um dos autores dentro de quadros herméticos, como que esses pudessem responder a uma localização exclusiva, e mesmo referendada por outros estudos, parece incoerente. Nossa ideia é, por essa razão, oferecer uma compreensão aonde nos seja permitida localizar ideias que se destaquem muito mais pela nossa interpretação, do que pelo que se convencionou dizer acerca delas.

Inicializando a discussão das metateorias, começaremos pelo positivismo.

3.1 O POSITIVISMO

O positivismo se coloca nesse trabalho por sua importância seminal dentro das theses doutorais analisadas e, por essa razão, no quadro 1 indicamos o conjunto de categorias epistemológicas que essa metateoria se apropria e que, por sua vez, estão associadas as definições de realidade, de utilidade, de certeza, de precisão, de organização e de relatividade, conceitos seminais para o trabalho de Auguste Comte (e que parecem dar sentido as suas ideias mais fundamentais. Vejam bem! falamos de categorias epistemológicas e de conceitos fundamentais e não só das palavras que são encontradas nas theses doutorais da FAMEB. Vejam bem! Falamos de um quadro teórico sinótico que dá sentido as ideias positivistas dentro das theses doutorais.

E por que destacar as categorias epistemológicas e os conceitos fundamentais que em nossa opinião comunicam com o positivismo antes de, pelo procedimento da análise de conteúdo, trazer à frente e a tona as palavras que uma vez associadas a essa metateoria, reificariam a investigação do real, do certo, do indubitável, do determinado e útil tal como Comte sugere?. Há esse respeito, Luz (1979) concorda que:

> Uma análise histórica e dialética das instituições pode vê-las mais facilmente nos seus aspectos de movimento, de luta, na medida mesmo em que as reconhece como parte de uma estratégia de hegemonia, portanto, conjunturalmente mutável. Mutável face à correlação de forças que se alteram historicamente e às respostas do setor socialmente subordinado […] (LUZ, 1979, p. 27).

Ao analisarmos o papel das theses doutorais escritas pelos acadêmicos da FAMEB por suas estratégias de hegemonia, na conjuntura das mudanças que os acadêmicos da medicina queriam ver implantadas na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX,

por isso mesmo, o nosso esforço é de explicar as contradições, totalidades e mediações postas pelo positivismo quando essa metateoria comparece nas theses doutorais e se expande até alcançar a 'cidade da Baía'. Fazemos isso porque, ao que tudo indica, as premissas da organização sociometabólica do capitalismo, quando associadas ao positivismo possam ajudar há entender melhor o quadro sinótico dessa proposta e, portanto, da realidade, da utilidade, da certeza, da precisão, da organização e relatividade no entrecruzamento com o objeto dessa Tese de Doutorado.

Quadro 1 - Theses doutorais positivistas, por ideias Atestatórias (2015)

THESES DOUTORAIS MAIS IDENTIFICADAS COM O POSITIVISMO	CATEGORIAS EPISTEMOLÓGICAS ASSOCIADOS AO POSITIVISMO	IDEIAS ATESTATÓRIAS QUE COMPARECEM NAS THESES DOUTORAIS
Influência dos climas sobre a intelligência humana (1874) *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista* (1899); *Influência da prostituição sobre a sociedade actual* (1909)	Realidade	Denúncia de problemas sociais e más condições sanitárias
	Utilidade	Reivindicação de regulamentação do ordenamento social e de justiça para os mais vulneráveis; Crença na seleção natural; Apelo em prol da censura, do dêcoro, da adaptação e utilidade do conhecimento *científico.*
	Certeza	O *scientificismo* conduzirá a organização social idealizada.
	Previsão	Prognóstico de degeneração que chega ao nível do desaparecimento da raça negra; Anúncio que como a ajuda do *scientificismo* a sociedade será regenerada e caminhará até alcançar o desenvolvimento moral.
	Organização	Crença indeclinável no progresso e na higiene; Codificação de costumes e da posição de cada membro na sociedade; Organização de arranjos familiares herméticos, seja do ponto de vista do ordenamento interno, seja do ponto de vista dos papéis atribuídos há cada um dos seus membros; Organização societária predizendo o rumo da hereditariedade, os caminhos da saúde pública, o controle da libertinagem, da dita devassidão e das imoralidades.
	Relatividade	A consciência, aparecerá como algo suscetível as pressões sociais; O espírito público será considerado um dom extraordinário; Havia a crença que os hábitos, a organização social e o desenvolvimento moral podem ser disciplinados.

Fonte: Theses doutorais – Pesquisa de Campo (2001).

Quando apresentamos as categorias epistemológicas e algumas das ideias atestatórias do positivismo no quadro sinótico supraorganizado, nossa intenção é demonstrar como o

aprimoramento da razão, permitiu a conclusão que a medicina praticada pelos acadêmicos da faculdade baiana teriam de comparecer nas theses doutorais e, por extensão na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, articulada com a realidade concreta e precisando responder as mudanças que ensejavam a enumeração e acúmulo de conhecimentos ditos racionais. Tais conhecimentos, devendo ser garantidores do estatuto de *scientificidade* e eficiência do saber e da prática médica e precisando incorporar também, uma perspectiva linear e cronológica, na qual a razão, deveria triunfar e se posicionar enquanto fonte única do progresso social e do aperfeiçoamento humano, tanto no plano individual quanto coletivo, social.

Do empenho analítico que realizamos a fim de organizar esse quadro sinótico, não obstante, parece saltar de tal arranjo uma espécie de empirismo lógico que é emblematizado de modo recorrente pelos acadêmicos da FAMEB. Empirismo esse que, funcionava associado com o contexto da economia política vigente na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Em nome desse empirismo lógico que é emblematizado pelos acadêmicos da FAMEB, inclusive, é que justificamos a consagração que a profissão médica vai adquirindo ao longo dos anos. E quem tratava dela, quem divulgava os trabalhos médicos – como os jornalistas e políticos, por exemplo – deveriam festejá-los enquanto personagens geniais e heróis de um novo tempo para a humanidade, tal como permaneciam sendo festejados e respeitados, os religiosos católicos.

Em resultado, tanto do acúmulo de conhecimentos racionais quanto da celebração da profissão médica, o positivismo *famebiano* oferecia conteúdos intelectuais para municiar os processos civilizacionais, incorporados da dimensão mitológica da medicina e de seus agentes e, implicitamente, os acadêmicos da instituição ainda precisavam oferecer elementos simbólicos que legitimassem a identidade positiva e a fluidez do biopoder como monopólio da comunidade hipocrática (BERTOLLI FILHO, 2017).

Nos termos dessa análise, por isso mesmo, recomendamos a consulta ao texto de Meirelles et al. (2004) que apresenta os títulos de todas as theses doutorais dos diplomados pela FAMEB de 1840 a 1928, período em que a história da medicina baiana alcançou o *status* de expressão científica hegemônica, gerando uma profusão de publicações que, renovadas mais na forma do que nos princípios, continuam a atrair leitores até os dias atuais, tudo indica que, mais pela excentricidade das propostas e dialeticamente, pela atualidade de algumas ideias.

Mas o positivismo ao estilo *famebiano* demandava organicidade para se encaixar dentro da faculdade baiana. E tudo indica que essas interpretações textuais foram sendo feitos

a partir da consulta ao livro *Planos dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade* (1822) e há uma trilogia de escritos que Comte apresentou em três de suas principais obras, a *saber: Curso de filosofia positiva* (1830/42); *Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo* (1842)*; e Catecismo positivista* (1852)[56].

Vejam bem, não podemos afirmar categoricamente que estes textos *comteanos* referendaram as theses doutorais investigadas, pois, nos documentos há que tivemos acesso, não há o registro das referências bibliográficas utilizadas. Só podemos afirmar a presença desse autor e de suas ideias, porque as categorias epistemológicas essenciais ao positivismo: realidade, utilidade, certeza, previsão, organização e relatividade nas theses doutorais, aparecem associadas com as ideias atestatórias que ajudam a dar corpo teórico aos documentos analisados.

E se sugerimos que os nexos positivistas estejam presentes nas theses doutorais, aventamos também que, uma das obras de Comte mais fundamentais há dar sustentação nesses documentos tenha sido o *Planos dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade* (1822) e o *Catecismo positivista* (1852) e aonde Comte intenta a criação de uma "outra religião": o *scientificismo*.

Numa passagem seminal de seu texto que reproduzimos a seguir, Comte (1852) fala do papel que deve ser desempenhado pelos médicos na ordem recém estabelecida.

> A arte humana e a ciência humana são respectivamente indivisíveis, como os diversos aspectos peculiares ao destino comum de ambas (o homem), no qual tudo se acha constantemente ligado. Não se pode mais tratar bem nem do corpo nem da alma, por isso mesmo que o médico e o padre estudam exclusivamente o físico ou o moral; sem falar do filósofo que, durante a anarquia moderna, arrebata ao sacerdócio o domínio do espírito, deixando-lhe o do coração. [...] (COMTE, 1852, p. 307).

O que Comte (1852) põe em destaque nesse trecho de seu trabalho é o compromisso moral(ista) que, em sua opinião, os médicos devem assumir em vista da necessidade de fazerem prevalecer as prescrições higiênicas, tanto privadas como públicas. O aspecto do compromisso moral(ista) reclamado por Comte (1852) ainda mais ganha relevo, quando analisamos as theses doutorais supraindicadas e percebemos o empenho reiterativo dos acadêmicos da FAMEB em regular, desde os mais amplos, até os filigranas da vida privada e social. No cenário organizado por Comte (1852) a laureada profissão médica deveria aparecer como responsável amiúde pelo ordenamento social e por essa razão, o seu texto parece

[56] Avaliamos oportuno esclarecer que as datas referidas aqui, dizem respeito ao ano de publicação das obras, no entanto, estamos utilizando uma coleção que as reúne e que foi publicada em 1991 (COMTE, 1991).

invocar a "[…] uma autoridade superior a toda individualidade, para impor, mesmo nos casos mínimos, regras verdadeiramente eficazes, fundadas, então, sobre uma apreciação social que jamais comporta indecisões […]" (COMTE, 1852, p. 307).

Nos *Planos dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade,* publicado pela primeira vez no ano de 1822 – nossa versão de 2007 – Comte discorre sobre um plano histórico amplo que levou a sociedade há uma situação limite e na qual sobrevive um movimento que reporta ao passado distante e que insiste em restaurá-lo. Esse movimento, na opinião de Comte desorganizaria a sociedade. O outro movimento, conforme Mioranza, que aliás prefacia *Os planos de trabalhos científicos para reorganizar a sociedade* de Comte "[…] projetando-se para o futuro a partir de conquistas do passado, é chamado de movimento de reorganização […]" (MIORANZA, 2007, p. 7-8) e pretende conduzir essa sociedade "[…] há um estado pleno e definitivo da espécie humana, ressaltando todos os valores positivos do homem e do sistema social e valendo-se deles para instaurar uma sociedade perfeita, pelo menos voltada para esse objetivo supremo […]" (MIORANZA, 2007, p. 8).

Já no *Catecismo positivista*, no qual Comte (1852) parece dar continuidade as ilações criadas nos *Os planos de trabalhos científicos para reorganizar a sociedade* (1822) o primeiro passo para chegarmos a uma teoria política da organização da sociedade e que toma a figura do médico como principal agente é a pregação da regeneração social, feita a partir da reestruturação do saber da mente humana. Nessa teorização são definidos os três estados positivistas que concebem a realidade e a vida social. Esses três estados ou atitudes espirituais são: 1) o estado teológico, dominado por forças sobrenaturais que exprimem o mito; 2) o estado metafísico, caracterizado pela crítica vazia e pela desordem espiritual; 3) e o estado positivo, que busca superar as explicações insuficientes do mundo, mediante a substituição das hipóteses religiosas e metafísicas pelas leis científicas.

No quadro sinótico acima, por meio do procedimento da análise de conteúdos realizada nas cinco theses doutorais, identificamos em três delas, os três estados ou atitudes espirituais citados por Comte – a saber: *Influência dos climas sobre a intelligência humana* (1874); *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista* (1899) e *Influência da prostituição sobre a sociedade actual* (1909) – e a partir disso, também, localizamos nesses documentos, a crítica ao 'estágio anterior' da sociedade que o positivismo realiza. Nas theses doutorais supramencionadas expusemos, ademais, a realidade vivificada numa 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, tomada por problemas sociais e condições sanitárias precárias, uma cidade que parecia conflagrada e desejosa de mudanças.

Na these doutoral *Influência da prostituição sobre a sociedade actual*, por exemplo, o acadêmico Sampaio (1912) se empenhou na defesa da utilidade que a regulamentação de hábitos civilizadores traria, caso fosse aplicada na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Para o autor desse trabalho, parecia útil a construção de um novo ordenamento civil e jurídico, institucionalizado via Códigos de Posturas Municipais que definiriam jurisdicionalmente, medidas garantidoras da promoção da seleção natural entre homens e mulheres; entre pretos, brancos e indígenas; cristãos e não cristãos; e pobre ou ricos. Ademais, a partir da aplicação desse "senso de utilidade", os trabalhos desse acadêmico reivindicava a censura e o dêcoro com respeito há tudo aquilo que lhe parecia "fora da curva" do parametrizado e que impedia a adaptação completa aos novos parâmetros de civilidade.

Pelo que se pôde depreender da análise das três theses doutorais, ditas positivistas também, subliminarmente, havia a insinuação de que os regramentos penais e/ou criminológicos expressos em tais documentos, precisariam estar presentes nos ideais de mudança. E além disso, deveriam estar correlacionadas com a preocupação dos candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB em impor um novo futuro à 'cidade da Baía'.

Mas não se trata disso, apenas. Nossas análises apontam também, que inspirados pelo *scientificismo* positivista, o que acadêmicos da FAMEB procuravam aclamar, eram marcos para afugentar o perigo da instabilidade social, representada pela possibilidade de revolução dos despojados e discriminados, apartados da sociedade.

Considerando o que aludimos anteriormente, presumimos que *pari passo* com a reivindicação do regramento social, o positivismo tenha precipitado também, a iniciativa de disciplinamento de um corpo (supraindividual), até então, tido como livre e impetuoso. E não bastando para ele (positivismo) a iniciativa de disciplinamento desse corpo supra individual, tornara-se uma medida de importância fundamental, também, o esforço de disciplinamento do corpo social.

O disciplinamento do corpo social era mais importante que o estabelecimento da disciplina do corpo supraindividual, decerto, pois esse tinha como objetivo a implementação de uma espécie de 'pedagogia assepsista', voltada ao fortalecimento do livre arbítrio da vontade humana, um dogma religioso e moralizante, tributário do Iluminismo do século XVII e que foi reinscrito na ordem *científica* positiva do século XIX, de forma a reificar a ideia de liberdade para consumir, para desvencilhar-se da censura com respeito à apropriação privada da terra e para obter a mais valia a partir da exploração do trabalho livre (LE GOFF, 2014).

E de tal modo o empenho dos *scientistas* da FAMEB parece ter sido bem-sucedido, no horizonte de supressão e contenção do corpo supraindividual que, visualizá-lo sozinho,

destacado da sociedade, passa até mesmo a ser constrangedor.

Vítor Sérgio Ferreira por essa razão destaca que:

> [...] ao mesmo tempo em que o corpo físico é constrangido na sua percepção e tratamento pelo corpo social, qualquer que seja a configuração do corpo é também configuração da identidade, condicionando o modo como à vida é vivida e a experiência social é construída. [...]" (FERREIRA, 2013, p. 520).

Pelo que foi apresentado nas theses doutorais identificadas com essa metateoria, pode-se depreender que o positivismo apostava numa visão determinística de homem e sociedade, segundo a qual a força desses estaria destinada a promoção do processo civilizatório. Aqui é preciso destacar, no entanto, que não se trata de qualquer homem. Para os positivistas da FAMEB, só os *homens de gênio*[57]*, scientistas* ou sábios deveriam ser capazes de levar a efeito a missão civilizatória, daí tratarem de falar dele e atribuir a esse homem, os poderes de uma espécie de 'iniciado', que produz uma forma de conhecimento hierático e que se devota a promover as marchas da civilização.

No que se refere há saída do controle e regulamentação social compreendemos que as theses doutorais *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (1874) e *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (1899) abundem na profusão da categoria epistemológica da certeza. Fazemos essa afirmação porque, na análise desses documentos ficou patenteado que os acadêmicos da FAMEB se esforçaram em trazer uma resposta para a regeneração pretendida. A resposta era a assepsia social e o higienismo.

No que se refere a categoria epistemológica da previsão pode-se dizer que é comum nas theses doutorais analisadas e ditas positivistas, os acadêmicos da FAMEB predizerem que o fim da degenerescência[58] tanto racial quanto social estariam próximos, isso ocorrendo graças ao controle social que levará a extinção dos cruzamentos étnicos apontados como um problema que, uma vez sem solução, levaria a involução da sociedade. Nos termos requeridos

[57] A definição mais precisa de homens de gênio foi-nos oferecida por Oliveira Filho (2014), a partir da leitura do livro "*A Gênese, os Milagres e as Predições segundo o Espiritismo"* (1868), de Allan Kardec. Para Kardec (apud OLIVEIRA FILHO, 2014) os homens de gênio apresentam ao nascer, faculdades transcendentes e alguns conhecimentos inatos que vão se desenvolvendo naturalmente no decurso da vida. Questionando-se sobre as maneiras como esses homens adquirem tais conhecimentos Oliveira Filho In Kardec (2014) diz que, a cognoscibilidade dos homens de gênio dar-se-á pela explicação espiritual que Deus lhes deu uma alma que foi favorecida. Para Kardec (apud OLIVEIRA FILHO, 2014) o homem de gênio é, não obstante, um espírito que tendo vivido mais tempo, adquiriu e progrediu mais do que aqueles que estão menos adiantados.

[58] Benedict Morel (1809-1873), "pai fundador" do conceito de degenerescência defendia que o mesmo se refere há um fator biológico de natureza hereditária, que desempenharia um papel importante na etiologia dos transtornos mentais. Para Morel, diferentes "equações etiológicas" atuariam de modo a integrar, ao lado da herança biológica, os fatores acidentais, biográficos, morais e psicológicos potencializadores de um transtorno mental em um determinado indivíduo (PEREIRA E., 2008).

por Soares (1899), por exemplo, autor da these doutoral *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista* (1899) tal desaparecimento decorrerá certamente, se se fizerem movimentos em prol da civilização de hábitos considerados civis, o que incluirá a manutenção dos casamentos exclusivamente entre raças iguais. Ademais, os acadêmicos da FAMEB também evidenciavam a necessidade de providência para a "cura da degenerescência social" pela via do controle dos costumes, controle da autonomia das famílias na definição de destinos de seus membros, controle da devassidão e das imoralidades.

Com efeito, pela exposição da realidade, pelo sentimento de utilidade, pela promoção da certeza e também, graças há predição do futuro, os acadêmicos em medicina da FAMEB punham em evidência, aspectos organizacionais da sociedade soteropolitana que em suas impressões, precisavam ser ajustados, para isso requerendo enquanto condição *sin equa non* de tal organização, a civilização dos hábitos dos povos. E ademais, eles exigiam ainda que as autoridades civis e públicas fossem, ao mesmo tempo, promovedoras e fiscalizadoras da higiene dos estabelecimentos públicos e privados, garantindo participações ativas no cumprimento dos arranjos elaborados pelos *scientistas*.

Entendemos que a finalidade ulterior de tudo isso é fazer com que se precipite o forjamento de uma nova consciência sobre viver na sociedade soteropolitana, há ser civilizada. Nova consciência que deveria funcionar orientada pelo reconhecimento da necessidade de criação de um "novo espírito público". Novo espírito público esse, que é ideologicamente forjado a partir de 'cidade da Baía' ainda inexistente, conquanto, concordemos desde já, que esse (espírito) tenha sido moldado para ser reconhecido como uma parte da imagem do um grupo.

Halbwachs (2003) falando sobre as modulações de grupos sociais de memória há um determinado espaço, diz o seguinte, referindo-se a formação dos mesmos. Para ele "[…] o grupo se fecha no contexto que construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo […]" (HALBWACHS, 2003, p. 159). Para o autor é essa ideia de coesão do grupo social de memória que penetra na consciência, posto que "[…] não é o indivíduo isolado, é indivíduo membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio […]" (HALBWACHS, 2003, p. 159).

Quando trazemos à tona as ideias sobre a consciência do grupo social de acadêmicos da FAMEB entendemos que, o positivismo se faça também, presente ali, na composição de tais grupos, porque não se trata de uma modulação espacial qualquer. Trata-se de uma modulação espacial que aparece eivada por uma dose de ufanismo patriótico e zelo por uma

compreensão de liberdade formatada dentro de liames contraditórios e que acontece amalgamada, ao mesmo tempo, pela *sciência* e pela religião católica, duas ideologias que se colocam em franca oposição.

Tal como evidenciado anteriormente, o que as theses doutorais indicadas como apoderadas pelo espectro positivista permitem ver, é que os acadêmicos da FAMEB realizaram uma avaliação do estágio reconhecido como "pré civilizacional" da sociedade soteropolitana, que vai sendo apresentada por meio da exposição das atitudes espirituais, indicadas por Comte. A saber: o estado teológico, aparece através da crítica que os acadêmicos da FAMEB realizam contra a religião católica e as suas liturgias ascetistas; o estado metafísico que se apresenta caracterizado pela crítica que os candidatos ao título de Doutores em *Sciências* Médico Cirúrgicas realizam com a respeito da presumida desordem social provocada pela frouxidão das leis e ausência de censura com relação aos costumes; e, por fim, o estado positivo, que comparece nas theses doutorais quando os acadêmicos da FAMEB buscam superar as explicações insuficientes do mundo, consignadas mediante a substituição das hipóteses religiosas e metafísicas pelas leis científicas. O que aventamos a partir dos estudos *comtianos*, não obstante, é que tais estados, corroborem o estabelecimento de outra ordem, a ordem civilizacional que busca superar, por meio do emprego da *sciência* o atraso da sociedade.

No entanto, antes que o estatuto *científico* fosse, de uma vez por todas, considerado vitorioso, seria fundamental a imposição de alguns requisitos, sem os quais o avanço na direção do progresso e do processo civilizacional, não seria possível. Tal como anteriormente mencionado, promover a regeneração social é um desses requisitos, e por essa razão, nas theses doutorais, os acadêmicos da FAMEB sugerem uma estratificação de responsabilidades sociais, nas quais caberia aos *savants positifs* (*homens de gênio, scientistas* ou aos sábios) assumirem o compromisso de tratar da teoria, enquanto o trabalho prático, caberia aos novos comerciantes e futuros industriais que deveriam formar a nova classe burguesa.

A perfectividade dos *homens de gênio, scientistas* ou sábios, sejam eles intelectuais ou futuros industriais é cambiante da perfectividade social que deve ser assumida como uma vocação genuína dos homens civilizados. Vimos essa associação ser exposta claramente, não só na these doutoral *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia* (1852), mas também na these doutoral *Influência dos climas sobre a intelligência humana* (1874), quando os autores argumentam que a moral e a intelectualidade do povo, está numa razão direta com a liberdade individual, aproximando-se de um ponto

fulcral do debate positivista: a visão segundo a qual, a sociedade precisa firmar um contrato social que a oriente na direção do processo civilizacional.

O interesse pela perfectividade social dos *homens de gênio,* em nossa interpretação, tudo indica que possa ser inserida dentro de um quadro de disposições ideológicas que visam assegurar não só uma mudança na forma destes homens representarem a si mesmo, mas a sociedade (soteropolitana), como um todo, pois que, as classes hegemônicas da 'cidade da Baía', pareceram compreender desde muito cedo, que as solicitações que a velha ordem impunham precisam ser alteradas. Isso ajudando a entender porque passamos tão rápido de uma sociedade dita conservadora, atrasada, para uma sociedade que vai se ajustando as parametrizações da modernidade. Ajuda a entender também, como abrimos mão da imagem de um espaço tomado por uma selva luxuriante, ocupado por indígenas e animais, para assumir as feições de um espaço que, embora ainda permanecesse subalternizado, ainda assim, poderia ser considerado moderno e industrioso, como se dizia na época. Uma 'Europa possível'[59] de se realizar nos trópicos (SCHWARCZ, 1993).

Desse modo, a partir do ponto em que os positivistas definem quem devem ser os agentes responsáveis pela regeneração social, eles acabam delineando também, um perfil identitário seletivo que repercute na FAMEB, forjando o perfilamento dos candidatos ao título de Doutor em Medicina da FAMEB com um *scientificismo* dialeticamente eclético, difuso e, ao mesmo tempo pragmático, no qual a formação acadêmica se baseará integralmente para propor as mudanças sociais necessárias a sociedade.

E as contribuições de Comte ([1822]2007, p. 20) quando discute o *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedad*e parecem indicar a absoluta necessidade que os positivistas sentiam de regenerar essa sociedade "[...] além de dividir as classes, acumular capitais e separar os trabalhos teóricos dos trabalhos práticos [...]", daí ele propor uma rigorosa organização do conhecimento científico, alicerçado na profusão do conhecimento empírico.

No sentido de regenerar a sociedade, os positivistas entenderam que não bastaria apenas criar e urdir estratégias de fortalecimento de grupos sociais de memória. Seria

[59] De acordo com Malerba (2000), após a côrte portuguesa ter partido de Portugal para o Brasil ela se viu obrigada a enfrentar a destruição de suas rotinas, e mais que isso, se sentiu compelida a restituir a sua etiqueta cerimonial na colônia sede do Império. Essas estratégias de reconstrução da ordem burocrática, deflagraram uma sensível transformação das práticas de ambos – súditos e nobres –, e acabaram promovendo o que é reconhecido como europeização dos costumes. É na senda desse processo de adaptação que, o historiador Barra (2008) fala da construção de uma "Europa possível" que tem a côrte portuguesa como principal centro difusor. Nesse plano de europeização é que se impõem as modificações do tecido urbano, as novas formas e os novos espaços de sociabilidade, aonde se tenta banir do espaço soteropolitano, tudo aquilo que estivesse vinculado a razão colonial (MALERBA, 2000; BARRA, 2008).

necessário também, investir na criação de uma rede de instituições públicas, ou o que Carvalho E. (2012) chama de "construção de uma nova ordem" que permitirá a quem lê essa obra, perscrutar as posturas assumidas pelas elites na construção de um Estado forte; compreender o modo como essas elites se unificaram na busca pelo letramento e em prol da construção do domínio exercido pelos magistrados. O trabalho feito por Carvalho E. (2012) também, aborda aspectos da construção dos aparelhos burocráticos; o papel dos juízes, padres e soldados na constituição dos matizes da ordem; a formação dos partidos políticos imperiais. Já na parte II, *"Teatro de sombras",* o autor discute o orçamento imperial; a política da abolição; a política de terras; identifica quem são "os cabeças" do governo e as eleições sobre a ótica da sintaxe política.

Queiroz (1986) chama atenção, no entanto, que dentro da própria medicina ocidental moderna, a incorporação de preocupações com o campo social, a regeneração social e a construção de uma nova ordem embora configurando uma mudança radical de paradigma, não constitui propriamente uma possibilidade teórica nova. Para esse autor, a dimensão social existe enquanto componente fundamental para a medicina desde o legado deixado por Hipócrates (460 a.C. - 370 a.C.).

O legado fundamental de Hipócrates, considerado "pai da medicina" serve de base para inspirar os profissionais da FAMEB também. As concepções hipocráticas, citadas por Proença na these doutoral *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador da cidade da Bahia, capital da província da Bahia* (1852) repousam na influência da fisiologia e da anatomia hipocrática, é oportuno esclarecer.

Sem deixar de observar que a demarcação entre a anatomia e a fisiologia é, na sua época bastante tênue, Hipócrates inicialmente advoga pela necessidade dos médicos dissecarem o corpo humano, considerada uma prática herética no seu período. Em seu intento exploratório inovador, por isso mesmo, ele não pode contar com a anuência da maioria dos seus pares.

Rebollo (2006) lembra que, para Hipócrates as alterações da *physis* do corpo[60] – seja ela dos *eidos* ou *idea*[61] ou virtudes ou propriedades chamadas *dynameis*[62] – podem ainda ser consideradas uma consequência inesperada (acidental) da ação humana que deliberadamente vai aparecendo como resultado nas intervenções médicas e terapêuticas.

[60] Compreendido como princípio originário e organizador do corpo […]" (REBOLLO, 2006, p. 54).
[61] Mesmo que "[…] forma do corpo […]" (REBOLLO, 2006, p. 54).
[62] Mesmo que "[…] comportamento […]" (REBOLLO, 2006, p. 54).

Hipócrates aparece nas ideias médicas mais recorrentes do século XIX e aqui ele é citado, porque, é o único autor que comparece nas cinco theses doutorais analisadas. Entendemos que as suas ideias se aproximem das metateorias positivistas, também, porque, de certa maneira as ideias hipocráticas parecem fornecer as bases para estreitamento da associação entre medicina e moral, elo essencial para o catecismo *scientificista* e para a liturgia que a academia baiana de meados do século XIX até o início do século XX desejava propalar.

Na these doutoral *Influência da prostituição sobre a sociedade actual* (1909), por exemplo, tudo indica que tenha sido na senda da promoção do vínculo essencial entre medicina e moral que Santos (1909) acabe propondo uma reformulação dramática no conceito de liberdade, em seu sentir, algo que precisa ser controlado. Em nosso entendimento, a visão desse autor sobre o controle da liberdade decorreria das condições de possibilidade (materiais e objetivas, também) desse homem se constituir livre também socialmente porque, para Santos (1909) a liberdade decorreria da civilização de hábitos, principalmente.

Uma outra contribuição que ajuda a refletir também, sobre os vínculos entre medicina e moral foi mencionada na these doutoral *Alguns traços da população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (SOARES, 1899) e nos foi dada por Romero (1890). A visão que Romero tem sobre a composição da sociedade é o que mais parece interessar ao candidato ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB, isto porque, quando ele discorre sobre o tema da mestiçagem e da raça, um assunto bastante recorrente nesses documentos, o seu primeiro gesto é o de situá-la enquanto problema a ser vencido pela própria 'natureza' e/ou a partir do controle dos cruzamentos inter-raciais.

As análises de Conceição (2000) assinalam que se pode entender a interpretação que Romero faz da realidade também, como resultado de uma evolução contínua, a ser mapeada a partir de pioneirismos, controle social e atenção aos graus de superioridade. Holanda (1996, p. 360), aliás, referindo-se ao método *romeriano* por isso mesmo, lembra que, no entendimento do autor "[...] todo estudo só seria cientificamente certo, na medida em que se conformasse a certas leis fundamentais, leis que seriam as mesmas para o mundo físico e o da cultura [...]".

Conceição (2000) há esse respeito, lembra que uma plêiade de autores importantes, delegaram aos escritos de Romero a responsabilidade pela defesa das teorias raciais e ambientais no Brasil. Meio e raça, na perspectiva desses, sendo apresentados como parâmetros no quadro interpretativo da realidade demográfica brasileira.

Para Conceição (2000) embora não se possa negar a presença de certa dose de ecletismo e sincretismo na obra de Romero diferentemente de outros autores, ele demonstra

uma preocupação incomum diante dos pensadores de sua época. E por essa perspectiva, tudo indica que o pensamento crítico desse tenha sido assimilado pelos candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB como parte importante de uma interpretação social e como ‘arma’ a mais, para a promoção da interferência na realidade, de tal modo que, ele só pode ser avaliado, se levarmos em conta a sua relação com o momento em que suas ideias vigiram.

Assim é que, concordando com Conceição assentimos que:

> […] o ideário do individualismo liberal, privilegia o ideário da liberdade e do progresso. Progresso como necessidade, baseado na valorização da liberdade individual. O desvario do progressismo e do individualismo que o Ocidente impunha ao mundo se expressava no desejo de autenticidade. As ideias tidas como mais adiantadas do planeta, eram adotadas com orgulho, de forma ornamental, como prova de modernidade e de distinção […] (CONCEIÇÃO, 2000, p. 3).

Em nosso entendimento, não obstante as ideias sobre liberdade e seu controle; sobre raça e desenvolvimento social “[...] procuram trazer à luz, formas de modernização que acompanhem o desenvolvimento do capital [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 23).

E se, as theses doutorais trazem as contribuições de Hipócrates e Romero como mote do pensamento positivo da época, isso parece se dar em razão dos acadêmicos da FAMEB acreditarem que esses são dos poucos autores que se encontram decepcionados com os caminhos assumidos para a afirmação dessa metateoria na sociedade. Não que essas transformações ocorressem lentamente. As transformações não eram lentas! Mas não se pode negar que os positivistas trabalhassem com a expectativa da instantaneidade das mudanças.

Mas o pensamento de Hipócrates e Romero também, não parecem contemplar integralmente a organização das transformações sociais que os candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB queriam ver em funcionamento na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX e, por essa razão, esses profissionais buscaram nos trabalhos de Nina Rodrigues, citado na These Doutoral *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (SOARES, 1899) argumentos para embasar os temas que desenvolvem. Nina Rodrigues que foi professor da FAMEB no final do século XIX, é sua figura de maior projeção.

Nos determos nos trabalhos de Nina Rodrigues, especialmente, em seus livros mais famosos *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), *O animismo fetichista dos negros baianos* (1900), *Os africanos no Brasil* (1932) e *As coletividades anormais* (1939) é importante para nós porque, nessas obras o autor procura sintetizar o

entendimento que a maioria dos *scientistas* tinha sobre a sociedade brasileira e, mormente dos quadros sociais de memória existentes na FAMEB e na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

E se é verdade que Nina Rodrigues põe em evidência a iniciativa de criação e fortalecimento da carreira de médico legista, uma profissão assumidamente técnica e que, apesar de ser utilizada em prol do debate raciológico, mais tarde, foi se tornando cada vez mais especializada e isenta de tal caráter, pelas obras supracitadas, podemos ver um médico que se impõe evidenciando um conjunto de argumentações verdadeiramente *científicas*.

Em suas ilações, decerto que Nina Rodrigues fazia questão de demonstrar o quão perniciosa era à influência dos negros na população brasileira, mas é oportuno sinalizar que essa posição, apesar de hoje parecer francamente racista e de não isentar o autor das críticas, estava em absoluta consonância com as ideias de seu tempo. Pode-se aventar, por isso mesmo, também que, Nina Rodrigues tenha cedido a vaidade, pois, é certamente o aspecto menos técnico de sua produção que, justamente projeta o seu nome nacionalmente.

Lendo com mais atenção os supracitados estudos de Nina Rodrigues pode-se dizer, por isso mesmo, que saltará aos olhos as preocupações do autor com a promoção da saúde pública, posto que, perfilado com ideais de progresso e desenvolvimento civilizacional o médico francamente advogava pela "garantia da ordem social". As epidemias, a prevenção e repressão ao crime, à assistência aos alienados, o aperfeiçoamento das leis, o combate ao charlatanismo na profissão médica eram, por esta razão, objeto de suas intervenções nos jornais diários e na imprensa médica especializada, em comissões locais e nas suas aulas na própria FAMEB. E por todas essas impressões, acima da visão determinista, pode-se dizer a respeito de Nina Rodrigues que ele era um positivista clássico.

Sua adesão aos paradigmas positivistas, no entanto, não deve ser sintetizado a partir da vinculação às práticas *científicas* ecléticas vigentes na FAMEB e que traziam como questão central a ideia de degenerescência social e a "cura da raça". Ao contrário, pela incessante busca do rigor *científico,* Nina Rodrigues tornou-se um crítico feroz da atmosfera intelectual sincrética que o cercava, e em mais de uma ocasião, denunciou a falta de infraestrutura da sua faculdade e as práticas ultrapassadas de pesquisa e da docência.

Hipócrates, Romero, Nina Rodrigues e quem mais? Na these doutoral *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (1912) o seu autor busca referências positivistas e, em suas pesquisas, recorre às contribuições do médico italiano, Cesare Lombroso (1835 - 1909) criador da *Escola Positiva de Direito Penal* para embasar as suas ideias. Lombroso que se mostrou um orador contundente contra a prática da prostituição.

Para ele "[…] quasi todas as prostitutas são degeneradas. Á parte a hyperbole desta proposição dizemos que muitos o são […]" (SAMPAIO, 1912, p. 19).

Calhau (2008) argumenta que, o despertar da filosofia positivista florescerá a partir dos estudos biológicos e sociológicos, sendo graças a essa injunção que nasce a *Escola Positiva de Direito Penal*. A *Escola Positiva de Direito Penal* é tida como uma espécie de subproduto do naturalismo que sofre a influência das doutrinas evolucionistas; materialistas; sociológicas; frenológicas e fisionômicas.

Graças a Calhau (2008) entende-se também que, de certa maneira, os estudos sociológicos transcenderam as ciências sociais e a antropologia acabando por definir os caminhos dos estudos criminológicos. Ainda a esse respeito, Calhau (2008, p. 2) diz que "[…] ao abstrato individualismo da Escola Positiva opôs-se a necessidade de defender mais enfaticamente o corpo social contra a ação do delinquente, priorizando os interesses sociais em relação aos indivíduos [...]".

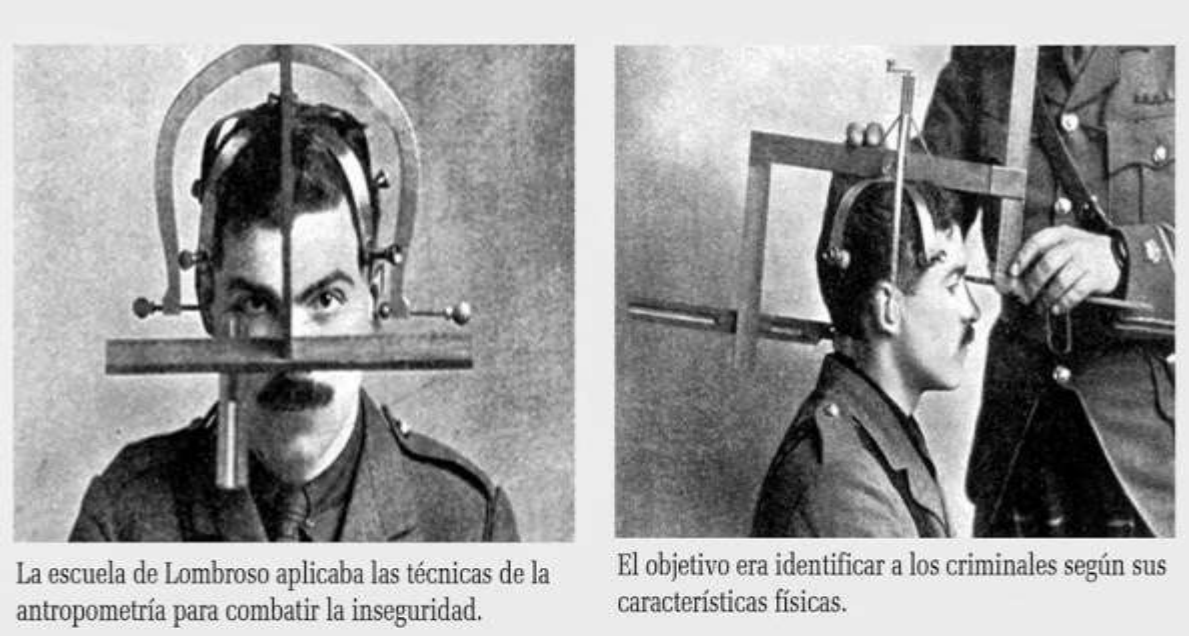
A ação do delinquente! Esse é o tema central da importante *Escola Positiva de Direito Penal* e, além disso, essa temática é também, o que justifica a presença do legado *lombrosiano* nas theses doutorais analisadas. O que Lombroso (1876) põe em relevo em seus argumentos e que se coloca consoante com as ideias raciológicas de tiveram como palco a FAMEB é, não obstante, a persistente associação entre a medicina legal e os caracteres físicos e fisiológicos das pessoas.

Segundo Lombroso (1876), criminosos e não-criminosos se distinguiriam entre si em virtude de uma rica gama de anomalias e estigmas de origem atávica ou degenerativa. Essas características são:

> […] protuberância occipital, órbitas grandes, testa fugidia, arcos superciliares excessivos, zígomas salientes, prognatismo inferior, nariz torcido, lábios grossos, arcada dentária defeituosa, braços excessivamente longos, mãos grandes, anomalias dos órgãos sexuais, orelhas grandes e separadas, polidactia. As características anímicas, segundo o autor, são: insensibilidade à dor, tendência a tatuagem, cinismo, vaidade, crueldade, falta de senso moral, preguiça excessiva, caráter impulsivo (LOMBROSO, 1876, p. 8).

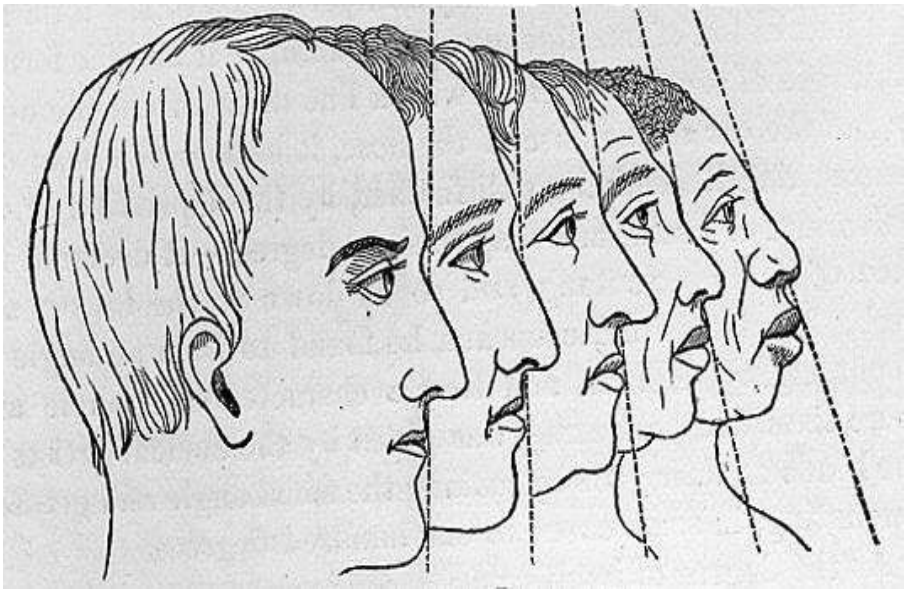
Lombroso assevera que "[…] o criminoso é geneticamente determinado para o mal, por razões congênitas. Ele traz no seu âmago a reminiscência de comportamento adquirido na sua evolução psicofisiológica. É uma tendência inata para o crime […]" (LOMBROSO, 1876, p. 7). E por essa razão, ele advoga pela realização de exames frenológicos e antropométricos (Figura 6 e 7) para detectar a "delinquência nata".

Figura 6 - Homemse submetendo a exame antropométrico[63]



Fonte: Bezerra (2015).

Figura 7 - Figuras que mostra a interpretação frenológica[64] sobre a apropriação da inteligência conforme as raças



Fonte: Paisano (2016).

[63] Conforme o Dicionário de Significados (2011, s.p.) "[…] a antropometria é um ramo da antropologia que estuda as medidas e dimensões das diversas partes do corpo humano**.** A antropometria está relacionada com os estudos da antropologia física ou biológica, que se ocupa em analisar os aspectos genéticos e biológicos do ser humano e compará-los entre si […]".

[64] Conforme Sousa (2005, p. 248) a frenologia diz respeito "[…] ao estudo da estrutura do crânio de modo a determinar o caráter das pessoas e a sua capacidade mental [...]".

É graças ao crédito atribuído a ideia do "delinquente-nato" ou atavismo do crime e/ou da suposta criminalidade que Lombroso (1876) se aproxima dos acadêmicos positivistas da FAMEB. E essa aproximação se torna estreita ainda mais porque, os candidatos ao título de Doutores em *Sciências* Médico Cirúrgicas da faculdade baiana resolveram se apropriar das ilações *lombrosianas* para fundamentar uma justificativa, pode-se dizer, quase supranatural de acomodação do problema da divisão de classes. E ademais, os acadêmicos da FAMEB se valeram do *lombrosianismo* para responder às necessidades da reminiscente nobreza local que insistia em manter-se interferindo nos problemas sociais e políticos da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

Como? A via utilizada para neutralizar a influência dos nobres, se reificaria na forma da complexificação de elementos que ligavam o direito penal ao inspecionamento da nova ordem social estabelecida. O que significava dizer que, se a medicina, por um lado, oferecia o argumento que ajudava a organizar 'a nova sociedade', o direito penal, por outro lado, foi o escolhido para aplicá-lo.

Estas posições da medicina e do direito tudo indica tenham ajudado a forjar um conjunto de novas posturas para a convivência social. Também, posturas que garantiram que a burguesia se sentisse "[…] ameaçada, não mais pela nobreza e seu poder arbitrário, senão pelas 'classes perigosas', ou seja, pelas classes menos favorecidas que levavam dentro de si o germe da degeneração e do crime […]" (CALHAU, 2008, p. 8). O entendimento construído, por isso mesmo, é que a medicina – sobretudo, a medicina legal – e o direito positivo, proporcionaram um instrumento prático e, ao mesmo tempo, teórico para afugentar o perigo que representava a presença dos despojados na nova ordem estabelecida.

Desse modo, quer seja citando Hipócrates, Comte, Romero, Nina Rodrigues ou Lombroso, todos os acadêmicos mencionados e cujos trabalhos pareceram mais identificados com a metateoria positivista em nossa opinião, realizaram a defesa do homem racional, homem que precisava ser 'reconstruído' sob os auspícios da *illustração*, dos *savants positivs* e dos *homens bons* da sociedade soteropolitana: os *scientistas*. E eles justificam a necessidade da constituição desse 'homem novo', argumentando que resiste na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX uma sociedade rendida pela incivilidade, cujos sujeitos tem se mostrado reiteradamente incapazes de exercer o arbítrio das vontades litúrgicas do catecismo positivista.

Nesse ponto, é oportuno esclarecer que, quando aludimos as contribuições dos autores supracitados foi porque, identificamos nesses trabalhos também, as referências de tais autores. Buscávamos em vista dessa integração bibliográfica, explicar as diferentes 'equações

epistemológicas' que o positivismo conseguiu inserir nas theses doutorais, identificando por conta disso, uma linha dorsal que aponta um diálogo fecundo desses documentos com as ideias mais preponderantes e atualizadas em relação há época em que foram escritas. Nosso intuito foi, dessa maneira, apresentar como apresentamos, há tradição positivista expressando-se pela via da herança biológica, dos fatores acidentais, morais e psicológicos participantes da instalação de uma sociedade que, sob a luz da metateoria positivista, buscava se civilizar.

Não temos dúvidas, inclusive, que sob os auspícios do catecismo positivista, o trabalho dos acadêmicos de medicina da FAMEB assumiu a 'dimensão messiânica' necessária a fundação do caráter salvático e regenerador atribuído aos *homens de gênio, scientistas,* sábios ou *ilustrados,* que ajudaram a propalar tal metateoria.

É nos baseando, portanto, no argumento que a regulamentação – associada às ideias de progresso, degeneração, civilização, organização social, higiene, hereditariedade, saúde pública, justiça, seleção natural, problemas sociais, libertinagem, condições sanitárias, cidadãos; a moral – associada aos costumes, a família, a devassidão, a imoralidades, regeneração, posição social, censura, decoro, maus costumes; e a educação – associada as ideias de adaptação, homem civilizado, consciência, espírito público, hábito, organização social, desenvolvimento moral e utopia, se constituem em prerrogativas indispensáveis à promoção do progresso, que os candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB recorrem a uma enorme plêiade de discursos para tentar impor um novo padrão civilizatório à 'cidade da Baía'. Quando insistem, em ideias como a regulamentação, moral e educação, portanto, supomos que subjacente a esses discursos seja nevrálgico firmar a divisão de classes e a acumulação de capitais, estruturas fundantes do insipiente capitalismo que se queria ver firmado na *terra brasilis*.

3.2 O EVOLUCIONISMO

Antes de mais nada, é oportuno esclarecer que tal como fizemos no subtítulo anterior (3.1 O positivismo), iniciamos nossas análises, levantando a importância seminal do evolucionismo dentro das theses doutorais analisadas e, por essa razão, no quadro 2, além de indicarmos o conjunto de categorias epistemológicas que o evolucionismo se apropria e que são seminais há sua estruturação – a saber: a seleção natural e sobrevivência do mais apto, o instinto e a distribuição geográfica e fenômenos da natureza e sociais –, apresentamos as ideias atestatórias dessa (metateoria) que comparecem nas theses doutorais dos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB e que se apresentam associadas há tal legado.

Antes de prosseguir, por isso mesmo, avaliamos ser necessário apresentar um pequeno epítome da obra mais seminal do evolucionismo, *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin (1809 - 1882) na qual o naturalista, geólogo e biólogo britânico discorre sobre o grande número de transformações hereditárias e o grande poder exercido pelo homem ao acumular ligeiras e variadas transformações que ocorrem por meio da seleção natural, discorre sobre as mudanças que ocorrem em vista dos instintos e afinidades mútuas e debate sobre as transformações que constroem um conjunto de justificativas que decorrem da distribuição geográfica dos fenômenos naturais e sociais.

Darwin por conta desses três elos estruturantes de sua teoria, estuda a variabilidade das espécies em estado natural; discorre sobre a luta pela existência entre os seres organizados e o desaparecimento de formas menos organizadas de vida; e tomando o legado do considerado 'pai da demografia', Thomas Malthus (1776 - 1834) como referência, diz que, a variabilidade das condições de vida tem uma expectativa maior de sobreviver, tanto mais for objeto de tal seleção. Darwin ainda mais, discorre sobre a inevitabilidade do processo da seleção natural e comenta sobre aquilo que reconhece como "princípio da herança" (DARWIN, 2014, p. 34), pois, essa (a herança) em sua opinião, tenderá a propagar uma nova forma modificada da vida. Darwin discorre sobre as leis da variação; as dificuldades de aceitação da teoria do evolucionismo; fala sobre a sucessão geológica dos seres organizados e por fim, no seu livro, ele discorre sobre a lei da recapitulação (DARWIN, 2014).

O arranjo apresentado no quadro sinótico 2, por isso mesmo, exibe associações entre a obra supramencionada, *"A origem das espécies"* (1859) e que, ao ser comparada com as theses doutorais dos acadêmicos da FAMEB demonstraram alguma identidade epistemológica com as ideias *darwinistas* sociais. Vejam bem! Mais uma vez, falamos de categorias epistemológicas e de conceitos fundamentais e não só das palavras que são encontradas nas theses doutorais da FAMEB. Vejam bem! Mais uma vez, falamos de um quadro teórico sinótico que dá sentido as ideias evolucionistas dentro das theses doutorais analisadas.

De que tratamos no Subtítulo *3.2 O evolucionismo* é, na realidade: quem o homem soteropolitano era e mais, quem esse homem de meados dos novecentos foi compelido a ser?! Ademais, investimos: em e qual sociedade esse homem, guiado pelo evolucionismo se instaura?...pois, analisando o legado evolucionista sobre os espectros ideológico e da teoria da memória estamos convictas de poder fornecer uma explicação sobre as maneiras como esse homem, perpassa por uma antropogênese contaminada pelas balizas da cristandade, transita entre o predomínio de um catecismo positivista e chega a aceitação das explicações que atrelam a civilização da sociedade há que pertence ao evolucionismo, também.

Quadro 2 - Theses doutorais evolucionistas, por ideias atestatórias (2015)

THESES DOUTORAIS MAIS IDENTIFICADAS COM O EVOLUCIONISMO	CATEGORIAS EPISTEMOLÓGICAS ASSOCIADOS AO EVOLUCIONISMO	IDEIAS ATESTATÓRIAS QUE COMPARECEM NAS THESES DOUTORAIS
Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista (1899). *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia* (1852) *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (1874); *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (1912)	Seleção natural e sobrevivência do mais apto	Promoção da saúde pública e de condições sanitárias mínimas; Utilização dos órgãos da justiça para a promoção do ordenamento social; Associações indeléveis entre a tese da seleção natural, a *sciência* e a degenerescência; O trabalho aparecendo como recurso curativo do indivíduo e da sociedade; A cidade tratada como polo do progresso e do desenvolvimento; Prognóstico de degradação que chega ao nível do desaparecimento da raça negra e mestiça.
	Instinto	Crença no caminho irretornável do progresso; Especulação e proposta de caminhos para a superação da degeneração humana, pela fiscalização de hábitos; Confiança na civilização de hábitos e organização social; Confiança nos estágios de evolução da sociedade; Confiança no dinamismo biológico; Confiança na justiça pública; Delineamento da figura do homem selvagem;
		A higiene pública e individual deve aparecer como alternativa para a cura das enfermidades; Utilização da justiça para a promoção do ordenamento social; Fundação da cidadania; Preservação da hereditariedade pela via da promoção da seleção natural; Garantia de condições essenciais para a vida; Apelo em prol da ordem social; Confiança na marcha evolutiva da sociedade; Confiança no destino da sociedade; A *illustração* aparecendo como compromisso salvador da humanidade; Apelo em prol da liberdade, e de seu controle.
	Distribuição geográfica	Realização de mapeamentos para identificação de problemas sociais, e controle da libertinagem; Apelo em prol, esforço de localização e projeção de como devem ser os espaços profiláticos; Apelo em prol da realização das reformas sociais; Prestígio atribuído aos higienistas; Realização de geografias e topografias médicas.

Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Nas theses doutorais, é oportuno que seja anunciado, não tratamos de apresentar essa metateoria 'in natura', tampouco, livre de controvérsias. Perspectivamos, ao contrário disso, demonstrar como o evolucionismo, em primeiro lugar, compareceu nas theses doutorais *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (1899), *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia* (1852), *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (1874)*;* e *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (1912), tal como mencionado e, em segundo lugar, analisamos como essa metateoria, contribuiu para a construção da marcha evolutiva civilizacional proposta pelos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB. Nossa pauta é, por conseguinte, exibir o evolucionismo manifestamente entendido sob o espectro humano e, mais que isso, social.

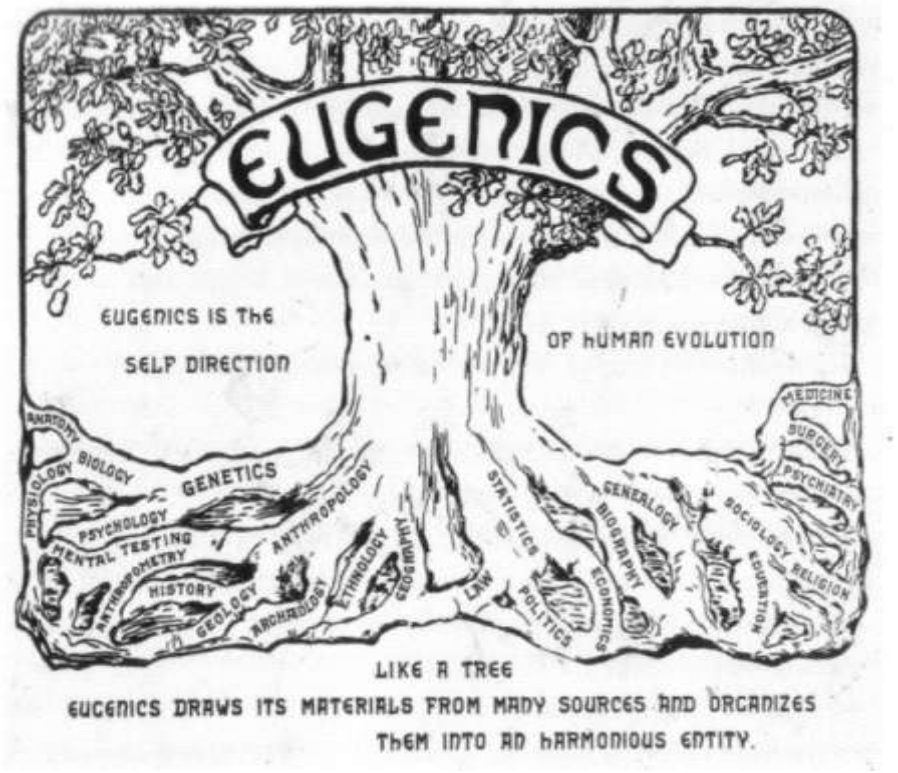
Assim, quer seja discorrendo sobre o debate da evolução progressiva das raças mestiçadas ou da espécie humana de modo geral, como faz o autor da these doutoral *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (1899); quer seja, comentando sobre as possibilidades de regeneração social das raças humanas, como faz Sampaio, acadêmico e autor do trabalho *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (1912); quer seja discorrendo acerca da atualmente desacreditada ideia da influência do clima sobre o forjamento da inteligência humana; ou debatendo sobre as estatísticas médicas que tomam o cenário da 'cidade da Baia' de meados do século XIX e início do século XX, o que as análises desses documentos parecem indicar, em acordo com o evolucionismo é que, o processo civilizacional terá melhores ou piores respostas, a depender da origem de cada sujeito e de sua adesão ao projeto civilizacional que nesse espaço estava em curso.

E porque as produções acadêmicas sobre a eugenia[65] (correspondentes há 1% da produção da FAMEB no período de 1870 até a 1930) e as produções sobre a medicina legal ou medicina nervosa / neurológica (correspondentes há 148 theses doutorais e, portanto, há 9% de tudo o que foi produzido na FAMEB) comparecem nas theses doutorais consorciadas com o higienismo (responsável por 36%, e, portanto, 617 theses doutorais, maior volume de produção da FAMEB), aventamos que esses pensamentos reunidos (eugenia medicina legal, medicina nervosa / neurologia e higienismo), deram forma as ideias evolucionistas que

[65] A teoria assepsista da eugenia criada pelo antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês Francis Galton (1822 - 1911), aliás, primo de Darwin. Galton postulou a ideia da eugenia basicamente como: "[…] a set of social and hereditary factors that would help to improve or worsen future generations of individuals according to the control exercised over these […]" (GALTON, 1892, p. 40), ou seja, para esse autor, alguém que vive uma vida considerada fora dos padrões sociais aceitáveis, será responsável pela geração de piores descendentes que aquelas que vivem a vida segundo as regras do comedimento (GALTON, 1892).

tomavam a faculdade baiana de meados do século XIX e início do século XX e que se expressam a partir da modelagem de um desenho: o da árvore eugênica (Figura 8).

Figura 8 - A árvore eugênica



Fonte: Wikipedia (2016).

Antes de mais nada, vamos falar de origem e de associação da árvore eugênica com o evolucionismo. A imagem da árvore eugênica (Figura 9) foi criada na *II Conferência Internacional de Eugenia* realizada em 1921 e, portanto, fora do espectro de tempo desse trabalho, que estabeleceu como limite temporal os anos de 1852 a 1912.

Apesar dele não corresponder ao período de estudos delimitado nessa Tese de Doutorado mantivemos esse desenho, no entanto, porque ele cumpre a finalidade de recapitular uma variedade de diferentes campos científicos que, conforme o evolucionismo pode levar a 'cidade da Baía' ao caminho da civilização.

Ainda acerca da associação desse trabalho com a imagem da árvore eugênica, destacamos o que aventa Diwan (2007) quando ela concorda que, essa imagem ainda é importante porque contém em si mesma e para o ledor dessa Tese de Doutorado uma concepção sobre a evolução humana, isto é, o ponto de vista segundo o qual "[...] o conhecimento científico se sobrepõe a experiência humana, as relações sociais determinadas pela história cumprindo um papel secundário [...]" (DIWAN, 2002, p. 32).

Em nosso entendimento, não obstante, o desenho da árvore eugênica metaforiza e expõe as características essenciais do evolucionismo que aparece como uma metateoria que está enraizada no pensamento ocidental, graças a origem associada com o conhecimento científico – a esclarecer: a anatomia, a biologia, a fisiologia, a psicologia, os testes mentais, a antropometria, a história, a geologia, a arqueologia, a etnologia, a geografia, a lei, a estatística, a política, a economia, a biografia, a genealogia, a educação, a sociologia, a religião, a psiquiatria, a cirurgia e a medicina. Essa árvore, portanto, representaria os alicerces que servem de lastro para a evolução humana.

Atentando, também, para as frases *Eugenics is the self direction of human evolution* (A eugenia é o caminho da evolução humana) ou *Like a tree eugenics draws its material from many sources and orgadizes them ad harmonious entity* (Como uma árvore, a eugenia chama várias matérias extraídas de muitas fontes para organizá-las em anúncio de entidade harmoniosa) (Figura 9) que expõem um conjunto de conhecimentos referendados como *científicos,* o que parece se destacar é a ideia segundo a qual a evolução humana tem condicionantes, e esses condicionantes estão atrelados ao *scientificismo* que estudamos aqui.

Pela via da análise das associações entre o *scientificismo* e o evolucionismo – como a que está expresso na árvore eugênica –, não obstante, parece evidente que os candidatos ao título de Doutores em *Sciências* Médico Cirúrgicas não tiveram dificuldades em construir um padrão de identificação que atrela o homem e a sociedade, ditas civilizadas, ao conhecimento formal e adquirido. E dessa vinculação francamente especulativa e segregadora ao evolucionismo – porque, não nos parece ser uma questão de simples adesão ao conhecimento formal e de sim de possibilidades reais, a perspectiva de tal aproximação –, inclusive, tudo indica que resulte a iniciativa de seleção dos grupos sociais considerados "superiores" em evolução, nos quais se enquadram os *scientistas* da FAMEB; ou "inferiores" em evolução nos quais se enquadrariam os negros, os pobres, os mendigos, os moleques, os vadios, os doentes e os desempregados, ou seja, a maioria do povo soteropolitano.

E por que acontecia dessa forma? Por que apropriar-se da metateoria do evolucionismo para segregar o que poderia estar no mundo unido? Nossa hipótese é que a adesão dos candidatos ao título de Doutores em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB há esse evolucionismo tomado como narrativa segregadora, se justificava porque, cientes do funcionamento da lógica sociometabólica que move o capitalismo, esses seres autoproclamados "superiores", de modo perspicaz compreenderam prematuramente que não poderiam abrir espaço para todos.

Como coloca Marx e Engels (2009, p. 53) aliás "[…] a história de todas as sociedades até nossos dias é a história da luta de classes […]"e, por essa razão, cindir a sociedade soteropolitana em grupos hierarquicamente considerados superiores e inferiores, projetando as condições para uma transformação radical e revolucionária, como a que o estatuto *científico* propunha, parecia ser o caminho apropriado a seguir.

E tanto o intento radical e revolucionário foi eficaz, que os acadêmicos da FAMEB, autores das theses doutorais investigadas e identificadas pelo evolucionismo, responderam as solicitações de mudança organizando a sociedade em classes distintas e montando uma hierarquia de condições sociais sustentada no antagonismo existente entre elas. Não que esses antagonismos fossem recentes. Nunca foram(!), no entanto, a diferença que guardavam em meados do século XIX, comparativamente com períodos anteriores, é que agora ele se tornará mais explícito e despudorado.

No caso das theses doutorais investigadas e identificadas com a categoria epistemológica da seleção natural e sobrevivência do mais apto o que chama atenção é o fato dos acadêmicos da faculdade baiana colocarem 'todas as fichas' na crença no caminho irretornável da civilização, especulando que estes mesmos caminhos podem apoiar a superação da degeneração humana; podem apoiar que o nível necessário de civilização será alcançado pela fiscalização dos hábitos, cuja responsabilidade caberá aos *scientistas*, a polícia e aos órgãos de justiça; sustentam que o trabalho tem propriedades 'curativas'; que, ademais, é necessário promover a saúde pública e condições sanitárias mínimas para a população; que é necessário organizar melhor as associações entre a tese da seleção natural, a *sciência* e a degenerescência; que a cidade é um polo do progresso e do desenvolvimento; que esse conhecimento pode fornecer explicações sobre as razões de nosso atraso e que esse mesmo conhecimento é confiável a ponto de explicar os estágios de evolução da sociedade e o dinamismo biológico da população soteropolitana; e que a identificação e delineamento da figura do "homem selvagem" é fundamental para consignar os processos de evolução societária.

Uma outra categoria epistemológica evolucionista que tem boa aceitação entre os acadêmicos da mencionada faculdade é a que considera a distribuição geográfica não somente dos fenômenos naturais, mas avaliza a distribuição geográfica dos fenômenos sociais, também. Em conformidade com essa categoria epistemológica, inclusive, é que os candidatos ao título de Doutor em *Sciências* Médico Cirúrgicas pela FAMEB realizam uma série de

geografias ou topografias médicas[66], mapeamentos que objetivam a identificação de problemas sociais e controle sob os mesmos.

O médico e professor baiano Thales de Azevedo (1969) organiza na tabela 1 a proporção de tipos raciais presentes na província da Bahia e na capital do Estado em 1824 e, apesar de haver de sua parte, o reconhecimento que no século XIX, tudo o que se sabe sobre estatísticas populacionais é baseado em estimativas, quisemos expô-las ainda assim, como modo de sinalizar que, antes mesmo da efetivação das eficientes geografias ou topografias médicas, os *scientistas* da FAMEB se valeram de informações como essa para conseguir melhores respostas com respeito a localização dos problemas sociais que demandavam enfrentamento, em suas impressões.

Tabela 1 - Proporção de tipos raciais da província da Bahia e da capital do Estado (1824)

TIPOS RACIAIS	CAPITAL DA PROVÍNCIA-SALVADOR	PROVÍNCIA DA BAHIA
Brancos	-	192.000
Índios	-	13.000
Gente de cor, livre	80.000	-
Escravos de cor	35.000	115.000
Negros escravos	489.000	-
Negros fôrros	49.000	538.000
TOTAIS ESTIMADOS	**673.000**	**858.000**

Fonte: Azevedo (1969, p. 231).

Apesar dos dados incompletos da tabela 1, as informações apresentadas são significativas para expressar a ideia de superioridade e inferioridade evolutiva que os candidatos ao título de Doutores em *Sciências* Médico Cirúrgicas exploravam em seus trabalhos. Ademais, as informações dessa tabela também, servem para expressar a importância da estatística, uma *sciência* que serviu para assessorar as geografias ou topografias médicas e que se encontra arrolada como um dos conhecimentos que compõem a árvore eugênica.

A tabela 1 apoia finalmente, o que diz Domingues e Sá (2003) quando comentam sobre a recepção do evolucionismo no Brasil e as controvérsias que essa metateoria causou ao

[66] Em conformidade com os estudos de Angela Lúcia de Araújo Ferreira, Anna Rachel Baracho Eduardo e Ana Caroline de Carvalho Lopes Dantas as geografias ou topografias médicas designam "[…] os estudos elaborados com o intuito de diagnosticar e "curar" as cidades destacam-se as Geografias e Topografias Médicas, surgidas ainda no século XVIII, que se consolidaram como importantes instrumentos de análise e observação do espaço urbano e regional […]" (FERREIRA; EDUARDO; DANTAS, 2003, p. 84).

ser introduzida no país. Para elas, no Brasil de meados do século XIX – e a 'cidade da Baía' não era uma exceção –, em vista da existência de quadros e grupos sociais de memória já razoavelmente fortalecidos, os *scientistas* buscavam inserir nos espaços sob o seu controle, um processo civilizacional complexo. E como é de se esperar, haviam impedimentos a estes processos representados, principalmente, pelo fenômeno da escravidão e a própria presença dos negros na sociedade soteropolitana civilizada e nascitura: cada vez mais livre da escravidão.

Comentando a esse respeito Domingues e Sá (2003) ainda dizem que, os acadêmicos como os da FAMEB nunca tiveram a real intenção de incluir o grupo étnico negróide na sociedade soteropolitana, pois, apesar dessa negróide vir forçosamente para o Brasil, em torno dessa vinda, foi organizado todo um conjunto de argumentações que colocavam os negróides na posição de estrangeiros no país. Do que as narrativas dos acadêmicos tratavam, nessas circunstâncias, era de justificar um processo de exclusão e um de inclusão, ao mesmo tempo: a primeira narrativa de exclusão, tratando de argumentar sobre os porque's dos grupos negróides 'estrangeiros' não serem incluídos no projeto civilizatório da eminente burguesia soteropolitana e a segunda narrativa de inclusão advogando pela organização de um conjunto de justificativas que deveriam tratar da inserção, condicionada dos indígenas na sociedade soteropolitana – esses sim, considerados legitimamente brasileiros, mas, ainda assim, inferiores, por serem trabalhadores –, vez que, no ambiente econômico que foi forjado na 'cidade da Baía' desde meados do século XIX, esperava-se que esses últimos grupos – os indígenas – pudessem oferecer uma alternativa ao trabalho realizado pela mão de obra que estava sendo liberada: a escrava e negra. "[…] A prática e o desenvolvimento das ciências naturais acabariam contribuindo para dar um lugar social a esses grupos que estavam na iminência de se tornarem cidadãos […]" (DOMINGUES; SÁ, 2003, p. 87).

Tudo indica, por isso mesmo que, o evolucionismo tenha progredido na 'cidade da Baía' graças aos acadêmicos da FAMEB, seus promotores, assumirem a 'missão' que implicava em consignar as justificativas que davam lastro a divisão de classes, de um lado, ficando os *scientistas,* "*homens bons"* da sociedade e, do outro lado, ficando os segregados: negros, indígenas, trabalhadores das funções baixas, mendigos, moleques e vadios. A divisão de classes soteropolitana que foi forjada a 'partir da cisão do mundo' entre seres superiores e inferiores, os seres superiores, destinados a evoluir e os seres inferiores tratados como transgressores da evolução, condenados a involuir até chegar ao ponto de desaparecerem.

Na these doutoral *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia* (1852) o futuro médico, Proença exalta a sua própria importância,

enquanto ‘ser superior’ que pensa ser, enquanto discorre sobre o uso de bebidas alcoólicas. Ele questiona:

> […] quem melhor do que o médico, sciente de que taes bebidas em vez de preencherem um resultado favorável, vão excitando os systemas sanguíneo e nervoso d’aquelles órgãos por onde atravessão de mistura com o sangue e que esta excitação sendo prolongada por muito tempo, há de produzir inflammações do tubo digestivo e d’aquellas vísceras que com estes sympathisão? Quem melhor do que o médico certificado de que tais licores podem ainda ser absorvidos, e conduzidos a torrente circulatória e esta de tal sorte ser d´elles saturada que no fim de um tempo limitado, em alguns homens (que parecem antes ter nascido para vegetar do que para relacionar-se com os outros) se percebão nas suas superfícies exhalantes as excreções impregnadas dos princípios alcohólicos em grande abundância? (PROENÇA, 1852, p. 17).

Sobre si mesmos, os *scientistas* dizem que são indispensáveis, ‘peças chaves’ do processo civilizatório, mas sobre os grupos ditos inferiores, o que os acadêmicos da FAMEB comentam? Vejam o que diz o acadêmico Soares, autor dessa these doutoral “*Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista*” (1899) confirmando o que foi dito acima.

> A distância anthropológica das raças que entraram em jogo, o acclimamento menos seguro nas zonas quentes do país, a escravidão do africano, o desequilíbrio levado ao hábito de viver do selvagem, as condições de existência, emfim, das raças inferiores, quebrantadas pelo sol dos trópicos que pelo excesso de calor plantou-lhes o desleixo e apathia, têm sido invocadas como fatores primordiaes do atraso e da inaptidão ao progresso de uma boa fracção do nosso povo e este atraso e inaptidão tendo um fundo degenerativo […] (SOARES, 1899, p. 79- 80).

E se os *scientistas* da FAMEB consideravam que os grupos negróides, indígenas, trabalhadores das funções baixas, mendigos, moleques e vadios eram inferiores, essa inferioridade deveria ser respaldada pelo espectro dos delineamentos étnicos e antropológicos consorciados com a tese do evolucionismo. Se tratassem do problema da prostituição, a interpretação do fenômeno, além de ser fatalística, deveria ser baseada naquilo que os instintos, outra variante da seleção do mais apto, ditavam.

E tanto o espectro do instinto foi valorizado, que o acadêmico Sampaio (1912) na these doutoral *“Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição”* chega a dizer que, apesar de ser considerada uma atividade marginal da sociedade soteropolitana, a prostituição, também, deveria ser considerada uma necessidade para o ‘bem estar’ dessa mesma sociedade, afinal, as casas de meretrício deveriam assumir um papel

enquanto espaço de refúgio, em uma sociedade conservadora que trabalharia durante o dia e que a noite, se liberava desse trabalho, uma das razões sendo as distrações oferecidas nas casas de prostituição.

A esse tipo de atividade, Sampaio (1912, p. 11) citando Lombroso (1876) diz que, a 'prostituição necessária', deveria ser chamada de "civil", pois que, havia muitos que a defendiam e sobre ela exigiam a regulamentação por parte dos órgãos públicos – da polícia, da justiça e da saúde pública –, a fim de que, se pudesse controlar os movimentos das meretrizes e a saúde das pessoas envolvidas com esse trabalho tornado indispensável.

Sampaio (1912) faz questão de dizer, no entanto, que apesar dos advogados da regulamentação da atividade prostitucional serem maioritários, não havia consenso quanto as posições dos dois grupos sociais de memória. De um lado, ficando os representantes do positivismo *comtiano,* uma gente tradicionalmente mais conservadora e que rejeitava a ideia da regulação da atividade prostitucional e, do outro lado, havia os representantes do liberalismo econômico, mais progressistas que defendiam a regulamentação da atividade prostitucional, a pretexto de melhor regular a evolução das funções sociais.

Bosi (1992) concorda que, dentro desses grupos opositores se desenrolou uma luta interna vigorosa, cujos representantes nunca pretenderam abrir mão de criar pontos de interlocução entre a tese da origem comum da raça humana e da seleção natural, conquanto, nas suas reinterpretações, o evolucionismo precisasse parecer ora mais, ora menos eclético. Os matizes do evolucionismo quando aceitas por ambos os grupos, precisavam parecer mais abrangentes do que talvez fossem na interpretação de seu autor, Darwin porque, apesar de haver concordância dos conservadores e progressistas e dos acadêmicos da FAMEB quanto a ideia de que todas as coisas vivas são aparentadas, pelas narrativas que tentam justificar a naturalização das diferenças sociais, os acadêmicos da instituição baiana acreditavam poder oferecer uma explicação sobre os porque's de uns terem mais e outros menos; sobre os porque's de algumas pessoas se desenvolvem mais lenta ou rapidamente que outras (BOSI, 1992).

Reinterpretando as leis sobre a origem das espécies, não obstante, os acadêmicos da FAMEB 'coloriram de matizes evolucionistas' diferenciadas as interpretações sobre as desigualdades sociais e adicionalmente, como concorda Schwarcz (1993, p. 34) conseguiram trazer "[…] a sensação de proximidade com o mundo europeu […]". Além disso, eles conseguiram lastrear também, com tintas evolucionistas as ideias sobre degenerescência e regeneração social, a inevitabilidade do progresso e da civilização consorciando-as com os argumentos que justificariam a divisão de classes.

Por isso mesmo, certo mal-estar se interpunha na relação entre os acadêmicos e os evolucionistas mais autênticos e esse mal-estar estava relacionado com o debate sobre as questões raciais. A discussão e as inflexões sobre esse tema, realizado à luz do evolucionismo era importante, apesar de tudo, justamente porque, numa cidade tão miscigenada como o era a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, tornou-se impossível ignorar ou contornar tal 'problema'; impossível tornou-se não oferecer uma interpretação para o problema da unidade psíquica dos seres humanos, como o evolucionismo exigia.

O corolário da metateoria evolucionista, nessa perspectiva, quando trazido para dentro da instituição baiana, tratou de perseguir algum nível de fidelidade há Darwin e se basear na defesa de que será necessário construir uma unidade psíquica de toda a espécie humana[67]. A ideia de unidade psíquica dentro da FAMEB, não obstante, é consignada no limite do trato com a questão da unidade civilizacional, evolutiva, o que significa dizer, que os acadêmicos investigados acreditavam no processo evolutivo de modo geral, conquanto, paradoxalmente também, acreditassem que esse processo estivesse atrelado a questão das raças que, a depender de quais eram-se brancos, se negros ou indígenas – passam por delineamentos étnicos e antropológicos diferenciados.

Nas theses doutorais *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia* (1852) e *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (1874) esse esforço em prol da construção de uma unidade psíquica e paradoxalmente, seletiva da sociedade humana é evidenciada. Falando aqui sobre as moléstias, temperamentos, caráter individual e sobre costumes, os candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB não parecem querer prescindir de destacar que, os homens são desiguais, senão, em gênero, mas em grau de desenvolvimento civilizacional.

Na these doutoral intitulada *Alguns traços da população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (1899), inclusive, o autor se vale de referências mais próximas da compreensão biológica da natureza para fundamentar o seu trabalho, e por essa razão, introduz o trabalho citando o geólogo Charles Lyell (1797 - 1875). A referência a Lyell se deve a consulta ao seu livro *"Principles of geology. An Attempt to Explain the Former Changes of the Earth's Surface, by Reference to Causes Now in Operation"* (1830) que Darwin considera, uma obra seminal porque reconhece nela uma revolução na ciência natural,

[67] A ideia de unidade psíquica da humanidade se baseia na crença no determinismo dito profundo. Em conformidade com essa ideia, as civilizações teriam surgido a partir de um único ponto, uma suposta origem comum, e também chegariam, no estágio final, ao mesmo ponto que seria uma sociedade urbana e industrializada. Na unidade (psíquica) a natureza é uma só, porém, o homem não é um só, pois, admite-se que a sua evolução tenha se processado em velocidades distintas (MASSARANI apud FRASER, 2005, p. 120).

a medida em que, essa organiza as eras geológicas e além disso, indica os agentes que atuam nessa esteira do tempo, compondo a espessura dos blocos sedimentares do planeta (DARWIN, 2014, p. 360-361).

Darwin se inspira em Lyell para desenvolver a ideia segundo a qual, os organismos se transformam lentamente, dentro de um conjunto de mudança que são uniformes e que convergem todas para um único lugar: a civilização. Assim, ele defende que cada espécie é criada gradualmente, uma após a outra. Conforme Vitte (2009) há esse processo Lyell denominou de gradualismo biológico[68].

Pode-se aventar que as ideias do gradualismo biológico tenham aparecido mais explicitamente nas theses doutorais *Alguns traços da população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (1899) e *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (1912) pois essas, expõem textos nos quais os acadêmicos discorrem sobre o contínuo processo de aperfeiçoamento da espécie humana e da sociedade e por extensão, delineiam uma 'outra face' que se esperava, a população soteropolitana deveria ter. Uma face que procurava negar os efeitos positivos da miscigenação racial e que queria demonstrar ser possível, o total "embranquecimento" dessa, a meta a ser cumprida para salvar a sociedade soteropolitana da extinção, inclusive.

Na these doutoral *Alguns traços da população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (1899), Soares também põe em relevo as ideias de Jean Baptiste de Lamarck (1744 - 1829), que se destaca como o primeiro cientista que sustenta a ideia que todas as espécies descendem das mesmas espécies, e, também foi o primeiro a chamar atenção para o fato que as mudanças que ocorrem no mundo orgânico e inorgânico e na sociedade, decorrem da seleção natural. Conforme Darwin (1859) argumenta, Lamarck conclui que as espécies se modificam gradualmente, em vista de três motivos: 1) a dificuldade em distinguir espécies e variedades; 2) a quase perfeita gradação de formas em certos grupos; e 3) a analogia das produções domésticas (DARWIN, 2014, p. 35).

Nos escritos de Martins e Martins (1996) pode-se depreender que a teoria *lamarckiana* sustentou que a progressão dos organismos era guiada pelo meio ambiente, assim, se esse ambiente sofresse modificações, os organismos teriam de se adaptar há tais transformações. Para Lamarck, a evolução deveria ser baseada em duas leis fundamentais: a *Lei do uso ou desuso*: no processo de adaptação ao meio, o uso de determinadas partes do corpo faz com

[68] No gradualismo biológico, Darwin defende que a evolução das espécies se dá por meio de pequenas transformações ocorridas no decorrer de diversas gerações dos seres vivos, configurando, portanto, um processo evolutivo lento e contínuo (CARDOSO, 2016).

que elas se desenvolvam, e o desuso faz com que se atrofiem; e a *Lei da transmissão dos caracteres adquiridos* aonde Lamarck defende que alterações no corpo do organismo, provocadas pelo uso ou desuso são transmitidas aos descendentes (MARTINS; MARTINS, 1996, p. 124).

Lamarck ao descrever suas ideias, conquanto, não pareça ter essa intenção, acaba fornecendo o combustível que os acadêmicos da FAMEB precisam para personalizar as interpretações do evolucionismo. Em torno de suas ideias e das teses *darwinistas* sociais, não obstante, é construído todo um conjunto de narrativas *scientificistas* que acabam contribuindo para a validação dos conceitos de degeneração, referida a questão racial e social e degenerescência referida a moral, principalmente. E as ideias sobre a degeneração, referida a questão racial e degenerescência referida a moral, por sua vez, são importantes porque põe em evidência a preocupação dos evolucionistas, de modo geral, com a ação reconhecida como 'deletéria' que os elementos da natureza e sociais poderiam exercer sobre o organismo humano. Segundo as impressões de Lamarck, inclusive, os efeitos de tais processos são capazes de se interporem no desenvolvimento civilizacional, caso haja uma absolvição muito forte desses (MARTINS; MARTINS, 1996).

Nas theses doutorais *Influência da prostituição sobre a sociedade actual* (1909) e *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (SAMPAIO, 1912) é aonde as impressões *lamarckianas* aparecem mais objetivamente, tudo indicando que os autores de tais produções valerem-se das ideias sobre degeneração racial e degenerescência social, para explicar as razões pelas quais a marcha evolutiva da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX rumo a civilização se encaminhava desigualmente. Valendo-se do paradigma raciológico apropriado e tratado como indulto, inclusive, tanto Soares quanto Sampaio, recorrem a Lyell e Lamarck para fundamentar a ideia que o fenômeno da miscigenação é o responsável pelo atraso civilizacional que experimentava a sociedade soteropolitana. Destarte, o controle dos cruzamentos raciais tornara-se à espinha dorsal que patrocinaria os processos civilizacionais.

Os estudos sobre memória colocam Darwin num primeiro degrau de importância e o trio composto por Lyell, Lamarck e o filósofo, biólogo e escritor inglês Herbert Spencer (1820 - 1903), imediatamente abaixo. Darwin exalta Spencer porque atribui a ele a expressão "sobrevivência do mais apto" (DARWIN, 2014, p. 92).

A doutrina *spenceriana* que passamos a explicar agora, em vista de suas mediações com as theses doutorais se resume a promoção de três princípios. A saber: 1) o organismo, por mais simples que ele seja, passará a compor um organismo mais complexo; 2) do organismo

mais homogêneo, passa-se ao organismo mais heterogêneo; 3) do organismo mais desorganizado passa-se ao organismo mais organizado.

Tratando da evolução da sociedade soteropolitana, pode-se dizer que as ideias de Spencer tenham sido apropriadas pelos acadêmicos da FAMEB justamente porque, elas sublinham a importância dos processos de interdependência das partes, o que significa dizer que, apesar da alegação que a degeneração e degenerescência podem desorganizar, chegando ao ponto de destruir a sociedade, as forças da seleção natural atuando com força, crê-se que tudo voltará ao equilíbrio (DARWIN, 1959, p. 342).

No domínio da lógica e da metodologia das ciências, deve-se a Spencer também uma importante contribuição, representada pela classificação das diversas áreas do saber, que acabam corroborando uma espécie de organização dos conhecimentos associados as ideias assepsistas. Rejeitando os critérios utilizados por Comte em sua classificação[69], Spencer propõe que as ciências sejam classificadas em três grupos: 1) as ciências abstratas (que estudam a forma dos fenômenos: lógica e matemática); 2) as ciências concretas (que estudam os próprios fenômenos: astronomia, geologia, biologia e psicologia); 3) e as ciências concreto-abstratas (mecânica, física e química).

Considerando a influência de Spencer como uma contribuição liminar para os estudos evolucionistas, na these doutoral *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (SOARES, 1899), Soares anuncia a necessidade da assunção de uma dimensão *científica* rigorosa para a instituição das bases de uma sociedade transformada pelas vias do processo civilizatório. A consideração a uma "educação sistemática", de cunho científico e que obedecesse a padrões universais de fundamentação teórica, nessa perspectiva, parecia urgente de acordo com os padrões *spencerianos* e, por essa razão, pensar uma concepção sobre o desenvolvimento que esteja em consonância com a realidade, que não parta de abstrações e, portanto, que seja eficaz, é fundamental. Assim é que, Soares recorre a Spencer para inspirar-se no sentido de pensar as interlocuções possíveis entre a natureza e sociedade que deveria ser civilizada.

Também a *Lei da recapitulação*[70] de Ernest Haeckel (1834 - 1919) é citada no trabalho de Soares quando ele diz "[…] as leis da adaptação directa e indirecta, nos dá a chave de ouro das transformações que se seguiram no mundo biológico, através do tempo e do espaço […]"

[69] Comte (1991) discorre sobre a classificação das ciências no "Curso de Filosofia Positiva".

[70] É uma teoria evolutiva proposta pelo naturalista alemão Haeckel que estabelece uma relação entre o desenvolvimento de embriões das espécies (ontogenia) e o processo evolutivo dessas espécies (filogenia), de modo a afirmar que o desenvolvimento embrionário de determinada espécie traça os mesmos caminhos evolutivos dos embriões de toda a espécie (MONTESANTI, 2006).

(SOARES, 1899, p. 2).

De acordo com as ideias que Haeckel (1866) defende no livro *"Generalle Morphologie"* os embriões de diferentes espécies guardam similaridades genéticas entre si. Para ele a ontogenia recapitula a filogenia (teoria hoje desacreditada), o que significa dizer que, na interpretação de Haeckel os organismos inferiores podem evoluir, "recapitulando-se" até chegar a formação de organismos superiores.

Em conformidade com o pensamento da época, a teoria de Haeckel traz consigo uma explicação sobre a questão, segundo a qual os organismos evoluem, tudo indicando que nas theses doutorais *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (1899), *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia* (1852), *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (1874) e *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (1912), as ideias *haeckelianas* tenham sido apropriadas para pensar porque a sociedade soteropolitana de meados do século XIX e início do século XX se organiza em variados estágios de desenvolvimento. Haeckel oferece, no final das contas, uma interpretação que se soma a de Lyell, Lamarck e Spencer sobre os estágios civilizacionais 'primitivos' e desenvolvidos humanos e por essa razão, ele se torna atraente para os acadêmicos da FAMEB.

Souza (2008) diz que, assessorando as contribuições dos autores supramencionados, em especial fornecendo combustível para o debate raciológico, fomentado por figuras como Lombroso e Nina Rodrigues, também, autores que adotam o viés evolucionista, ainda temos as acepções do naturalista e médico Louis Agassiz (1807 - 1873). À época, esse cientista se notabilizou pela oposição que estabeleceu com Darwin, daí ele ter criado uma tese para defender a ideia que a humanidade, fruto da criação divina, em sua acepção, era formada por diferentes espécies, independentes e jamais mescláveis entre si.

Na defesa de suas ideias, Agassiz abraçou a teoria da degeneração, matriz do racismo científico brasileiro e que via na miscigenação, o principal fator da degeneração das raças humanas (SOUZA, 2008).

No contexto em que se tornou mais fácil atribuir o atraso civilizacional ao fenômeno da miscigenação, a visita de Agassiz, o reconhecido "arauto da poligenismo"[71] a 'terra da mestiçagem', Salvador e o seu recôncavo, realizada entre 1842 e 1843, ganhou contornos muito especiais. Com sua estada em terras baianas, o naturalista tentou comprovar, observando escravos e seus descendentes, que negros de diferentes matizes da cor da pele,

[71] Sousa (2008, p. 3) diz a doutrina da poligenia defende que "[...] os seres humanos se originado em diferentes lugares do planeta, não guardam entre si qualquer parentesco genealógico entre as diferentes raças […]".

não podiam ter a mesma origem, vindo de lugares diferentes, em sua opinião (SOUZA, 2008).

E assim, tomando conhecimento dessas ideias, os candidatos ao título de Doutor em *Sciências* Médico Cirúrgicas pela FAMEB organizaram os argumentos que justificaram a presença da poligenia de Agassiz em seus trabalhos, ainda que para isso, tivessem de contrariar um dos alicerces mais fundamentais da tese seleção natural e sobrevivência do mais apto que advoga, a partir das ideias de Lamarck: todas as espécies descendem de uma mesma origem.

Aqui é bom esclarecer que, apesar do paradoxismo das ideias de Darwin e Lamarck e Agassiz não se espera por parte dos acadêmicos da FAMEB que se apropriam das ilações opositoras a finalidade de fecundar a exposição de contradições ou pontos de divergência entre uma e outra tese. Não é esse o propósito dos acadêmicos *famebianos.* O que eles fazem é, ao contrário disso, pinçar no debate, somente aquilo que lhes parece conveniente para completar os lapsos do entendimento que vai sendo forjado: a ideia que nem todos conseguem os homens acompanhar os trilhos do processo civilizacional em igual velocidade.

Já o filósofo e diplomata, Artur de Gobineau (1816 - 1882) conforme argumenta Schwartz e a base da produção de "[…] tristes implicações das teorias raciais [...]" (SCHWARTZ, 1993, p. 35) defende "[…] a inviabilidade de uma nação composta de raças mistas […]" (SCHWARTZ, 1993, p. 35) e assim, esse intelectual tornara-se mais um a formar consenso quanto a imagem do país no exterior. Nessa imagem, o Brasil aparece como um país irremediavelmente ligado ao atraso civilizacional, pela mistura de raças que há por aqui.

Gobineau foi capaz de, por conta dessa crença no atraso civilizacional, provocado em sua impressão, graças a mestiçagem, organizar uma espécie de escalonamento racial e associá-la com a evolução. Para tanto, ele elaborou uma teoria classificatória da humanidade, onde a raça ariana (caucasiano, branco) ocupava o topo da hierarquia social e evolutiva. Os miscigenados, por não serem considerados 'puros de sangue' não teriam um lugar nessa escala, visto que as suas misturas os tornariam 'inclassificáveis' e tendentes ao desaparecimento (SOUZA, 2008).

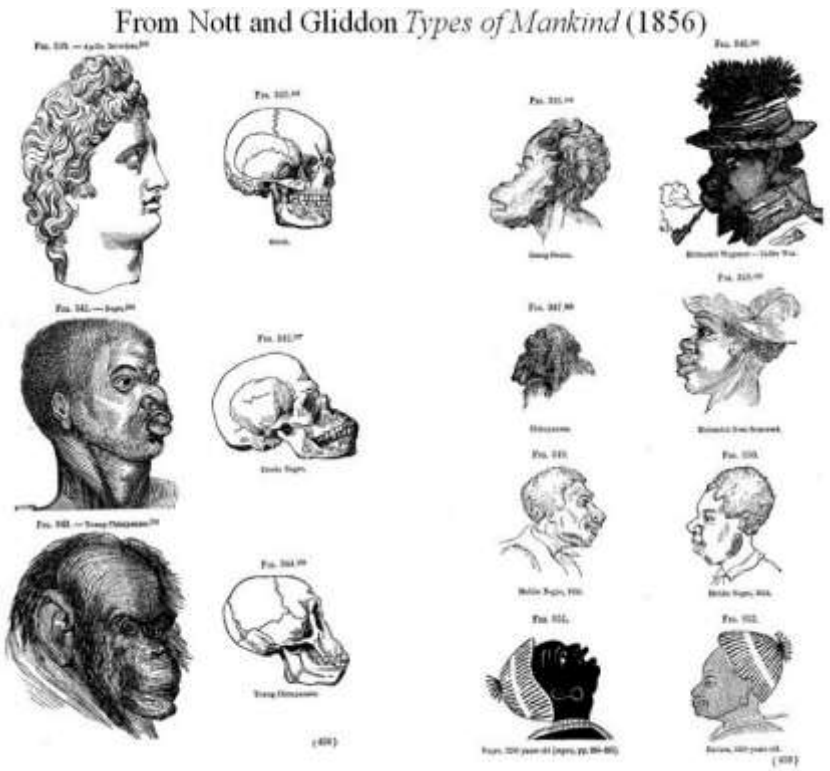
Na these doutoral *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (SILVEIRA, 1874) as ideias de Gobineau são selecionadas para fundamentar as ilações segundo a qual a mestiçagem, "desumaniza" os mestiços, torna-os páreas da sociedade civilizada. Partindo, então, do pressuposto que esse fenômeno criaria um povo degenerado, porque não conservava nas suas veias o mesmo sangue original, Gobineau chegou ao ponto de defender que o destino da humanidade, caso a miscigenação continuasse, seria a extinção. Esse pensamento sobre a extinção pela mestiçagem foi expresso por Gobineau (1853) em seu *Essai sur linégalité des*

races humanies, obra que teve enorme repercussão na FAMEB, se tornando fundamental para balizar as teses do racismo científico, nascituras na faculdade baiana.

E por mais paradoxal que aparente ser, Gobineau destacou em seus trabalhos pelo menos dois aspectos que colocavam os brancos em desvantagem em relação aos negros, mestiços e amarelos. Por suas interpretações sobre a mistura das raças, Gobineau defendeu a pretensa superioridade dos brancos com relação a inteligência, mas procurou evidenciar peremptoriamente também, que em termos de "intensidade das sensações", isto é, em termos de sensualidade, o desempenho dos grupos negróides e amarelos eram, em muito superiores aos dos grupos arianos.

Na ilustração criada por Josiah Clark Nott e George Gliddon (1856) vemos uma interpretação sobre a origem das raças e sua evolução, que se ajusta as ideias de Gobineau (Figura 9).

Figura 9 - Ilustração "the indigenous races of the world"



Fonte: Dias (2016).

Na interpretação da figura 9, vemos algumas ideias que são caras ao evolucionismo sendo expressas. Essas ideias são: a raça humana descende do macaco e o homem guarda em si alguns caracteres que são adquiridos desses primatas. A interpretação dessa figura diz isso e

algumas outras coisas mais, porque ela também permite o entendimento que, conquanto, o homem descenda desse primata (o macaco), na interpretação dada por evolucionistas como Gobineau algumas raças são mais aparentadas que outras desse animal e, nesses termos, haveria discrepâncias nos níveis de inteligibilidade entre homens das raças branca, negra e amarela com claras vantagens para esses primeiros, em termos da constituição de saberes e conhecimentos humanos.

O que Gobineau defende, não obstante, e a despeito da concordância com Darwin no que se refere ao percurso da evolução, que liga o homem ao macaco é que os homens da raça branca, caminharam mais rapidamente nessas trilhas, evoluindo mais e, por conseguinte, desvinculando-se desse parentesco, enquanto, os negros e amarelos, por serem mais lentos – e já houve evolucionistas que justificaram essa decisão –, reforçaram essa associação com "o selvagem".

Mas evolucionistas como Gobineau não se ativeram há hipótese da involução das raças mestiçadas, apenas. Ele, paradoxalmente, descreveu pelo menos duas vantagens ancestrais que os negros e amarelos, em sua opinião, tinham quando comparados aos brancos. Essas vantagens eram: a sensualidade e a habilidade artística. Para Gobineau se fossem consideradas o que ele a chama de leis da atração entre os membros da raça branca o processo civilizacional seria inviabilizado, já que, em sua opinião, esses brancos eram menos atraentes fisionomicamente falando que os negros e amarelos e a sua arte, apesar de mais exótica, era mais livre.

Gobineau procurou estabelecer, por esse paradoxismo, um vínculo entre os negros, a sensualidade e o talento artístico também, defendendo, por conta disso, a ideia que sem o apoio dos negros, o intelecto racional branco seria incapaz de se desenvolver artisticamente. Souza (2008) diz que Gobineau, que fora diplomata da França no Brasil e que mantinha excelentes relações com o Imperador D. Pedro II propõe contribuir com o delineamento de uma identidade histórica brasileira, tudo isso acontecendo num momento de denegação do romantismo na Europa[72].

Não cabem aqui considerações sobre essa inclinação contraditória de Gobineau sob pena de extraviarmos do assunto dessa Tese de Doutorado, mas, por desencaminhamentos como esses, é possível supor que esse autor tenha contribuído para a visão equivocada e persistente ao sentir da memória, segundo a qual, aos negros tinham uma propensão especial

[72] Ribeiro (2010) argumenta que no século XIX surgiu o conceito de romantismo. Tal conceito é reificado através da oposição que separa o estilo clássico e o romântico. Ainda diz que Johann Goethe (1749 - 1832) foi quem reivindicou a paternidade desta distinção, mas foi August Wilhelm Schlegel (1767 - 1845) quem, inspirando-se na oposição exposta por Friedrich Schiller (1759 -1805) estabeleceu verdadeiramente o conceito. Na décima terceira lição do seu *Curso de literatura dramática*, Schlegel caracteriza "[…] a arte clássica como uma arte que exclui todas as contradições, ao contrário da arte romântica, que se compraz nos elementos heterogêneos: natureza e arte, poesia e prosa, ideias abstratas e sensações concretas, terrestre e divino […]" (RIBEIRO, 2010, p. 5).

para a lascívia e afrodisia que inclusive, define a imagem de quem é o brasileiro, e em especial, a brasileira, até os dias atuais. Sobre o talento artístico identificado como traço distintivo e superior dos negros, quando comparados com os brancos, Souza (2008) explica que isso talvez se justifique porque, Gobineau vivia um momento de desencanto com o romantismo que não dava conta de fazer entender, o quadro de questões vinculadas as misturas raciais e de desigualdades sócio econômicas que um país como o Brasil experimentou de meados do século XIX e início do século XX.

Segundo lembra Arendt (2011) apesar das contradições, ninguém antes de Gobineau cuidou de encontrar uma única razão, uma força única que regesse as civilizações em sua ascensão e declínio. A fundamentação teórica de Gobineau tem como arcabouço, por isso mesmo, um processo ambivalente, no qual a mestiçagem é exposta como o principal motor da história universal, origem da civilização, ao mesmo tempo em que é considerada também, causa do fim de toda a civilização humana (ARENDT, 2011).

Por contribuições como as de Darwin, Lyell, Lamarck, Spencer, Haeckel, Agassiz e Gobineau tudo indica que, o que temos aqui, no Subtítulo *3.2. O evolucionismo* seja um conjunto de ilações que proclamadas pelos acadêmicos da FAMEB e pelos teóricos evolucionistas ajudaram a justificar a implementação de formas prévias do chamado capitalismo industrial na ‘cidade de Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. As características desse processo são: a criação de novas tecnologias e novos produtos que dão sustentação aos serviços prestados na cidade; o aumento da produtividade, pela expansão da oferta de serviços urbanos; o desenvolvimento de novos aportes de tecnologia para a melhoria dos meios de transporte; o crescimento da população urbana o que ocorre graças a transferência da população rural que passa a viver nas cidades; o aumento da desigualdade social e econômica; a especialização e divisão do trabalho devido ao processo histórico de libertação dos escravos, aspectos que trataremos no *Capítulo 4 – “’Quadros sociais de memória”, memória e ideologia nas theses doutorais.*

As ideias evolucionistas ao nosso sentir, estão presentes nos discursos *científicos* e ideológicos e no devir dos processos civilizacionais que estão em curso na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. Tais ideias pertencem há um campo nocional complexo que percorre, ao nosso sentir, as theses doutorais e várias áreas do conhecimento descritas não somente na árvore eugênica, mas através de outras imagens que estão apresentadas *a posteriori* ainda nesse capítulo, como a da figura 9 que investe na associação do atraso no desenvolvimento social e intelectual há duas etnias: a negra e a amarela.

Pelas ilações contraditórias que estão sendo expostas aqui, se tornou medular

realizarmos um esforço de separar tudo aquilo que pertence ao campo *científico* da metateoria evolucionista do que se constitui numa apropriação ideológica dessa mesma metateoria, feita por seus difusores, pois, as noções centrais de evolução, a seleção do mais apto, as acepções sobre instinto, caracteres adquiridos e até as reinterpretações do evolucionismo, que servem de lastro para o *darwinismo* social, não temos dúvidas quanto a isso, são tomadas por entendimentos plurais de abordagens, que ora expressam o esforço em prol da "neutralidade axiológica" defendida pelos *scientistas* do dezenove, até a indiferença política lastreada pelo estruturalismo formalista que se manifesta por meio do método experimental, largamente reconhecido entre os *scientistas* como único capaz de oferecer sentenças verdadeiras e fundamentais há tal modo de conhecimento.

Nesse aspecto concordamos com Mészáros (2014) quando ele diz:

> Visto que os compromissos de valor podem ser transpostos para o plano metodológico e "metateórico", onde podem adquirir uma forma altamente mediada, a substância de classe fundamentalmente idêntica das ideologias pluralisticamente dominantes costuma permanecer oculta e, por isso, pode exercer com muito mais eficácia sua função mistificadora (MÉSZÁROS, 2014, p. 245).

A tarefa de processar essa separação e identificar o que é *científico* e o que pertence ao *locus* mistificador do evolucionismo não é tarefa fácil porque dentre outras dificuldades é impossível supor ideias novas, dissociadas do contexto em que foram criadas. É impossível que essas ideias sejam isentas de interpretação, conquanto, lendo as theses doutorais e sustentadas nas próprias articulações teóricas que cientistas como Lyell, Lamarck, Haechel e é claro, o próprio Darwin construíram, não podemos deixar de reconhecer que esses evolucionistas 'pesaram menos a mão' sob o aspecto do viés ideológico de suas ideias.

Já carregando a mão nesse peso, e, portanto, investindo numa interpretação mais ideológica do evolucionismo temos Agassiz, Gobineau e Spencer cujas ideias compõem a espinha dorsal do racismo científico, estruturante da sociedade de classes brasileira até hoje. Temos Agassiz, Gobineau e Spencer que tentaram consignar em suas teses, aproximações personalíssimas entre os rumos do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade e que tentaram, por seus esforços teóricos, naturalizar os problemas vinculados as desigualdades sociais.

Para Mészáros (2014, p. 245) tudo que se exige de abordagens pluralistas de um mesmo fenômeno como este é que se transformem em "[…] componentes importantes da ideologia dominante […]", por isso, o que se espera dos intelectuais que se apropriaram de

alguns princípios metodológicos fundamentais do evolucionismo é que prescrutem o *científico* preservando as suas bases *científicas,* ao mesmo tempo em que, proponham a sua expansão dessas por vias bastante ecléticas.

Ao realizar afirmações como essa, não obstante, o que procuramos demonstrar é que o evolucionismo em suas mais divergentes análises e interpretações, não se bastava ao afirmar-se apenas do ponto de vista teórico. Tampouco, a metanarrativa evolucionista que comparece nas theses doutorais pretendeu o pertencimento há um ambiente intelectual exclusivo, apenas. Em nossa impressão, essa metateoria por quem a interpretou, buscava impor-se enquanto narrativa que oferecia um entendimento do mundo, um propósito ideológico sobre o mundo, tendente a afirmar e construir um arcabouço até certo ponto livre de contradições sobre o projeto civilizacional e cujo propósito seria justificar e naturalizar, também a divisão de classes.

Os acadêmicos da FAMEB quando elegeram o evolucionismo enquanto baliza teórica que fundamentou as theses doutorais – uma das porque além delas estruturam as theses doutorais o positivismo e o determinismo geográfico –, tinham como propósito medular, portanto, justificar o desequilíbrio de classes.

E para quem pensa que a consciência determinou a realidade da adesão ao evolucionismo – no momento em que se perseguia a substituição do estatuto da religião católica por outro estatuto que não oferecesse mais óbices ao processo de exploração do homem pelo homem –, o que temos a dizer é que contrário a esse entendimento, compreendemos que o debate sobre a seleção do mais apto e por extensão o debate raciológico também, cumpriu o compromisso ideológico de demonstrar porque as desigualdades sociais não só existem mas, são necessárias a estruturação da sociedade capitalista. Concordamos, por conta disso, com Arendt (2011) que defendia que essa dupla interpretação sobre o evolucionismo, poderia corroborar a formação de uma elite, de grupos sociais de memória que foram pouco a pouco foram adquirindo prerrogativas que as famílias aristocráticas tinham anteriormente, e isso, apenas baseando-se na argumentação de que se fizeram superiores no processo civilizacional e evolutivo.

Em nossa acepção, portanto, as contribuições de Darwin, Lyell, Lamarck, De Spencer, Haeckel, Agassiz e Gobineau quando vistas de perto, tornam o evolucionismo mais compreensível, à luz da tese central com a qual todos os seus ideólogos estão perfilados: o liberalismo. É a ideologia liberal que em nossa impressão, precipita as ilações nas quais o evolucionismo se embasa, bastando para comprovar essa tese, realizar um exame crítico das suas fundações históricas para atestar o fato do quando as ideias evolucionistas estão

vinculadas ao projeto expansionista internacional, do quanto o liberalismo e o evolucionismo se associam com a concepção de "estado da natureza" desde John Locke (1632 - 1704)[73] até Thomas Hobbes (1588 - 1679)[74].

Destarte, no amplo contexto em que o evolucionismo foi impulsionado, ele dá a aparência de ter se tornado inquestionável, de tal modo que, as suas bases até hoje, são aceitas como verdades óbvias e indiscutíveis. A primazia epistemológica das teses evolucionistas, no entanto, não se explica somente pelo caráter excepcionalmente perspicaz das observações científicas que ele propõe, mas diz respeito as insuficiências próprias da tese do criacionismo, o grande opositor do evolucionismo que, não só insiste em explicar o mundo de forma mística, sobrenatural, num tempo rendido pela racionalidade *científica*, como institui limitações ao seu desenvolvimento concreto quando, pela via moral doutrinária religiosa, tenta impor limites a ampliação da marcha evolutiva da sociedade.

Quando se investiga as theses doutorais associadas com o evolucionismo, a partir de qualquer que seja os autores supramencionados, a impressão que se tem é que eles compõem um escopo de injunções teóricas que estão reunidas não somente para dar sustentação as ideias defendidas pelos seus proponentes, mas elas estão reunidas para fundamentar um algo mais amplo. E esse algo mais, parece tratar-se das transformações urbanas concretas, que se associam as mudanças de costumes, na regulamentação da vida social, das posturas etc.

3.3 O DETERMINISMO GEOGRÁFICO

Tal como procedemos com as metateorias anteriormente apresentadas e discutidas respectivamente nos Subtítulos 3.1 – *O positivismo* e 3.2 – *O evolucionismo* desse Capítulo 3 – *Revisitando o positivismo, o evolucionismo e o determinismo geográfico: embasamento teórico das theses doutorais,* identificamos que a metateoria do determinismo geográfico tem um 'pai fundador', o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel (1844 - 1904) e uma obra

[73] Locke concebe os homens como sendo livres e iguais no estado de natureza, não tendo de se submeter a nenhuma outra pessoa. Não obstante, essa liberdade, diz o filósofo, não pode ser confundida com licenciosidade, ou seja, os homens não podem se dispor a tudo que seu arbítrio definir. O estado de natureza tem uma lei de natureza que governa o homem e essa lei é a razão. A razão, conforme Locke não somente serve ao homem, mas o subordina, obrigando-o a considerar o outro como limite de sua ação social na vida, na saúde, na liberdade ou nas posses (LOCKE, 1973).

[74] O estado de natureza é caracterizado por Hobbes como um estado em que todos os homens são iguais e são cientes dessa igualdade: as mesmas capacidades físicas e intelectuais são comuns a todos e a superioridade física ou intelectual de alguns não é grande o suficiente para assegurá-los de não serem atacados e destruídos pelos demais. Em suma, no estado de natureza os homens são tão iguais que aquilo que é desejado por um deles, outro não só pode desejar, mas ter a esperança de possuir. Esta igualdade natural, ao invés de ser vantajosa aos homens, gera-os muitos inconvenientes e coloca-os em um estado de guerra constante, uma guerra de todos contra todos (HOBBES, 2004).

seminal, a *"Antropogeografia – Fundamentos da aplicação da Geografia à História"* (1882).

Partimos dessa identificação preliminar sobre o cânone e o marco fundacional teórico do determinismo geográfico porque, entendemos que, em torno das contribuições de Ratzel os acadêmicos da FAMEB organizaram um conjunto de ideias que darão sustentação as argumentações sobre temas desenvolvidos nas theses doutorais: a construção da inteligência humana, a evolução humana sobre o ponto de vista higiênico e evolucionista e problemas sociais como a prostituição. E conquanto, esses estudantes não recorram as conceitualizações fechadas que associem as suas ideias, com o determinismo geográfico, ainda assim, insistimos na identificação dessa metateoria com as theses doutorais *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (SILVEIRA, 1874), *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista higiênico e evolucionista* (SOARES, 1899), *Influência da prostituição sobre a sociedade actual* (SANTOS, 1909) e *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (SAMPAIO, 1912) por entendermos que, nesses trabalhos, estejam presentes as categorias epistemológicas que são mais caras há essa metateoria. A saber, nas theses doutorais indicadas encontramos ilações sobre o espaço vital[75], a concepção de paisagem e de território[76] e a ideia que associa a história do homem as determinações da natureza: as condições climáticas e geográficas.

Fazemos esse esclarecimento preambular também, com o objetivo de deixar clara a nossa intenção de não deduzir a transparência absoluta das theses doutorais quanto a sua aproximação com a metateoria tratada aqui. Não foi assim com o positivismo e o evolucionismo e não será assim com o determinismo geográfico aqui exposto. Esse não foi nosso propósito, até porque, entendemos que, tais documentos exibam cruzamentos do determinismo geográfico com as outras metateorias. Ou como pontua Antônio Carlos Robert Moraes para falar da aproximação entre o determinismo, o positivismo e o evolucionismo: "[…] A busca dessa proximidade escoimou-se, sem dúvida, nas influências positivistas e evolucionistas […]" (MORAES, 1990, p. 11, grifos do autor).

No quadro 3, por isso mesmo, passamos a exibir as categorias epistemológicas do determinismo geográfico – espaço vital, território e a história do homem determinada pelas condições naturais: climáticas e geográficas e ideias atestatórias associadas – e as ideias atestatórias relacionadas a essas que comparecem nas theses doutorais, esperando que, por

[75] "[…] O espaço vital manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis […]" (MORAES, 1990, p. 23). Para Moraes (1990), o espaço vital *ratzeliano* designa, portanto, uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos naturais, mediada pela capacidade técnica dos territórios.

[76] Para Ratzel o território é definido como "[…] porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano […]" (MORAES, 1990, p. 23).

essas associações, possamos explicar melhor o contexto no qual, algumas das transformações *científicas* e civilizacionais se inseriram na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, capilarizadas pelo determinismo geográfico.

No quadro 3 avaliamos que as categorias epistemológicas do determinismo geográfico: o espaço vital e o território, quando associadas com as ideias atestatórias que comparecem nas theses doutorais, exibam a concepção de expansividade territorial na qual Ratzel se baseou. Para Ratzel esse fenômeno – a expansão territorial – decorreria das pressões demográficas e estaria ligado a acumulação *in situ* de um significativo patrimônio cultural. Em Ratzel não obstante, havendo progresso, haveria expansão territorial, fenômeno que se torna inevitável em função mesmo do uso exaustivo dos recursos naturais.

Conforme Ratzel os diferentes fatores que se associam ao processo civilizacional, possuem um ‘pano de fundo’, um ‘palco’ e esse é a superfície do planeta terra. O planeta terra é posto por Ratzel como o substrato indispensável da vida humana, é posto enquanto condição universal para a existência da sociedade humana.

A referência ao espaço vital e ao território nas theses doutorais, mais identificadas com a metateoria do determinismo geográfico, por isso mesmo, dar-se-á associada com a ideia de que os homens são dependentes do meio em que vivem, do planeta, essa afirmação nos ajudando a entender porque, os acadêmicos da FAMEB investiram tanto em acepções que afirmam a importância da degenerescência e regeneração social e moral como razão da inadaptação do homem ao meio; afirmam que o futuro da sociedade dependerá do quanto o homem for capaz de se adaptar a natureza; afirmam que a profilaxia do corpo e da sociedade se fará mais ou menos necessária em face do espaço geográfico em que as pessoas habitarem; afirmam que a produção da *sciência* é melhor facultada entre os homens nascidos em países desenvolvidos, nesse momento, europeus; afirmam que a cidade é o espaço símbolo da evolução, do desenvolvimento e da civilização; reiteram que as reformas sociais terão melhores ou piores efeitos a depender da localização que possuírem; reiteram que as condições essenciais de vida serão garantidas, a depender do espaço aonde essas transformações ocorrerem; reiteram que o progresso decorre da transferência de experiências com outros espaços desenvolvidos, transferências que se dão no limite da manutenção de uma hierarquia geopolítica que deve parecer imutável; reiteram que a degeneração ou progresso de uma sociedade decorrerá de seus vínculos de origem; reiteram que a hereditariedade não responde somente, como supôs o evolucionismo, a questões genéticas, mas ela pode ser disciplinada socialmente; reificam que o senso de justiça decorre da civilização e o modelo civilizacional a ser seguido é o europeu; reificam que a seleção natural do mais apto será

sempre mais exitosa nas sociedades mais civilizadas; e, por fim reificam que a libertinagem precisa ser controlada como resposta do contrato social pactuado com a sociedade civilizada.

Quadro 3 - Theses doutorais do determinismo geográfico por ideias atestatórias (2015)

THESES DOUTORAIS MAIS IDENTIFICADAS COM O DETERMINISMO GEOGRÁFICO	CATEGORIAS EPISTEMOLÓGICAS ASSOCIADOS AO DETERMINISMO GEOGRÁFICO	IDEIAS ATESTATÓRIAS QUE COMPARECEM NAS THESES DOUTORAIS
Influência dos climas sobre a inteligência humana, de autoria de João Carlos Balthasar da Silveira (1874) *Influência da prostituição sobre a sociedade actual*, de autoria de Ângelo de Lima Godinho Santos (1909) *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição*, de autoria de Antônio Joaquim de Sampaio (1912) *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista higiênico e evolucionista*, de autoria de Deodoro Alvares Soares (1899)	O espaço vital e território	A importância da degenerescência social e moral é razão da inadaptação do homem ao meio. O futuro da sociedade dependerá do quanto o homem for capaz de se adaptar a natureza. A profilaxia do corpo e da sociedade se fará mais ou menos necessária em face do espaço geográfico em que as pessoas habitarem. A produção da *sciência* é melhor facultada entre os homens nascidos em países desenvolvidos, nesse momento, europeus. A cidade é o espaço símbolo da evolução, do desenvolvimento e da civilização. As reformas sociais terão melhores ou piores efeitos a depender da localização que possuírem. As condições essenciais de vida serão garantidas, a depender do espaço aonde essas transformações ocorrerem. O progresso decorre da transferência de experiências com outros espaços desenvolvidos, transferências que se dão no limite da manutenção de uma hierarquia geopolítica que deve parecer imutável. A degeneração ou progresso de uma sociedade decorrerá de seus vínculos de origem. A hereditariedade não responde somente, como supôs o evolucionismo, a questões genéticas, mas ela pode ser disciplinada socialmente. O senso de justiça decorre da civilização e o modelo civilizacional a ser seguido é o europeu. A seleção natural do mais apto será sempre mais exitosa nas sociedades mais civilizadas. A libertinagem precisa ser controlada como resposta do contrato social pactuado com a sociedade civilizada
	História do homem determinada pelas condições naturais: climáticas e geográficas	As sociedades evoluídas têm uma posição geográfica vinculada aos climas temperados. A evolução das sociedades dependerá de sua posição geográfica e climática. As classes sociais são mais organizadas nos espaços desenvolvidos. As pessoas farão melhor ou pior uso da liberdade a depender do espaço em que habitarem. A degradação social aparece associada com as condições climáticas e geográficas. O dinamismo biológico está associado a localização geográfica e climática.

Fonte: pesquisa de campo (2014).

O território, conforme Ratzel (apud MORAES, 1990, p. 23) é, por essa razão, uma "[...] porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano […]". Vejam bem, já apresentamos esse conceito anteriormente, e agora sentimos a necessidade de avançar numa ponderação mais robusta sobre ele, pois, concordando com Moraes (1990, 2007) novamente, entendemos que o geógrafo e etnólogo alemão, quando constrói o conceito de território, chave para a geografia, consigna uma aproximação inquebrantável entre essa ciência e a concepção de propriedade, também. A noção de propriedade[77], não obstante, aparece no trabalho de Ratzel porque, segundo as concepções do próprio autor, ela conferiria identidade ao território, o particularizaria e talvez por essa razão, a metateoria do determinismo geográfico interessasse tanto aos acadêmicos da FAMEB.

Em nossa interpretação, o conceito de espaço vital comparece – ainda que subsumido – nas theses doutorais, combinado com as ilações que os acadêmicos da FAMEB elaboraram para discutir os rumos do processo civilizacional, que são capitalizadas pelas proposições que emergem do *scientificismo famebiano.* É por essa razão que, falar de espaço vital significará discutir também e, naquele momento, os aportes de tecnologia que se queria ver implantada na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX; significa falar do crescente efetivo demográfico da cidade; significava ter contabilizado os recursos naturais que estariam disponíveis na capital do Estado da Bahia de meados do século XIX e início do século XX.

A construção desses dois conceitos – espaço vital e território – tal como feita por Ratzel indica que o ponto central das suas formulações é fornecer uma explicação global sobre o desenvolvimento da humanidade. Nessas formulações "[…] a defesa do território é entendida como um imperativo da história, a qual passa a ser delineada como uma luta pelo espaço […]" (MORAES, 1990, p. 23). Poder-se-á dizer, por isso mesmo, também que, a discussão do espaço vital e território interessará a Ratzel enquanto elemento que fornecerá as basas para a fundação de uma teoria da história que, debruçada sob as bases de investigação dos ambientes naturais, fornecerá uma explicação sobre a evolução dos povos.

Quando, portanto, se admite que a história do homem é determinada pelas condições naturais: climáticas e geográficas e se advoga que "[…] o meio tem uma acção indiscutível sobre os indivíduos; dá a feição de uma raça, planta-lhe as melhores condições de existência,

[77] Para Ratzel a concepção de propriedade está para além de propriedade privada. Ela têm atributos funcionais ligados não somente ao valor de uso, mas, sobretudo, ao valor de troca e político estratégico da situação geográfica, além de estar vinculado com as possibilidades articuladas no território. Adicionalmente, a concepção de propriedade de Ratzel ainda absorve a ideia de herança dos sentimentos ligados à terra natal, afirmando que "[...] quando nós falamos de nosso país, acrescenta-se o que o homem criou e as lembranças que nele estão enraizadas […]" (RATZEL, 1987, p. 61; 1974, p. 4).

ou, ao inverso, crêa-lhe obstáculos as mais das vezes insuperáveis […]" (SOARES, 1899, p. 43-44) o que o determinismo geográfico tenta explicar é essa indissociabilidade entre o processo civilizacional e o meio ambiente.

Conforme a metateoria do determinismo geográfico, os homens são "animais favorecidos" ante os outros animais, pois, desfrutam de uma liberdade única. A liberdade única, referida por Ratzel, no entanto, não deve ser confundida com uma passividade total do elemento humano sobre as ações da natureza.

Na these doutoral *"Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição"* (1912), por exemplo, o autor chega a mencionar o sistema de regulação da atividade prostitucional, criado pelo médico higienista e professor Luiz Anselmo da Fonseca (1842 - 1929) que apela aos poderes públicos, a fim de que controlem a prática de tal atividade, em nome da promoção da saúde pública. E conquanto, Anselmo sugira a criação de um *Instituto de Prophylaxia e Moral e Sanitária* há ser gerenciado por médicos e cujas visitas à casa das profissionais do sexo deve ser apoiada por policiais, a inscrição das prostitutas em tal instituição deveria ser feita espontaneamente.

O que queremos expressar com este exemplo é que o determinismo geográfico se expõe propondo uma forma mediatizada, não anacrônica de relacionamento homem – natureza. E nessa caracterização, os perfilados com tal metateoria não estreitaram a sua compreensão sobre esse relacionamento. Pelo contrário, trazendo para perto de si a concepção de "força de densidade", criada por Comte pode-se dizer que, as formulações do determinismo geográfico se inscreveram na retaguarda ideológica do processo de constituição do que chamaremos de busca por uma unidade do território soteropolitano.

Em nosso entendimento, portanto, as theses doutorais *Influência dos climas sobre a inteligência humana* (SILVEIRA, 1874), *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista higiênico e evolucionista* (SOARES, 1899), *Influência da prostituição sobre a sociedade actual* (SANTOS, 1909) e *Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição* (SAMPAIO, 1912) instauram um processo que busca legitimar não somente o expansionismo territorial da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, mas fazem isso investindo na naturalização da divisão de classe, na defesa que as disputas territoriais devem ser constante, pois, sem disputas territoriais, a civilização não será possível.

Diferentemente do positivismo que se sustenta numa estrutura teórica amalgamada pela religião e a *sciência;* e, até mesmo distante do evolucionismo, que apropriado por ideólogos do racismo como Agassiz e Gobineau perde um pouco de suas balizas *científicas,*

a metateoria do determinismo geográfico foi transformada num campo de produção do conhecimento que perseguia a validação *científica* e que a encontrou. E por essa razão, pode-se dizer, com alguma margem de segurança, que tal metateoria tenha se distanciado também de questões práticas, investindo sobejamente num esforço de neutralização dos seus conteúdos.

No entanto, como argumenta Santiago (2013), a resposta dos teóricos do determinismo geográfico ao esforço de neutralização empreendido por Ratzel falam por si só da improbabilidade desse propósito, até porque, é impossível prever o que será feito de uma teoria por seus interpretes.

E se as formulações teóricas de Ratzel se inscreveram na retaguarda ideológica do processo de construção de uma unidade territorial na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, como esse autor contribuiu para a desenvolvimento desse espaço? Fazemos essa pergunta e propomos uma resposta para ela, até porque, nas metateorias do positivismo e evolucionismo há um empenho pela cisão espacial que se desenha na forma de uma evidente divisão de classes. Essa divisão adquire formas materiais de bairros 'nobres' e periféricos numa cidade que se rende a partição. A parte 'nobre' definindo os destinos da parte 'periférica'.

E o determinismo geográfico atua diligentemente com o propósito de legitimação de um projeto expansionista e de competitividade espacial que é absolvida pela Salvador dos dezenove. Adma Hamam de Figueiredo diz que, essa unidade é sustentada na construção de instituições que organizam a burocracia da administração pública na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. "[…] A administração pública servia, assim, para preservar e ampliar as fronteiras, manter o regime e a ordem, assegurar a coleta de impostos e, com a ajuda da Igreja, unificar a língua […]" (FIGUEIREDO, 1990, p. 11).

Em nosso entendimento, portanto, é graças ao determinismo geográfico que, as intenções da proposta civilizacional ganham forma.

Para ficar mais claro: em nosso entendimento, se o positivismo e o evolucionismo ofereceram as bases teóricas para as transformações que tiveram como agência a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, foi o evolucionismo quem indicou terrenos, pistas indispensáveis a implantação das mudanças.

Figura 10 - Fotos do bairro Corredor da Vitória, com destaque para o Largo da Igreja da Vitória em anos diferentes

Largo do Corredor da Vitória, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, 1890.

Largo do Corredor da Vitória, com destaque para a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, 1914.

Fonte: Postal Lytho Tipographia Almeida[78]

Quisemos expor as duas fotos, uma de 1890 e a outra de 1914, do mesmo ponto do Corredor da Vitória, o Largo da Igreja de Nossa Senhora das Vitórias – esse bairro considerado um dos metros quadrados mais caros da cidade de Salvador até hoje[79] – porque essa fotografia parece emblematizar a concepção de civilização na qual o determinismo geográfico está embasado.

Ratzel In Moraes define a civilização enquanto "[…] a soma das conquistas cultas […]" (RATZEL apud MORAES, 1990, p. 21), isto é, o espaço é para Ratzel um produto histórico, cuja base repousa na interação consciente entre o homem e a natureza. Os povos civilizados, conforme esse autor seriam aqueles mais hábeis na consignação das mediações humanas e ambientais. O que essa foto exibe é, em nossa interpretação, portanto, elementos que testificam a verticalidade desse relacionamento, pois, a despeito da natureza aparecer de certa maneira 'domada' na imagem, ela forma uma espécie de composição, de manifestado equilíbrio com os elementos antropizados. Na fotografia a natureza domada que os povos civilizados não deveriam prescindir serve de adorno para as formas construídas pelo homem e essas se impõem na paisagem.

Por essa fotografia ainda se pode construir ilações sobre a ausência de paralelismo entre o evolucionismo e o determinismo geográfico, no que concerne as concepções de

[78] Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/vitoria/antigas.htm
[79] Segundo Yuri Abreu no ano de 2019, o metro quadrado no bairro da Vitória teve o custo de R$ 7.659.

civilização. Conforme a metateoria evolucionista, as diferenças entre os povos decorrem de uma determinação biológica dos homens e seus descendentes, já para o determinismo geográfico, a civilização origina-se enquanto resposta histórica de experiências que os homens vivem sobre a terra, na mediação com o uso dos recursos naturais.

Sustentar essa afirmação assegura a Ratzel uma das principais inovações da proposta do determinismo geográfico. Suas ideias fazem supor que é impossível a existência de 'povos sem cultura'. O determinismo geográfico conjectura ainda que, a alegação de regeneração civilizacional, ou seu contrário, a incivilidade societária, proveriam da diferença existente entre povos naturais e povos civilizados, defesa que aliás é largamente utilizada nas theses doutorais analisadas.

Veja o que diz o acadêmico Sampaio (1912), autor da these doutoral *"Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição"* no apelo que lança aos poderes públicos, rogando pelo controle na transmissão das doenças venéreas por prostitutas.

> Affirmando que se não pode contar com o completo desapparecimento da prostituição e que a sua extincção não passa de perfeita utopia, não queremos dizer que se lhe deixe entregue a si mesmo, gosando da liberdade illimitada de, além de affrontar a moralidade e concorrer poderosamente para a corrupção social, prejudicar do modo mais pernicioso a saúde pública.
> Contra várias moléstias contagiosas se estabelecem meios afim de isolar e tratar convenientemente os contaminados, para obstar a extensão do mal ou mesmo eliminal-o.
> Por que não há de fazer o mesmo em relação as moléstias venereas?.¿ Acaso são ellas benignas e isentas de resultados fatais?.
> Em nome dos altos interesses sociais que se ligam à saúde pública e em satisfação aos preceitos de hygiene, regulamente-se a prostituição.
> Em alguns países onde a regulamentação da prostituição faz parte do regime social, é variável segundo as leis e costumes (SAMPAIO, 1912, p. 49-50).

O que Sampaio (1912) faz, em nosso entendimento, é organizar, na forma de um texto, a ideia determinista segundo a qual, a liberdade precisaria ser dosada, para que não se confundisse com a libertinagem. Mais que isso, conforme o determinismo geográfico indica também e o acadêmico em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB reforça, a sociedade precisaria se habitar com a convivência com alguns problemas sociais, ante a inevitabilidade de sua eliminação. Neste caso, as theses doutorais *"Influência da prostituição sobre a sociedade actual"* (1909) e *"Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição"* (1912) tratam do problema da prostituição. As proposições sobre dosagem e convivência com os problemas sociais como a prostituição, por seu turno, indicam o empenho determinista em prol da mediatização, isto é, conforme os seus representantes, nós, da

sociedade não prostituída, necessitaríamos conviver com a prostituição porque a temperança com os inconvenientes sociais são indício da capacidade humana de formar consensos que corroboram os processos civilizacionais.

Ratzel se dedica a falar de memória também. E conquanto esse tema não ocupe um lugar central nas suas discussões, no livro *Raum und zeit in geographie und geologie* (RATZEL, 1907), o geógrafo cita Halbwachs porque o alemão, enxerga uma conexão entre a preservação da memória e os processos civilizacionais. Para o geógrafo, não obstante, um povo que preserva os seus legados culturais, a sua memória, é um povo que tem mais chances de avançar nos propósitos civilizacionais.

Focando o seu interesse no debate sobre a influência das condições naturais na história, Ratzel balizou as suas ideias deterministas geográficas nos escritos de Charles Louis de Secondat, barão de La Brède e de Montesquieu (1689 - 1755), pelo *Espírito das leis* (1748); e François-Marie Arouet, mais conhecido pelo pseudônimo, Voltaire (1694 - 1778), por *Essai sur les moeurs e l´esprit des nations* (1756), os dois filósofos franceses.

Partindo de uma crítica as ideias de Montesquieu, Silveira na These Doutoral "*Influência dos climas sobre a inteligência humana"* (1874) diz que:

> A teoria commoda e absoluta d´este homem célebre era contrária à realidade dos factos mais patentes; ella é justa, mas as aplicações que ele fêz d'ella são cheias de erros e contradicções. Montesquieu supõe mui temerariamente que os habitantes dos países quentes são fracos e covardes, desprovidos de um vigor natural do espírito, por conseguinte impróprios para a guerra e as investigações *scientíficas*. À uma teoria tão generalizada a história oppõe numerosos desmentidos (SILVEIRA, 1874, p. 32).

Por suas preocupações com o debate sobre progresso na civilização ocidental, tudo indica que as ideias de Voltaire tenham chamado atenção dos acadêmicos da Medicina da FAMEB porque as contribuições desse filósofo explicam a existência da classe burguesa, materializada pela via das reivindicações típicas dessa: o desejo de instituição de um 'bom lugar para morar', num espaço de clima aprazível; o desejo de se sentirem protegidos contra a violência; e o desejo pela conquista de uma dose moderada de direitos políticos, como a etapa derradeira do aperfeiçoamento social, reproduzindo entre os homens (ARTEAGA; ARTHMAR, 2012).

Em nosso entendimento também, Silveira menciona Voltaire provavelmente, por esse autor realizar uma crítica bastante contundente a Igreja Católica. Em ambas áreas de seu interesse, tanto na literatura quanto na história, Voltaire parece assumir uma postura

iconoclástica em relação a essa instituição, inclusive, ele critica as convenções impostas pela Igreja Católica, rejeitando a ideia de "retorno a natureza". "[...] Para Voltaire, a teologia medieval ocasionara maior prejuízo à Europa do que todas as invasões dos hunos e vândalos [...]" (ARTEAGA; ARTHMAR, 2012, p. 387).

A concepção determinista afirma que todos os acontecimentos do mundo são pré-estabelecidos e que o futuro é fixo, como o passado. Em oposição a essa interpretação, a concepção indeterminista diz que existem acontecimentos que não são pré-estabelecidos, ou ainda, que o futuro não é fixo (ARTEAGA; ARTHMAR, 2012).

Os defensores da primeira concepção admitem que mesmo que o futuro esteja determinado, ele pode ser incerto. Certeza ou incerteza, nessa perspectiva, podendo ser consideradas propriedades do nosso determinismo ou conhecimento sobre as coisas, uma propriedade epistemológica. Indeterminismo é uma propriedade do mundo, das coisas, uma propriedade ontológica, portanto. Conforme Gay (1999), na proposta de Voltaire, existiria um embate de um lado, entre o determinismo e o indeterminismo; entre o interesse próprio e a superstição e, de outro, entre a busca do melhoramento social, cuja conquista se processaria mediante a vitória final da razão.

Voltaire, para além da visão *dubosiana* dos momentos de brilhantismo das artes e movido pela filosofia *newtoniana*, percebe duas grandes eras na trajetória da humanidade: a primeira, submetida às trevas da ignorância e, a segunda, definida pelo triunfo irreversível da razão (GAY, 1999).

A busca da razão orientada pelas ideias *voltairianas,* parece nortear as ilações dos candidatos ao título de Doutor em Medicina pela FAMEB a ponto de se poder dizer que ela instaura nessa instituição, o interesse pela reflexão filosófica. O que parece chamar a atenção desse grupo, nas ideias de Voltaire é o fato desse autor conceber a comunidade científica como uma verdadeira "fraternidade universal do saber", imune, portanto, às conflagrações monárquicas ou eclesiásticas e independente do azo da fortuna manifesto em certas épocas, caracterizadas por uma safra de indivíduos de capacidade excepcional. Segundo Juanma Sánchez e Rogério Arthmar, inclusive:

> Nesta era inédita de conquistas desbravada pelo mundo racional e vislumbrada por Voltaire, as instituições, como as academias, e a transmissão organizada do pensamento científico em diversas áreas, a exemplo do ensino da medicina, associadas à comunicação constante entre os filósofos, conformariam um ambiente em que os homens de gênio não mais seriam unicamente rebentos tardios de um longo esforço acumulativo, mas, sim, frutos permanentes de um milieu original e desconhecido até então: o novo mundo da ciência. Iniciar-se-

> ia aí, para Voltaire, a verdadeira história da humanidade e a idade genuína do progresso (ARTEAGA; ARTHMAR, 2012, p. 389).

Em nosso entendimento, a crítica que Silveira (1874) realiza as teses de Montesquieu e Voltaire não prescindem de uma contextualização e, por essa razão, de saída, é oportuno deixar claro que ambos filósofos não tem preocupações com a afirmação de uma presumida *scientificidade*, ao contrário dos acadêmicos da FAMEB. Não obstante, Montesquieu e Voltaire componham o quadro de referências das mais importantes para os deterministas geográficos, de modo geral, na FAMEB filósofos como eles, ora são criticados, ora elogiados por optarem por caminhos diferentes, para chegar ao mesmo objetivo que é fundamentar uma associação entre o processo civilizacional e apropriação da natureza como valor de troca. Assim, enquanto Montesquieu é admoestado na these doutoral de Silveira (1874) por se empenhar em dar relevo ao papel do Estado na constituição de uma ordem civilizacional regulada e que, em sua opinião não deve parecer arbitrária, Voltaire é elogiado por criar associações mais diretas entre o homem, a sociedade e a natureza. Ele é elogiado por realizar uma exposição geral da história do espírito humano e da civilização.

Mas obviamente, os diálogos deterministas geográficos não se sustentam apenas nas contribuições de Ratzel, Montesquieu e Voltaire. O determinismo geográfico se fez presente na FAMEB também, em vistas das contribuições do fisiologista e filósofo Pierre Jean Georges Cabanis (1757 - 1808), citado por Caponi (2009, 2012) pelo apelo que lança em prol do desenvolvimento de uma teoria da degeneração.

Cabanis é lembrado novamente por Silveira (1874) em vista de suas contribuições nos livros *"Rapports du physique et du moral de l'homme"* (1802) e *"Histoire naturelle de l'homme"* (1749). Nessa última obra, o autor defende a existência de três causas verdadeiras para os temperamentos adquiridos: 1) as doenças; 2) o clima e 3) o tipo de dieta e o trabalho. Adicionalmente, Cabanis ainda defende que o tempo funcionaria como um mediador entre todas essas três causas. Para Cabanis ([1802]2009, p. 964) "[…] temperaturas extremas produzem efeitos prejudiciais aos corpos de indivíduos, tendendo a produzir alterações indesejáveis, tanto físicas quanto morais […]".

Sempre que Cabanis fala da constituição moral e de alterações que as conduzem, ele toma como referência a *"Tableaux des characters propres aux diverses températures"* de Georges Louis Leclerc, o conde de Buffon (1707 - 1788) que defende a ideia que todos os animais são afetados pela temperatura e umidade extremas.

Buffon (1749) legou uma concepção de espécie que é bastante cara ao repertório

conceitual da história natural dos seres organizados, e por essa razão, pode-se dizer que ele tenha sido um dos autores que transitaram mais tranquilamente entre as ideias inovadoras do evolucionismo *darwiniano* e o determinismo geográfico. Não só isso! Enquanto evolucionistas deterministas como Carlos Lineu (1707 - 1778) atribuíam a origem das espécies à ação imediata de Deus (LINEU, 1751, p. 135-151), conforme se depreende de seu *"Philosophia Botânica"*, Buffon (1749, p. 5; 10-11) considera a origem das espécies um fenômeno natural, "[…] produto do obrar da própria natureza [...]".

Silveira (2015) diz que Buffon e Alexander Von Humboldt (1769 - 1859) são parceiros na convicção contrária ao mecanicismo de Denis Diderot (1713 - 1784), René Descartes (1596 - 1650) e Isaac Newton (1642 - 1727). O mecanicismo que, em certa medida, se opõe ao determinismo geográfico porque, nessa doutrina filosófica – a doutrina filosófica mecanicista –, defende-se que as condições e causalidade que transformam os fenômenos naturais em humanos, são espontâneos. Buffon e Humboldt não concordam quanto a isso, pois, o geógrafo advoga favorável a uma ligação sistêmica entre os fenômenos naturais e humanos.

Nas theses doutorais *"Influência dos climas sobre a intelligência humana"* (1874) e *"Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista"* (1899) essa visão anti-mecanicista e sistêmica de Humboldt fica clara quando ele oferece aos acadêmicos da FAMEB uma definição de clima associada a delineamentos físicos e morais da população brasileira.

Para chegarmos mais próximos do espólio teórico de Humboldt por essa razão, precisaremos retornar a Ratzel que atribui a natureza intrínseca do Estado alemão e *bismarquiano*, características que o aproximam do belicismo e da proposta tutela integral da sociedade por parte do Estado expansionista. Moraes (1990) diz que, por esse forjamento de relações, Ratzel pode ser considerado um intelectual orgânico da política de *junkers*[80] Os *junkers* que por sua organização, acabaram expondo a debilidade da lógica sociometabólica do imperialismo.

O desenho que Ratzel cria do Estado alemão, coloca no cerne das concepções político-sociais, o conteúdo ideológico e instrumental das táticas expansionistas que, mais tarde serão apropriadas pelos nazistas. É oportuno esclarecer, no entanto, que apesar das ideias de Ratzel terem sido apropriadas por esses grupos sectários de extrema direita, nem eles – os nazistas –

[80] O poder dos militares e dos oficiais prussianos provinha de uma longa tradição histórica. Conforme Richard J. Evans (2018) nos séculos XVII e XVIII, o Estado prussiano em expansão estabeleceu novas relações com o sistema neofeudal dos proprietários de terra – os famosos *junkers* – e os servos empenhados que estavam em favorecer o sistema de recrutamento militar para oficiais e soldados (EVANS, 2018).

nem o próprio Ratzel conseguiram objetivar o determinismo geográfico como uma metateoria séria e crível para todos. Nem Ratzel e nem os nazistas conseguiram construir uma produção empírica que bastasse – mesmo para os teóricos de sua época – e que fosse consoante com os propósitos expansionistas do Estado.

> No nível do trabalho empírico, Ratzel, em grande parte, não consegue ir além de uma 'geografia de posição'… Ela é, inicialmente, colocada como uma ciência de síntese, que trabalha com uma gama bastante variada de fenômenos, preocupada em apreender suas relações. A unidade e a identidade do estudo geográfico repousariam na perspectiva telúrica: a manifestação na superfície terrestre como critério unificador dos diversificados fatos e processos constitutivos do objeto geográfico […] (MORAES, 1990, p. 26, grifos do autor).

Importa aqui falar da associação entre o caráter não sistemático que Ratzel atribuiu a geografia porque, julgamos importante reiterar que esse autor não perseguiu uma singularidade de tal disciplina, é necessário explicitar. Ao contrário disso, Ratzel faz questão de dizer que, a geografia é uma ciência como qualquer outra, o que poderia ser atestado por sua adesão há um método científico comum há outras formas de conhecimento científico, inclusive, a medicina: o método experimental. "[…] A peculiaridade do objeto definiria, isto sim, a geografia como uma ciência de contato entre os fenômenos naturais e sociais [...]" (MORAES, 1990, p. 26), Ratzel concorda.

A admissão desse relacionamento é o que fundamenta há já mencionada antropogeografia, um ramo da geografia que trata da distribuição humana na superfície terrestre e da relação dos seres humanos com o meio ambiente. A antropogeografia que se configura numa forma de conhecimento científico que se pauta na observação, e que avança sob o procedimento metodológico da indução, tentando positivá-lo.

Em face desses delineamentos homem e natureza é que o determinismo geográfico se perfila com o texto de Humboldt. Na visão *humboldtiana*, a natureza deveria ser apresentada como um organismo capaz de desenvolver criativamente suas potencialidades inerentes, essas modificações ocorrendo ao longo do tempo.

A natureza de Humboldt paradoxalmente deveria estar além do mundo e aquém de Deus, sendo cósmica, benéfica e luminosa. É com base nessa integração eclética, por isso mesmo, que Humboldt assimila a fundamentação ontológico – metafísica oferecida por Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling (1775 - 1854). Além disso, ela referenda também, a

concepção de homem *goethiana*.[81]

Corroborando, Ricotta afirma:

> Na aproximação com Goethe esteve presente o projeto de totalidade da experiência de prazer e conhecimento... Ao cultivo de Schelling, integrado de dois modos distintos, sucede (a) a base para uma noção de ciência cuja finalidade e representação apóia-se na capacidade produtiva e especular da linguagem simbólica, que tende a dar realidade às ideias introjetadas no mais íntimo do espírito e da natureza e (b) a posse plena de um espírito sistemático em Humboldt que viria criar um sistema do agir apoiado numa ética do olhar [...] (RICOTTA, 2003, p. 186).

Sem sombra de dúvidas contraditória e, certamente excludente, não temos dúvidas quanto a afirmar que as ideias *humboldtianas* partem de noções cosmológicas, compreendendo um conjunto diversificado de diretrizes e pressupostos conceituais. Seu determinismo geográfico, não obstante, aparecerá nas theses doutorais enquanto composição científica marcada pela associação dialética entre razão e sensibilidade, ciência e estética, descrição e explicação causal, mecanicismo e teleologia.

As ideias de Humboldt sobre o clima, a temperatura e as faculdades humanas parecem ter sido apropriadas nas theses doutorais *"Influência dos climas sobre a intelligência humana"* (1874) e *"Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista"* justamente porque, elas se situam na confluência de pressupostos que se harmonizam com o entendimento determinista sobre o conceito telúrico de paisagem, uma das noções chaves da geografia juntamente com o lugar, a região e o território (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2000), esse último um conceito que Ratzel também, se apropria.

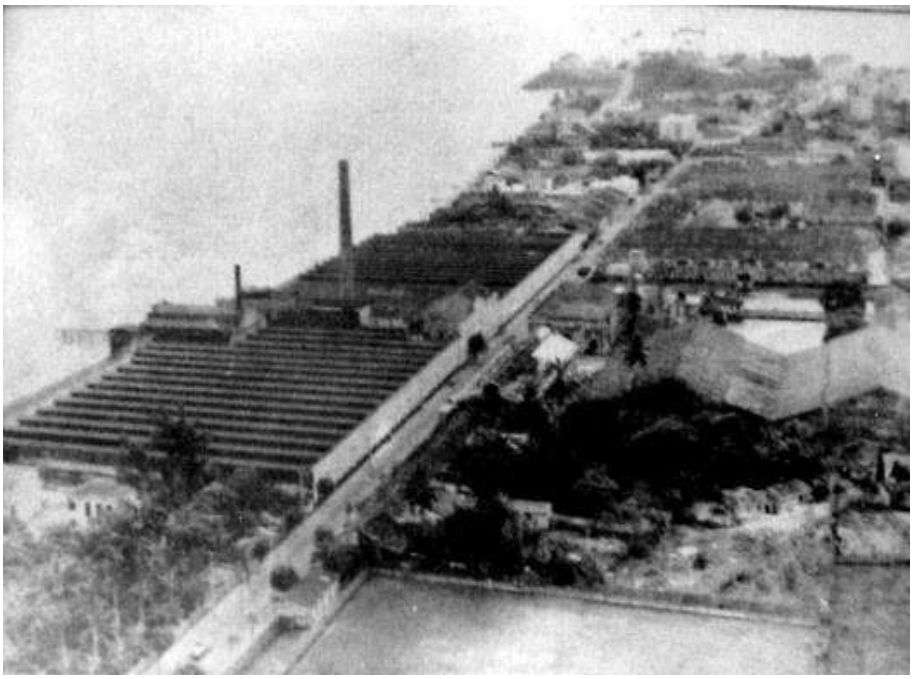
Tudo indica, por isso mesmo, que as longas descrições das paisagens apareçam nas quatro theses doutorais identificadas com o determinismo geográfico, porque elas fazem parte uma voga no pensamento *scientificista* determinista do período. As longas descrições aparecem nas theses doutorais, na medida em que, ajudam a expor também uma espécie de enlace que se pretendia fosse perfeito entre as cosmovisões materialista e idealista mencionadas. E indo além dessas (cosmovisões), sustentamos que as contribuições do determinismo geográfico, também, tenham se projetado no pensamento médico dos concluintes do curso de medicina da FAMEB, porque elas forneceram a possibilidade de uma articulação original sob uma conceito de espaço e saúde que, reverbera concretamente na divisão espacial da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, forjando a aceitação de novos paradigmas sobre os tratamentos que se deve dar há tal espaço.

[81] O homem definido por Goethe aparece como constituído pela mediação entre arte e natureza.

Balizadas nas ideias médicas, não obstante, pouco a pouco foi sendo forjada 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, uma distinção dos grupos sociais, que passaram a ser identificados pelos padrões de moradia. Nessa distinção, as habitações dos pobres e dos escravos passa a ser facilmente identificada por sua arquitetura de um andar com poucas janelas, poucos espaços arejadas, áreas pouco iluminadas e com excessiva umidade e calor, pela proximidade com as praias, cujos terrenos eram mais baratos.

Na figura 11 vemos uma imagem do alto da Península Itapagipana, bairro do subúrbio ferroviário de Salvador que mostra um dos mais típicos arranjos espaciais de moradia da classe trabalhadora da cidade que, além do padrão construtivo das casas típicas suburbanas, ainda apresenta a lógica de combinação entre o espaço público e o privado.

Figura 11 - Paisagem da Península Itapagipana, Subúrbio Ferroviário, bairro de Trabalhadores de Salvador até hoje



Fonte: Cardoso (2011).[82]

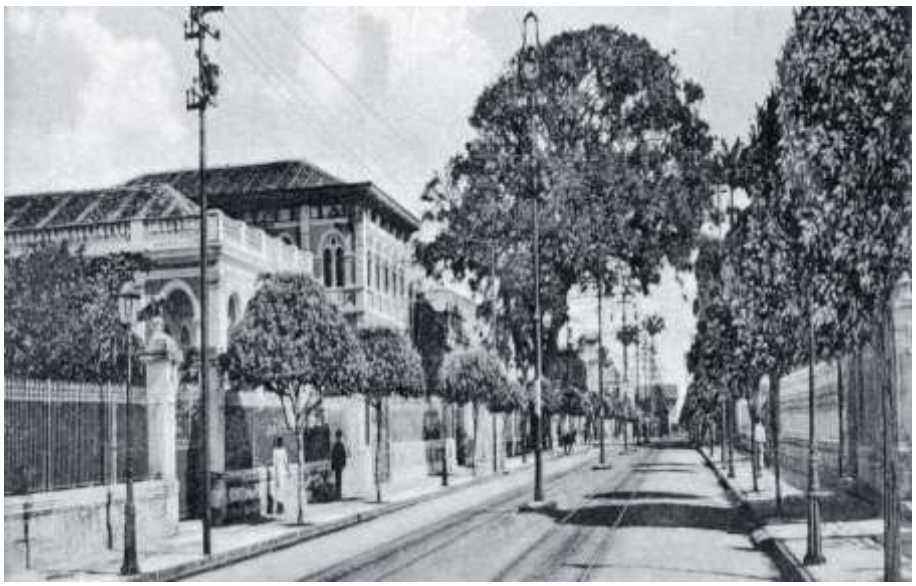
Contrastando com essa imagem, temos o bairro do Corredor da Vitoria novamente, com suas casas de até dois andares, muitas janelas, muitos espaços arejadas, áreas muito iluminadas e protegidas da umidade e calor, ou seja, o contrário das configurações espaciais que marcavam os bairros da classe trabalhadora.

[82] Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.132/3894

Figura 12 - O Corredor da Vitória antes do alargamento feito para a passagem da avenida 7 de Setembro. Bem ao fundo, está o Largo da Vitória

Fonte: Guia Geográfico - Salvador Antiga (Postal colorizado J. Mello, circulado em 1911).[83]

Figura 13 - O Corredor da Vitória depois do alargamento feito para a passagem da Avenida 7 de Setembro. Bem ao fundo, está o Largo da Vitória



Fonte: Postal de Joaquim Ribeiro no início do século XX.[84]

Arendt (1979) diz que a configuração de bairros 'nobres' e periféricos como os apresentados acima, pode explicitar para a sociedade os problemas de convivência trazidos pela modernidade, pois, a partir desse advento, a sociedade se vê obrigada a experimentar o novo sem as garantias que a tradição – nesse caso, a religião católica – poderia oferecer.

Mas, no plano da concreticidade do mundo real, nem tudo é diferença. E apesar dos contrastes abissais quanto a configuração espacial dos bairros considerados 'nobres' e

[83]Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/vitoria/casaroes-vitoria.htm
[84] Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/vitoria/sete-setembro.htm

periféricos, da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, havia características que unificavam os espaços e essa unificação era dada pela ausência de sistemas de esgotamento sanitário em ambos lugares.

Assim, os excrementos produzidos num e n’outro espaços, conforme vários pesquisadores denunciam, eram colocados em barris até serem jogados nas praias soteropolitanas pelos “tigres”, escravos ou negros livres que se ocupavam de desfazerem-se dos despejos domésticos. Isso acontecendo até que a medicina da FAMEB convencesse a população mais esclarecida sobre o novo uso das praias que, de lugar de depósito do lixo passa a ser encarada como espaço relacionado à saúde e ao tratamento terapêutico.

Figura 14 - Porto de Santo Antônio da Barra, gravura retratando a década de 50 do século XIX

Fonte: Acervo de fotos da Fundação Gregório de Mattos.

Figura 15 - Porto da Barra visto do Outeiro de Sto. Antônio da Barra

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Figura 16 - Porto da Barra

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Figura 17 - Porto da Barra e Forte de Sta. Maria

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Como já mencionado no parágrafo anterior, nessa ascensão do modelo terapêutico de praia, os estudantes e professores da FAMEB tiveram um papel fundamental, pois são eles os pioneiros na legitimação tanto das ideias aeristas[85], quanto assepsistas sobre o ar que circula melhor próximo das praias e o banho curador. Foram os acadêmicos e os professores da FAMEB do início de meados do século XIX e início do século XX em diante, que mudando de ideia sobre a praia, começaram a prescrever, inclusive, longos períodos de estadia nesses espaços, como forma de tratamento contra doenças como a tuberculose e a histeria. A ideia é que viver num espaço aerado e asséptico, seria bom para a saúde.

A mudança de opinião sobre o uso da praia, ao fim e ao cabo, revela uma aproximação dos estudantes da FAMEB com a opinião de Humboldt quanto à defesa que esse autor realiza em relação à globalidade do planeta. Globalidade que em sua opinião é composta por esferas inorgânicas e orgânicas que são intermediadas pela ligação existente entre tudo o que compõe o cosmos. Segundo essa interpretação, também, a mente responde pela ordenação e regulamentação do que se apresenta de maneira multiforme.

> [...] o espaço e a matéria deixam de ser coisas-em-si absolutizadas e começam a ser intuídos em suas ligações recíprocas pela intervenção da mente que decide, no nível do pensamento, sobre a regularidade e a uniformidade da aparente indeterminação e desigualdade dos corpos [...] (RICOTTA, 2003, p. 88).

Humboldt por essas ilações pode ser classificado como um holista que, conforme Moreira (2006) assevera, capta o materialismo e o idealismo do pensamento iluminista que emerge nos séculos XVII e XVIII. Nesse pensamento, a natureza aparece como "[…] essência interior de todas as coisas […]" (MOREIRA, 2006, p. 22). E para melhor elaborar essa distinção Humboldt diz que, a natureza é possuidora de uma essência comum a todas as coisas e que, por sua vez, essas coisas, assumem formas concretas da natureza.

Humboldt diz ainda que existe uma natureza humana, uma natureza que emerge como imanência substancial e as coisas através das quais essa natureza se expressa. Quando ele faz essas considerações, o geógrafo alemão nos permite interpretar que resiste em seu pensamento inovador, algum nível de racionalidade. A racionalidade não é abandonada por Humboldt, conquanto, hipotetizamos, que não se possa negar que para esse pensador, ela não parece ser argumento suficiente, não prescindindo de um conjunto de fenômenos e dinâmicas que se ligam à fonte única e comunicável de toda a realidade, àquilo que perpassa a intuição

[85] "Aerismo: a crença neo-hipocrática de que a doença se transmite principalmente pelo ar corrompido [...]" (LECUYER, 1986, p. 55).

intelectual e a própria natureza que é a ação humana transformadora.

Pela via da racionalidade então, é que Humboldt ratifica os sentidos de sua ciência: a geografia. A geografia *humboldtiana* não só ratifica o empreendimento guiado pelo conhecimento objetivo racional do mundo, mas também, enfrenta o desafio na busca das causas que subjazem aos fenômenos geográficos. Causas que, segundo entendemos, se apresentam na 'leitura' *científica* do espaço soteropolitano, feita pelos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB e que é sintetizadora do jogo dinâmico de correspondência entre tudo o que compõe a natureza e a parte que se configura incompleta nessa: a ação humana. O ordenamento espacial é, segundo o engenho *humboldtiano*, nessa perspectiva, capaz de retratar o desafio integrador do homem que atua sob a natureza com o objetivo de transformá-la.

E por tudo o que foi dito, hipotetizamos que a apropriação dos escritos de Humboldt nas theses doutorais tenha sido feita porque, para os candidatos ao título de Doutor em *Sciências* Médico Cirúrgicas pela FAMEB, cada parte da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX representa um conjunto complexo de fatores que podem estar associados e/ou até reduzidos, mediante leis ou princípios gerais do determinismo geográfico. No caso específico, de Salvador esses princípios estariam caracterizados nas regiões da cidade, cada uma delas disposta segundo diferentes atributos associados ao clima, ao tipo de relevo, a vegetação e a capacidade humana de se adaptar. Cada uma das partes desse espaço, ademais, estaria vinculada a uma totalidade, em vinculação orgânica com o planeta, cujas tessituras traduzem-se uma ligação irrestrita com o todo.

A despeito de Ratzel e Humboldt tomarem para si, cada um, um assunto em específico, identificamos um traço comum a todos: as preocupações com o processo de regulamentação da sociedade. Na FAMEB, o debate sobre o processo de regulamentação da sociedade esteve particularmente presente, mas não de forma unívoca, como já dito anteriormente, e por essa razão, trazemos as contribuições de Philippe Pinel (1745 - 1826) e Benedict Morel (1809 - 1873) que refletem tal fenômeno à luz do determinismo geográfico.

Pinel, considerado por muitos o 'pai da psiquiatria' corroborou com o pensamento moderno ocidental sobre a constituição da pessoa que está no mundo armada de valores como a igualdade e a liberdade (VENÂNCIO, 1993).

> A construção social da ideia de Indivíduo pode ser remetida aos primórdios cristãos, quando o homem passou a ser visto como um 'indivíduo-em relação-com-Deus'. A relação filial com Deus, ao mesmo tempo em que exacerbava um desvalor no mundo existente, concedia, pela primeira vez,

> um valor infinito à representação de uma alma individual, igual e universal. No entanto, observa-se que foi somente quando o indivíduo se constituiu como 'indivíduo-no-mundo' que ele passou a compor a forma de moderno. Uma qualificação que apareceu em toda a sua plenitude quando, diferentemente de todas as outras sociedades, o mundo ocidental passou a dissociar o poder espiritual do poder temporal, representando-os não mais como divergentes em natureza, mas como poderes de um mesmo nível. Com a separação da Igreja e do Estado e o desenvolvimento do 'político' e do 'econômico' intensificou-se a conformação do valor-Indivíduo: todo homem sendo, cada vez mais, relacionado ao mundo social e visto como uma unidade em si, concomitantemente igual e diferente de seus pares. Nesse processo, a própria sociedade veio a significar uma associação de indivíduos que, já totalmente constituídos, nela entrariam voluntariamente, mediante uma espécie de 'contrato' (VENÂNCIO, 1993, p. 119, grifos da autora).

E não é só isso! O trabalho de Pinel também atraí os acadêmicos da FAMEB em vista de suas pesquisas sobre a loucura. Um fundo organicista – e, portanto, evolucionista e determinista também – é notado no trabalho de Pinel, seja por ele considerar a loucura como sinônimo de desequilíbrio das funções mentais – embora acrescente também o desequilíbrio das funções afetivas –, seja porque ele prescreve tratamentos físicos similares aos já aplicados por outros médicos organicistas e deterministas.

Entendemos, por isso mesmo, que a adoção da linha de compreensão da loucura, que foi cooptada pelos acadêmicos da FAMEB a partir da reinterpretação da obra de Pinel, nesse sentido, proporciona elementos indispensáveis para um repensar a necessidade de recrudescimento de medidas que chamaremos de 'segurança societária', e, por conseguinte, oferecem também, as condições para reconsiderar o reordenamento espacial da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, que não admitia mais a desordem urbana, conflitante com os padrões civilizacionais.

Apelos em prol do reordenamento espacial da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX são muito comuns nas theses doutorais, já tendo sido apresentadas aqui, em diversas passagens desse texto. Na maioria das vezes em que esses apelos são feitos, eles serviram para justificar não somente a criação de espaços novos, mas a segregação espacial que é interpretada como fundamento essencial derivado de tal reordenamento. Nesse, não havia constrangimentos em, por exemplo, recomendar que um considerável percentual de pessoas – doentes, negros, moleques, vadios, mendigos, e estrangeiros desempregados – fossem confinadas nos hospitais, abrigos, casas de benemerência e nas colônias correcionais, simplesmente por não se ajustarem as patronizações impostas pela civilidade. E tudo isso acontecendo sob o manto protetor da *sciência* de Pinel para quem "[...] o espaço privilegiado para a cura era o asilo, e esse espaço deveria ser cuidadosamente administrado para

possibilitar o tratamento moral [...]" (CAPONI, 2012, p. 178).

Na these doutoral *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygienico e evolucionista* (SOARES, 1899), Morel é citado, pois que, ele traz contribuições para pensar os marcos explicativos para as doenças mentais "[...] no interior do qual desaparecem as barreiras taxativas entre o delírio e as anomalias ou degenerações menores, definidas como desvios físicos ou morais do tipo originário [...]" (SOARES, 1899, p. 17).

Conforme Caponi (2012):

> A teoria da degeneração de Morel pretende criar uma classificação consistente das patologias mentais, que não esteja apoiada somente na diferenciação de sintomas [...] ou nas manifestações corporais exteriores. Morel pretendia substituir uma classificação sintomática por uma classificação etiológica das doenças mentais, pois somente com a determinação das causas poderiam ser elaborados um sistema classificatório de patologias e uma terapia apropriada (CAPONI, 2012, p. 22).

A ideia que um fator biológico, de natureza hereditária, desempenharia um papel maior na etiologia dos transtornos mentais está presente desde os primórdios da psiquiatria. Tal elemento hereditário já tinha sido destacado por Pinel, como decisivo na predisposição as perturbações mentais. Essa tendência foi observada na clínica, aonde os médicos começaram a perceber a recorrência de quadros psiquiátricos idênticos, afetando os membros de uma mesma linhagem familiar. Dessa forma, a predisposição à loucura era concebida como específica e similar, no sentido de que os traços transmitidos entre os aparentados são sempre geracionais e determinados por um tipo de condição patológica, que se comporta segundo a lógica de que o semelhante gera o semelhante (CAPONI, 2012).

Diferentes 'equações etiológicas' eram propostas por outros estudiosos do tema da loucura. Nessas equações, o que estava sendo proposto era, na realidade, uma maneira de integrar, ao lado da herança biológica, os fatores acidentais, biográficos, morais, psicológicos e geográficos participantes da instalação de um transtorno mental em um determinado indivíduo.

Para Caponi (2012), Morel é um desses autores que, ao se opor a Pinel mostra como a preocupação médico-jurídica com pequenos desvios de conduta, debilidades de caráter e vícios têm seu marco histórico alinhado com a teoria da degeneração.

Embora Pinel se negasse a reduzir as alienações mentais a explicações materialistas, a teoria da degeneração de Morel persegue esse objetivo e é exitoso no propósito de fundamentar as bases científicas e não metafísicas a ciência do homem. Para ele, existiria uma

indissolúvel articulação entre o físico e o moral, possibilitada pelas funções do cérebro.

Pode-se dizer então, que a emergência dos discursos sobre a loucura, à alienação mental e a degeneração, seja em Pinel ou em Morel, inicialmente, tenham se vinculado a projetos de cunho *scientificista*. Tudo indica, no entanto, essas narrativas tenham sido gradativamente modificadas quando, em vista de propósitos econômicos e sociais, esses estudiosos – aí incluídos os acadêmicos da FAMEB – perceberam que não era possível encontrar meios de reincorporar a sociedade uma grande leva de pessoas excluídas.

Como exemplo de narrativa que foi pouco a pouco sendo modificada, temos o tema da raça. Não obstante, os evolucionistas da FAMEB trabalharem em prol de transformar esse tema num problema, considerado solúvel, apenas, com o fim dos cruzamentos raciais, parecia oportuno, num dado momento, no vigor pleno do determinismo geográfico – já que a questão referendava-se empiricamente e permitia certa naturalização de diferenças, sobretudo sociais – presumir que, o assunto poderia gerar interpretações paradoxais: implicava considerar a possibilidade da inexistência de futuro para uma cidade já em meados do século XIX era composta demograficamente por raças mestiçadas e, dentro da lógica sociometabólica do capital, implicava em admitir que, não se poderia abrir mão de um contingente expressivo de pessoas destinadas a ocuparem lugares secundários no exército de reserva em formação.

As referências tanto a Pinel quanto a Morel, por isso mesmo, evidenciam as preocupações dos acadêmicos em medicina, com aspectos que transitam entre a moral e a degradação física. Portocarrero (2002) a esse respeito, procura sintetizar as visões de Pinel e Morel lembrando que para ambos:

> Se a alienação é, sobretudo uma desordem do comportamento, se ela se insurge contra a ordem social por meio de atos involuntários, a cura só pode ser obtida pela imposição de certas normas transmitidas por um processo de reeducação do alienado, de um tratamento moral (PORTOCARRERO, 2002, p. 43).

Internamente, o tema da mestiçagem e suas vinculações com o debate sobre o processo civilizacional na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, se reproduziu inclinando-se para tentar impor um destino a tal cidade: o ideal do branqueamento ou a extinção das raças, caso o processo civilizacional não fosse bem-sucedido. Com o passar dos anos, no entanto, os candidatos ao título de Doutor em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB foram gradualmente mudando de enfoque e passaram a creditar o atraso, aos hábitos incivis. Essa mudança de rota foi que precipitou, em nossa compreensão, o ensejo da regulamentação dos hábitos, que carreavam as ideias de desenvolvimento e evolução sociais.

Essa complementação se tornando razoável, em vista da organização de um quadro situacional aonde a cidade, primeiro precisaria ser tratada como mais um organismo desfuncional, desorganizado, para depois ser reapropriada por um movimento salvacionista e regulatório, baseado na aplicação das leis assepsistas. John Locke (1689) no *Segundo tratado sobre o governo civil* defende que os homens, no "estado de natureza", viviam em relativa harmonia e paz e por esse motivo, também, eram dotados de razão.

4 ‘QUADROS SOCIAIS DE MEMÓRIA’, MEMÓRIA E IDEOLOGIA NAS THESES DOUTORAIS

Mesmo entendendo que a aproximação teórica entre as categorias empíricas da memória e da ideologia resultam de mediações mais comumente tratadas por campos teóricos distintos – a fenomenologia e o materialismo histórico dialético –, e mesmo nos dando conta que tais categorias têm características polissêmicas, tornando difícil a nossa fixação num único aspecto de sua definição e compreensão, fazemos questão de evidenciar que a teoria da memória, aparecerá nessa Tese de Doutorado à luz das contribuições de Halbwachs (2003, 2004), Le Goff (2013, 2014) e Montesperelli (2004) – para falar dos autores mais centrais há esse texto – e servirá para fundamentar a hipótese sustentacular que a (re)produção da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, foi guiada por um conjunto de narrativas e metateorias, que poderão ser facilmente encontradas nas theses doutorais que se tornaram objeto dessa investigação. A lembrar: *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia,* de autoria de Aprígio Ramos Proença, publicada em 1852; *Influência dos climas sobre a intelligência humana,* de autoria de João Carlos Balthasar da Silveira, publicada em 1874; *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista,* de autoria de Deodoro Alvares Soares, publicada em 1899; *Influência da prostituição sobre a sociedade actual,* de autoria de Ângelo de Lima Godinho Santos, publicada no ano 1909; e *Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição,* de autoria de Antônio Joaquim de Sampaio, publicada em 1912.

A saber, as theses doutorais se constituem em recursos de memória (MONTESPERELLI, 1994) seminais para o entendimento do modelo de desenvolvimento urbano que transformará Salvador numa cidade moderna, numa cidade do capital, o apelo ao *scientificismo* e ao processo civilizacional presentes em tais documentos, revestindo-se de um caráter ideológico, na medida que, é a análise de tais documentos que nos permitirá ver a exposição das relações de dominação e, além disso, sancionará a manipulação do presente e do passado e a produção do esquecimento por meio de mecanismos de ocultação da realidade ou criação de uma pseudoconcreticidade do mundo real.

O nosso ponto focal nesse capítulo, por isso mesmo, passa a ser conceitualizar e estruturar uma discussão coerente e apresentar o quê, em nosso entendimento, vem a ser memória coletiva, grupos sociais de memória e quadros sociais de memória. Memória, grupos sociais de memória e quadros sociais de memória que uma vez forjados, justificarão sob nosso olhar, a formação de arranjos espaciais alegadamente novos e que vão transformando a

‘cidade da Baía’ colonial, numa ‘cidade da Baía’, por assim dizer, ajustada as demandas de um novo estatuto ideológico, guia do processo civilizatório moderno: o *scientificismo*. Entendendo ainda que, as adições do *scientificismo* ‘moderno’, respondem há um processo final de alteração da urbe soteropolitana, avaliamos oportuno sinalizar que, propomos falar também da estrutura fundacional da memória, dos grupos sociais de memória e dos quadros sociais de memória. Vimos falando sobre a organicidade e capilaridade dos grupos sociais que compuseram a FAMEB de 1852 até 1912 quanto ao seu poder de sancionar o que pôde ser tornado memorável.

Acerca da organicidade e capilaridade ideológica que precipitará a formação de arranjos espaciais novos e que vão consagrando o que é memorável na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, consideramos de importância seminal para esse trabalho, trazer as ideias do sociólogo Halbwachs (2003, 2004), pois, é ele quem lega as categorias e conceitos fundamentais, em torno dos quais, essa Tese de Doutorado se estrutura. E por concordar com esse autor é que compreendemos que os indivíduos e seus grupos sociais produzem quadros sociais e memórias a partir de vivências que esses experimentam na disputa por posições sociais de prestígio e para garantir o seu mandonismo.

Vivendo em sociedade, esses grupos sociais estruturados, trabalharão no sentido de instituir quadros sociais de memória e memórias que transitam dialeticamente do indivíduo para a coletividade. Quadros sociais de memórias e memórias, por assim dizer, coletivizadas e que vão se afirmando geracionalmente no espaço e no tempo, por meio da reiteração de uma linguagem codificada e que é tornada acessível somente entre eles, os profissionais da medicina. Nesse caso, nos referimos aos jargões da linguagem médica que garantem a exclusividade do conhecimento da medicina, apenas, aqueles que estudam essa área e que são organizados pelos médicos através do Código Internacional de Doenças (CID)[86]; e vai se afirmando, também, por meio do incremento de princípios que são tornados intangíveis

[86] Conforme Laurenti et al. (2013) “[…] a primeira Classificação Internacional de Doenças (CID) foi aprovada em 1893 [...]”.

àqueles que não pertencem ao grupo, como é caso do Juramento de Hipócrates[87], considerado o primeiro código de ética médica do mundo e inaugural com relação aos juramentos feitos por todos os outros profissionais (SANDOVAL, 1991).

Ao trazer à tona a importância do Juramento de Hipócrates e do CID o que buscamos é, em primeiro lugar, delinear as características primordiais entre os conceitos de grupos sociais de memória e quadros sociais de memória, dado que, em nossas análises, apesar de próximas, essas concepções guardam entre si algumas distinções. Em segundo lugar, trazemos à tona a importância do Juramento de Hipócrates e do CID, porque, avaliamos oportuno, lançar um olhar sobre os recursos potencialmente capazes de corroborar a fundação de algum nível de singularidade de grupos sociais de memória que formam quadros sociais de memória da FAMEB.

Vamos à conceitualização! Não temos dúvidas quanto a afirmar que o conhecimento *científico* médico, produzido dentro da FAMEB foi sustentacular para as transformações urbanas que tiveram como cenário a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. É oportuno lembrar, no entanto que, tais mudanças não se processaram de forma automática. Tudo indica que elas derivem de engendramentos ideológicos que pouco a pouco foram sendo construídos pelos grupos sociais que representavam o *establishment.*

Quando falamos de grupos sociais de memória que representam o *establishment,* não é difícil supor que tais grupos sociais não tenham sido fundados de forma coesa, uniforme. Até que possam ser estabelecidos, há internamente e externamente, nesses grupos, disputas entre uma visão que persegue a prevalência sobre outras visões. Nessa senda, é correto dizer que os

[87] O juramento de Hipócrates tem o seguinte teor, na tradução dos textos originais gregos, realizada pelo Professor Alexandre Corrêa (1844 apud SANDOVAL, 1991, p. 47), da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FMRP/USP): "Juro por Apolo, médico, e por Esculápio, por Hygéia, por Panacéia, e por todos os deuses e deusas, constituindo-os os juízes de como, na medida das minhas forças e do meu juízo, haverei de fazer executado o seguinte juramento e o seguinte compromisso: considerarei aquele que me ensinou esta arte o igual a meus pais; prometerei partilhar com ele os meus bens; e, se padecer necessidades, torná-lo-ei participante deles; considerarei os seus filhos meus irmãos, e, se quiserem aprender esta arte, haverei lh'a ensinar sem qualquer salário nem compromisso. Dos preceitos, das lições ouvidas e todas as mais instruções farei a transmissão aos meus filhos, aos filhos do meu mestre, aos discípulos ligados por uma obrigação, tendo jurado, segundo a lei médica; porém a ninguém mais. Aplicarei os regimes de vida para a utilidade dos doentes de acordo com a minha capacidade e meu juízo, abstendo-me de qualquer malefício ou dano (injustiça). Não porei nenhum veneno em mãos de ninguém, mesmo que n'o peçam, nem tomarei a iniciativa de o aconselhar; igualmente não entregarei a nenhuma mulher um pessário abortivo. Passarei a minha vida e praticarei a minha arte pura e santamente. Não operarei de nenhum modo os padecentes de litíase (não praticarei a litotomia), deixando a prática desse ato aos profissionais. Em quantas casas entrar, fá-lo-ei só para a utilidade dos doentes, abstendo-me de todo o mal voluntário e de toda voluntária maleficência e de qualquer outra ação corruptora, tanto em relação a mulheres quanto a jovens, sejam livres ou escravos. O que for que veja ou ouça, concernente à vida das pessoas, no exercício da minha profissão ou fora dela, e que não haja necessidade de ser revelado, eu calarei, julgando que tais coisas não devem ser divulgadas. Se eu cumprir fielmente este juramento sem infringir, seja-me dado gozar, feliz, da minha profissão, honrado por todos os homens, em todos os tempos; mas, se o violar e perpetuar um prejuízo, que o contrário me suceda" (HIPÓCRATES).

grupos sociais de memória só se estabelecem – e, porque não admitir, se estabilizam – quando é possível uma acomodação das disputas internas e externas motivadas pela conquista das lembranças. Coesão e unidade, nesse sentido, são elementos chaves, identificadores dos grupos sociais de memória.

Halbwachs em várias passagens de seu livro *"A memória coletiva"* (2003) discorre sobre o aspecto da estabilização dos grupos sociais de memória e argumenta que, na disputa pelas lembranças se destacam eventos e experiências que "[…] dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de suas relações com os grupos mais próximos, os que estiverem mais frequentemente em contato com eles […]" (HALBWACHS, 2003, p. 51).

Quando Halbwachs (2003, p. 51) fala dessas "lembranças maioritárias", entendemos que sejam essas, as memórias sancionadas pelos grupos sociais, por assim dizer, vencedores da disputa que foi instituída em prol da estabilização, daí podermos hipotetizar que esses grupos sociais de memória, na condição de estarem estabelecidos, é que consagrem as lembranças que comporão os quadros sociais de memória.

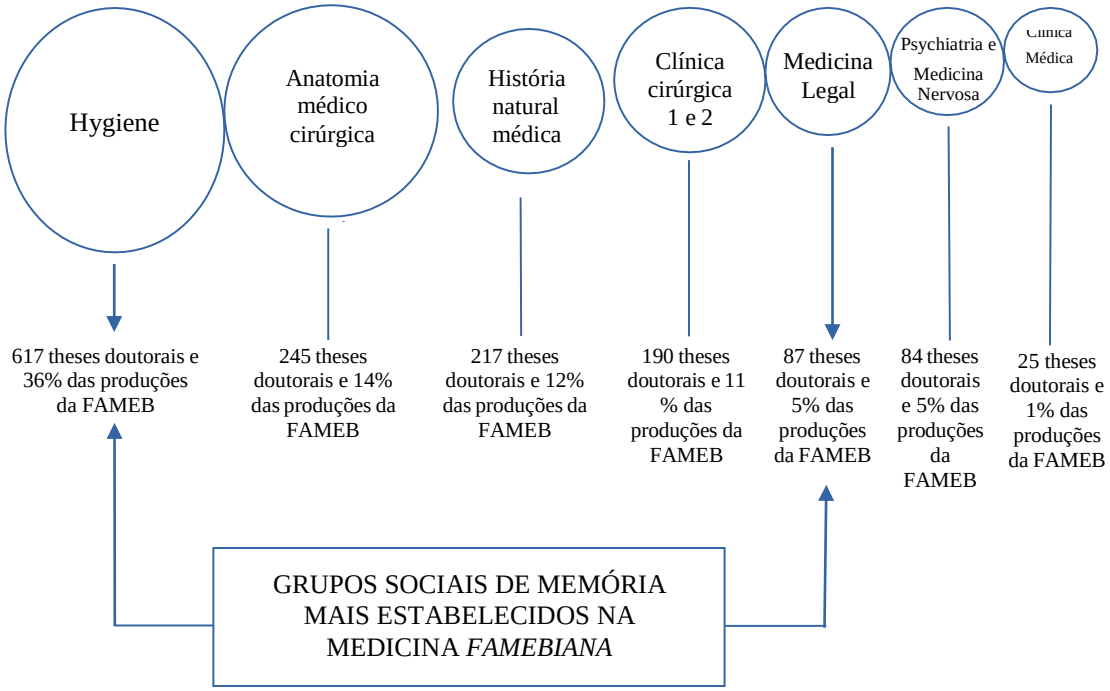
Ao fazermos essa afirmação, trazemos à frente do debate a questão essencial das similitudes e diferenças entre grupos sociais de memória e quadros sociais de memória, consoantes que estamos, com o pensamento *halbwachiano* sobre o assunto. Associando nossas categorias empíricas e conceitos com as ideias desse autor, por isso mesmo, reconhecemos que os acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB sejam esses grupos sociais de memória estabelecidos que se firmaram através de disputas, primeiro internas e também, externas.

As disputas internas, ao nosso sentir, correspondendo aos anos iniciais da criação da faculdade baiana, quando os *scientistas* da FAMEB rivalizavam entre si para se afirmarem em seus campos disciplinares[88].

Na figura 15, organizamos um gráfico que mostra as disciplinas que compunham o currículo da FAMEB de 1852 até 1912, dando destaque aquelas que foram capazes de conferir identidade própria a instituição baiana.

[88] As disciplinas do currículo da FAMEB são Anatomia Descritiva, Physiológica, Pathológica e Médico Cirúrgica; Histologia; Bacteriologia; Physiologia; Hygiene; Medicina Legal e Toxicológica; Pathlogia Cirúrgica; Operações e Aparelhos; Clínica Cirúrgica 1 e 2; Pathologia Médica; Clínica Propedêutica; Clínica Médica 1 e 2; Pharmacologia; Arte de Formular; História Natural Médica; Chimica Médica; Obstetrícia; Clínica Obstétrica e Ginecológica; Clínica Pediátrica; Clínica Ophtalmológica; Clínica Dermatológica e Syphilítica; Clínica Psychiátrica e de Moléstias Nervosas.

Figura 18 - Disciplinas e grupos sociais de memória mais estabelecidos na FAMEB (1815 ATÉ 1912)



Fonte: Elaborado pela autora (2016)

Fazemos questão de destacar as disciplinas que compunham o currículo da FAMEB, conforme o recorte temporal dessa Tese de Doutorado e, não obstante, procuramos evidenciar dentre elas, também, as cadeiras / disciplinas de Hygiene e Medicina Legal de onde emergiram as produções capazes de conferir identidade própria a instituição baiana porque, é preciso deixar claro que, o volume de produção que saí desses lugares, diz pouco sobre a importância do conhecimento *científico* que elas representam.

Assim é que, tomando como exemplo, a cadeira / disciplina de hygiene temos um volume de produção cruzada com o destaque epistemológico que o higienismo[89] recebeu, no entanto, no que diz respeito há medicina legal e toxicologia, não encontramos analogia com tal destaque, talvez porque, a afirmação de grupos sociais de memória dependa muito mais da singularidade de cada indivíduo, no esforço de projetar suas ideias e os interesses do próprio coletivo. O prestígio que os higienistas conquistaram, nesse caso, deve-se em muito ao caráter

[89] Em outros momentos dessa Tese de Doutorado já falamos *an passant* sobre ele, mas aqui sentimos a necessidade de explicar o que é o higienismo ou sanitarismo. Para início de conversa, o higienismo é a mais bem sucedida teoria assepsista, que chegou no Brasil. E o assepsismo se divide basicamente em duas correntes de pensamento: o higienismo e o aerismo. Edivaldo Góis Júnior (2007) assevera que em meados do século XIX e início do século XX, o higienismo chegou no país, propondo uma ressignificação da cultura grega, que teve repercussões na saúde. "[…] Suas propostas residiam na defesa da Saúde Pública, na Educação, e no ensino de novos hábitos. […]" (GÓIS JÚNIOR, 2007, p. 5). A ideia central que o higienismo defende é tomar a população como um recurso, um bem, pois, ao tomá-la desse modo, os higienistas poderiam preconizar sobre elas, normas e hábitos que colaborariam com o aprimoramento da saúde coletiva e individual, razão de ser dessa proposta.

emblemático do trabalho realizado por médicos como Luiz Anselmo da Fonseca (1842 - 1929)[90] e João Baptista dos Anjos (1799 - 1871)[91], ambos lentes catedráticos ou proprietários da Cadeira de Hygiene da FAMEB; ou o trabalho realizado por médicos como Nina Rodrigues, já apresentado no capítulo anterior dessa Tese de Doutorado, Josino Correia Cotias (1850 - 1929)[92] e José Francisco de Almeida (1817 - 1864), lentes catedráticos e proprietários da Cadeira de Medicina Legal.

Nas *Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia 1916 - 1923 / 1925 - 1941*, de autoria de Fortuna (2012) os êxitos das *personas* que compunham os grupos sociais de memória também, são apresentados e dão a aparência de serem dependentes da interação social, dos níveis de comunicação que os membros desses grupos sociais são capazes de estabelecer uns com os outros; dão a aparência de dependerem da definição de uma liturgia ou ordem interna que faz o grupo social de memória funcionar; parecem depender do estabelecimento de critérios de objetividade e exterioridade que permitam que o grupo social de memória, continue íntegro, independente de quem saía ou entre nele; depende do estabelecimento de objetivos comuns; depende da fundação de uma consciência grupal ou sentimento de "nós", que precisa ser compartilhado com todos; e finalmente, depende da continuidade, pois, é necessário que todo grupo social de memória tenha uma certa duração. Ele não pode aparecer e desaparecer com facilidade. E todos esses marcos estruturantes, afirmam a coesão e unidade interna de tais grupos.

Já que diz respeito aos marcos estruturadores da coesão e unidade externas, antes de mais nada, é oportuno destacar que, em nosso entendimento, os quadros sociais de memória,

---

[90] O médico foi Diretor do Hospital de Febre Amarela (hoje Hospital Couto Maia), de 1880 a 1889, foi membro do Conselho Sanitário do Estado; foi vereador do município de Salvador (1881 a 1884); foi professor de Psicologia, Lógica e História dos Métodos e Sistemas Filosóficos do Instituto Oficial do Ensino Secundário (1890); foi ainda professor proprietário da Cadeira de Hygiene, homem de letras e profundo conhecedor da língua portuguesa. Por seu legado, dá nome ao bairro de Luiz Anselmo, em Salvador (LEITE, 2011a).

[91] O médico se notabilizou por presidir a Comissão Central de Higiene Pública, nomeada em 1855, pelo Presidente da Província da Bahia, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima (1816 – 1868). A Comissão que presidiu foi bastante elogiada, porque sugeriu a instalação de postos de socorros nas freguesias atingidas pela epidemia de cólera que atingiu o Estado da Bahia de 1855 até 1856. Foi Delegado de Higiene do Estado; Médico da Penitenciária; Professor catedrático de Higiene, do Ginásio da Bahia (1915), tendo lecionado Inglês, Física e Química (LEITE, 2011b).

[92] O médico Josino Correia Cotias realizou os estudos iniciais em Estância, Sergipe e seus estudos preparatórios em Salvador. Ele ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia em 1871, tendo se formado primeiro em Farmácia, no ano de 1871; depois, em 1872, graduou-se em Odontologia; e em Medicina no ano de 1881. O Dr. Josino iniciou a carreira docente na FAMEB quando conquistou, por concurso, o cargo de Preparador de Física Médica, sendo empossado em 26 de junho de 1893. Graças a sucessivos concursos, passou a Lente Substituto da 2ª Seção, há Lente Substituto da 5ª Seção (1899) e Professor catedrático de Medicina Legal (nomeado em 24 de setembro de 1906). Como Professor catedrático de Medicina Legal, permaneceu de 1906 a 1914. Em seguida foi transferido para a cadeira de Higiene (1914 a 1925), voltando a cadeira de Medicina Legal, até ser colocado em disponibilidade, no ano de 1925. Ensinou francês, geografia e história em vários colégios, inclusive no Ginásio da Bahia e na Escola Comercial (LEITE, 2011c).

tanto mais, são bem delineados, tanto mais eles são forjados por grupos sociais de memória estabelecidos, daí depois que essa estabilização acontece, podermos falar mais claramente de disputas que se processem exogenamente, isto é, de dentro da FAMEB para fora da FAMEB, e que em nosso caso, manifestam-se via relações de antagonismo que se realizaram entre os defensores do estatuto religioso e aquele outro estatuto que o substituirá: o *científico*.

E que não se pense que o estatuto religioso católico simplesmente desapareceu da lógica sociometabólica que explicará o desenho civilizacional da 'cidade da Baía' anterior há meados do século XIX e início do século XX. O estatuto da religião católica é secular e delineou aspectos fundamentais da cidade de Salvador desde os momentos iniciais da colonização, ocorrida no século XVI. O que falamos aqui, nessas circunstâncias, é sobre uma mediação, ou por assim dizer, uma 'cessão de espaço', aonde o estatuto religioso católico foi capaz de, para assegurar a sua existência, garantir o estabelecimento de uma relação negocial com o *scientificismo*, relação essa que permitiu ao estatuto *científico* novo se estabilizar também, ao custo do favorecimento de uma espécie de orientação sincrética.

Roberto da Matta debatendo o fenômeno do sincretismo, salienta "[…] a capacidade do brasileiro de unir tendências separadas por tradições distintas […]" (DA MATTA, 1987, p. 193). Nessa perspectiva é que, não temos dúvidas, quanto a afirmar que os grupos sociais de higienistas e médicos legistas da FAMEB 'sincretizaram' com o estatuto da religião católica que, afinal de contas, em nenhum momento prescindiu de oferecer as balizas que orientaram as visões sobre o mundo, as ideologias dos destacados *scientistas*. A sincretização, ao nosso sentir, ocorrendo devido à impossibilidade de abrir mão, até porque, a religião católica ofereceu há esmagadora maioria dos cidadãos soteropolitanos, um conjunto de designações morais, instadas no convencimento da existência de um Ser Superior, Deus, onipotente, onipresente e onisciente.

Francisco Ângelo Coutinho et al. elaborando apontamentos que discorrem sobre o conflito entre ciência e religião, concorda que:

> A visão de mundo da ciência compreende uma ontologia naturalista (ou metafísica naturalista), uma epistemologia naturalista e um sistema interno de valores, o qual é definido por Mahner & Bunge (1996) como endoaxiologia. Esse sistema inclui valores como exatidão, sistematicidade, consistência lógica, valores semânticos como clareza de significado e máxima verdade, valores metodológicos (testabilidade e justificação), e, finalmente, valores atitudinais e morais, como pensamento crítico, aberto e veracidade (MAHNER & BUNGE, 1996). Por outro lado, a visão de mundo religiosa está baseada em uma ontologia supernaturalista, que admite o sobrenatural e as relações dos seres humanos com um ser sobrenatural (SEPÚLVEDA e EL-HANI, 2004). É importante destacar que o corpo de

> conhecimento da religião, ao contrário da ciência que é fatual, é composto por doutrinas e crenças tradicionais das sagradas escrituras (MAHNER & BUNGE, 1996). O sistema de valores da religião é definido por Mahner & Bunge (1996) como exoaxiologia. Ou seja, um sistema sustentado pela crença de que uma entidade sobrenatural (divina) é o maior valor que existe e que o dever dos seres humanos é obedecê-la e adorá-la. Dentro deste contexto, pode-se afirmar que a base da incompatibilidade entre ciência e religião está no fato de as crenças religiosas estabelecerem relações entre os seres humanos e o sobrenatural, enquanto que a metafísica da ciência é naturalista e não pressupõe a existência de entidades sobrenaturais e eventos miraculosos (SEPÚLVEDA e EL-HANI, 2004). O único pressuposto em comum que ciência e religião possuem é a busca pela verdade (COUTINHO et al., 2012, p. 48).

Concordando com Coutinho et al. (2012), asseveramos que, a despeito das dissemelhanças e presumida verossimilhança, o *scientificismo* e a religião católica mantém entre si uma conexão que se efetiva na busca pela verdade. Só que enquanto a religião católica buscava a sua verdade no sagrado, no sobrenatural, a *sciência* persegue-a na explicação sobre a materialidade dos fenômenos que ocorrem na natureza e na sociedade.

Problematizar as nuances do relacionamento entre *sciência* e religião serve ao intuito de deixar claro que, não compreendemos a fundação de quadros sociais de memória por assim dizer, como algo puro, inalterado. Ao contrário disso, compreendemos que o que foi consagrado pelos grupos sociais de memória da FAMEB de higienistas e médicos legistas, há fim de organizar a nova composição societária, tenha sido a narrativa que somente o conhecimento *científico* é capaz de indicar o caminho assertivo da civilização e do progresso da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, impossível a quem depõe favorável ao livre arbítrio, uma trilha que se compromete fundamentalmente com a conquista do paraíso sobrenatural.

E para discorrer sobre os elementos que compunham tais quadros sociais de memória, retornaremos ao Capítulo 3 – *Revisitando o positivismo, o evolucionismo e o determinismo geográfico: embasamento teórico das theses doutorais*, pois, é lá que encontramos as balizas de tal constituição. No capítulo 3 dessa Tese de Doutorado é que lidando com as metateorias do positivismo, evolucionismo e determinismo geográfico, encontramos quadros compostos sobre o tipo de homem que ‘habitará’ a cidade legitimada pelo *scientificismo*; encontramos quadros compostos sobre o tipo de sociedade, a qual esse homem moderno espera forjar o nascimento e a organização; e encontraremos quadros sociais de memória elaborados, explicando o tipo de conduta adequada ao homem, para viver nessa sociedade renovada.

A questão da sanção feita pelo grupo social de memória de higienistas e médicos legistas, quanto aos elementos que comporão os quadros sociais de memória, ao que tudo

indica, fundamentaram os modos de pensar a construção ou reconstrução do presente (dado) e do passado. Esse sancionamento também, nos impondo a necessidade de refletir sobre o fato que, os recortes feitos na memória (coletiva), e que produzem lembranças demandam de percepções ideológicas sobre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

4.1 INTERAÇÕES TEÓRICAS ENTRE A MEMÓRIA COLETIVA E A IDEOLOGIA

Antes de mais nada, é preciso reconhecer que, se o conceito e a categoria empírica da memória coletiva é difícil de ser abordada, em vista da já alegada polissemia dessa, o mesmo ocorre com o conceito e a categoria empírica da ideologia. E quem faz essa afirmação são notórios investigadores do tema, a saber Eagleton (1997) e Mészáros (1993, 2014). Eagleton, inclusive, chega a indicar uma variedade de significados da ideologia. Conforme esse levantamento, o conceito de ideologia se associa com:

> a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
> b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
> c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
> d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
> e) comunicação sistematicamente distorcida;
> f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
> g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
> h) pensamento de identidade;
> i) ilusão socialmente necessária;
> j) a conjuntura de discurso e poder;
> k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
> l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
> m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
> n) oclusão semiótica;
> o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
> p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural (EAGLETON, 1997, p. 15-16).

Após essa exposição de significados, a primeira coisa que se faz importante anunciar é que, nem todas as definições acima apresentadas são compatíveis com essa pesquisa, assim, nesse trabalho nos apropriamos apenas dos conceitos “d”, “e”, “m”, “n” e “p” porque, entendemos que todos eles, dialogam com a chave teórica tributária da concepção *marxista* e *engeliana* de ideologia segundo a qual, esse conceito corresponderia há um conjunto de proposições elaboradas pela sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar como ‘normal’ a exploração do trabalho pelo capital, ou a exploração do homem pelo homem.

Marx e Engels (2007) discorrem, ao nosso sentir, sobre mais que uma história, mas debatem sobre as fundações do que chamaremos de "memória da natureza e dos homens", uma memória que é condicionada mutuamente e reduzida a uma compreensão invertida da realidade, vindo dessa inversão a concepção que associa a ideologia a falsa consciência. Utilizando como contraponto as suas ideias, as ilações de Friedrich Hegel (1770 - 1831), Marx e Engels (2007) pressupõem a existência de bases gerais e filosóficas afastadas da realidade e, por essa razão, se aproximam da ideia de substância e autoconsciência que o materialismo histórico dialético procura contestar.

Adotando análises que julgamos, até certo ponto, impertinentes – porque, recorrem a uma linguagem bastante irônica – acerca do trabalho de Hegel, Marx e Engels se aproximam dessa Tese de Doutorado ainda mais, quando criticam a influência das noções religiosas, como proposta salvadora do mundo. Para eles, é o processo civilizacional instaurado pelo capitalismo que fez subsumir as noções metafísicas, políticas, jurídicas e morais no mundo, o que abre espaço para o "[…] culto do direito, culto do Estado e assim por diante […]" (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Os pressupostos teóricos que ambos autores manejam, não obstante, expõem as contradições de uma concepção modelar de indivíduo e de sociedade, criada pelos grupos sociais de memória da FAMEB. Tais grupos sociais de memória, por suas concepções ideológicas é que não permitem exibir as pessoas e a sociedade soteropolitana como ela verdadeiramente é; como são suas ações e suas condições materiais de vida. Os *scientistas* da FAMEB não permitem que se sobressaía da história humana e na memória coletiva os seus verdadeiros fazedores, instando na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, um homem e uma sociedade absolutamente cindidas, conforme os arranjos da instrução (educação), marcador sustentacular fundamental da divisão de classes sociais.

Marx e Engels concordam que os homens produzem os seus modos de vida e, além disso, asseveram que as condições materiais postas à sua disposição, dependem do quão sujeito, esse homem se torna de quem detém os meios de produção. Para eles "[…] a produção das ideias, das representações, da consciência é, ao princípio, entrelaçada sem mediações com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, a linguagem da vida real […]" (MARX; ENGELS, 2007, p. 48).

Mas a produção e reprodução dos seus modos de vida, não bastam aos homens. Os homens também, produzem consciência sobre o(s) seu(s) próprio(s) modo(s) de viver. A consciência é, para Marx e Engels (2007), portanto, um produto social que 'se faz' via determinações que são instadas nas relações sociais, como são instadas nas relações sociais,

nos grupos sociais de memória também, as memórias coletivas e seus quadros, e nós já falamos sobre isso.

Conforme nosso entendimento, portanto, os grupos sociais de memória da FAMEB produziram lembranças e quadros sociais que apresentaram a realidade soteropolitana, de acordo com o desenvolvimento das forças de produção e circulação correspondentes a dinâmica sociometabólica do capitalismo emergente na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Nesse processo, a consciência que produziram sobre a necessidade de mudanças, apareceu associada ao ser consciente que esses homens eram. E por se tratar de produções ideológicas, urdidas, portanto, por um processo que é em si mesmo contraditório, o que os *scientistas* da FAMEB apresentaram, era sob a nossa análise, quadros sociais de memória higienistas e da medicina legal que apareceram ao restante da população como algo que foi prismado na câmara escura da alienação que aliás, é histórica, também.

O que queremos dizer com isso é que, não entendemos que os homens de *sciência* da FAMEB tenham agido como mentalistas, místicos exotéricos da realidade, ou sublimadores da vida real ao defenderem as suas posições sobre o *scientificismo* e a civilização. Compreendemos, ao contrário disso, que esses homens sejam de carne e osso, que partindo de suas vidas reais, tenham chegado há um reflexo ideológico de seus processos de vida e por isso, pressuposto mudanças para todos os outros da sociedade, conforme as suas visões distorcidas da realidade.

E tanto essas distorções ganharam relevo que, a partir daqui exibiremos as premissas responsáveis pelas produções ideológicas dos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB consoantes que estamos que as elaborações e premissas teóricas de Marx e Engels (2007) possam nos ajudar a entender o fenômeno estudado.

A primeira dessas premissas e que nos ajuda a explicar o fenômeno estudado, é que os acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB ao proporem as mudanças paradigmáticas que favoreceram ao *scientificismo* e ao processo civilizacional, nada mais fizeram que instar sobre a realidade em que viviam, as suas histórias, as suas memórias e as histórias e memórias que produziram, não prescindiram da geração de meios para a satisfação de suas necessidades mais objetivas. Parece simples, quase pueril dizer, então, que o que tornou possível as mudanças paradigmáticas na reestruturação da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, essencialmente tenha sido o acesso que os acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas tiveram a comida, bebida, alimento, vestimentos e moradia.

A segunda premissa sustentacular das mudanças, envolvia a compreensão que uma vez garantidas as condições basilares da existência dos acadêmicos em *Sciências* Médico

Cirúrgicas da FAMEB, o engendramento ideológico seguinte, ideado pelas lideranças dos grupos sociais de memória, envolvia trabalhar a fim de garantir os meios através dos quais essas transformações deveriam ocorrer. E não só isso! A segunda premissa envolvia também, a criação de novas necessidades, consoantes com as exigências do processo civilizacional.

Qual meio e quais necessidades? Entendemos que, o meio tenha sido o *scientificismo,* a narrativa que teve de fazer subsumir um pouco da importância do estatuto da religião católica, conforme já explicado em momentos anteriores. E as necessidades a serem atendidas, envolviam 'limpar o terreno' para ratificar a substituição de aportes de tecnologias prevalentes no modelo escravista anterior, por um conjunto de tecnologias que se mostram em conformidade com o modelo de desenvolvimento novo, o que implicava na substituição do bonde puxado por tração animal pelo bonde elétrico; na substituição da luz de postes de iluminação ascendidos com óleo de baleia, pela luz elétrica transmitida pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) uma iniciativa do Grupo Guinle & Cia, em 1909 etc. (OLIVEIRA, 2012).

A terceira premissa de sustentação das mudanças, está envolvida na admissão que, no que tange aos propósitos, os acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB recrudesceram os seus discursos, não em vista de pulsões e/ou afecções metabolizadas pela necessidade de aprofundamento no conhecimento *científico* de *per si,* mas sim, aventa-se que tenham agido em vista de promoverem a difusão de sua ideologia, passando de mão em mão, replicando-se, reproduzindo-se ao ponto de formarem quadros de memória coesos e estáveis e, além disso, novos quadros sociais de memória, também.

Mas, sejam esses quadros sociais de memória coesos ou estáveis, sejam os quadros sociais de memória novos é imprescindível que esses se efetivem sob um solo, um território e esse território, no nosso caso, é a 'cidade da Baía'. Concordando com Marx e Engels por isso mesmo, assentimos que:

> A maior divisão do trabalho físico e intelectual é a separação entre cidade e campo. O antagonismo entre campo e cidade começa com a passagem da barbárie à civilização, do regime tribal do Estado, da localidade à nação, se mantém ao longo de toda a história da civilização até chegar aos dias de hoje... Com a cidade, aparece a necessidade da administração, da polícia, dos impostos e assim por diante, em suma da organização política em comunidade e, portanto, da política em geral [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 75).

Essa visão, em nosso sentir, axiomática de Marx e Engels (2007) nos ajuda a entender que, no contexto de transição da 'cidade da baía' colonial para a cidade ajustada ao sistema do

capital, foi possibilitada a naturalização da divisão de classes, expressa no *design* novo assumido pelas formas urbanas. E não só isso! Também, a 'novidade' associada à ascensão dos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas e *scientistas* da FAMEB há um *status quo* de produtores da ideologia dominante, permitiu alterações drásticas no tecido urbano, alterações essas que se efetivam via concentração de maiores levas de população e dos instrumentos associados à produção de renovadas – e em alguns casos, superficiais – necessidades.

Novamente, recorrendo há Azevedo (1969), trazemos um quadro comparativo do crescimento populacional de Salvador que, no século XVIII – a começar do ano de 1757 – apresentava um contingente de fogos[93] e almas[94] cada vez maior (Tabela 1), além de apresentar também, uma elevada natalidade "[…] e os acréscimos resultantes dos que abandonavam as lavouras atraídos pelos negócios, pelos divertimentos e pelo luxo que ainda lavrava na cidade da Baía [...]" (AZEVEDO, 1969, p. 187).

Azevedo (1969) comenta que a capitania de São Salvador, na Baía e Todos os Santos, no século XVIII enfrentava uma grave crise, as justificativas dessa, sendo encontradas no decaimento geral da produção de açúcar; na saída dos escravos para as minas e na concorrência que outras nações ofereciam à produção açucareira no país. Essa crise ainda mais vai sendo agudizada pela dificuldade de se obter escravos, conta-nos Roberto Simonsen (AZEVEDO, 1969). O que o quadro demonstra, no entanto, é que a população soteropolitana crescia, apesar de tudo. Esse incremento populacional, exigindo refundar valores e viabilizar a materialidade produtiva em ascensão, além de libertar forças e amarras como o da religião, por exemplo, que instituía limites à exploração do homem pelo homem[95].

Quisemos trazer os dados da distribuição populacional de Salvador em alguns anos do século XVIII – dados que, aliás, não correspondem ao recorte temporal dessa Tese de Doutorado –, como estratégia para ratificar o que asseverarão Andrade e Brandão (2009) quando eles argumentam que a falta de informações mais precisas sobre o contingente populacional soteropolitano, durante todo o decorrer do século XIX, não deve servir como impedimento para a realização de análises demográficas da capital baiana, posto que, tais análises reificam não somente a pesquisa histórica sobre o período, mas sustentam a ideia que essa situação pouco se alterou no século XIX.

[93] "Fogos" | s. m.| interj. | s. m. pl. Fogo (latim focus, -i, lar, lareira, braseiro, casa, chama, pira). Substantivo masculino. No Dicionário Priberam significa "[…] cada uma das unidades de um conjunto habitacional (ex.: o bairro é constituído por 212 fogos). = CASA, HABITAÇÃO […]" (DICIONÁRIO..., 2008-2020a).

[94] "Almas"| *s. f.* | *s. f. pl. A*lmas (latim *anima, -ae*, sopro, ar, respiração, princípio vital). *Substantivo feminino.* 1. [Religião]. Parte imortal do ser humano. 2. Pessoa, indivíduo. 3. Habitante. "Almas" (DICIONÁRIO..., 2008-2020b).

[95] O Concílio de Viena de 1331 autorizou os tribunais da Inquisição a perseguir os cristãos que praticassem a usura (LE GOFF, 2014).

Tabela 2 - Número de fogos e freguesias urbanas e suburbanas de Salvador nos anos de 1742, 1757, 1774, 1775 e 1759

Freguesias da Cidade	Nº de Fogos (por anos)					Nº de Almas (por anos)				
	1757	1742	1774	1775	1759	1757	1742	1774	1775	1759
Freguesias Urbanas										
Sé, Catedral ou São Salvador da Sé	1436	-	1483	1483	-	8422	8946	8946	-	-
Conceição da Praia	868	-	913	903	-	5464	8017	8017	-	-
Pilar ou Santíssimo Sacramento do Pilar	416	-	416	461	-	4119	4119	4119	-	-
Santo Antônio Além do Carmo	949	-	949	800	-	4460	4060	3000	-	-
Rua do Passo	408	-	-	2075	-	2028	-	2075	-	-
Santana ou Santíssimo Sacramento e Santana	1020	-	933	1232	-	4313	4070	6680	-	-
São Pedro	1200	-	1132	-	-	5926	6462	-	-	-
Brotas ou Nossa Senhora das Brotas	189	-	189	189	-	1069	1063	1063	-	-
Vitória ou Nossa Senhora da Vitória	335	-	335	355	-	1522	1522	1592	-	-
Santíssimo Sacramento do Rosário	-	-	402	-	-	-	2004	-	-	-
Nossa Senhora da Penha em Itapagipe	-	-	-	249		-	-	-	-	-
TOTAIS	**5621**	**-**	**6752**	**7747**	**-**	**37323**	**40263**	**35492**	**-**	**-**
Freguesias Suburbanas	**Nº de Fogos (por anos)**					**Nº de Almas (por anos)**				
	1757	**1742**	**1774**	**1775**	**1759**	**1757**	**1742**	**1774**	**1775**	**1759**
Santo Amaro de Ipitanga	-	622	-	-	156	-	4722	-	-	3036
São Bartolomeu de Pirajá	-	156	-	-	156	-	897	-	-	879
São Tomé de Paripe	-	127	-	-	-	-	644	-	-	1316
São Miguel de Cotegipe	-	120	-	-	127	-	1316	-	-	
São Pedro da Torre	-	-	-	-	110	-	-	-	-	835
Nossa Senhora da Piedade de Matoim	-	194	-	-	120	-	1695	-	-	1695
Nossa Senhora da Incarnação do Passé	-	298	-	-	298	-	2497	-	-	2497
Ilha de Itaparica (Vera Cruz e Santo Amaro)	-	387	-	-	187	-	2897	-	-	2897
Nosso Senhor do Bonfim da Mata	-	-	-	-	112	-	1425	-	-	851
Santo Amaro	-	-	-	-		-	-	-	-	1425
TOTAIS	**-**	**1904**	**-**	**-**	**1266**	**-**	**16093**	**-**	**-**	**15431**

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Azevedo (1969).

Conforme as pesquisas de Adriano Bittencourt Andrade e Paulo Roberto Baqueiro Brandão:

> Enquanto o censo eclesiástico de 1805 revela um quantitativo em torno de 50.000 habitantes, as estimativas de viajantes estrangeiros davam conta de uma população total entre 75.000 e 120.000 habitantes nos primeiros vinte anos do século XIX. A população soteropolitana entre os anos das décadas de 1850 e 1860, segundo essas mesmas fontes, girava em números que oscilavam entre 120.000 e 180.000 habitantes. Segundo dados do censo de 1872, que contradizem para menos os números anteriores, a cidade do Salvador contava com cerca de 108 mil habitantes, tendo o crescimento direcionado mais para sul, no bairro da Vitória, devido principalmente à iniciativa de comerciantes ingleses e alemães em habitar áreas mais aprazíveis da cidade, em residências mais amplas e salubres, algo impossível no casario colonial do antigo centro, assim como para 205.813 em 1900, apresentando uma desaceleração no ritmo de crescimento populacional. No

> que diz respeito aos números da população e mais especificamente à força de trabalho disponível na cidade, é possível verificar que houve significativas baixas entre aqueles cuja faixa etária integraria a parcela produtiva entre os habitantes de Salvador... A população soteropolitana teve crescimento lento durante a primeira metade do século XX, chegando mesmo a apresentar tendência à estagnação nos primeiros anos. Enquanto em 1900, a população de Salvador era cerca de 206.000 habitantes, sendo ultrapassada por São Paulo, que contava com um número de 239.820 pessoas, em 1940 atingiu a marca de cerca de 290.000 habitantes, quando perdeu a condição de terceira mais populosa cidade brasileira para Recife (348.424 habitantes). (ANDRADE; BRANDÃO, 2009, p. 69).

Berman (1986), partindo da leitura *Manifesto Comunista* de Marx e Engels é uma dos autores que nos ajuda a pensar os ajustes instados pela classe burguesa, do empenho de modernizar a 'cidade de Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Sem se esquecer dos destaques reflexivos elaborados por Marx e Engels quando refletem sobre a base real da ideologia, Berman concorda que com esses filósofos quando argumentam que é a noção de propriedade privada quem instaura as contradições estruturantes entre campo e cidade, o mundo civilizado e o mundo não civilizado. E ao fazer essa digressão sobre a modernidade e a capilaridade que o processo civilizatório capitalista instaura, ele acaba por delinear uma leitura da história que nos interessa muito, porque nela o "ser moderno" aparece umbilicalmente associado com a ideologia da produção da autotransformação e transformação das coisas que os sujeitos têm ao seu redor.

E por que a propriedade privada? Porque, concordando com Marx e Engels (2007) compreendemos que a propriedade privada seja a expressão mais densa da submissão do individuo a divisão do trabalho. Divisão do trabalho essa que, vai sendo totalmente alterada com a transição sociometabólica do sistema escravista para o sistema de trabalho livre que não deixa alterativas ao trabalhador, senão, aquela da aderência à lógica subjacente ao capitalismo. A subsunção do campo e da cidade exporá, nessa senda, as desigualdades que se consignam exógenas, isto é, externas, entre esses dois mundos – campo e cidade – e endógenas, isto é, internas, também, entre espaços considerados 'nobres' e periféricos das cidades.

Tal separação ainda mais, instaura uma mudança no sistema de negociações entre as pessoas dos dois mundos, aonde o que se extraí da terra, no campo, tem valor de troca muito menor em relação ao que é vendido na cidade. Cidades como a Salvador 'a modernizar' de meados do século XIX e início do século XX 'vendem' serviços, luxos e outras 'necessidades' um pouco mais superficiais quando comparadas com o campo e nesse aspecto é que reside a particularidade de tal espaço.

E que não nos enganemos, pois, as contradições fundamentais entre os dois mundos

ainda resistem nas lembranças de muitos moradores da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, vez que, as vicissitudes das ideações civilizacionais não chegam para todos, de igual forma. É preciso ter claro, por isso mesmo, que o conjunto de mudanças sociometabólicas que ocorreram em Salvador em meados dos dezenove não está unicamente associado ao otimismo reinante quanto ao processo civilizacional, como querem fazer crer os defensores do progresso, caminho inexorável da salvação para alguns. Como contradição há ele, paira sob o céu azul brilhante das imposições do moderno, uma ameaça: o devir torna-se cada vez mais ameaçador, porque quer fazer subsumir totalmente as recordações do passado, as suas marcas. Essa subsunção se efetivando, via estratificação econômica que cada vez mais se mostra acentuada na urbe soteropolitana.

Ante esse novo projeto civilizacional, os acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB, agindo enquanto verdadeiros profusores da ideologia burguesa, investiram no ideário de reprodução de quadros sociais de memória que delineiam na Salvador de meados dos dezenove uma “europa possível” de ser construída dentro de um país tropical criando, em vista disso, verdadeiras associações, clubes de exclusividade, cujo ‘bilhete de entrada’ era carimbado só por eles.

Primeiro, grupos sociais de memória e, depois quadros sociais de memória, cada vez mais fortes foram criados, propulsionados pelos interesses de defesa da propriedade. Intentam esses grupos sociais de memória, que organizam quadros sociais de memória, multiplicarem os meios de sua produção exclusiva entre os pares e, além disso, diligenciam a criação de estratégias garantidoras de suas posições de prestígio. Os *scientistas* e futuros Doutores em *Sciência*s Médico Cirúrgicas da FAMEB talvez agissem assim porque, precisassem justificar a exploração no trabalho vivo do segundo grupo – os trabalhadores, a plebe – pelo primeiro grupo – os *scientistas* – e, mais que isso, precisavam produzir um efeito de naturalização e exploração consentida de grupos minoritários em ralação aos grupos maioritários e não possuidores de vantagens incorporadas. Quando falamos de grupos maioritários e não possuidores de vantagens incorporadas, nos referimos aos trabalhadores, nos referimos a plebe habitante de cidades como Salvador dos dezenove que “[…] era destituída de qualquer poder, já que fora formada por um amontoado de indivíduos estranhos uns aos outros e vindos para aí cada um por sua própria conta [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 77).

As propostas de construção de uma unidade em torno do tema do processo civilizacional, é oportuno esclarecer, decorrem de dinâmicas teleológicas, além de ideológicas, também, concordamos com Lukács (2013). Em nosso entendimento, por isso mesmo, faz-se imperativo evidenciar que o que aconteceu na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e

inicio do século XX configura-se numa espécie de unidade consignada a partir do fortalecimento de contradições, uma unidade que se sustenta no ataque e posterior iniciativa de desintegração de elos societários históricos e que, ao fim de tudo, acabam por despojar os trabalhadores, a plebe de acessarem há um conjunto de direitos e, aonde o preço que se paga por "ser civilizado" é fazer parte de uma totalidade na qual, como disse Marx (apud BERMAN, 1986, p. 24), "tudo que é sólido desmancha no ar", e se desmancha para ser reconstruído sob novos alicerces estranhados e cindidos tanto de forma objetiva quanto subjetiva.

A assunção do debate *scientificista* e, por conseguinte, a formação de quadros sociais de memória higienista e da medicina legal, no final das contas, acabam por dar substância a alienação sobre os tecidos, arranjos e nós espaciais que constituem a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Essa assunção do discurso *scientificista* acaba forjando também, a fundação de uma memória coletiva em conformidade com as vicissitudes do capital. Dutra Júnior (2015, p. 48, grifos do autor) por essa razão, assevera que "[…] diante da necessidade da produção social dos homens e da existência, a ideologia burguesa prepara o terreno das naturalizações, a ontologia do ser social e a luta de classes perdem evidência nesse 'capitalismo tomado como religião' [...]".

Podemos afiançar, por essa razão, que a tirania do capital, por seu fôlego vigoroso, impedia assim, os soteropolitanos de produzirem e reproduzirem a sua condição ontológica e histórica; o capitalismo e a sua ideologia da civilização impediram os soteropolitanos de construírem memórias e lembranças aonde coubessem todos, num único quadro social, pois, o imperativo do cálculo, do tempo reificado do capital se prostrou justamente à frente da história desses e os fez ficarem relegados a condição de fornecerem as tintas e os pincéis para um quadro que o outro – no caso, os acadêmicos da FAMEB – foram encarregados de pintar. Isso acontecendo porque, "a religião do capitalismo" e o capitalismo tratado como religião / ideologia, tornou cegos os homens enquanto produtores de sua própria objetivação histórica.

4.1.1 O conceito de grupos sociais de memória e quadros sociais de memória

Até aqui investimos no propósito de explicar as associações teóricas que, sob o nosso ponto de vista, aproximam a memória e a ideologia. A partir desse ponto, sem abandonar essa premissa, passamos a explicar os quadros sociais de memória, exibindo os legados epistemológicos que servem de baliza para refletir sobre o assunto.

Para começar, acreditamos ser essencial 'fazer justiça' ao criador do termo, quadros sociais de memória, o sociólogo francês, Halbwachs. Halbwachs embora não seja o 'pai

fundador' do conceito de memória – o filósofo grego Aristóteles é quem elabora a primeira análise explicativa sobre o tema, no seu livro *Da memória e da reminiscência*, o segundo dos *Pequenos tratados de história natural* ou *Parva naturalia,* publicado no Brasil pela primeira vez em 1993 – é o criador da definição "quadros sociais de memória" e um dos precursores dos debates sobre a memória coletiva, também. E para chegarmos a uma compreensão mais bem fundamentada sobre o primeiro termo, impossível se torna deixar de passar pelo que classificamos como conceitualizações antecedentes há essa definição.

A percepção sobre a composição dos quadros sociais de memória, não pode ser o ponto de partida desse debate, visto que, antes de dissertarmos sobre os quadros sociais de memória, entendemos que a memória coletiva é quem forneçe as bases sustentaculares para o entendimento das associações entre a memória individual e a memória coletiva. E seguimos esse caminho, certas que é esse o percurso indicado pelo discurso *halbwachiano*.

Halbwachs foi aluno do filósofo Bergson e, além disso, o sociólogo foi seu confessado admirador. Talvez por essa razão, ele tenha consignado um caminho elegante que, de modo algum refuta as ideias do mestre e, ao mesmo tempo, propõe em relação a essas, algum nível de complementaridade. Esse empenho em prol da complementaridade é o que leva Carneiro (2013, p. 105) a afirmar que "[…] Halbwachs ainda continua travando extensos debates com a filosofia que centraram-se na obra do filósofo francês Henri Bergson […]", depreendendo-se, nesse caso, que as impressões de Bergson, na obra *halbwachiana* guardem associações próximas com os conceitos de tempo *chronos*[96] e o tempo *aiônico*[97]; guardem aproximações com o conceito de memória como duração[98] e as duas outras conceitualizações de formas *mnemônicas* criadas pelo filósofo: a memória-hábito[99] e a imagem-recordação[100] que, se

[96] Na mitologia grega, c*hronos* é o deus do tempo que se pode medir. *Chronos* é o tempo corrente, marcado pelo relógio. O tempo c*hronos* é representado como um velho tirano e cheio de crueldade que se dedicava a controlar o que as pessoas deveriam fazer, desde o seu nascimento até a morte. Do nome desse deus c*hronos* deriva a palavra cronômetro que é o instrumento utilizado para se medir o tempo (COACHING, 2015).

[97] O conceito de tempo a*iônico* tem sentido contrário ao conceito de tempo *Chronos.* Conforme Fuganti (2016, p. 1) "[…] O tempo *aiônico* é um tempo onde não há presente, onde o presente é sem espessura. E é um presente estranho; ele é sem espessura, mas, ao mesmo tempo, ele é real. Ele é como a membrana física ou metafísica que separa o nosso dentro do fora […]".

[98] Em Bergson (2006, p. 61) a duração "[…] é o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança […]".

[99] A memória hábito é para Bergson uma memória que está voltada para a ação prática. A memória hábito é aquela que não conserva as imagens antigas, mas prolonga seu efeito útil até o momento presente, criando uma série de mecanismos corporais (hábitos motores) associados a ideia de duração. Apreciamos os apontamentos da aula de Aristeu Laurêncio Cordeiro Mascarenhas em 2016, quando ele nos provoca a imaginar a cena de um besouro tentando penetrar no ambiente de uma casa com as janelas fechadas. O que ocorrerá é que o besouro enfrentará o frenesi de constantes choques com o vidro, choques que lhe causam dor e podem lhe provocar a morte, inclusive, porque a memória que o besouro guarda sob a sua experiência e sobre a sua dor é bastante curta (BERGSON, 1999).

[100] As imagens-recordação designam a capacidade de reter um conjunto de signos referenciados pelo passado (BERGSON, 2006).

fazem o tempo todo presentes, definindo os contornos que vão sendo adquiridos, inclusive, pelo conceito de memória conservada no indivíduo, apropriada por Halbwachs.

Concordando com Myriam Sepúlveda Santos consideramos que o trabalho de Halbwachs sobre memória coletiva, possa ser situado como um ensaio em prol da "[…] radicalização das primeiras tentativas de Bergson de des-subjetivar a noção de memória [...]" (SANTOS, 2003, p. 21), sendo em vista dessa percepção que afirmamos: Halbwachs se apropria de conceitos fundamentais de Bergson e os complementa porque, todas as conceitualizações anteriormente mencionadas, parecem convergir para um ponto em que os estudos *bersonianos*, reificam a compreensão e importância da memória individual. E Halbwachs se apropria do conceito de memória individual e diz que, essa se constitui numa premissa essencial para a constituição de memória coletiva.

Mas, no final das contas, Halbwachs não se associa apenas a Bergson. Vários estudiosos argumentam sobre um diálogo fecundo entre Halbwachs e Emile Durkheim (1858 - 1917), talvez essa associação se explicando porque Durkheim tenha tomado a dianteira nas aproximações com o tema da memória coletiva, vinculando-a há aspectos sociológicos que interessavam a Halbwachs.

Carneiro (2013) novamente há esse respeito, sinaliza que no texto *durkheiminiano*, notadamente nos livros *O suicídio* (1897), *Da divisão do trabalho social* (1893) e *As regras do método sociológico* (1895) poderemos ter um encontro furtivo com os termos "memória" e seus correlatos, "recordar", "recordação", "rememorar" e "lembrança". Uma maior quantidade de referências há tais concepções, no entanto, só poderá ser encontrada em *As formas elementares da vida religiosa* (1912) (CARNEIRO, 2013).

Carneiro (2013) diz ainda, que Halbwachs (2004) dedica uma boa quantidade de páginas de seus estudos em *Los marcos sociales de la memória* a investigação dos sonhos e, além disso, discorre ainda sobre o animismo das manifestações religiosas, em suas conclusões, concordando com Emile Durkheim quando ele diz que os sonhos, por não se constituírem de elementos externos, herdados de experiências sociais, e também, coletivas, não tem fôlego que baste para compor os quadros sociais de memória, o inverso acontecendo com as experiências de trocas religiosas, quando o amalgamado das suas liturgias ajudam na configuração de quadros sociais bastante coesos e estáveis, e quase impenetráveis, por conta disso.

Os quadros sociais de memória religiosos são tão endogenamente bem organizados que se assemelham há modulações construídas pela consciência coletiva. E é essa consciência coletiva que reifica no plano da sociedade, os padrões civilizacionais a serem seguidos por

todos. E os padrões civilizacionais, por sua vez, apontariam para o fortalecimento da conservação de formas de estratificação sociais cada vez mais duras dentro dos grupos sociais. Assim é que, num e n´outro autor admite-se que a *sciência* tenha sido tratada quase como uma espécie de 'tradição religiosa', um elemento eminentemente constitutivo da memória coletiva e da composição imprescindível de seus quadros sociais.

Apesar da concreticidade ou objetividade atribuída há memória, o que parece central enfatizar na percepção *halbwachiana* do legado *durkheimiano* é que nem a memória coletiva, e, tampouco, os quadros sociais de memória podem ser considerados como ponto de partida para a discussão, porque os debates que as envolvem, nunca partem do vazio. A memória coletiva, os grupos sociais de memória e os quadros sociais que derivam dela, vão sendo constituídas, à medida em que o indivíduo toma como suas, as lembranças do grupo social com o qual esses se relacionam, instando um processo de apropriação de representações coletivas que tem início a partir de um indivíduo e que passa para outro indivíduo que está num grupo social de memória; e de um indivíduo que os repassa para um grupo social de memória, esse grupo social de memória compõe um ou dois quadros sociais de memória.

Revisadas as contribuições *bergsonianas* e o legado *durkheminiano* presentes na obra de Halbwachs, passamos agora a tratar dos quadros sociais de memória a partir de Magalhães (2007, 2014, 2016), orientadora dessa Tese de Doutorado que, por suas aproximações com Júlio Aróstegui (1939 - 2013) e Elena Hernandez Sandoica (1952 - …) fundamentam análises imprescindíveis sobre a natureza social do conceito de quadros sociais de memória, memória coletiva e suas intersecções com a ideia de geração e de ideologia.

Conquanto, já tenhamos tratado das intercessões entre a memória e a ideologia no tópico 4.1 – *Interações entre a memória coletiva e a ideologia* desse mesmo capítulo, a partir daqui, no subtópico *4.1.1 Quadros sociais de memória,* refletiremos sobre as relações entre os quadros sociais de memória, memória coletiva e suas intersecções com a ideia de geração e ideologia, ressaltando as associações entre ambos conceitos e destacando a compreensão que, os quadros sociais constituídos pelas memórias coletivas não são, em nosso ponto de vista, em si mesmo ideológicos, mas como destacam Soraia Ansara e Bruna Suruagy do Amaral Dantas podem funcionar como uma ideologia "[…] a medida em que, respaldam e legitimam relações de dominação, manipulam o passado e produzem esquecimento por meio de mecanismos de ocultação da realidade ou elaboração de versões deturpadas dos acontecimentos passados […]" (ANSARA; DANTAS, 2015, p. 207).

Assim é que, ao ressaltar a importância das mediações entre os quadros sociais de memória e a memória coletiva que comparecem enquanto resposta ideológica de processos

geracionais, Magalhães (2007), com base em Aróstegui (2004) contribui com a nossa análise quando faz questão de evidenciar que a memória e a história ocupam campos epistemológicos distintos.

Numa crítica bem fundamentada ao trabalho de Halbwachs e com a qual concordamos, diga-se de passagem, Aróstegui chega a dizer que a despeito da abordagem do sociólogo francês ser processada dentro de uma perspectiva de análise positivista, a sua contribuição teórica, ainda assim, é relevante pelo empenho de separação de um e outro conceitos. A separação proposta entre memória e história só faria sentido, portanto, para Aróstegui num quadro de injunções nos quais a história torna-se-á coletiva, o que nem sempre acontece, pois, o debate teórico na qual a história se envolveu, a partir da *Nouvelle Histoire* e dos *Analles* parece por demais parcelar, atomizado e anacrônico, diferentemente do que acontece com memória coletiva que, não prescinde de legados geracionais e constituídos ideologicamente para se sustentarem.

Pensar a memória coletiva a partir de Aróstegui, nesse sentido, é importante para essa Tese de Doutorado porque ajuda a estruturar a lógica sociometabólica de fundação de grupos sociais e quadros sociais de memória, e além disso, ajuda a compreender a importância da memória enquanto agente de produção de cultura e política:

> Es incuestionable que nuestro mundo de hoy se ha convertido en un extraordinario 'consumidor de memoria'. ¿Por qué y para qué recordar?, es una doble pregunta frecuente en nuestro tiempo para la que existen múltiples respuestas cargadas siempre de una notable derivación ideológica. Los estudios sobre la memoria histórica se han multiplicado en los años noventa y se ha podido decir que 'uno de los fenómenos culturales y políticos más sorprendentes de los últimos años es el surgimiento de la memoria como una preocupación central de la cultura y de la política de las sociedades occidentales'. En efecto, desde los ámbitos políticos y sociales más diversos se ha venido reclamando la preservación de la memoria, especialmente la memoria del dolor, de las guerras, de las injusticias, la represión y los genocidios (ARÓSTEGUI, 2004, p. 16-17, grifos do autor).

Concordando com Aróstegui (2004) assentimos ser de fato, o mundo, um voraz "consumidor de memórias". Aróstegui parece ter razão, quanto a essa afirmação. E nós, nos sentimos confortáveis em realizar acréscimos as suas ponderações, dizendo que, as requisições à memória coletiva e as lembranças podem ser explicadas, não obstante, porque, as sociedades humanas demandam representações que sejam aparentemente perfeitas de si mesmas e os quadros sociais de memória expõem essa perfectividade com relação aos arranjos grupais. Os estudos sobre a memória coletiva e as lembranças, a composição de

quadros sociais de memória coesos e estáveis, tem sido cada dia mais requisitados, ao nosso sentir, também, justamente porque esses organizam e espelham o ordenamento da cultura e da política que tanto as sociedades carecem e necessitam.

A partir das ideias de Aróstegui portanto, somos levados a entender melhor as experiências que estão sendo mantidas pela memória coletiva e, mais que isso, somos levados há nos interrogar sobre duas questões fundamentais: em que medida, na batalha travada dentro dos grupos sociais de memória, o forjamento do aparecimento de quadros sociais de memória novos são capazes de convencer sobre as premissas ideológicas que afirmam a importância de um dado tempo presente e, ao mesmo tempo, são capazes de convencer também, sobre a necessidade de colocar em xeque a memória coletiva de recordações que precisam ficar no passado? Que dimensão récem-adquirida tomará os grupos sociais de memória e os quadros sociais de memória que foram superados por experiências sociometabólicas novas e que deixaram de ser consideradas, ou tornam-se, hegemônicos no presente?.

Aróstegui por seu turno, põe em evidência a simbiótica relação entre a história e a memória. Para ele "[…] la Historia no sólo presupone siempre la memoria sino que, a través de aquélla, ésta recobra vida y prolonga su presencia, permanece viva y perpetúa sus contenidos […]" (ARÓSTEGUI, 2004, p. 15). A história serviria, então, como algo que prolonga e cristaliza a memória. Memória essa que é interpretada como um depósito de coleta de experiências que são compartilhadas socialmente.

O que aproxima o pensamento de Aróstegui dos interesses dessa pesquisa é o fato desse autor atribuir a memória, o *status quo* de um "bem cultural". Em nosso trabalho, graças a Aróstegui (2004, p. 16), portanto, a memória é entendida enquanto inspiração necessária para a "reivindicação de identidade".

E aonde Aróstegui parou, entendemos que Sandoica (2003, 2005) tenha continuado, visto que, trabalhando com o conceito de "biografia coletiva"[101], a historiadora espanhola ressalta que em qualquer sociedade, diversas memórias coletivas são compartilhadas. Algumas mais fortes e outras mais frágeis competem entre si, sendo em face do desfecho da luta pelo estabelecimento que emergem querelas que acabam por prospectar quadros sociais 'mais vivos', compostos por quem venceu a disputa e quadros mais 'desbotados', compostos por quem perdeu em tais embates. E dizer isso significa ter que assumir que, temos sempre,

[101] Sandoica (2005) argumenta que a biografia coletiva, partindo da utilização privilegiada da biografia individual é mais ou menos desenhada a partir de inspirações que emergem da captura de um "momento inestimável". Para ela o conceito de biografia coletiva tem a ver com a expansão do interesse pela identidade em termos individualizadores, interesses esses que refletem claramente no uso microhistórico da memória.

memórias em disputa, pois, há sempre um quadro social de memória melhor posicionado em relação há outro e disputando com outro o lugar que ele tem.

Quadros compostos por memórias que apontam para uma perspectiva teórica e epistemológica e que acabam por apresentar há todos, um desenho do presente, um quadro social aonde se considera que os processos de memorização social implicam na utilização da ideologia para pensar os arranjos novos que são organizados socialmente (BILLING apud SANDOICA, 2003).

Pelo já mencionado anteriormente, Sandoica nos confronta com a ausência de um único caminho para compor os quadros sociais de memória. Eles são vários, diz a historiadora. E por essa digressão ela também, nos convoca a realização de uma viagem para o passado, que se inscreve como um esforço para expor "[…] maneras diferentes de relacionar lo particular con lo general y lo regular con lo esporádico o aleatorio […]" (SANDOICA, 2003, p. 21). Por isso, entendemos que Sandoica exiba a dialética entre passado, presente e futuro no jogo que é instituído entre os indivíduos e as sociedades. "[…] Son maneras diversas de afrontar la memoria, de extraerle su fruto y ordenar su cultivo […]" (SANDOICA, 2003, p. 21).

Paulo Jedlowski (2003) por seu turno, não compõe as referências de Magalhães nos dois trabalhos da autora que foram selecionados para sustentar parte do debate teórico dessa Tese de Doutorado. Apesar disso, consideramos as contribuições do sociólogo italiano seminais para apoiar a nossa discussão, visto que, ele problematiza as mudanças pelas quais o conceito de memória passou ao longo do século XX, ao tempo, em que ele também afirma ter tal conceito, superado a concepção que o associa a ideia de "depósito". A memória não se contenta com a ideia de que ela se constituiria num depósito de lembranças. Para Jedlowski (2003, p. 217) a memória se constitui, isso sim, numa "[…] rede complexa de atividades, cujo estudo mostra que o passado nunca permanece tal e qual, mas é sempre selecionado, filtrado e reestruturado pelas interrogações e pelas necessidades do presente […]".

Recorrendo as ideias de David Lowenthal no texto seminal *"Como conhecemos o passado"*, Jedlowski (1989) concorda que a memória é também, um campo da sociologia comprometido até a espinha com o que ele chama de dialética temporal e complexa. Para Jedlowski se por um lado, a vida comporta efeitos que condicionam o presente, por outro lado, o presente dá forma a passado, (re)ordenando, (re)construindo e (re)significando, muitas vezes os legados deixados por esse e instando a importância de considerarmos a dimensão temporal dos fenômenos sociais (JEDLOWSKI, 2003).

Apoiando-se na herança deixada por Halbwachs também, que sustenta as suas ideias na encruzilhada epistemológica situada entre a filosofia de Bergson, na História dos *Annales* e na *Nouvelle histoire* e na sociologia *durkheiminiana*, como já dissemos, Jedlowski valoriza a inscrição dos quadros sociais de memória, enquanto espaços de ordenamento e admissibilidade de recortes selecionados do passado, e por essa ilação, o sociólogo italiano acaba por ressaltar também, a importância das "histórias de vida" enquanto método basilar dos estudos *mnemónicos*. Para Jedlowski (2003, p. 220) são os estudos das histórias de vida que nos permitem "[…] organizar a dimensão social da memória individual segundo uma análise que evidencia as suas múltiplas dimensões […]". Os estudos de interpretação e reinterpretação do passado por essa razão, revelariam uma associação estreita entre a memória individual e os pertencimentos sociais (JEDLOWSKI, 2003).

Já no diz respeito a memória coletiva, Jedlowski é categórico em afirmar que essa deriva de uma produção intencional, ideológica. Produção intencional essa que se associa ao fato da sociedade humana demandar a produção de cultura, também, e cultura que tem que ser de algum modo, conservada. "[…] O patrimônio cultural que toda sociedade conserva e transmite de geração em geração compreende saberes cotidianos e especializados, as artes e a própria linguagem, costumes conhecimentos e contos […]" (JEDLOWSKI, 2003, p. 221).

Os conteúdos, 'resposta' dessa memória conservada pelos grupos sociais de memória, e que são distribuídos em quadros sociais de memória, é que sustentam a identidade coletiva dos grupos sociais nos níveis coletivos e simbólicos. Daí podermos falar na FAMEB, de quadros sociais de memória institucionalizados pelos higienistas e médicos legistas – os quadros sociais de memória mais representativos da identidade da instituição médica na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX – que, foram alçados a condição de representantes maioritários do *scientificismo*, por terem sido capazes de objetivar as suas narrativas através de práticas específicas, em lugares específicos e valendo-se de artefatos que representarem de forma mais eficaz o consenso negociado entre eles, ou a força que tiveram na imposição das premissas que lhes sustentam. E tanto essas negociações ou tensões dão sentido ao memorável que Jedlowski, concordando com Alessandro Cavalli diz que:

> [...] qualquer critério de seleção representa, afinal das contas, uma atribuição de valor, esses processos nunca são independentes da estrutura de poder que, conforme o caso, caracteriza o grupo ou a sociedade. O poder de criar e estabilizar memória é, com efeito, sinal de poder em todos os níveis da organização social […] (CAVALLI, 1991, p. 34).

E para resumir a nossa impressão sobre a indissociabilidade entre a memória coletiva e os quadros sociais de memória, novamente recorremos a Jedlovsky que assevera:

> O nexo entre a memória coletiva e as relações de poder é um dos temas cuja manifestação foi fruto, principalmente, dos eventos históricos do século XX. Com uma síntese certamente arbitrária, mas talvez um tanto eficaz, poder-se-ia dizer que, se a reflexão do século XX sobre a memória se abriu sob o signo de Proust e da descoberta da pluralidade das vozes da memória individual, ela se fecha sob o signo dos romances de Kundera e do lancinante reconhecimento do caráter conflitante de toda referência coletiva à memória do passado (JEDLOWSKI, 2003, p. 222).

Assim é que, compreendemos: se a sociedade é composta de grupos sociais que manifestam uma pluralidade de interesses, conjectura-se que, dentro desses se imponha uma arena de conflitos também, na qual o que está em disputa é a legitimação ideológica de ideações que justificam porque das coisas devem ser assentidas como são, socialmente falando. Nesse sentido, pode-se dizer que teremos um passado a ser lembrado e ou passado a ser esquecido. A definição do passado, torna-se-á, portanto "[…] objeto de estratégias que visam a impor as representações que melhor se conformam aos interesses dominantes […]" (JEDLOWSKI, 2003, p. 222).

Estreitamente relacionados, então, com o pensamento de Halbwachs a dimensão do conflito e dialeticamente da associação que Jedlovsky põe em relevo, aparece como algo inerente aos processos de construção dos quadros sociais de memória que marcarão a FAMEB, hipotetizamos. A dimensão desse conflito, irrompendo, especialmente, sob a forma de uma análise dos processos de seleção e interpretação de eventos e fenômenos ligados ao passado é que nos ajudam a entender melhor a transição de uma 'cidade da Baía' que intenta romper com as suas tradições coloniais, para fazer emergir, em seu lugar, uma cidade ajustada aos parâmetros da modernidade.

Montesperelli (2004), em *Sociologia de la memoria* é um outro autor que comparece nessa Tese de Doutorado porque discute os critérios de relevância e classificação referentes as memórias coletivas. Se lastreando nos estudos de Halbwachs, como outros já fizeram, o sociólogo italiano discute a questão de como os membros de um grupo social de memória, organizam quadros sociais de memória. Montesperelli fala ainda sobre as funções da memória e nos apresenta uma – memória – que se insinua, ao mesmo tempo como objeto, como limite e como recurso. Em nosso caso, queremos admitir que extraímos da classificação que esse autor propõe, o que pensamos estar de acordo com a identidade de nosso objeto. As theses

doutorais são para nós, recursos de memória e acerca dessa posição de nosso objeto, falaremos a partir daqui.

Investindo numa perspectiva de análise que acaba por complementar o trabalho do colega francês – por esse sociólogo considerar que a memória de um grupo social pode ser unificada, tanto quanto pode ser também, uniformizada a sociedade –, por isso mesmo, Montesperelli argumenta que, os quadros sociais de memória resultam dos cruzamentos e integrações entre memórias distintas que se organizam nos grupos sociais de memórias, visto que, os agentes responsáveis por sua produção se encarregam também, de selecionar os elementos que a comporão, numa ação considerada intencional e dirigida.

É ainda mais, quando Montesperelli complementa o debate *halbwachiano*, discorrendo sobre os "usos" das categorias tempo e espaço, que ele contribui para refletirmos sobre a importância da história oral e o "dever de transmissão da memória" feito por meio das narrativas que são passadas de geração em geração. Montesperelli (2004) assente tratar esse ato de transmissão num empenho que se desenvolve em prol da constituição identitária de um grupo social de memória.

Mas Montesperelli não pára aí. O autor ainda lega aos estudos sobre os quadros sociais de memória um debate acerca de apêndices e suplementos que apoiam a extrapolação dos limites das memórias coletivas. E para fundamentar a discussão Montesperelli elabora ainda o interessante conceito de "próteses externas de memória": técnicas de memorização, testemunhos, arquivos, textos, imagens. Próteses externas de memória que fazem referência ao uso de objetos tangíveis – como as Theses Doutorais, em nosso caso – que dão mais sentido e materialidade às recordações.

O uso de próteses externas de memória, conforme Montesperelli (2004) arrazoa, parecem ser fundamentais para a recuperação de elementos relacionados às transformações sofridas nos processos de construção de quadros sociais de memória que, vão sendo construídas no decurso de um processo histórico de longa duração. Montesperelli (2004), conforme Bonin (2006) lembra, por isso mesmo, diz que a memória coletiva não é apenas um acervo de conhecimentos interiores a cada indivíduo. A memória é algo que se exterioriza, torna-se coletiva, intersubjetiva, até que possa ser compartilhada dentro de uma sociedade organizada.

Por essas ilações, portanto, Montesperelli (2004) nos ajuda a pensar que, foi robustecendo a importância de tais próteses externas a memória – ou porque não dizer, recursos de memória – que, os acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB acabaram por legitimar os quadros sociais de memória que compunham. Nesses quadros

sociais, o legado deixado pelos *scientistas* demandaram recortes no memorável, de tal forma que exigia-se dos indivíduos que compunham grupos sociais de memória, a potência maximizada de sua capacidade de realizar recortes nessa, pois, tanto mais coesão dos grupos e dos quadros sociais que os compunham, tanto mais, a memória tornar-se-á resistente.

Nesse sentido, seguindo a trilha de pensar dialeticamente os modos de ordenamento social da memória, Montesperelli (2004) ainda faz o percurso que leva a valorização dos registros, sem se esquecer de dizer que as próteses externas de memória não são possuidoras de nenhum dispositivo automático de produção de sentidos que as custodiem. Pelo contrário, elas são possuidoras de habilidades *mnemônicas*, que adquirem prestígio em determinadas sociedades, dependendo para isso da força semiológica e ideológica que as proteja.

Para a finalidade dessa investigação fenomênica, resulta assertivo afirmar, então que as theses doutorais da FAMEB adquiriram as tais habilidades *mnemônicas* referidas por Montesperelli e, em vista disso, ganharam às características ideológicas que podem levar à conformação de modalidades particulares de organização da memória. É oportuno, por essa razão, lembrar também que essas próteses externas da memória funcionavam ancoradas nas narrativas orais, reconhecidas como *científicas* e que facilitaram a rememoração dos registros.

Montesperelli (2004) também argumenta que as transformações que sofre a sociedade e a aceleração do curso histórico, favoreceriam há uma condição em que o passado apareceria como um algo incapaz de iluminar o presente, o que levaria há uma progressiva reiteração da "presentificação da experiência", isto é, há uma intensa valorização de uma memória que não é provida nesse (passado), por referências extraídas desse (passado), pois que, para ela – a memória – o que importa é o que acontece hoje, agora. Nesse lugar de presentificação, o passado tem menos importância, pois ele já passou, sendo superado pelo presente.

Seguindo, então, o propósito de pensar a presentificação dessas experiências que demandam a subsunção do passado, torna-se importante observar os referentes do hoje, isto é, do presente, aos quais Montesperelli atribui destaque. Para esse autor, esses referenciais presentificados, isto é, são lugares de onde se extraem a inspiração para pensar a Salvador moderna (MONTESPERELLI, 2004). No caso da Salvador que se quer ver civilizada, o parâmetro modelar escolhido foi o da reforma dos *quartier's* parisienses, conduzida pelo barão George Hausseman (1809 – 1891), de 1853 a 1870, pois, a Paris asséptica que emerge das reformas *haussemanianas* é o que aqui, no Brasil se toma como um ideal a ser alcançado.

Por fim, o que parece interessante evidenciar no pensamento de Montesperelli (2004) é que ele não denega o passado, como uma interpretação apressada dos escritos do sociólogo

italiano poderia fazer supor. Pelo contrário, o passado em Montesperelli é algo relevante, mas que não pode ser considerado referente para a construção da nova experiência, para a formação de quadros sociais de memória, sendo por esse motivo que, quando apresentamos a referência das reformas *haussmannianas* na Paris do século XIX, não nos esquecemos que nessa cidade da França está o parâmetro balizador do que a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX pode ser no presente e no futuro e, ao mesmo tempo, a Paris é o modelo para o que se quer ver negado, pelo seu passado.

As reflexões de Montesperelli (2004) são importantes para esse trabalho, portanto, na medida em que esse autor se mostra interessado em investigar o "mundo da vida cotidiana" e as percepções seletivas sobre a composição dos quadros sociais de memória no passado, no presente e no futuro. Tomamos por certo, por isso mesmo que Montesperelli oferece instruções para a vida prática. Ele nos chama atenção para as expressões e símbolos comuns que encontramos nos trabalhos de outros autores, inclusive – quando fala sobre compartilhamento de memórias, do entendimento dos quadros sociais de memória –, sendo por essa razão que as suas ideias patenteiam, em nosso entendimento, um conjunto de elementos que podem ser lidos a partir da interação entre algo que pareceu inédito até aqui: as vinculações entre o espaço urbano e os quadros sociais de memória, debates que serão apresentados mais pormenorizadamente no subtópico *4.1.2 Os quadros sociais de memória dentro da FAMEB.*

Completando o quadro de autores de quem extraímos reflexões e que nos fizeram entender melhor as nuances do relacionamento entre a memória coletiva, os quadros sociais de memória e a ideologia, na relação com o nosso objeto, recorremos as ideias da socióloga argentina Elisabeth Jelin que, no livro *Los trabajos de la memoria* discute os engendramentos que fizeram com que os espaços da memória adquirissem o *status quo* de território de disputa política e ideológica (JELIN, 2012).

Apresentando reflexões acerca do conceito de memória geracional, no livro *Los trabajos de la memoria* e, além disso, mobilizada pelo exame da brutalidade praticada por regimes ditatoriais existentes no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, Jelin (2012, p. 1) aborda a problemática de um tipo de memória traumática que "[…] no quiere pasar [...]" porque não pode passar, sem provocar um rasgo de indignação nas pessoas. Aprofundando um pouco mais o debate, não obstante, ela analisa a presença e sentidos dessas memórias traumáticas, instadas a partir do final das ditaduras militares dos países latino-americanos supramencionados e avança, discorrendo acerca dos processos que precipitaram a constituição dialeticamente simbólica e material de tais memórias.

Há que chamar atenção, no entanto, que a socióloga argentina não atribui um *status* imobilizante há essas memórias traumáticas. Para Jelin (2012), ao contrário do que se possa pensar, as memórias traumáticas são exibidas através de quadros sociais de memória que carreiam consigo significativas pressões para serem apagadas ou, quando não, alteradas, daí nos apropriarmos do trabalho da historiadora argentina para entendermos o sentido das reivindicações em prol de uma luta política concebida contra o esquecimento, contra o forjamento da 'perda de memórias'.

É delicado fazer uso das acepções de Jelin nesse trabalho, porque entendemos que não há nível de comparação entre os traumas decorrentes das experiências de viver sob a tutela de regimes ditatoriais. Não ter nível de comparação, no entanto, não implica em isentar os eventos narrados aqui de terem provocado perturbações de alguma ordem na sociedade soteropolitana. A violência contra os 'desadaptados', os 'desajustados' ao processo civilizacional marcaram presença na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Em alguns casos, ela foi simbólica – porque se tratava de garantir a afirmação de um quadro de injunções ideológicas a serem tornadas receptivas para grupos sociais menos privilegiados – e, em outros casos, foi também, material e objetiva, obrigando as pessoas há se deslocarem para viver em outro espaço, por exemplo.

A partir dos estudos de Jelin (2012) então, reconhecemos o caráter traumático dos discursos que puseram em relevo, o debate acerca do novo estatuto de verdade que vem para substituir a religião católica: o estatuto *científico*. E o estatuto *científico* é traumático, a medida em que, requeria um outro tipo de manejo com a economia política da modernização.

Intentando firmar uma compreensão para tudo o que foi dito até aqui, arrazoamos que as contribuições de todos os autores mencionados tenham sido, além de fundamentais, de certa maneira complementares entre si, isso sendo testificado a partir das sínteses expostas. Esse entendimento sobre a capacidade simbiótica de nossas referências, decorre do fato de reconhecermos que foi nuclearmente, a partir das ideias de Halbwachs que conseguimos estruturar os arranjos teóricos que nos permitiram exibir e justificar as associações entre a memória individual e a memória coletiva, os grupos sociais de memória e os quadros sociais de memória. E os arranjos simbióticos, ao nosso sentir são relevantes também, porque, eles nos apoiam na exibição do vínculo epistemológico entre Bergson e Halbwachs só para iniciar, tal como já exposto.

Mas, obviamente, Halbwachs não pára em Bergson. Ele ainda se aproxima teoricamente das ideias de Durkheim quando esse correlaciona as experiências de trocas religiosas, com o forjamento de quadros sociais de memória coesos, estáveis e quase

impenetráveis, por conta disso. Durkheim e Halbwachs falam de quadros sociais de memória endogenamente e exogenamente organizados e que, em vista dessa organização, acabam forjando a estruturação de padrões civilizacionais a serem seguidos por todos. Durkheim e Halbwachs também dialogam sobre a apropriação de representações coletivas que tem início a partir de um indivíduo e que passa para outro indivíduo que está num grupo social de memória e assim por diante.

No arranjo atual, o mais correto seria falarmos de Bergson e Halbwachs, até chegarmos há Halbwachs e mais Durkheim. Explicamos! Defendemos esse lugar prestigioso do legado teórico de Bergson porque o filósofo lega ao debate sobre a memória, o conceito de memória individual que Halbwachs irá se apropriar para sustentar o seu conceito de memória coletiva. Os dois autores, portanto, ocupam o mesmo lugar em termos de importância teórica.

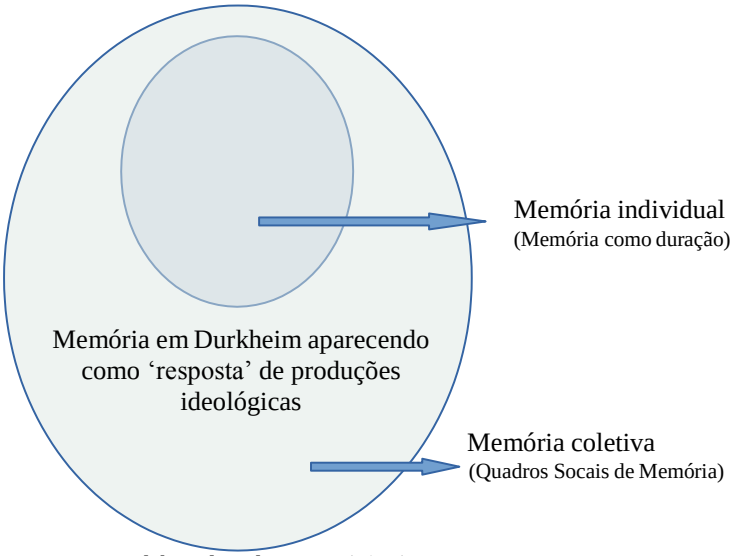
Estruturando um mapa conceitual de nossos arranjos teóricos, podemos dizer que Durkheim - falando estritamente acerca do pensamento sobre a memória -, seja aquele que nos oferece uma discussão que parece fundamentar a compreensão de Halbwachs sobre a natureza ideológica da constituição das memórias coletivas, dos grupos sociais de memória e dos quadros sociais de memória e, por essa razão, não compreendemos que se possa atribuir as heranças deixadas por esse, o mesmo lugar que Halbwachs ocupa.

Vejam bem, não tratamos aqui de dizer que, Durkheim está posicionado num nível de importância inferior a Halbwachs. O que afirmamos, não obstante, é que conforme o arranjo criado para apresentar as categorias e conceitos fundamentais para essa Tese de Doutorado certamente as contribuições de Halbwachs são mais medulares que as de Durkheim.

Pensando num modo de organizar melhor as nossas compreensões, criamos a figura 16 que apresenta um mapa conceitual do modo como compreendemos a relação simbiótica entre os autores, os conceitos que estão associados e as categorias empíricas dessa Tese de Doutorado.

Na figura 16, por isso mesmo, explicamos que o círculo que representa a memória individual não aparece com menor tamanho despretensiosamente. Ele foi desenhado assim, porque tal com Halbwachs preconiza, partimos do entendimento que a memória individual representa, na aparência, aquilo que pode ser ‘engolfado’ pela memória coletiva, mas não é, porque a memória coletiva, constitui-se numa essência duplicada e composta por experiências individuais e coletivas, ao mesmo tempo. A memória individual não é, portanto, uma parte que compõe o todo das memórias coletivas, mas ela é – tanto quanto o é também, as memórias individuais – um todo em si mesma, que se relaciona com outro todo que é a memória coletiva.

Figura 19 - Intercessões teóricas entre referências e conceitos de memória

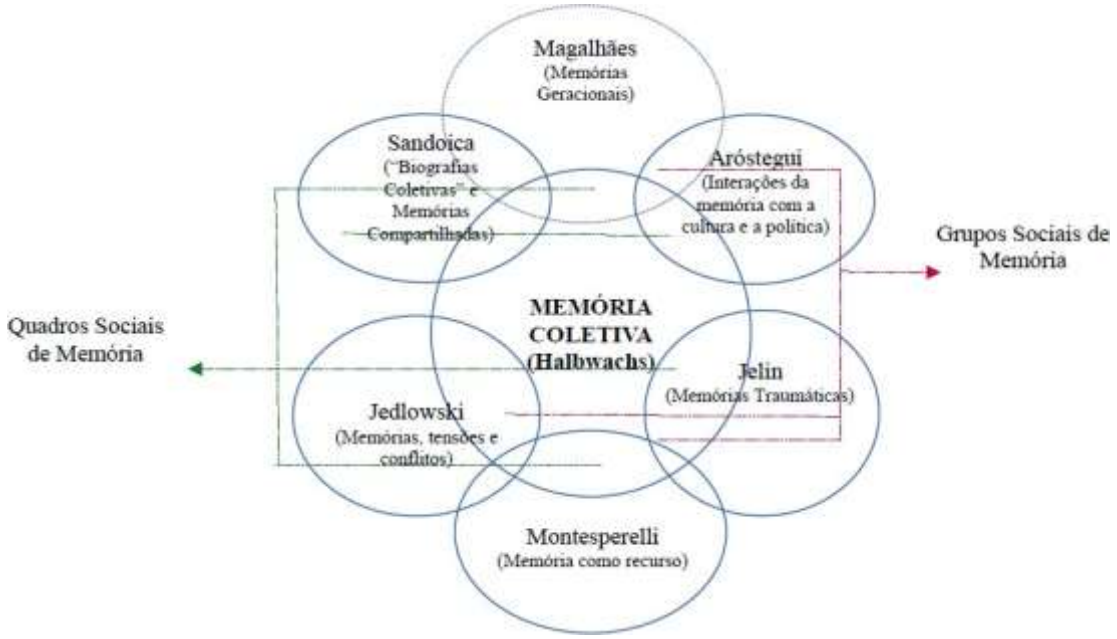


Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Halbwachs é sem sombra de dúvidas, um polo difusor de todo o debate que orienta esse entendimento, sendo por essa razão que, buscamos em ilações, além das que esse autor produz, inspiração para aprofundar as discussões consideradas acessórias há esse trabalho. Incorporamos a esse texto, não obstante, as ideias de Magalhães, Aróstegui e Sandóica por que, são as investigações feitas por esses autores que, em nossa impressão, fundamentam as análises imprescindíveis sobre a natureza social do conceito de quadros sociais de memória, a memória coletiva e suas intersecções com a ideologia. E além disso, esses autores nos legam também, ideias essenciais sobre memórias geracionais que são importantes para nós.

Uma associação epistemológica acaba se vinculando a outra, é como pensamos, e em vista dessa união, avaliamos ser pertinente dizer que há Magalhães, Aróstegui e Sandoica se associem também Montesperelli, Jedlowski e Jelin no apoio a defesa do argumento que as memórias coletivas e os quadros sociais de memória, tanto mais sólidos eles são, tanto mais elas são capazes de legitimar relações de dominação, que corroboram a manipulação do passado, a determinação do presente e a possibilidade de predição e/ou previsão do futuro. As memórias coletivas do que Magalhães, Aróstegui e Sandóica interpretam, e mais Montesperelli, Jedlowski e Jelin responderiam, portanto, a natureza ideológica que dá lastros a fundação de grupos e, por conseguinte, aos quadros sociais de memória.

Figura 20 - Intercessões entre a concepção de memória coletiva em Halbwachs e definições de outros autores para explicar a composição de grupos sociais e quadros sociais de memória



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Estruturada a figura 17, faz-se necessário explicar que ela, em nossa interpretação, exibe mediações específicas deste texto com os autores e conceitos com que vimos trabalhando. No primeiro plano da forma circular, portanto, com maior volume e com letras em destaque, apresentamos, o conceito seminal que orientará todos os debates: a definição de memória coletiva, extraída dos escritos de Halbwachs (2003, 2004). Já no segundo plano e em círculos um pouco menores, apresentamos uma dupla intercessão com os autores e com o conceito de memória coletiva, o que quer significar que, tratamos aqui da exibição de uma polaridade que se organiza em torno do trabalho seminal de Halbwachs.

É essa convicção sobre a polaridade do legado *halbwachiano* que nos levou a afirmar a importância dos quadros sociais de memória. É essa polaridade também que, nos faz dedicarmo-nos a apresentar os quadros sociais de memória da FAMEB como um "dever de ofício", pois, sendo a autora desse trabalho uma geógrafa, não podemos prescindir de uma melhor compreensão sobre a lógica sociometabólica que o faz funcionar.

4.1.2 Os grupos sociais de memória e os quadros sociais de memória na FAMEB

A FAMEB é a primeira instituição de ensino superior fundada no país, mas isso não significa que antes de sua instauração, o *scientificismo* não existisse por aqui. Já mencionamos

que, ainda que inicialmente, haja o reconhecimento que a *sciência* brasileira, tenha entrado no Brasil como uma espécie de modismo, um *élan* que marcava o caráter distintivo entre pessoas da sociedade, conforme Schwarcz argumenta, sobre ser ele – o *scientificismo* – quem inaugura e promove a aceleração do consumo de modelos metateóricos positivistas, evolucionistas e deterministas geográficos, se apresentado inicialmente enquanto prática eclética e difusa que populariza as "[…] justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação […]" (SCHWARCZ, 1993, p. 30).

Antes da fundação da FAMEB, desde o século XVI, o *scientificismo* e, em espacial a medicina praticada na 'cidade da Baía' colonial tinha um lugar de manifestação e esse lugar era o Colégio dos Jesuítas da Bahia (CJB), mostrado na figura 18.

Figura 21 - Colégio dos Jesuítas da Bahia

Fonte: Litografia de Victor Frond fotografada por Philippe Benoist no século XIX.

No *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 - 1930)* (ESCOLA..., 2002) argumenta-se que entre os anos de 1654 e 1681, houve várias tratativas, várias reuniões entre as autoridades religiosas e políticas locais que visavam transformar esse colégio numa universidade. Lobo (1964), por isso mesmo, nos diz que, muito embora este propósito tenha redundado em fracasso, o Colégio dos Jesuítas da Bahia (CJB) passou a ser tratado como uma casa de estudos gerais, comparável à Universidade de Évora, em Portugal.

Para o CJB até o século XVIII eram enviados os doentes, pois, na 'cidade da Baía' colonial, esse espaço funcionava como um hospital. Ademais, no CJB também, eram administradas aulas sobre as "boticas da natureza", o que implicava na manipulação de folhas

e ervas utilizadas pelos indígenas como tratamento terapêutico. Quem as manipulava, além de alguns padres, eram os chamados "agentes de cura": físicos, cirurgiões, barbeiros e boticários, conquanto, não se possa negar que, também que as rezadeiras, mandingueiros e parteiras realizassem o trabalho que cabia aos médicos, fora dos limites da casa de acolhimento dos doentes.

Dos barbeiros e boticários não se exigia que cursassem a Universidade, mas dos físicos e cirurgiões sim, por isso, esses dois últimos profissionais eram enviados as universidades européias, principalmente ibéricas. Uma vez que esses profissionais físicos-mor retornavam a 'cidade da Baía', aprendiam o ofício da prática, tutelados que eram por cirurgiões já habilitados. E já que os físicos-mor eram, em parte, formados pelos cirurgiões-mor, cabe esclarecer então, quem formava há esses últimos? Para garantirem o direito de realizarem cirurgia, esses médicos prestavam exames diante das autoridades sanitárias competentes, obtendo, no caso de serem aprovados, a "carta de examinação" que redundava numa autorização dada pela maior autoridade médica da metrópole portuguesa para trabalhar.

E permaneceu assim, até que os cargos de físico-mor e cirurgião-mor foram extintos em 17 de junho 1782, graças ao surgimento das Juntas do Protomedicato. Essas juntas exercendo a competência que eram desempenhadas tanto pelo físicos-mor quanto pelos cirurgiões-mor.

Com a vinda da família real para o Brasil em 1808, no entanto, foram restabelecidos os cargos acima mencionados. E, ainda que na prática, as atribuições que cabiam aos cirurgiões-mor e físicos-mor fossem exercidas pelos membros das juntas, essas instâncias foram definitivamente extintas pelo alvará de 7 de janeiro de 1809, preservado no acervo da Biblioteca da Câmara de Deputados do Brasil, no acervo *Coleção de Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias* de 7 de janeiro de 1809 (BRASIL, 1809).

No *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 - 1930)* (ESCOLA..., 2002) também extraímos a informação que a Universidade de Coimbra (UC) acolhia brasileiros desde o século XVII, a maioria dos estudantes, que depois de diplomados em física, geralmente preferiam se estabelecer no continente europeu. Essa 'preferência' por tal localização se justificando em vista da realidade nacional ser muito precária. Havia, no entanto, profissionais que retornavam ao seu país de origem e que preferiam se instalar em cidades maiores, deixando o interior à mercê da desassistência na saúde.

E como os profissionais da saúde habilitados eram escassos na época, isto possibilitava àqueles cirurgiões-barbeiros ou mesmo aos chamados barbeiros e curandeiros em geral, o exercício de todo o leque de conhecimentos da medicina, apesar, de somente aos

cirurgiões-barbeiros ser permitido realizar cirurgias; ao barbeiro cabia também, a aplicação de ventosas[102], sarjaduras[103] e sanguessugas[104].

Ainda de acordo com o *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 - 1930)*

> […] aos cirurgiões-barbeiros cabia ainda fazer cortes de cabelo ou barba e extração de dentes; ao sangrador e algebrista, cabia o tratamento de fraturas, luxações e torceduras; à parteira ou aparadeira, o atendimento aos partos normais; e aos boticários, a preparação e comércio de medicamentos. Os diplomas eram muitas vezes vendidos aos pretendentes a esses cargos citados, que não cursavam o período de estágio necessário […] (ESCOLA..., 2002).

Logo depois que os jesuítas foram expulsos do Brasil, no século XVIII, o aprendizado para obter licença de profissional de saúde na colônia geralmente era dada nos hospitais da Misericórdia ou nos hospitais militares, ou ainda nas residências dos mestres das principais cidades e vilas.

Nos escritos de Santana (2008), a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (SCMB) aparece como a mais antiga entidade filantrópica do Estado. O ano de sua fundação coincide, inclusive, com o ano de fundação da 'cidade da Baía', 1549. Ainda hoje, o prédio do Paço da Misericórdia se ergue imponente e bem preservado no Centro Histórico de Salvador, a instituição podendo ser definida como uma irmandade de influxo religioso católico, mas composta por leigos, independente da igreja e do governo.

Os conselheiros e provedores da SCMB são escolhidos entre membros que se voluntariam para participar da instituição. Os critérios de seleção dessas pessoas, envolve a disposição para o fomento das práticas associativas; implica em disporem de tempo para se dedicar a administração e gestão dos bens da SCMB; e, naturalmente, terem dinheiro para apoiarem as iniciativas dos membros.

Instituição de origem portuguesa, a SCMB foi criada para atender a fins políticos e administrativos, mas, devido à precariedade dos serviços de saúde na capital baiana, as funções de maior destaque da entidade foram realizadas no asilo dos idosos, no orfanato infantil e no Hospital, instalação responsável pelo atendimento dos doentes, até que a FAMEB foi criada.

---

[102] "[…] A ventosaterapia é uma antiga terapia que emprega o usa ventosas […]" (CALOGERO, 2017).

[103] O mesmo que sangria (DICIONÁRIO ..., 2015).

[104] No Dicionário Bio-Net (2009, s.p.) "[…] sanguessugas são animais pertencentes ao filo *Annellida*, classe *Hirudinea* ou *Hirudinoidea*, e vivem em ambientes úmidos ou em água doce. Elas são bastante conhecidas pelo fato de algumas espécies serem parasitas externas (ectoparasitas) temporários de outros animais […]".

A figura 22 mostra uma imagem do Poço da Misericórdia que, se localiza até hoje no Centro Histórico de Salvador.

Figura 22 - Paço da Misericórdia, Salvador - Bahia

Fonte: Guia Geográfico – Bahia (2016).[105]

Apesar de tecnicamente a SCMB funcionar, sob alguns aspectos como uma espécie de hospital escola, faltava a sistematização das práticas de ensino médico, o que só seria tornado possível com a implantação de um currículo, aulas, presença de professores e alunos etc.

Mas por que uma Universidade no país só foi criada a partir da vinda da família real, fato que ocorreu em 1808?. Comentando sobre a implantação de Universidades na América espanhola e inglesa e, mais, comentando sobre a ausência desse tipo de instituição no Brasil, Pereira M. (2008, p. 55) diz que "[…] a estruturação da educação superior nas universidades está estreitamente relacionada à sociedade, cultura, política e economia de um determinado tempo histórico […]". Assim, ao nos referirmos a criação da Universidade de São Domingos,

[105] Disponível em: http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/santa-casa.htm. Acesso em: 25 ago. 2015.

implantada na República Dominicana no ano de 1538, e considerada a primeira Universidade da América Latina; ao abordarmos a implantação de outras instituições que foram criadas depois, como a Universidade de San Marcos, no Peru (1551); a Universidade do México (1553); a Universidade de Bogotá (1662); a Universidade de Cuzco (1692); a Universidade de Havana (1728) e de Santiago (1738), bem como, comentando acerca da criação das primeiras universidades norte-americanas em Harvard (1636), de Yale (1701) e da Filadélfia (1755), Pereira diz que, tais instituições se consolidaram no rastro da configuração dos valores defendidos pela sociedade em que as Universidades foram instaladas (GOMES, 2002, s. p.).

Pereira M. (2008) com quem concordamos então, reitera que a criação de Universidades como as mencionadas acima, sempre esteve vinculada a organização de grupos sociais de memória que, formavam quadros sociais de memória coesos e estáveis, uma vez que, os interesses que esses grupos representavam, acabavam por direcionar a finalidade de criação dessas instituições.

Quando constatamos que historicamente, o Brasil só veio a ter uma Universidade três séculos após a implantação da primeira instituição de ensino superior da América espanhola e inglesa, percebemos também que, pelo menos, nos termos da constituição de grupos sociais de memória com propósitos *científicos*, antes da implantação definitiva da FAMEB em 1808, esses não estavam reunidos, isso se explicando talvez, porque, ainda não houvesse propósito na associação de grupos de profissionais da saúde. Essa é uma hipótese. A outra hipótese é que esses grupos sociais de memória não haviam se reunido ainda porque, não havia uma quantidade substantiva de físicos-mor e cirurgiões-mor que bastassem para formar uma associação.

No acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro há um conjunto de documentos que fazem a descrição dos eventos relacionados a ocupação da metrópole português pelas tropas de Napoleão. Esses documentos descrevem que, em dezembro de 1807, a bandeira da França foi hasteada no Castelo de São Jorge em Lisboa, o que como consequência desencadeou algumas revoltas populares.

Foram três as ocasiões em que a França ocupou Portugal: dezembro de 1807, março de 1809 e agosto de 1810. Concordam os historiadores que tais invasões se justificavam porque, a diplomacia portuguesa assumirá uma posição vacilante entre manter a aliança com os ingleses e atender as exigências da França e da Espanha. Com os êxitos de Napoleão Bonaparte (1769 - 1821) contra a Prússia e a Espanha e, também em vista do bloqueio continental, alterou-se o equilíbrio político do continente europeu, a França ocupando uma posição de prestígio, ante os outros países europeus.

As tropas vitoriosas de Napoleão, ocupando toda a extensão leste de Portugal, de Bragança a Faro, construíram assim, as condições necessárias para dominar a Península Ibérica, exigindo em vista dessa ocupação bem-sucedida, o fechamento dos portos portugueses à navegação britânica; a prisão dos súditos britânicos, residentes em Portugal; e o confisco de seus bens. E o que era mais importante entre essas modificações estratégicas: Napoleão exigiu que a côrte portuguesa fosse transferida para o Rio de Janeiro, no Brasil.

Relutantemente, a família real portuguesa já tomava as providências a partir para o Brasil, quando na noite de 24 de novembro de 1807, as tropas aliadas franco-espanholas invadiram o território português novamente. De início, os invasores franceses e espanhóis que formaram uma aliança, foram recebidos pelo Imperador português como rezam os protocolos diplomáticos, no entanto, após a publicação de um decreto por parte de Napoleão que extinguia o Conselho de Regência e destituía a dinastia dos Bragança do poder e posses, o rei de Portugal decidiu-se por antecipar mais ainda a sua vinda para o Brasil mas, não sem antes, tentar articular uma reação contra os invasores. Graças a essa precipitação dos eventos, D. João VI decidirá-se finalmente, por declarar fidelidade à aliança outrora feita com a Inglaterra e também, decidiu-se por conclamar os seus súditos a fazer a guerra contra os invasores.

A tentativa de restauração do império português tem início em 1808, quando a Inglaterra decide unilateralmente reagir para acabar com a ocupação francesa no país. E a Inglaterra conseguiu o seu intento, graças há duas questões: primeiro, o apoio da Espanha dado à França não poderia ser mais frágil, pois, o país estava convulsionado por dívidas contraídas em razão do projeto de expansão espanhol e; em segundo lugar, sobrava no povo português a afeição ao seu rei e a antipatia contra os invasores.

Os portugueses foram vitoriosos em seu intento de reocupação, mas isso não significava que o povo e a côroa tivessem perdido o medo de novas invasões por parte dos franceses. Eles tinham razão quanto a isso, pois, novamente em março de 1809, Napoleão realizará o seu intento, tendo sido mais uma vez derrotado, por haver subestimado a capacidade de mobilização da população lusa, moradora da região.

Em agosto de 1810, os exércitos de Napoleão Bonaparte pela terceira vez, tentaram invadir Portugal, e dessa vez conseguiram ocupar a cidade de Coimbra que se localiza a noroeste do país. Ocuparam e mais uma vez, foram derrotados. Dessa vez, no entanto, talvez presumindo a derrota, os franceses trataram praticaram a política da ‘terra arrasada’, como consequência provocando muita fome entre os portugueses da região. Eles se retiraram de Coimbra no mesmo ano em que há invadiram, em 1810. E conquanto, a família real portuguesa ainda residisse no Rio de Janeiro, D. João VI, tratou de recompor o Conselho da Regência em

Portugal – que Napoleão destituirá – a distância mesmo, o que significava estreitar os vínculos com a população de seu país, e, obviamente, manter as ligações com o poder real.

Como já mencionado em outras oportunidades, a saída da côrte portuguesa de Lisboa deu-se em 28 de novembro de 1808. Ela aportou na 'cidade da Baía' em 22 de janeiro de 1808 e permaneceu na capital baiana por 52 dias, até seguir em viagem para o Rio de Janeiro, aonde se estabeleceu. No Brasil, a família real permaneceu por um total de 14 anos, tendo retornado definitivamente há Portugal em 26 de abril de 1821. Fazemos menção a esse fato reiteradas vezes, nessa Tese de Doutorado porque, esse evento, em nossa impressão, constitui-se no 'gatilho' que irá justificar os por que´s da fundação da FAMEB na 'cidade da Baía'.

A Escola de Cirurgia da Bahia, primeiro nome da FAMEB, foi criada a pedido do médico, formado pela Universidade de Paris, José Corrêa Picanço (1745 - 1823), cirurgião da Real Câmara e também, professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Figura 23 - José Correia Picanço (1745 – 1823), fundador da FAMEB

Fonte: Autor desconhecido.[106]

[106] Disponível em: http://www.google.com.br/images?hl=pt-br&source=imghp&biw=1362&bih=595&q=JOS%C3%89+CORREIA+PICAN%C3%87O&btnG=Pesquisar+imagens&gbv=2&aq=f&aqi=&aql=&oq=*. Acesso em: 20 ago. 2015.

Na publicação *Médicos ilustres da Bahia e de Sergipe* (LEITE, 2011d) comenta-se que o médico famoso, nasceu na cidade de Goiana, Estado de Pernambuco e que iniciou os seus estudos em Recife, capital do Estado pernambucano. Essa mesma publicação também, traz a informação que Picanço dedicou-se ao ofício de barbeiro, até que foi nomeado pelo Governador da época, o Sr. José César de Meneses cirurgião do corpo de oficiais.

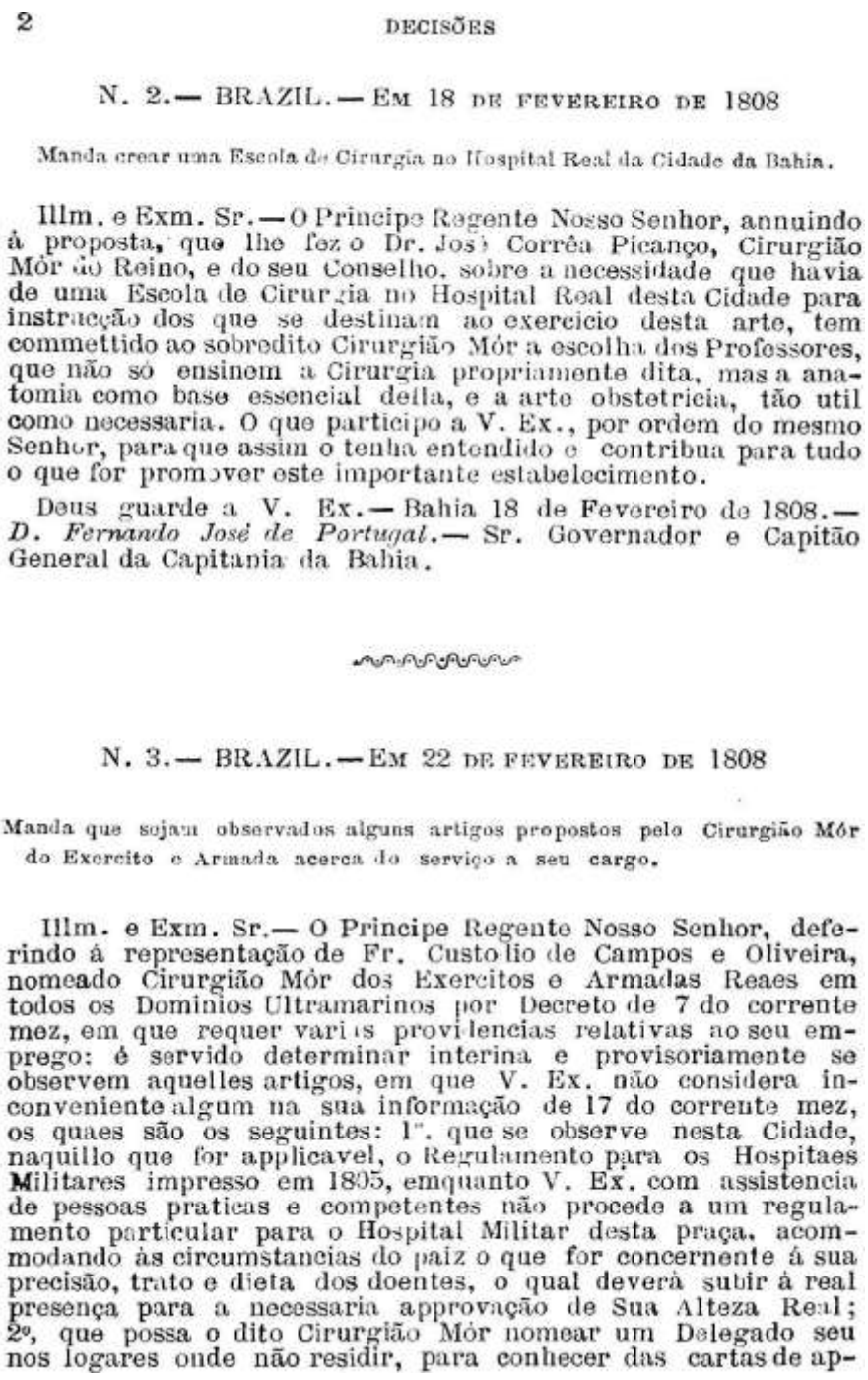
Inspirado a estudar em centros mais avançados, Picanço chegou há cursar medicina na FAMEB, aonde foi escolhido para ser tutor de Manoel Constâncio (1726 - 1817), um médico de muita reputação na época. Tendo obtido o grau de cirurgião na instituição baiana, ele se transferiu mais uma vez, dessa vez para Paris na França aonde trabalhou nos Serviços Cirúrgicos do país

Picanço permaneceu na França, até o ano de 1768, quando obteve o título de *"Officier de santé"*. Pouco depois disso, ele viajou para Lisboa, Portugal aonde abriu uma clínica. Estando em Portugal ele gozava de muito prestígio como médico e também, professor que trabalhava na Universidade de Coimbra e era membro da Academia Real de Lisboa.

Ainda conforme a publicação, *Médicos ilustres da Bahia e de Sergipe* (LEITE, 2011d), Picanço trabalhou como professor de Anatomia da Universidade de Coimbra por onze anos, tendo sido um pioneiro na utilização de cadáveres humanos como modelos de suas aulas de anatomia até que, como era normal na época ele foi jubilado da instituição aos quarenta e cinco anos de idade. Pouco depois do jubilamento, ele foi nomeado cirurgião-mor da Real Câmara e, enxergando na transferência da côrte portuguesa para o Brasil uma oportunidade de continuar gozando do prestígio que desfrutará junto ao Príncipe Regente, D. João VI, Picanço se decidiu por acampanhá-lo ao país, após convencê-lo de criar a FAMEB e também, a Escola de Cirurgia do Rio de Janeiro.

Picanço retornou ao Brasil em 1808 e, neste mesmo ano, o Príncipe-Regente D. João VI, atendendo a seu pedido, resolveu fundar a FAMEB, pela decisão régia de 18 de fevereiro de 1808, apresentada na figura 21 e extraída da *Coleção de Leis do Império do Brasil (1808 – 1889)*, acervo que compõe a Biblioteca da Câmara dos Deputados (BRASIL, 1808).

Figura 24 - Decisão régia do príncipe regente D. João VI que cria a FAMEB, em 18 de fevereiro de 1808



2 DECISÕES

N. 2.— BRAZIL.— EM 18 DE FEVEREIRO DE 1808

Manda crear uma Escola de Cirurgia no Hospital Real da Cidade da Bahia.

Illm. e Exm. Sr.— O Principe Regente Nosso Senhor, annuindo á proposta, que lhe fez o Dr. José Corrêa Picanço, Cirurgião Mór do Reino, e do seu Conselho, sobre a necessidade que havia de uma Escola de Cirurgia no Hospital Real desta Cidade para instrucção dos que se destinam ao exercicio desta arte, tem commettido ao sobredito Cirurgião Mór a escolha dos Professores, que não só ensinem a Cirurgia propriamente dita, mas a anatomia como base essencial della, e a arte obstetricia, tão util como necessaria. O que participo a V. Ex., por ordem do mesmo Senhor, para que assim o tenha entendido e contribua para tudo o que for promover este importante estabelecimento.

Deus guarde a V. Ex.— Bahia 18 de Fevereiro de 1808.— *D. Fernando José de Portugal.*— Sr. Governador e Capitão General da Capitania da Bahia.

N. 3.— BRAZIL.— EM 22 DE FEVEREIRO DE 1808

Manda que sejam observados alguns artigos propostos pelo Cirurgião Mór do Exercito e Armada acerca do serviço a seu cargo.

Illm. e Exm. Sr.— O Principe Regente Nosso Senhor, deferindo á representação de Fr. Custodio de Campos e Oliveira, nomeado Cirurgião Mór dos Exercitos e Armadas Reaes em todos os Dominios Ultramarinos por Decreto de 7 do corrente mez, em que requer varias providencias relativas ao seu emprego: é servido determinar interina e provisoriamente se observem aquelles artigos, em que V. Ex. não considera inconveniente algum na sua informação de 17 do corrente mez, os quaes são os seguintes: 1º. que se observe nesta Cidade, naquillo que for applicavel, o Regulamento para os Hospitaes Militares impresso em 1805, emquanto V. Ex. com assistencia de pessoas praticas e competentes não procede a um regulamento particular para o Hospital Militar desta praça, acommodando ás circumstancias do paiz o que for concernente á sua precisão, trato e dieta dos doentes, o qual deverá subir á real presença para a necessaria approvação de Sua Alteza Real; 2º, que possa o dito Cirurgião Mór nomear um Delegado seu nos logares onde não residir, para conhecer das cartas de ap-

Fonte: Brasil (1908).[107]

Conquanto, José Correia Picanço tenha ficado sozinho com o crédito por fundar a FAMEB, em vista do Príncipe ter atendido há um pedido seu para fundar a instituição baiana, na *Coleção de Leis do Império do Brasil (1808 – 1889),* do dia 13 de dezembro de 1816, consta que foi conferido ao médico Manoel Luiz Alvarez de Carvalho (1751 - 1825) por

[107] Arquivos digitalizados disponíveis na Biblioteca da Câmara dos Deputados.

votação unânime da Congregação dos Lentes baianos, o título de “criador e fundador do Colégio Médico-Cirúrgico” (PEREIRA, 1923).

De início, a FAMEB foi instalada no CJB e, logo depois, a sua ocupação foi estendida para o prédio vizinho, localizado na mesma Praça 15 de novembro, Terreiro de Jesus, Centro Histórico de Salvador aonde foi instalado desde o ano de 2004, o *Memorial da Medicina* considerado por muitos o mais importante documentário do ensino médico do Brasil. De acordo com o *site* da Faculdade de Medicina da UFBA o acervo desse memorial contém mais cinco milhões e trezentas mil páginas de documentos, incluindo as theses doutorais; pedidos de matrículas expedidos pelos candidatos a alunos; extrato de pesquisas e experiências de gerações de cientistas; livros raros dos séculos XIV ao XIX, inclusive, a raríssima coleção completa da Flora *Brasiliensis*, dos naturalistas Von Martius e Spix que visitaram o Brasil de 1817 até 1820; a pinacoteca com mais de duzentos retratos de mestres pintados por famosos artistas baianos, a maior da Bahia; além do suntuoso mobiliário que está principalmente no Salão Nobre e na Congregação (UFBA, 2019, s. p.)

No *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 - 1930)* (ESCOLA..., 2002) as fontes históricas informam também que, inicialmente a Academia baiana não dispunha de quadros profissionais suficientes e capacitados para dar ‘cobertura’ há todas as disciplinas do curso, e em razão disso, as aulas que inicializaram o curso de medicina da FAMEB foram apenas duas: cirurgia especulativa e prática, ministrada pelo cirurgião Manoel José Estrella (1760 - 1840), e anatomia e operações cirúrgicas pelo cirurgião José Soares de Castro (1772 - 1849).

Nas instruções dadas pelo Cirurgião-mor e fundador da instituição, José Corrêa Picanço, e que foram dirigidas ao lente de cirurgia Manoel José Estrella (1760 - 1840), o ensino na FAMEB deveria seguir as orientações e princípios cirúrgicos apresentados no compêndio de Monsieur de La Fay e, além disso, aos alunos que pretendiam ingressar no Curso de Medicina exigia-se, também que tivessem conhecimento da língua francesa, talvez essa prerrogativa podendo ser explicada pela herança que o fundador traz, graças a sua formação inicial na capital da França (MOACYR, 2002).

E assim, a primeira faculdade do Brasil começou há discretamente ganhar corpo, apesar das condições de seu funcionamento serem precárias. As aulas teóricas sendo dadas numa das salas do Real Hospital Militar; e as aulas práticas, atendo-se as demonstrações de como deveriam ser usados os objetos cirúrgicos, ocorriam aonde houvesse espaço nas salas do mencionado hospital (PEREIRA, 1923).

Na carta régia de 22 de setembro de 1809, ficou estabelecido que o curso de medicina

da FAMEB deveria ter duração de quatro anos, "[...] findos os quais o aluno requeria uma certidão à Escola, a qual declarava se ele estava capacitado para prestar o exame e encarregar-se da saúde pública […]" (ESCOLA..., 2002, p. 1).

No caso de sua aprovação pela Junta da Examinação, o aluno da FAMEB recebia o certificado de conclusão do Curso de Doutor em *Sciências* Médico Cirúrgicas após defender a sua these doutoral e, além disso, deveria providenciar o enviar os seus documentos para Lisboa, pois, na capital portuguesa deveria ser expedido o diploma do agora profissional, mediante o pagamento dos emolumentos108 (DIREITONET, 2015, s. p.).

Alfredo Nascimento nos lembra que os diplomas que os acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB recebiam, após a formatura permitiriam:

> […] sangrar, sarjar, aplicar bichas e ventosas, curar feridas, tratar de luxações, fraturas e contusões; era-lhes vedado administrar medicamentos e tratar das moléstias internas a não ser aonde não houvesse médicos; e como tais só eram tidos os diplomados ou licenciados pela Universidade de Coimbra [...] (NASCIMENTO, 1929, p. 34).

Em termos de composição de quadros profissionais, seis anos após a sua fundação, a FAMEB ainda era composta por dois professores e um porteiro. Esse arranjo sendo determinado pela Universidade de Coimbra que funcionava como uma espécie de matriz da Academia baiana, por definir os seus trânsitos pedagógicos e administrativos internos. Baseando-se nas instruções que saíam da Academia portuguesa, inclusive, foi no ano de 1815 que determinaram a realização da primeira reforma do ensino da FAMEB, encomendada ao médico Manoel Luiz Alvares de Carvalho (1782 - 1825), um dos fundadores dessa escola também.

Carvalho Filho (1909) diz que, as sugestões de alteração e melhorias no Curso de Medicina da FAMEB começaram a ser implantadas no ano seguinte (1816) há elaboração do primeiro projeto de reforma do currículo da instituição. Essa proposta de reforma envolvendo fundamentalmente, a ampliação do número de professores e disciplinas do curso, que passava a contar agora com sete lentes catedráticos e proprietários; um lente substituto, que deveria trabalhar ministrando aulas das disciplinas cirúrgicas; um secretário interino que por seu trabalho não recebia vencimentos; um porteiro e dezessete estudantes, todas essas mudanças, exigindo que as aulas práticas fossem transferidas para as dependências da SCMB.

[108] Conforme o site DireitoNet emolumentos "[…] são taxas remuneratórias de serviços públicos, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma obrigação pecuniária a ser paga pelo próprio requerente [...]" (DIREITONET, 2015, s.p.).

Apesar de todas as mudanças implantadas com a reforma de 1816, os Acadêmicos da FAMEB, especialmente, aqueles, cujas famílias dispunham de recursos financeiros para conhecerem as faculdades de fora do país, ficava difícil não comparar o ensino ofertado na Academia baiana com o oferecido nas instituições estrangeiras. Entre 1808 e 1816, ao realizar essa comparação, ficavam patentes as deficiências do ensino baiano. Muitos alunos, por conta disso, depois de graduados, partiam para o continente europeu – especialmente, eles viajavam até a França aonde realizavam as suas complementações de estudos.

Do *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832 - 1930)* (ESCOLA..., 2002) extraímos ainda mais a informação que foi decretada uma nova reforma do ensino na FAMEB, há ser realizada entre os anos de 1879 a 1884. Essa nova reforma se baseava na instalação de laboratórios para o desenvolvimento das aulas práticas que estavam sendo ministradas no antigo Real Hospital Militar (RHM).

Em 20 de dezembro de 1883, Antônio Pacífico Pereira (1846 - 1922), que assumirá o cargo de Diretor Interino da FAMEB, no lugar de José Avellino Barbosa (1768 - 1838) deu início as obras de reforma que previam a ampliação do prédio aonde estava instalada a FAMEB. Uma reforma de grande monta, no entanto, exigia a elaboração de planos orçamentários e de quem se encarrasse de sua execução, daí ter-se exigida a montagem de uma comissão formada pelos lentes Virgílio Clímaco Damásio (1838 - 1913) e Manuel Victorino Pereira (1853 - 1902), nomeados pela diretoria da Faculdade, e pelo engenheiro Alexandre Freire Maia Bittencourt (.), nomeado pela Diretoria das Obras Públicas.

Segundo a *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia de 1884*, de autoria de Carvalho (1909), embora a maioria dos estudantes da FAMEB fossem oriundos do próprio Estado da Bahia, uma parte significativa deles vinha do Norte e Nordeste do país. Uma outra parte dos acadêmicos vinham da capital do Império. Alegadamente, a chegada dos cariocas e fluminenses a ‘cidade da Baía’ acontecia para estudar na FAMEB, visto que os rigores da FAMERJ eram outros, e bem mais rigorosos que os exigidos para cursar a faculdade baiana.

Quisemos apresentar a um pouco da história que antecede a criação da FAMEB até chegarmos ao ano de sua fundação por entendermos que o conhecimento oriundo do *scientificismo* praticado nessa instituição e que, se apresenta nas theses doutorais investigadas, sugira mais que a configuração de um saber novo, mas entendemos que elas persigam a afirmação de uma maneira de se conduzir na rotina urbana, imposta a partir da transformação do Brasil em nova sede do império português. Mais que isso, transpondo o aspecto de poder ser caracterizada enquanto lugar de produção da memória e espaço aonde são produzidos,

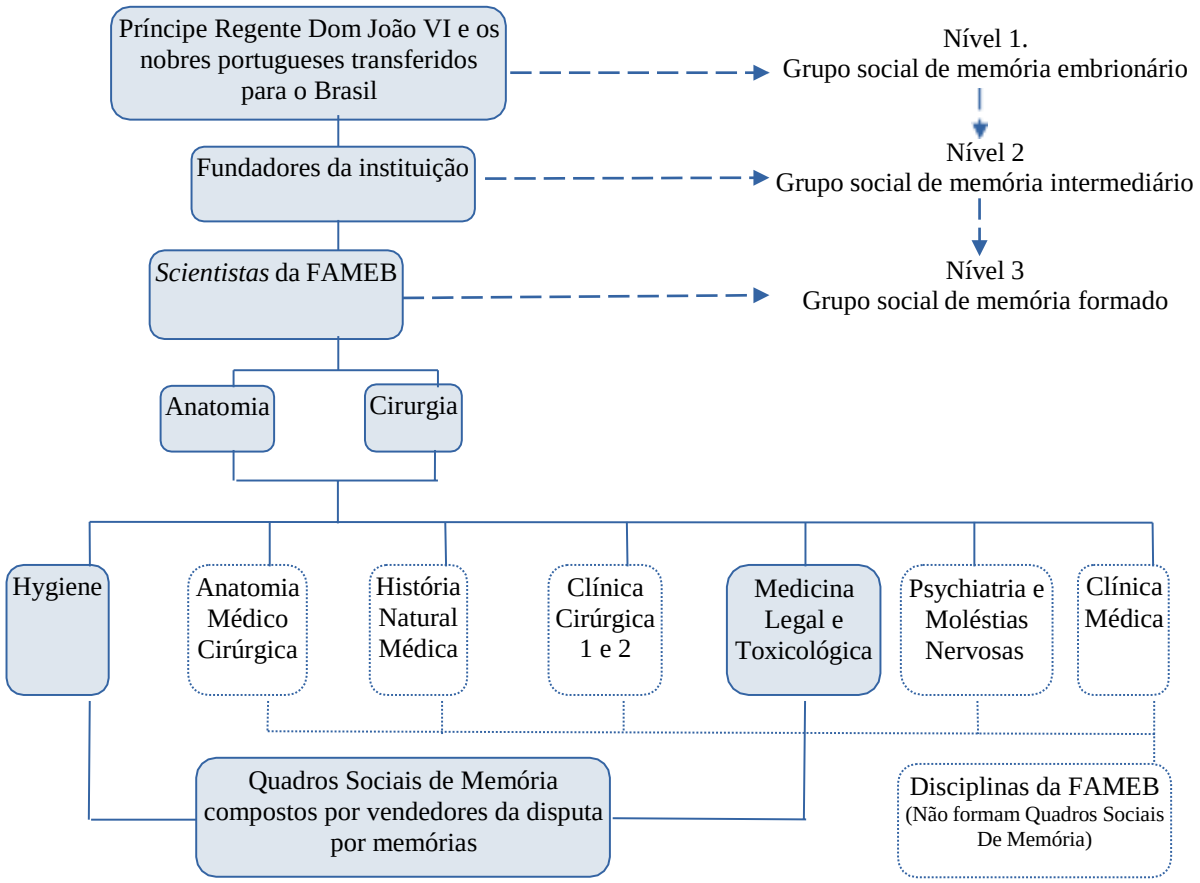
principalmente, os nossos mais relevantes recursos – as theses doutorais –, cremos que a FAMEB examinada com critério, tenha nos permitido ver sejam grupos sociais de memória que se mostram desde os seus processos embrionários, até que possam ser capazes de forjar de, em vista do fortalecimento, o aparecimento de quadros sociais de memória coesos e estáveis.

Quem compõe esses grupos sociais de memória e os quadros sociais de memória? Para iniciarmos esse diálogo, é preciso dizer que reconhecemos nos nobres que compunham a côrte portuguesa, transferida para o Brasil, os componentes matriciais dos grupos sociais de memória que fazem parte dos quadros dessa pesquisa. E eles ocupam essa posição por disporem literalmente do cêtro e da côroa para tomar decisões sobre a fundação de outros grupos. Grupos cuja missão era a de estabilizar os quadros, impor outras lógicas, à vida urbana, inclusive.

Schwarcz (1988) já nos falou da fundação de um "império nos trópicos" e de todas as transformações na cultura e nos costumes que decorreram desse fato, por isso, agora é tempo de reiterar que, em vista da chegada da família real no Brasil foi possibilitada, também, a estabilização de um novo grupo social de memória: o dos *scientistas* da FAMEB que, se constituem em uma reunião de pessoas que se encontravam com o propósito e finalidade de estabelecer padrões civilizatórios novos e condizentes com o contexto que os acampanhavam.

Os grupos sociais de memória, primeiro o dos nobres, transferidos para o Brasil e, depois, o composto pelos *scientistas* da FAMEB 'dão pistas' de operarem à base do que chamaremos de uma "intencionalidade mobilizadora", e é essa intencionalidade que, inclusive, foi tornada essencial para o objetivo da composição de quadros sociais de memória. Falar disso, implicando em acionar um entendimento sobre hierarquias e poderes que são instados nos níveis de produção e reprodução das memórias. Hierarquias que dependem fundamentalmente da capilaridade que tais grupos sociais de memória são capazes de sustentar. Falamos de capilaridade também, porque, indo além da imposição de novos costumes, dos costumes considerados adequados, os grupos sociais de memórias como o dos nobres precisavam se empenhar no esforço da imposição e restrição a outros costumes e, além disso, precisavam se empenhar também, para conter as manifestações mais imediatas contra a sua subsunção de marcos do passado. Na figura 22, procuramos demonstrá-las.

Figura 25 - Níveis hierárquicos de produção de grupos sociais e quadros sociais de memória na FAMEB



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Explicando! Já falamos dos grupos sociais de memória do "nível um", que se compõem do Príncipe Regente Dom João VI[109] e dos nobres que fazem parte da côrte portuguesa transferida para o Brasil, considerados por nós, um grupo social de memória embrionário. É com base nessa identificação de quem compõe o grupo matricial, que avaliamos oportuno esclarecer que, quando 'desenhamos' a maior de todas as formas geométricas retangulares que compõe os três níveis hierárquicos da produção de grupos sociais e dos quadros sociais de memória, quisemos expressar o poder concentrado que dispõe a família real portuguesa e brasileira, os Bragança, e, nesse caso, especialmente, o Príncipe Regente D. João VI que em 1808 autoriza a fundação da FAMEB, pois é ele quem detêm o cetro, a côroa e a caneta de bico de pena e além, disso é o dono do selo para tomar decisões que implicam na formação de novos grupos sociais de memória.

No "nível dois", temos "os fundadores da instituição", José Correia Picanço e Manoel Luiz Alvares de Carvalho (1851 - 1825) envolvidos no menor de todos os retângulos de

[109] Dom João VI só se tornará Imperador a partir do ano de 1825.

bordas arredondadas, porque a despeito de os considerarmos grupos sociais de memória detentores de algum nível de coesão e estabilidade – em vista dos propósitos que esses 'encarnam', e, em vista também, da 'procuração' que receberam do líder do grupo um, o Príncipe Regente D. João VI, para atuarem em seu nome –, avaliamos que o ato formal que foram incumbidos, a fundação de uma faculdade de medicina no Estado da Bahia, em si mesmo, já esgarça o poder que esse grupo detêm, daí serem representados numa figura geométrica menor.

Apesar desse reconhecimento que o ato de fundação é importante, entendemos que ele fragiliza o grupo social de memória dois. A despeito disso, no entanto, ele segue ativo e é diligentemente autorizado há tomar as providências para que, quando possa desaparecer, ninguém sinta a sua falta. Entendemos, portanto, que o "dever de memória" desse grupo dois, torna a sua existência e importância transitória, como é transitória e importante a função de um mestre de obras na construção de uma casa, pois, são eles que mediam a relação entre o engenheiro, responsável pela obra e os operários da construção.

Já no que concerne ao "grupo social de memória três", ele é composto pelos *scientistas* da FAMEB, os lentes catedráticos ou proprietários, ministrantes das disciplinas do curso de medicina. Entendemos que esse grupo social de memória, de certa maneira, guarde semelhanças com o grupo dois, visto que, as pessoas que os compõem são encarregadas pelos líderes do grupo que o antecedem – o grupo social de memória dois – do cumprimento de uma série de funções que podem trazer como consequência, os rearranjos que os esgarçem, inclusive. Vejam bem! Falamos dos rearranjos que esgarçam os grupos sociais de memória dos *scientistas* da FAMEB como uma possibilidade porque, entendemos que, uma vez partilhadas as memórias *científicas* em grupos sociais de memória de menor tamanho – no caso, o grupo social de memória composto pelas duas disciplinas de Anatomia e Cirurgia – esses, precipitarão a formação de outros grupos sociais, alguns mais resistentes, e, portanto, com possibilidade de delinear novas memórias coletivas. Nesse mesmo escopo, intenta-se a formação de quadros sociais de memória que, de tão frágeis que não conseguem responder a necessidade de fundação de novas memórias.

Por que somente a cadeira de hygiene e medicina legal e toxicológica se sobressaíram em importância, as lições apreendidas dentro desse espaço, nesses conhecimentos, formando quadros sociais de memória que conferem identidade própria a FAMEB e, mais que isso, conferindo uma identidade peculiar a própria *sciência* baiana no século XIX? É o que tentamos responder a partir daqui.

A cadeira de hygiene e medicina legal e toxicológica se destacam, porque essas são as únicas formas de conhecimento que estabelecem uma conexão com a realidade, com o contexto da época. Não todas as cadeiras, obviamente! No caso em tela, somente conseguiram formar quadros sociais de memória, os grupos sociais de higienistas e médicos legistas, como já dissemos em momento anterior, porque, essas duas disciplinas ou formas de conhecimento são as únicas que tiveram fôlego para estabelecerem uma conexão com a realidade, respondendo as suas solicitações. Tanto uma quanto a outra, formam um conjunto de fenômenos que povoam o cotidiano 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX e a atmosfera comum da vida humana que penetra na consciência dos indivíduos, assumindo um aspecto independente e natural, composto por elementos do mundo externo, mas que se desenvolvem somente na superfície de processos essenciais, como o capitalismo; o higienismo e a medicina legal e toxicológica na aparência, são elementos associados a *práxis* fetichizada dos homens, que não coincidem com a *práxis* crítica revolucionária da humanidade; o higienismo e a medicina legal e toxicológica correspondem a projeções dos fenômenos externos da consciência humana, pois, se constituem em formas ideológicas de manifestação dos movimentos e interesses dominantes; e o higienismo e medicina legal são decorrência dos objetos fixados, por darem a impressão de serem produtos das condições naturais, não reconhecíveis enquanto resultado da atividade social dos homens (KOSIK, 2011).

E quanto as disciplinas de anatomia médico cirúrgica, história natural médica, clínica cirúrgica 1 e 2, psychiatria e doenças nervosas e clínica médica, o que elas são? Nada além de disciplinas do Curso de *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB, visto que, estabelecendo poucos vínculos ou nenhum vínculo com a realidade, elas não ultrapassarão os limites que as desvincularam a sua natureza primordial.

Costa (2013) concorda que o higienismo seja uma tese primordial que dá lastro há teoria do aerismo. Nós, por outro lado, não formamos convicção há respeito de quem dá sustentação há quem, porque as reflexões sobre o higienismo e o aerismo parecem tão imbricados, que é difícil dizer quem se subordina há quem. O que nos interessa saber sobre o aerismo e o higienismo é que ambos se baseiam na crença hipocrática que o ar, há depender de suas condições é um vetor poderoso para o prejuízo da saúde, quando está sujo; ou para o seu benefício, quando está limpo.

O aerismo é importante dentro da FAMEB não somente porque, quando ele dá substância ao higienismo, mas porque, essa tese se configura numa das tramas teóricas mais identificadas com os ideais civilizatórios do século XIX. E tanto isso é verdadeiro que,

extrapolando os limites da FAMEB, aonde o aerismo comparece vinculado os saberes transmitidos nas aulas da disciplina de Hygiene, são as ideias aeristas que inspiram a proibição de enterros nas Igrejas Católicas o que é feito através da Lei Provincial n. 404 de 2 de agosto de 1850. Também, o aerismo fundamenta a ideia que se deve atribuir um outro tipo de uso as praias. Essa última mudança se mostrando relevante porque, antes dos *scientistas* da FAMEB explicarem que a circulação o ar fica melhorada das áreas praianas, contribuindo assim para a melhorar as condições de saúde dos portadores de tuberculose, por exemplo, a praia era utilizada basicamente como lugar de realização de despejos e imundices recolhida nas casas.

E quanto a cadeira de medicina legal e toxicologia, como ela se comunica com a realidade e o contexto? Se por um lado, a cadeira de higiene se comunica com a realidade, fornecendo uma narrativa justificadora da necessidade e ordenar o espaço urbano, a cadeira de medicina legal e toxicologia se associa com a estruturação de um modelo de homem perfeito para ocupar esse espaço.

Não podemos nos esquecer, no entanto, que a cadeira de hygiene e medicina legal e toxicologia são compostas por homens e os homens, querendo ou não, tem sido obrigados há se submeterem as determinações instadas pelo contexto da economia política na qual estão imersos. Trazemos essa consideração no empenho de mais uma vez, deixar claro que, em nossa avaliação, são as relações sociais que os *scientistas* da FAMEB vivificaram, naquele momento histórico que determinaram a importância que o higienismo e a medicina legal e a toxicologia deveriam ter.

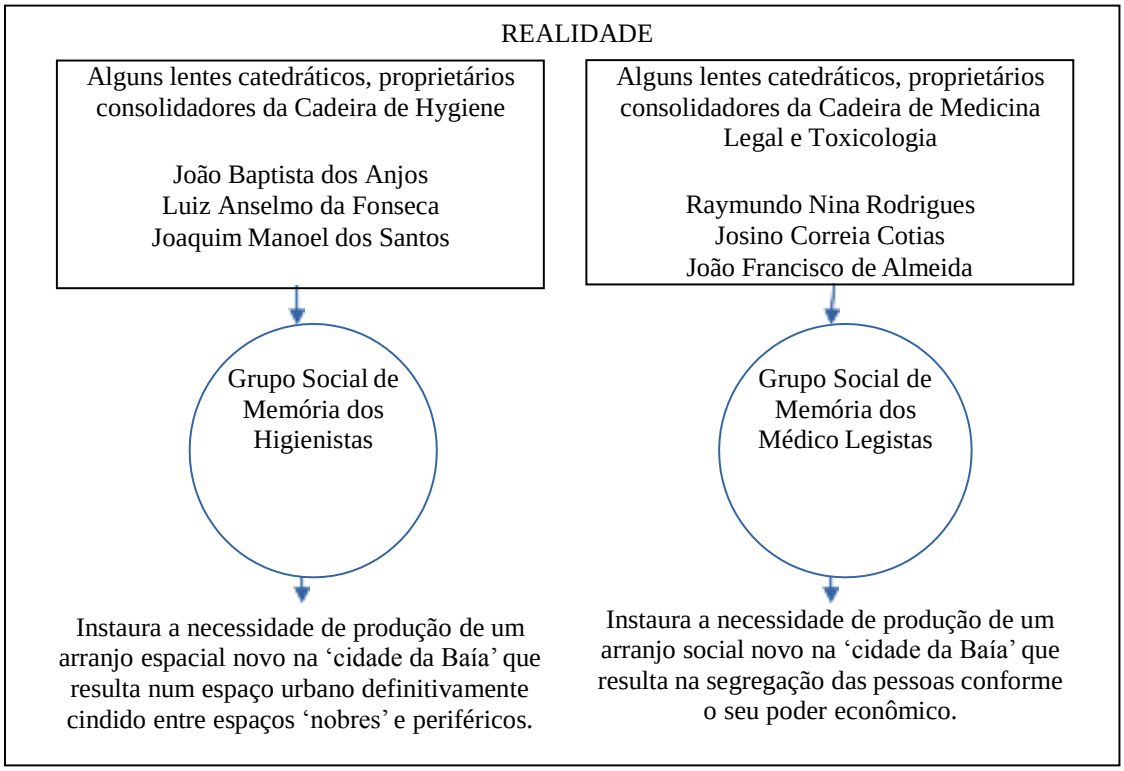
Não que figuras como João Baptista dos Anjos, lente da cadeira de hygiene no ano de 1852; ou Luiz Anselmo da Fonseca, lente da cadeira de hygiene nos anos de 1908, 1909 e 1912; ou Joaquim Manoel dos Santos, lente da cadeira de hygiene no ano de 1899, não tivessem importância como vultos *mnemêmicos*. Ignorar as contribuições individuais dessas seria injusto, mas deixar de considerar que, eles juntos formaram grupos sociais de memória, delineadores de quadros sociais de memória responsáveis por introduzir a ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX na dita modernidade, também nos parece imerecido.

Comparadas a relevância das duas teses, entendemos que a medicina legal e toxicológica, também tenha se prestado a contribuir com a formação de quadros sociais de memória importantes. Seus vultos, inclusive, são pessoas do calimbre de Raymundo Nina Rodrigues, lente da cadeira de medicina legal e toxicologia em 1899; Josino Correia Cotias, lente da cadeira de medicina legal e toxicologia nos anos de 1908, 1909 e 1912; e João

Francisco de Almeida, lente da cadeira de medicina legal e toxicologia em 1852, personagens cujo relevo já foram demonstrados em momento anterior.

As contribuições dos vultos *mnemônicos* tem relevo equiparadas, em nossa impressão, o que não quer dizer que, os seus espólios deixados para a 'cidade da Baía' sejam iguais. Não entendemos que sejam! Pois enquanto, o higienismo por um lado, indica as trajetórias que consubstanciam a construção de um novo ordenamento espacial urbano, por outro lado, a cadeira de medicina legal e toxicologia corrobora a visão apologética sobre a divisão de classes, tal como é demonstrado na figura 23.

Figura 26 - Grupos Sociais de Memória e Quadros Sociais de memória instados na realidade



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a realidade envolve tudo, todo o contexto no qual tanto os grupos sociais de memória, quanto os quadros sociais de memória se estabelecem, sendo por essa razão que, posicionamos 'a realidade' fora das formas geométricas que compõem essa figura

Nos quadrados, um posicionado ao lado do outro, fazemos questão de mencionar os nomes de alguns lentes catedráticos, proprietários das cadeiras mais importantes do Curso de *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB: higienismo e medicina legal e toxicológica. Quisemos posicionar essas figuras dentro dessas formas porque, a despeito dos personagens

preservados dentro dela, estarem imersas na realidade, eles – até em vista da formação que recebem – formam grupos sociais de memória com traços bastante distintos do restante da população que compõe a ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. São pioneiros, fundadores, e, nesse sentido, estruturadores das funções *mnemônicas*, ao nosso sentir.

Já nas formas circulares, temos os grupos sociais de memória de higienistas e médico legistas, um ao lado do outro, também, e tal arranjo sinaliza o objetivo bem-sucedido dos vultos da memória em criar consensos em torno das ideias que defendem, até que seja possível que essas ideias se transformem em práticas sociais, ideações alavancadoras da formação quadros sociais de memória. Quadros sociais de memória, ‘desprotegidos’ da realidade, em função mesmo de seus propósitos de espraiarem-se, de definirem caminhos para essa.

4.2 INTERAÇÕES TEÓRICAS ENTRE O *SCIENTIFICISMO* E O PROCESSO CIVILIZATÓRIO

A ideologia, novamente ela! Novamente a ideologia retorna à cena, só que dessa vez ela comparece nessa Tese de Doutorado para contribuir com o entendimento das formas articulares do processo civilizatório na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. E em nosso caso, aonde ela está? Quais recursos são utilizados para objetivá-la, isto é, quais recursos aspiram a constituição da pseudoconcreticidade ideopolítica que irá ajudar a introduzir a ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, na dita modernidade?

Para responder há essas questões, achamos importante insistir no argumento que as theses doutorais *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia*, de autoria de Aprígio Ramos Proença, publicada em 1852; *Influência dos climas sobre a intelligência humana*, de autoria de João Carlos Balthasar da Silveira, publicada em 1874; *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista*, de autoria de Deodoro Alvares Soares, publicada em 1899; *Influência da prostituição sobre a sociedade actual*, de autoria de Ângelo de Lima Godinho Santos, publicada no ano 1909; e *Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição*, de autoria de Antônio Joaquim de Sampaio, publicada em 1912 se constituem em nosso objeto, e, também, em nossos recursos de memória, por isso, a despeito de concordarmos com a premissa que a ideologia se reifica nos quadros sociais de memória que fazem parte do tecido social de

Salvador de meados do século XIX e início do século XX – tal como explicamos na **figura 22** – entendemos que ela, (a ideologia) não prescinda de um texto que permita a sua difusão.

O filósofo britânico Eagleton (1997) inclusive, quando discorre acerca das estratégias ideológicas de manifestação dessa (ideologia), que é uma das nossas categorias empíricas, junto com a memória, chega a se questionar sobre as razões pelas quais, as ideias são tão importantes para a consolidação das ideologias, o que coaduna perfeitamente com o debate nesse subtópico. Ele se interroga, por isso mesmo: "[…] são as ideias assim tão importantes para o poder político? […]" (EAGLETON, 1997, p. 41) e diz que, se questionar sobre esse assunto, sempre fez parte do *métier* das teorias ideológicas, pois elas, carreiam em seu interior, uma tradição ceticista que é característica do pensamento materialista histórico. Para Eagleton a teoria materialista histórica, paradoxalmente, atribui um elevado reconhecimento a "consciência" no âmbito da vida social, apesar deles mesmos, acreditarem que ela (a consciência) sozinha, não pode iniciar qualquer mudança notável na história dizem eles, e, nós, dizemos, na memória.

E um bom exemplo do que Eagleton quer explicar, encontra-se nas theses doutorais selecionadas para esse estudo. As theses doutorais são peças fundamentais de retórica que sustentam o *scientificismo* e o pensamento civilizatório, já falamos há esse respeito. Sua existência material, por isso mesmo, parece estar associada há necessidade de produção e reprodução de uma nova lógica sociometabólica, valores novos da vida material, isto de certo modo nos ajudando a entender sobre os porque´s dos seus autores tentarem convulsionar, o tempo todo, a sociedade anteriormente fundada sob as hostes do estatuto da religião católica.

Nessa sociedade sob a qual o capitalismo e seu projeto civilizatório se precipitaram, com o objetivo de torná-la velha e programando a sua obsolescência, os *scientistas* da FAMEB pintavam a imagem de que os que compunham os quadros sociais de memória anteriores eram empedernidas, impassíveis, dessas suas características decorrendo a necessidade de mudanças, pois, eles sim representavam os *savants positives*, a mudança, os orientadores do processo civilizacional.

Mas, o que afinal de contas, faz das theses doutorais, peças essenciais das disputas ideológicas em prol do projeto civilizatório do capitalismo na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX? Para início de conversa, partimos do reconhecimento que as theses doutorais se constituem em narrativas excêntricas, se a compararmos com os modelos de produção científica que vemos agora. Aliás, o apelo a extrapolação que se vê dentro desses documentos, só fazem sentido quando a gente compreende que existe um abismo entre o conceito de *scientificismo* e de cientificidade. A *scientificidade* se

caracterizando por esse jeito de fazer *sciência* que, se mostra comprometido com um amalgamado de práticas sociais, das mais complexas, as mais mundanas, como que o processo de fazer *sciência*, dependesse fundamentalmente de percepções e balizas extraídas de questões sociais que estão esgarçadas na realidade, desse fato derivando a associação do *scientificismo* com o ecletismo e o difusionismo. Já a cientificidade é esse estatuto comprometido com os rigores do método científico e que, até toma a práticas sociais instadas na realidade como objeto de análise, mas faz isso tentando evitar o desencaminhamento.

Desde a entrada do *scientificismo* no país, Schwarcz (1993) comentava que a narrativa expressa em documentos como as theses doutorais da FAMEB, primeiro se manifestaram como uma moda, um *élan* disponível apenas para o deleite das elites que gostavam de pensar em sua identidade, a partir de alguns traços de distinção bem marcados em relação ao restante da sociedade. Foi sem romper com tal identidade primária que aos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB, no decurso de 60 anos, de 1852 até 1912, parecerem se manter fiéis há uma retórica estranhada do que acontecia na maioria das faculdades de medicina do mundo, inclusive, na FAMERJ que foi criada no mesmo ano que a FAMEB e que, no entanto, desde o início recebia mais recursos que a instituição baiana (ESCOLA..., 2002). Em espaços como a FAMERJ, os *scientistas* aderiram aos rigores do método da pesquisa experimental, balizador das medidas matemáticas e da lógica funcionalista que a *sciência* precisava para se afirmar.

As distâncias entre a medicina praticada na FAMEB, por conta da opção pelo ecletismo e difusionismo, também, tornara a instituição baiana cada vez mais distante de outros estabelecimentos de produção acadêmica, e aonde era praticada uma medicina mais associada com o rigor do método experimental. Mas o jogo é dialético, e perder em associação com os espaços acadêmicos no Brasil e no mundo, estava longe de significar uma dissassociação com o contexto emergente. A despeito da FAMEB, no período de 60 anos ter se tornado, em certa medida, um lugar de produção do conhecimento exótico e anacrônico, extravagante e eufuístico sobre a *sciência*, ela permanece por um bom tempo nesse lugar, ao contrário do que se possa pensar, porque foi escolhida para estar nessa posição.

A posição que a FAMEB ocupará, obviamente, tem haver com o contexto em que Salvador estava imersa no período. Não obstante, instaurar um novo fundamento social e convencer sobre a necessidade de ruptura com a lógica sociometabólica vigente, modificar essa cidade jamais se equiparará a mudar os padrões civilizacionais de um Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, que tornará-se sede do Império português. A ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX “[…] começava a industrializar-se, o comércio

era rico e a população muito mais ativa que a do Rio de Janeiro […]" (AZEVEDO, 1969, p. 232). Uma vaga abastança que fôra animada pela abertura dos portos, em 28 de janeiro de 1808 e pelas leis que aboliram as atividades econômicas de antigas restrições, tudo isso durando até:

> O encarecimento do preço dos escravos, devido às dificuldades e finalmente à proibição do tráfico negreiro, a queda das cotações do açúcar pela concorrência doutros centros produtores e do açúcar de beterraba, a irregularidade das estações, a crise política da Regência, os conflitos no Prata, a revolução no sul, a febre amarela, a varíola, mais tarde o cólera, uma série variada de fatores, enfim, passaria a forçar o declínio da economia baiana, fazendo ao mesmo tempo amortecer o crescimento da sua população [...] (AZEVEDO, 1969, p. 232-233).

O terreno sob o qual o *scientificismo* busca cimentação é o mesmo no qual o trabalho assalariado passa a ser organizado. O terreno sob o qual o *scientificismo* busca esteio também, é o solo aonde o desemprego estrutural é reconhecido como um problema sim, mas não há ser resolvido com a tenacidade típica das soluções que são programadas pelos salvadores da pátria, pelos *savants positivs*. O desemprego é um problema, mas algo há ser fundamentalmente justificado por digressões raciológicas.

O debate raciológico, nesse sentido, presta-se para justificar a divisão de classes que é pedra angular de qualquer projeto civilizatório capitalista. Com a sociedade soteropolitana, não seria diferente. E a divisão de classes é pedra angular porque, de certo modo, esse debate, conjuntamente com o pensamento sobre a degenerescência natural de tipos raciais – os mestiços, especialmente –, desrealiza a responsabilidade dos agentes reais concretos na produção das diferenças sociais. Como resposta programática dessa transferência de responsabilidade carregada de interesses ideológicos, tem-se a sensação que as desigualdades desaparecerão magicamente, sobrenaturalmente, porque será a natureza quem expurgará os problemas inconvenientes, indesejáveis.

Os recortes ideológicos que se expressam por meio das theses doutorais são importantes, nesse sentido, porque é através desses documentos que, são sugeridos esses percursos sobrenaturais – inclusive, os que parecem mais fáceis, diga-se de passagem –, para resolver o problema que significava cuidar, acolher dentro do panorama da economia política, uma população composta por negros fôrros e/ou que nasceram livres e mestiços, que ficaram sem função definida, numa sociedade que adere ao trabalho assalariado. Não nos esqueçamos, por isso mesmo, que a solução fácil da subsunção dessas populações indesejadas é proposta pelos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB, interessados que essas figuras

estavam numa espécie de coação ideológica que não pode, no entanto, ser considerada redutível ao nível da própria ideologia, isso porque, se tomássemos a ideologia para explicar o *scientificismo*, ele estaria preservado em sua aparência superficial de fomentador de 'consciências', de abstrações que são retiradas da realidade, e, não nos parece ser o caso. O *scientificismo* põe a nú, em sua essência, as determinações que pululam no contexto da economia política que demandava a afirmação de outra lógica sociometabólica de funcionamento societário.

E não se pode dizer que a narrativa *scientificista*, que tem expressão nas theses doutorais, não tenha sido eficiente em seus propósitos. Ela foi tão tenaz – e nessa tenacidade reside o seu maior mérito – que mesmo a despeito da cristalização das divisões da economia política serem ululantes, não há registro de revoltas em Salvador no período, pelo menos uma revolta que tenha sido motivada pelo projeto civilizacional, como há que aconteceu no Rio de Janeiro em 1904, a famosa revolta da vacina. E não temos uma narrativa definitiva para explicar a aparente apatia de parte da população soteropolitana quanto a conformação com seu próprio estado de exclusão. Senão, pelo fato dessa população ter se convencido que, todos deveriam se sacrificar em nome do processo civilizacional, não encontramos justificativa razoável para explicar o que aconteceu.

Em vista dessa dificuldade de precisar historicamente a razão de ser da tácita aceitação das mudanças, hipotetizamos que a população da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX tenha se convencido de ganhar mais do que perder com as transformações técnicas que favoreciam a circulação na cidade. Ela não queria mais viver no atraso, isso é certo, pois, os *scientistas* e depois os políticos, difusores de suas ideias, lhe apresentaram o eldorado do espaço asséptico. E conquanto, essa população mais pobre talvez fosse mais consciente de que os braços das tecnologias da modernidade não lhes alcançariam – a luz elétrica, por exemplo, era disponível apenas entre os mais ricos –, ainda assim, era razoável circular numa parte da cidade que dispunha de alguns recursos, como o Passeio Público e o Largo do Campo Grande, por exemplo, lugares que um amplo espectro de público frequentava com a finalidade de lazer e que tinha iluminação.

Discorrendo sobre o problema da iluminação, aliás, Van Holthe (2002) concorda que a 'cidade da Baía' teve de esperar até meados do século XIX para experimentar as mais significativas melhorias nesse tipo de serviço. Em razão dessa espera é que ele lembra, também que a iluminação pública foi por muito tempo ineficiente na cidade, o sistema que funcionava com óleo de baleia datando de 1862 e perdurando até 1829. Ainda segundo Van

Holthe (2002) somente em 1903, a iluminação à eletricidade foi inaugurada, mas nesse pequeno trecho da cidade mencionado.

Quisemos trazer esses dados para comprovar a situação precária em que vivia grande parte da população de Salvador em meados do século XIX, no que diz respeito ao provimento dos serviços públicos. Para fazer isso, especialmente, destacamos aqueles residentes nas freguesias suburbanas da cidade.

Neste sentido, Gilberto Freyre diz sobre as ruas em que tais populações residiam essas eram:

> […] ao mesmo tempo que escuras, também, perigosas de tal modo que sair de casa...tinha o seu quê de aventura. Tudo escuro; becos estreitos; poças de lama; 'tigres' estourados no meio da rua; bicho morto. Na Bahia... ladeiras por onde o pé escorregando em alguma casca de fruta podre, a pessoa corria o risco de ir espapaçar-se nas pedras e até perder-se em despenhadeiros. De modo que o prudente era sair-se com um escravo, levando uma luz de azeite de peixe que alumiasse o caminho, a rua esburacada [...] (FREYRE, 1968, v. 1, p. 40).

E qual o papel das theses doutorais em tudo isso?...sim, porque decerto, as theses doutorais da FAMEB tinham um papel, que não envolvia que o texto construído nessas peças se apresentassem disponíveis ao largo acesso da população, seja por conta dos processos de difusão do conhecimento da época, ignorarem os contingentes populacionais mais desprivilegiados, por puro preconceito; seja porque na sua escrita médica, a linguagem obscura sempre foi considerada um traço de distinção ao qual os que tiveram acesso à educação médica, não desejavam prescindir.

Como elas então, corroboraram a constituição de quadros sociais de memória que inspiram as transformações urbanas realizadas na cidade da Baía de meados do século XIX e início do século XX?. O que podemos presumir há esse respeito é que mensagem que as theses doutorais traziam, tinha interlocutores entre os poderosos e esses poderosos é que se encarregavam de levar a proposta civilizacional até a população.

Os políticos serviam como interlocutores das ideias que os acadêmicos expunham nas theses doutorais. Eram eles que extraíam, e de certa maneira filtravam, aquilo que interessava, para levar até a população. Os políticos realizavam o 'meio de campo' entre a proposta civilizacional dos *scientistas* da FAMEB e a população soteropolitana no geral. A historiadora Kátia Queiróz Mattoso já se referirá aos políticos, em seu livro *Família e sociedade na Bahia do século XIX* (1988). Para Mattoso (1988) os legisladores públicos 'bebiam da fonte' do *scientificismo* médico, porque os projetos que tinham, eram bem menores em termos de

ambição transformadora do que os profissionais médicos, esse fato os levando a exorbitar a competência da medicina na sugestão de ideias sobre o planejamento urbano.

Quando se analisa, portanto, qualquer dos documentos selecionados, a impressão que temos é que as theses doutorais se constituem em recursos de memória que se prestam acima de tudo, a indicação de condutas sociais adequadas para viver socialmente. E essas indicações de condutas sociais é que espelham os interesses políticos, fazendo com que tais documentos se identifiquem enquanto peças importantes no jogo de interações ideológicas.

Não se pode dizer sobre as theses doutorais que legitimamente elas produzam "falsa consciência" *de per si*. Sobre elas, o que se pode dizer, no entanto, e com razoável convicção, é que esses recursos de memória corroborem a produção e reprodução de uma consciência adulterada sobre a necessidade de mudanças, vez que, absorvendo o que chega da realidade, as theses doutorais sintetizam-na e tentam dar sobre ela uma interpretação que se presta conformação dos interesses dominantes.

Concordando com Lukács (2013) pensamos que esses documentos se apresentem singularmente como algo dialeticamente particular e universal, vez que, apesar dos pores teleológicos dos homens que escreveram as theses doutorais da FAMEB, indicarem sutis diferenças entre suas interpretações mais substantivas, quando esses documentos são associadas ao contexto da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, ansiosa por se modernizar, sujeita as novas formas de ordenamento sociometabólico que o capitalismo introduziu, é possível enxergar as theses doutorais como esses elementos mediadores de um processo de unificação dos interesses das classes dominantes de sua época (LUKÁCS, 2013, p. 399).

Eagleton (1997), também, encaminha um entendimento próximo de Lukács e citando Marx, em *O capital* (1980), ele recorda, inclusive, o conceito de "coercão econômica" desse autor, para explicar que o que basta aos homens para manterem-se 'sossegados' ante as transformações civilizacionais, são as questões econômicas, muito mais do que qualquer pressão ideológica. Para ele "[…] aquilo que Marx certa vez denominou 'a coerção do econômico' é suficiente para manter homens e mulheres em seus lugares, e estratégias como o reformismo […]" (EAGLETON, 1997, p. 43, grifos do autor).

Na interpretação de Eagleton (1997), não obstante, a lógica sociometabólica do projeto civilizacional capitalista sobrevive, paradoxalmente, graças as divisões sociais que esse sistema cria. E ele cria divisões sociais em vista da necessidade de fabricação de grupos sociais – que nos chamaremos de grupos sociais de memória – que o sistema explora. Os grupos sociais de memória explorados, por sua vez, exploram outros grupos que endossam e

internalizam os valores ideológicos dominantes, num processo de recomposição ininterrupta, exploração e alienação da memória, algumas delas organizadas em quadros sociais.

Mészáros (2014) quando discute a tendência ideológica central do que nós reconhecemos como *scientificismo,* diz que a pretensão de neutralidade e incontestável objetividade do estatuto *científico,* representa o apelo à autoridade da própria *sciência*, e as theses doutorais espelham o que o autor quer dizer. O lugar que esses documentos ocupam enquanto recursos de memória e objeto dessa Tese de Doutorado se tornando pronunciado, não obstante, a partir da ascensão das metateorias apresentadas aqui, no capítulo três.

Em nosso caso, entendemos que as theses doutorais da FAMEB tenham se prestado para a representação e subsequente, promoção de ideários do movimento cultural, como o do Iluminismo, por exemplo, que se tornou emergente no continente europeu – especialmente, na Inglaterra, Holanda e França – desde os séculos XVII e XVIII, mas que não tinha chegado no Brasil formalmente, e, especialmente, na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX antes do *scientificismo* se impor.

É em consequência dessa aproximação entre *sciência* e ideologia, portanto, que aventamos serem as theses doutorais representações de percepções modeladoras de um novo tipo de relacionamento societário. Relacionamento esse que se sustenta na "[…] realização das potencialidades produtivas da sociedade em uma extensão inimaginável […]" (MÉSZÁROS, 2014, p. 246) e que sugere um novo modo de legitimação ideológica para recortar o que vale a pena ser guardado.

4.2.1 O conceito de processo civilizatório mobilizado pelo *scientificismo*

Introduzimos esse texto, anunciando que tomaremos as contribuições do sociólogo alemão Norbert Elias (1897 - 1990) como pontos fundamentais do debate sobre o conceito de processo civilizatório. A escolha das interpretações *elisianas* se justificando porque, nos livros *O processo civilizador, v. 1 – Uma história dos costumes* (2011) e *O processo civilizador, v. 2 – Formação do Estado e Civilização* (1993) ele nos apresenta uma teoria devotada à elucidação de processos sociais ou, melhor dizendo, Elias nos oferece uma teoria do conhecimento que parece ser fiel à promoção de associações entre os processos de interação humana nos grupos sociais (em nosso caso, de memória) e os processos de produção da *scientificidade* o que nos interessa muito, por conta da interpretação que criamos para fundamentar as nuances teóricas e relacionais de nosso objeto.

Fazemos essa explicação por razões óbvias, pois, os editores da obra *elisiana* não nos deixaram outra escolha senão, promover o esclarecimento. Vamos a ele! O volume um de *O processo civilizador – Uma história dos costumes* foi publicado pela primeira vez em 1939, em Basiléia na Suíça. Já o volume dois, *O processo civilizador – Formação do Estado e Civilização* foi publicado no mesmo ano que há primeira edição do volume um, em 1939, também em Basiléia, na Suíça. A versão do volume dois de *O processo civilizador*...em língua portuguesa do Brasil, no entanto, foi publicada em 1993, antes, portanto, que o volume um. Fizemos questão de explicar isso, também, porque precisamos nos convencer sobre o lugar de manifestação ideopolítica do autor, vez que, acerca do debate anunciado, Elias parece ser uma referência indispensável e mundialmente reconhecida que trata do problema do processo civilizatório.

Esse encontro com as premissas teóricas que corroboraram o entendimento de nosso objeto, na obra de Elias (2008), no entanto, não começa com os volumes um e dois de *O processo civilizador*, mas foi percebido no artigo *Sociologia do conhecimento: novas perspectivas*, aonde o autor reflete sobre a teoria do conhecimento e se confessa em diálogo próximo com as noções marxistas de consciência, ideologia e sujeito social, conquanto, negue a ideia de superestrutura.

Para Elias (2008) o problema da formulação paradigmática entre as noções de consciência e sociedade que são extraídas a partir da interpretação dos textos de Marx e Engels ainda merecem estar em discussão, pois, sob a fundação das mesmas – das estruturas da consciência e da sociedade –, parece imperar uma controvérsia acerca de quem as funda: se os grupos sociais ou a economia? A posição que Elias toma quanto a essa polêmica é a de que, colocada sob a lente protetora da economia, a teoria do desenvolvimento da sociedade, não se sairia bem. Para ele, será nevrálgico considerar na equação consignatária da fundação dessas, não obstante, o que se reconhece como "[…] situação de grupo […]" (ELIAS, 2008 p. 517). E é isso que faremos aqui.

Ao fazer essas ilações, tomando posição quanto a importância dos grupos sociais, Elias se apropria de uma compreensão extraída a partir da leitura do próprio Marx e, especialmente, de Engels quando o mesmo se questiona acerca da impossibilidade da divisão do trabalho se reificar levando em conta apenas, as esferas econômicas. Para Norbert Elias,

> Engels e Marx não derivam suas hipóteses do caráter eternamente dominante da 'base econômica' de uma análise do poder relativo dos grupos econômicos especializados na relação com outros grupos, mas, sim, da

> convicção de que é possível descobrir ‘leis’, ‘necessidades’, ‘regularidades’ apenas nos aspectos ‘econômicos’ da sociedade […] (ELIAS, 2008, p. 519).

Elias concorda, em vista de percepções como as descritas acima, que Marx e Engels foram além do que se pensava no seu tempo, por tentarem relacionar as ciências humanas e a sociologia e, principalmente, por compreender que as relações sociais são preenchidas pelas relações econômicas e vice-versa, num jogo incessante de relações que tem escopo dialético materialista.

Já nesse ponto, falando sobre os processos civilizatórios, Elias confessa ter encontrado nos costumes e na formação do Estado, temas de seus dois livros mais famosos, fundamentos estruturados, cujos cursos, embora sejam inseparáveis dos aspectos econômicos não podem ser economicamente reduzidos ao *status* da superestrutura (ELIAS, 2008).

Para Norbert Elias, por isso mesmo,

> As sociedades podem passar por processos de desenvolvimento, não somente em termos econômicos, mas também em termos de civilização ou de formação de estados e muitos outros, que duram, frequentemente, tal como demonstrei em outro trabalho (Elias, 1969)[110], mais do que três ou quatro séculos, de modo que o conhecimento pode ser acumulado, pode crescer e se desenvolver, tanto em sua forma prática quanto científica; em resumo, aqui existe a possibilidade de ocorrerem mudanças em grande medida não planejadas, porém organizadas, nas estruturas das sociedades e do seu conhecimento, e essa possibilidade foi deixada de lado nas considerações da sociologia do conhecimento em sua presente fase de desenvolvimento (ELIAS, 2008, p. 531, grifos do autor).

Iniciando nosso debate, a partir do que Elias (2011) chama de “sociogênese e psicogênese” dos processos históricos de longa duração, foi que nos sentimos, atraídas pelo desejo de trazer ponderações sobre o conceito de civilização e, confessadamente proceder há alguns ajustes, necessários a essa definição, em face do sociólogo alemão delinear o seu conceito a partir da realidade circunscrita há três países do continente europeu: França, Inglaterra e Alemanha, uma ‘camisa’ que não cabe em todos. Especialmente, aqueles que não moram, que não conhecem aprofundadamente os três países.

E que não se pense que o legado *elisiano* perde força porque discute uma realidade desconhecida por nós, porque essa não é uma sentença verdadeira. Elias continua sendo a nossa bússola para discutirmos o conceito de processo civilizacional, no entanto, em seu trabalho, será acrescentado o fôlego da interpretação crítica, que intenta aproximar o que esse

[110] Ver: ELIAS, Norbert. *Über den Prozess der Zivilisation.* Bern, Munich, 1969.

autor permite interpretar de nossa realidade, no Brasil e na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX.

Comecemos, então, com Elias dizendo que as acepções sobre o conceito de civilização são bastante variados em vista dessa definição se relacionar com os níveis tecnológicos; as maneiras; ao nível de desenvolvimento científico; as ideais religiosas e aos costumes atrelados a identidade de um povo ou país. Elias também assevera que, o conceito de civilização também, está ligado ao tipo de habitação que dá abrigo aos homens, ao modo como os homens e mulheres partilham a sua intimidade, às formas de punição determinadas pelo sistema judiciário, ao modo como são preparados os alimentos (ELIAS, 2011).

Elias constatando a imensa polissemia do termo civilização, comenta, por isso mesmo que, nada há no mundo que escape da classificação “civilizada” ou seu par dialético “incivilizada”, o que nos leva imediatamente há problematizar sobre a possibilidade de existir entre todas essas interpretações, um elo comunal. Sim, ele existe! é o que diz Elias (2011, p. 23) e, esse elo em comum é o que o autor identifica como “[…] a consciência que o Ocidente tem de si mesmo […]”, mesma coisa que “[…] consciência nacional […]” (ELIAS, 2011, p. 23).

Vejam bem que “[…] a consciência que o Ocidente tem de si mesmo […]” (ELIAS, 2011, p. 23), mesma coisa que “[…] consciência nacional […]” (ELIAS, 2011, p. 23) pode ser compreendida enquanto ‘marcador de prestígio’ que foi utilizado ideologicamente para justificar e apoiar a naturalização das contradições instadas pelo capitalismo moderno em sua dinâmica sociometabólica perversa.

É preciso ter claro, no entanto, que “civilização” e os seus marcadores de prestígio não significam a mesma coisa na parte ocidental do continente europeu que na América Latina, e, em especial, no Brasil e Elias nos chama atenção quanto a essas diferenças. Para ele, no continente europeu, o conceito de civilização se relaciona com o orgulho que nações como a França e a Inglaterra tem de seu passado colonizador. Já para os alemães, a civilização expressa o orgulho que eles tem em relação aos seus próprios feitos, ou seja, enquanto os franceses e ingleses compreendem que civilizar pode estar atrelado a sua parcela de contribuição, no fomento a civilidade imposta ao outro, isto é, está vinculada a missão civilizatória que esses dois países impuseram as nações conquistadas e colonizadas, conforme o seu modelo civilizatório; na Alemanha se enxerga endogenamente, e pensa-se a civilização há partir de si mesma, de seu próprio povo, que em vista da modernidade, experimenta pulsões de abandono de seu passado agrário e feudal.

Mas, e quanto ao Brasil? Quais parâmetros definem o que os *scientistas* pensam sobre a civilização? Sim, porque não há comparação entre os modelos civilizatórios do Brasil e a França e Inglaterra. E vejamos em relação ao caso da Alemanha.

Em nossos estudos a partir de Ribeiro (1997) temos claro que, sociedades como a brasileira, compreendem o processo civilizacional a partir de uma sucessão de revoluções tecnológicas ocorridas a partir do século XIX e através das quais, os homens que viviam sob a lógica sociometabólica da escravização, passaram há viver no regime de trabalho assalariado.

Vale a pena esclarecer, que o fim do regime escravocrata e o início do processo de pagamento do salário no Brasil é entendido por nós, como um ponto nodal de nossa cronologia. E essa transformação sociometabólica é um ponto nodal justamente porque, partimos dele, inclusive, para delinear rotas que retornam ao passado, para somente depois alcançar o presente.

Mas se compreendemos que o marco inicial da colonização se cruza com o evento da chegada dos portugueses no Brasil, em 22 de abril de 1500, então, por que pôr em relevo o fim do regime escravocrata e o início do processo de pagamento do salário para explicar as bases do processo civilizatório brasileiro? Ocorre que as finalidades da colonização – a exploração das riquezas da colônia –, colocaram um limite no plano civilizatório dos portugueses, em relação ao Brasil. E esses planos de exploração só começam a ter algum nível de arrefecimento quando no ano de 1808, os portugueses desembarcam no país trazendo os seus planos da organização da burocracia do Estado.

De 1808 até 1888, portanto, temos um país que persegue o encontro com sua própria identidade civilizatória e que, em seu território já apresenta conteúdos culturais dos mais diferenciados. Alguns desses conteúdos culturais, os povos brasileiros ou *abrasileirados* desejam afirmar e outros a *inteligentsia* nativa, desejava eliminar de uma vez por todas. Conta-se que o Imperador Dom Pedro II, por exemplo, conhecido por ser um frequentador assíduo de exposições, expedições e reuniões de cunho científico nacional e internacional, enquanto representante mór do Estado Nação brasileiro, esforçou-se muito para apresentar aonde ia, o Brasil como um país novo. "[…] Não mais a "mata e a selvageria" deveriam ser a carta de apresentação da nação, mas uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica […]" (SCHWARCZ, 1993, p. 31-32).

A partir de Ribeiro (1997), é que identificamos que o abismo de dessemelhanças entre os conteúdos culturais brasileiros, se expressam há partir de três formas de ordenamento: a primeira ordem é a que admite que o progresso tecnológico brasileiro é irreversível, conquanto, se realize desigualmente, de acordo com o território em que ele foi implantado; a

segunda ordem, é a que reitera que as relações entre os usos dos recursos tecnológicos empregados por uma determinada sociedade, variam de acordo com as finalidades e as motivações internas que mobilizam os seus membros; e a terceira ordem, é a que proclama que os esforços realizados pelos grupos sociais – em nosso caso, de memória – a fim de promover o controle sobre a natureza, as relações de produção e a cultura se manifestam, também, pela via da externalização do controle do pensamento, do saber, das condutas sociais e, ideologicamente também é promovida, através do modo de 'comunicar a novidade', valendo-se do corpo, de crenças e de valores ecléticos do *scientificismo*. Para Darcy Ribeiro, portanto,

> Essas três ordens de imperativos – tecnológico, social e ideológico – e o caráter necessário de suas respectivas conexões fazem com que uma classificação de etapas evolutivas de base tecnológica devam corresponder classificações complementares fundadas nos padrões de organização social e nos moldes de configuração ideológica (RIBEIRO, 1997, p. 40).

Interpretando o texto de Ribeiro (1997) e, ao mesmo tempo, retornando a Elias (2011) identificamos um paralelismo entre as ideias dos dois autores que tratam do tema do processo civilizador. Para ambos, todos os espaços apresentados definem o que esse fenômeno – a civilização – é, de acordo com seus critérios internos e a ideologia que os grupos sociais internos defendem. Para Elias e Ribeiro também, em vista desses arranjos internos serem muito seletivos e serem também dependentes de critérios de exclusividade, eles acabam naturalizando a segregação que, do ponto de vista espacial, também, reforça processos xenofóbicos e preconceitos locacionais, para dizermos o mínimo.

Ele, o conceito de civilização, por isso mesmo, precisa aludir há fatos políticos, econômicos, religiosos, técnicos, morais e sociais. Também alude, há fatos intelectuais, artísticos e religiosos. O conceito de civilização se refere ainda, há atitudes, comportamentos e valores. E a depender de onde estamos, algumas variáveis são mais destacadas que outras.

O processo civilizacional visto sob a lente do êxito, não obstante, corrobora a criação do sujeito "cultivado" (ELIAS, 2011, p. 24), ou do que chamamos anteriormente de *savants positivs*, homens de *sciência*, homens de gênio. Para Elias (2011) são esses sujeitos que representam as formas mais elaboradas de manifestação da civilização, pois, eles encarnam um modelo de conduta e comportamentos que descrevem o seu pleno nível de ajustamento quanto civilidade. E o que se enxerga neles de civilizado são filigranas de seus modos de estar no mundo. Para julgá-los civilizados, portanto, definem-lhes as roupas, as suas habitações, as suas maneiras há mesa, seu modo de falar etc.

Não podemos perder de vista, no entanto, que a sociogênese tanto quanto a psicogênese civilizacional comentada por Elias (2011) descrevem também um processo, e que por esse *status* processual, tais fenômenos são apresentados em movimento constante, porque a sociedade se modifica.

O conceito de civilização, visto por Elias (2011) em nosso entendimento, corrobora uma compreensão dialetizante das relações sociais porque, reconhece-se que, ao tempo em que os processos civilizacionais minimizam as diferenças societárias, eles também enfatizam o que há de comum entre as pessoas e os povos, em vista das diferenças sociais externas – isto é, na relação de um povo com outro povo, de um grupo com outro grupo – segmentarem as sociedades a partir de critérios de exclusividade, como já comentamos.

As disputas ideológicas entre a Igreja Católica e a nobreza, de um lado, se estenderam desde o século XVI, quando o Brasil foi colonizado. Do outro lado, o século XIX é considerado um marco mais fundamental da missão civilizatória brasileira porque, é nesse momento que os moradores das cidades e a burguesia nascitura entram em cena para disputar poder com seus predecessores.

Elias (1993) quando comenta sobre os conflitos entre os grupos sociais que disputavam a primazia dos processos civilizacionais, por isso mesmo, diz que "[…] o desenvolvimento concreto dessa luta constante, e as relações de poder entre os adversários, variam profundamente conforme os países […]" (ELIAS, 1993, p. 15). Elias diz, e nós argumentamos que tais disputas, não se instauram apenas nos países, mas inter-regionalmente, inter-localmente, também. E para falar do resultado dessa polêmica, Elias, como nós, concordamos que saí vencedor desse tipo de querela, aqueles grupos sociais de memória que forem capazes de negociar melhor os princípios reguladores de sua coesão interna, e, ao mesmo tempo, também, foram capazes de se conectar com as demandas extraídas da realidade.

Enxergando através da lente das disputas por poder em projetos civilizatórios nacionais, Elias (1993) ainda argumenta que, os grupos sociais que não conseguiram capilarizar as suas propostas, fazendo com que essas chegassem aonde deveriam chegar, aceitaram a subsunção, até que paulatinamente perderam a importância, alguns chegando até há desaparecer. Já outros, simplesmente, agarraram-se a esse novo que o projeto civilizatório traduzia, na expectativa de ao menos garantir a sua sobrevivência. Foi o que fez a Igreja Católica que, garantiu no século XIX o seu poder, cedendo, inclusive, em relação a princípios que funcionavam como pedras angulares de sua teologia.

Discorrendo sobre os protocolos que regulamentam os atos dos vencedores, Elias (1993) diz que a vontade primordial desses é tornar o seu poder absoluto, o que de certa maneira explica as razões da contundência das narrativas presentes nas theses doutorais da FAMEB. Narrativas que não podiam abrir espaço para as dúvidas, afinal, tratava-se da substituição de um estatuto de verdade por outro.

E em toda parte, até que a vitória desses grupos sociais de memória se afirmassem, formando quadros sociais de memória, são eleitos 'representantes' que atuam como agentes individuais, legitimadores da identidade grupal. O poder que Elias (1993) chama de "furtuito", desses agentes, no entanto, não basta para explicar a profundidade das mudanças civilizacionais, pois "[…] o que encontra expressão nessas, na forma da dominação política, é uma mudança estrutural, como um todo, na sociedade ocidental […]" (ELIAS, 1993, p. 16).

São essas mudanças estruturais que explicam, não obstante, o poder adquirido pelas instituições como a FAMEB "[…] que adquirem nova importância no curso de uma transformação gradual de toda a sociedade, uma importância que simultaneamente confere novas oportunidades de poder aos maiores príncipes […]" (ELIAS, 1993, p. 6).

Carvalho E. (2012) quando discorre sobre a identificação dos elementos mais poderosas de unificação das elites, diz que esse elemento era a educação superior, e a educação superior em Salvador era sinônimo da FAMEB. Por que a FAMEB adquire tanta importância, face ao projeto da civilização que impõe a modernização? Porque em primeiro lugar, quase toda a elite sentia a necessidade de acessar aos estudos superiores como forma de se destacar das populações iletradas; em segundo lugar, porque, a formação em medicina FAMEB se dava em consonância quase que absoluta, com os propósitos civilizatórios que pretenderam impor um núcleo de conhecimentos que justificaria como e por quais razões a sociedade soteropolitana deveria mudar; e em terceiro lugar porque a FAMEB se constituirá num núcleo de difusão de ideologias para o Brasil que queria refundar-se e livrar-se da imagem de país ocupado por 'selvagens' (CARVALHO E., 2012, p. 65).

Elias é tão contundente quanto a afirmação do poder de instituições como há que estamos estudando que, ele alega a existência de um comando despótico dentro dessa. Um comando que se estrutura socialmente e que se capacita a conservar a imagem do processo civilizatório por um longo período de tempo. Para Elias (1993, p. 16) instituições como a FAMEB são as únicas capazes de atingir "[…] o plano da realidade histórica, no qual ocorre o processo civilizador […]". Não é coincidência, portanto, que essas instituições lidem o tempo todo com a perspectiva de delineamento – contenção, manutenção ou regulamentação, geralmente – dos costumes que redundaram, por sua vez, na organização de arranjos

hierárquicos que ‘saltavam’ de dentro delas, atingem a sociedade até corroborarem a formação do Estado.

Mas para chegar ao ponto de formação do Estado, o processo civilizatório não deveria se alijar do forjamento antecedente das condições históricas que patrocinassem o ‘treinamento das consciências’, ou no jargão marxista, o processo civilizatório deveria se precipitar sob sociedade, para garantir que se forjasse nela a alienação. E essa tomada da consciência – que aqui é interpretada no sentido de tomar posse mesmo – ou posição alienante, dependerá fundamentalmente da “[…] aceleração da história […]” (LE GOFF, 2013, p. 188). A aceleração da história, que precipita a fundação do processo civilizatório e que se instaura quando ocorre o inevitável conflito entre o antigo e o moderno.

> A oposição antigo / moderno, que é um dos conflitos através dos quais as sociedades vivem as suas relações contraditórias com o passado, agudece-se sempre que se trata de lutar contra um passado recente, um presente sentido como passado, ou quando querelas dos antigos e modernos assume as proporções de um ajuste de contas entre pais e filhos (LE GOFF, 2013, p. 188).

Para Le Goff (2013) o segundo elemento que ajuda a conformar o que estamos chamando de ‘alienação da consciência’ sobre as contradições que marcam o processo civilizatório, é representada pelos progressos materiais que exercem pressão sobre as mentalidades, contribuindo para transformá-las. Na acepção do historiador francês, essas mudanças ideológicas nas mentalidades não podem ser bruscas. E elas existem porque precisam encetar, ao fim e ao cabo, algum nível de racionalidade contra a tradição e a autoridade sobrenatural conquistada pelos reis, pelos príncipes e sacerdotes.

O terceiro elemento relacionado por Le Goff (2013) para falar acerca das condições históricas da tomada da consciência sobre o moderno, ocorre a partir do que o historiador francês chama de fenômeno do “choque exterior” (LE GOFF, 2013, p. 188). O choque exterior acontece quando um modelo civilizatório é confrontado com outro.

E por fim, o quarto elemento está relacionado ao fato do processo civilizatório decorrer da reificação das condições de coesão interna que ligam as ideias mais oportunas, há um determinado grupo social de memória, responsável pela fabricação de seus parâmetros.

Em nosso entendimento, podemos relacionar Le Goff (2013) ao que diz, Elias (1993) pois, ambos autores parecem refletir sobre o que sustenta os “centros formadores de estilo” (ELIAS, 1993 p. 16) como é o caso da FAMEB. E ainda que Elias se refira ao exemplo de algumas cortes europeias para fundamentar o seu argumento sobre a importância desses

lugares, chegando a dizer, inclusive, que "[…] a importância das cortes como autoridade social, como fonte e origem de modelos de comportamento, excede de muito a da universidade […]" (ELIAS, 1993, p. 16-17), é preciso lembrar que, ele se referia a uma realidade que não corresponde a nossa, em vista das determinações históricas terem delegado ao Brasil a posição de colônia de exploração de Portugal.

E se nos perguntamos se tal quadro permanece imutável, para sempre, respondemos que não. A vinda da corte portuguesa para o Brasil determinou uma aproximação maior com os protocolos e com o *élan* que envolviam o acesso aos nobres e Schwarcz já tratou disso em dois de seus livros: *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930)* (1993) e *As barbas do imperador* (1998).

Esses dois livros de Schwarcz (1993, 1998) são trazidos de volta há esse tópico, porque, entendemos que eles apoiam os argumentos de Elias (1993), quando esse autor diz que, o pilar fundamental para o processo civilizatório e a fundação do Estado são cimentados a partir do respeito aos protocolos impostos pelas côrtes reais. Protocolos esses que, acabam reificando a imagem sagrada do "grande pai" da nação, guia dos seus caminhos, o Imperador.

Concordamos com tal argumento, conquanto, entendemos que ele não baste para ir a raiz dos processos civilizatórios e da fundação do Estado Nacional brasileiro. E o que basta, então? Em nossa opinião, o que bastou no Brasil para sustentar a fundação do Estado e, por conseguinte, os processos civilizatórios, foram os protocolos da côrte, mas sobretudo, a instituição de uma rede de saberes estáveis no país – a fundação da FAMEB e FAMERJ (1808); a fundação da Biblioteca Nacional (1810); a fundação do Banco do Brasil (1808); a fundação do Jardim Botânico (1808); a fundação do Museu Nacional (1818); etc. Essa rede é que se torna responsável por organizar a burocracia do Estado e quem comentou sobre isso, foi Carvalho J. (2012) no livro *A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial*.

A construção da ordem burocrática no Brasil Imperial e, em Salvador, capital do Estado da Bahia, especialmente, começou a ser construída desde a chegada dos portugueses na *terra brasilis*, em 1500, disso não se tem dúvidas. Quando retornam ao país numa segunda expedição, essa sim, fixadora das instituições do Império, os portugueses trazem consigo planos de fundação de uma Câmara Municipal de Salvador, de uma cadeia pública e de um hospital na cidade, a Santa Casa de Misericórdia, todas essas instituições fundadas no ano de 1549. Somando-se a essas, no século XIX ainda temos as fundações supramencionadas no parágrafo anterior que apoiam a figuração de uma estrutura mínima de organização do Estado.

Relacionamos a estruturação dessas instituições não somente a formação da burocracia do Estado mas, há associamos, também, ao delineamento da própria estruturação da classe burguesa no país. A classe burguesa, porque, ao nosso sentir, percebendo que o poder imperial não tardaria a se esgarçar, essa classe aproxima-se das instituições que simbolizavam o poder novo para sustentarem os seus interesses. E dessa aproximação, que bem dá conta de como a burguesia pensa a importância da capilaridade de sua atuação política, é que se funda uma concepção de civilidade. Sim, porque as determinações da própria história de lutas sociais particionadas, pacificaram a questão que o processo civilizacional deveria chegar a todos, mas não em níveis equilibrados de afecção.

4.2.2 *Scientificismo* e ideologia civilizatória na FAMEB

Mencionamos várias instituições no subtópico 4.2.1 *O conceito de processo civilizatório mobilizado pelo scientificismo,* e acerca delas o que se pode dizer é que cada uma forneceu a sua parcela de contribuição para pensar ideologicamente o processo civilizacional na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. A FAMEB, no entanto, é, sem sombra de dúvidas, o mais importante espaço de difusão da mensagem civilizatória na Salvador do período. E os representantes do *scientificismo,* que se abrigam na FAMEB demonstram estar tão conscientes dessa importância que, ao se apresentarem a sociedade, jamais se cansam de exaltar a convicção de serem eles, os *scientistas*, os proprietários da verdade.

Retornando a Mészáros (2014), ele diz que o *scientificismo* do século XIX faz um apelo em prol da sua própria neutralidade, objetividade e autoridade, além de perseguir incessantemente a verdade, essa busca remontando a ascensão de metateorias que tem base no positivismo, em especial, mas também, no evolucionismo e determinismo geográfico.

O problema do *scientificismo* do século XVIII, anterior ao nosso limite temporal, portanto, é que ele demora um tempo para assumir um lugar em termos de legitimação ideológica nos contextos sociais de mudança. O *scientificismo* enquanto narrativa substituta do discurso religioso, secular, por exemplo, atuou fortemente e inicialmente, a favor do controle ideológico do desenvolvimento das forças produtivas, o que se situa como a contradição absoluta aos propósitos que mais tarde ele assumirá. Ele não apoiou o desenvolvimento das forças produtivas inicialmente, mas logo a digressão reclamou o seu lugar e esse aspecto mudou, deixando o caminho livre para que a razão seguisse o seu curso.

Fizemos questão de explicar o ‘comportamento’, inicialmente vacilante do *scientificismo* quanto há sua associação com o desenvolvimento das forças produtivas, porque entendemos que é em vista da guinada vertiginosa, que leva a valorização dessas forças – fenômeno que ocorre na transição do século XVIII para o século XIX – que, pela primeira vez na história, às desigualdades sociais são acrescentados atributos de transitoriedade, pois que, para os *scientistas*, nada deve ser potencialmente capaz de superar a legitimação ideológica oferecida pela *sciência*. A fé inabalável na ‘cura da sociedade’ pelo *científico* restaura, por essa razão, a crença que o futuro e quem o desenha são instituições como a FAMEB.

A partir da legitimação ideológica que instituições como a FAMEB orientar os caminhos do processo civilizatório, não obstante, é que os grupos sociais de memória acolhidos naquele espaço, acabam assumindo uma postura de chancela em relação à divisão social do trabalho e acabam também, legitimando a questão da exploração do homem pelo homem.

E por que o *scientificismo* se abriu há essa virada epistemológica? Por que ele foi tão bem recepcionado na FAMEB, os princípios que os médicos e estudantes apregoavam, servindo de balizamento para o processo civilizatório da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX? Essas questões não são fáceis de responder porque uma análise, por mais superficial que seja do assunto, implica em instituirmos algum nível de cotejamento com a realidade de outros espaços, como o Estado do Rio de Janeiro, e a FAMERJ, por exemplo, que foi criada no dia 02 de abril de 1808, mesmo ano em que FAMEB.

Comparando o *modus* de fabricação do *scientificismo famebiano* e *famerjiano* uma análise precipitada pode levar a interpretação que se trata da mesma prática social levada a efeito nas duas instituições. Esse entendimento é reforçado ainda mais, pelo fato dos currículos das duas faculdades caminharam juntos até o ano de 1891, quando finalmente, a Reforma Benjamin Constant (Decreto nº 1.270 de 10 de janeiro de 1891) cindiu os planos pedagógicos das duas instituições impondo-lhes a direção de caminhos diferentes

O entendimento geral é esse, no entanto, a interpretação que as faculdades soteropolitana e fluminense analisam o *scientificismo* de igual forma é equivocado, porque ele ignora que o Rio de Janeiro e a ‘cidade da Baía’ ocupavam posições geoestratégicas distintas no século XIX. Com o desembarque da família real no Rio de Janeiro, no ano de 1808 esse espaço tornará-se sede do Império Português; tornará-se o espaço aonde deveriam ser instaladas as instituições sustentaculares da burocracia do Estado; o Rio de Janeiro era esse espaço que mais e melhor comunicava com o restante do mundo conhecido a época e em

razão de tudo isso era, também, o espaço aonde a modernidade era traduzida com menos desvios.

Já Salvador, era pujante economicamente falando, mas desde que perdeu a posição de capital do Império, esforçara-se para manter o seu dinamismo econômico, conquanto, não tivesse condições de disputar em importância com a capital dos fluminenses.

Quisemos trazer essa pequena descrição das disputas territoriais que ocorriam entre as cidades do Rio de Janeiro e de Salvador porque, entendemos que essa rivalidade entre os dois espaços trazem consequências para a concepção de *sciência* desenvolvida nos dois lugares. Enquanto na FAMERJ do Rio de Janeiro a maior facilidade de trânsitos interculturais, permitiu uma interpretação mais literal dos avanços da medicina, o que levou ou *scientistas* a convicção que o propósito seminal do trabalho da formação médica seria "atacar a doença"; na FAMEB, mais atrasada, até porque dispunha de menos recursos que a FAMERJ, a opção central foi "atacar o doente".

O doente! O que explica a opção gnosiológica de atacar o doente, tomada na FAMEB? A nós restou o entendimento que as determinações do processo histórico e acidentalmente da geografia acabaram forjando o lugar ocupado pela FAMEB no desenho do processo civilizacional soteropolitano. E deste lugar não restou outra opção para a FAMEB, senão, tornar-se profusora do pluralismo *científico*, do ecletismo e de um conhecimento difuso que deliberadamente escapa do tema da saúde, e quer abraçar as questões sociais, para indicar caminhos que façam sumir os problemas. Sobre esse pluralismo, Mészáros (2014) diz o seguinte:

> […] refletindo a interação estrutural da pluralidade dos capitais dentro da ordem social estabelecida, o modo de legitimação pluralista, longe de ser um fingimento vazio, é de fato mais eficiente, não apenas entre os grupos de interesses concorrentes da classe dominante, mas também como um poderoso regulador do metabolismo sociopolítico como um todo […] (MÉSZÁROS, 2014, p. 244).

As razões fundamentais do radicalismo *scientificista* da FAMEB, ao nosso sentir, passam pela associação entre *sciência* e produção. E passam por isso porque, houve a percepção que nada havia de mais poderoso que o discurso *científico* para promover a legitimação ideológica da produção capitalista. Mészáros (2014) por essa razão, concorda que foi a *sciência* quem mais contribuiu com a confrontação entre o estatuto anterior, e ademais, esse autor também, argumenta que, a *sciência* também, conseguiu "[…] limpar o terreno para seu próprio desenvolvimento futuro […]" (MÉSZÁROS, 2014, p. 246), o que em nosso caso,

significava abrir espaço para a circulação de capitais e de pessoas na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX.

Colocando em confronto a concepção marxista com as metateorias positivista, o evolucionismo e o determinismo geográfico na FAMEB que já estudamos no capítulo três, temos uma *scientificismo* que, conforme essa segunda análise metateórica, terá a sua importância relativizada, é idealizada e será considerada sob apenas um aspecto do complexo geral do desenvolvimento. Tem-se um estatuto que não está sujeito as contradições que são atribuídas as práticas produtivas capitalistas. Temos uma *scientificidade* que, não obstante, legitima essa relativização e idealiza as manifestações mais específicas da alienação e divisão do trabalho prevalentes.

Dada essa interpretação, é que entendemos que o atributo anti-ideológico e a- histórico assumido pela *sciência famebiana* não foi uma coincidência. O que a assunção dos estatutos positivista, evolucionista e o determinismo geográfico na FAMEB pautam é, em nosso entendimento, uma verdadeira cruzada contra o conceito ideológico de alienação pois, na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XIX, trata-se centralmente de promover uma destituição estatutária de longa duração, o que exigia a contundência da *práxis* transformadora da realidade.

Mészáros (2014), reconhecendo a importância do legado marxista para explicar a interação entre o *scientificismo* e o domínio do capital é quem nos lembra que as contribuições de Rousseau são próximas da concepção de desenvolvimento histórico e produtivo que Marx reflete. Para Mészáros (2014), Rousseau (1964) no livro *“Discours sur les sciences et les arts”* produz questionamentos fundamentais acerca do papel alienador do discurso *científico* quando confessa:

> Enquanto o governo e as leis promovem a segurança e o bem-estar dos homens na coletividade, as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e mais poderosas talvez, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro que eles carregam, sufocam neles o sentimento dessa liberdade original para a qual pareciam ter nascido, fazem-nos amar sua escravidão e formam assim os chamados povos policiados. A necessidade elevou os tronos, as ciências e as artes consolidaram-nos. Poderes da terra, amai os talentos e protegei aqueles que os cultivam. Povos policiados, cultivai-as: felizes escravos, vós lhes deveis esse gosto delicado e fino com que vos irritais; essa doçura de caráter e essa urbanidade de costumes que, entre vós, tornam o comércio tão suave e tão fácil; em uma palavra, as aparências de todas as virtudes sem ter nenhuma […] (ROUSSEAU, 1964, p. 6).

O que entendemos dessa narrativa é que Rousseau apesar de figurar nos quadros sociais de memória como um dos principais defensores do Iluminismo e ideólogo da pequena burguesia revolucionária, anterior a Revolução Francesa (1789 - 1879), reifica uma crítica a tendência que quer transformar o *scientificismo* num pensamento a-crítico. E Mészaros considera que ele não avança no aprofundamento dessa mesma análise, por haver se comprometido com a defesa que a assunção do *científico* era inevitável.

Diz Mészáros (2014) sobre o filósofo que

> […] a contradição fundamental no pensamento de Rousseau está em sua percepção incomparavelmente aguda das manifestações da alienação e na glorificação de sua causa fundamental. As premissas básicas de seu sistema são: por um lado, a aceitação da propriedade privada como base sagrada da sociedade civil, e por outro, a "condição média" como única forma de distribuição adequada da propriedade [...] (MÉSZÁROS, 2014, p. 249).

Marx por outro lado, reitera no *Grundrisse* (MARX, 2011) as preocupações com o legado *rousseauriano* e vai além, ao destacar a importância da produção material, do consumo, da distribuição e da troca na produção da sociedade. Para Marx (2011), apesar das contradições, o que Rousseau destaca é que a produção da *sciência* é socialmente determinada. E conquanto, as narrativas *scientíficas,* na aparência, permitam enxergar que, os protocolos e a burocracia do Estado sinalizem apenas uma modificação dos costumes, na cultura, pelo contrário, essas indicam objetivamente a necessidade de antecipação da fabricação da sociedade burguesa (MARX, 2011, p. 39).

O pôr teleológico da ideologia *scientificista* tornou o papel da burguesia marginal na fundação da 'cidade da Baía' moderna, conquanto a atuação dessa classe, devesse aparecer como algo que subsome na realidade. E como não se pode presumir que tenha havido um desguarnecimento ideológico das posições de mando, tornara-se essencial buscar há quem deliberadamente pudesse ser atribuído o sucesso e a responsabilidade pelo processo civilizacional. E quem se traveste de não burguês, sendo burguês, são os *scientistas* anacrônicos, são os *scientistas* natos; são os positivistas, evolucionistas e deterministas geográficos. São eles que capilarizando as suas ideações, conseguem formar quadros sociais de memória como o dos higienistas e médicos legistas, os mais fortalecidos da FAMEB.

Era essa produção de uma consciência falseada sobre a realidade que tornou as metateorias anteriormente mencionadas, um sucesso na FAMEB. E do modo como se tentou eliminar em relação a essas, as contradições, nunca, em nenhum momento da análise das Theses Doutorais apareceu algum tipo de juízo negativista sobre a cisão espacial que o

processo civilizacional provocou na ‘cidade da Baía’ dividida em duas de meados do século XIX em diante.

A produção dessa consciência falseada sobre a realidade também, fez subsumir as percepções sobre o processo civilizacional soteropolitano estar vinculado há interesses geopolíticos externos ao Brasil e até há Portugal. Fez com que não se percebesse que as balizas do projeto civilizacional, que estava sendo delineado na ‘cidade da Baía’ seria definido alhures, pelos países que lideravam os processos coloniais não somente do ponto de vista cultural mas da economia política, também. Por que neles? Porque somente eles, tem de forçar o acionamento da redefinição de regimes arcaicos, diz Bosi (1992).

A produção dessa consciência falseada sobre a realidade, por outro lado, também, tornou invisível as mediações, a articulação política necessária para implantar o projeto civilizacional na ‘cidade da Baía’, tal mediação prestando-se ao estabelecimento de limites ao processo civilizacional há ser implantado. Na ‘cidade da Baía’ não obstante, nunca se pretendeu reproduzir uma europa por aqui, mas uma “europa possível” de ser estabelecida nos trópicos, concordavam os *scientistas*, arautos das benesses da civilização, recorrendo natureza natural para justificar as razões de nosso atraso. O processo civilizacional na ‘cidade da Baía’ dar-se-á por isso mesmo, no limite de não ameaçar a conjugação de forças geopolíticas responsáveis pelo mando espacial.

Retornamos há Mészáros (2014, p. 250) para deixar claro que “[…] o *scientificismo* anistórico se tornou o quadro de referência comum para uma multidão de ideologias diferentes […]”. E quando Mészáros (2014) se refere há essa multidão de ideologias, nós nos sentimos à vontade para associá-las com as metateorias do positivismo, do evolucionismo e do determinismo geográfico, sem nos esquecermos do higienismo e da medicina legal, que além de ideologias, também, compõe quadros sociais de memória, ou uma espécie de injunção metabolizada por aspirações históricas, associadas aos princípios de uma dialética objetiva que constitui suporte metodológico da interpretação burguesa dos processos civilizacionais.

É importante sublinhar, por conta disso que, esse *scientificismo*, tomado pelas imprecisões, apesar de intencional, na verdade comportava-se como uma caricatura da ciência verdadeira que irá se afirmar no início do século XX, graças a melhoria das técnicas cirúrgicas. O que compreendemos que ela intente disfarçar, carregando tanto nas tintas do conservadorismo e anacronismo são pontos de vista defendidos por ideólogos que querem colocar Salvador nos rumos da civilização, mas a custa de sacrifícios de cindir a cidade.

5 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO. A ‘CIDADE DA BAÍA’ DE MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX EM QUADROS (SOCIAIS DE MEMÓRIA)

A razão de ser desse capítulo quinto é demonstrar como a retórica das theses doutorais se manifesta no tecido da ‘cidade da Baía’, ajustando-a a modernidade.

O exame da produção de quadros sociais de memória na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX requisita que antes de prosseguir, possamos esclarecer sobre os mecanismos de ajuste espacial que subordinaram a produção capitalista desse espaço geográfico, em específico. Esse exame, também requer, que dediquemos atenção especial com os marcadores temporais de nossa análise, visto que, entendemos, não há como precisar, quando exatamente – dia, mês e ano – a produção capitalista do espaço soteropolitano alcança um patamar histórico irreversível, a sua plena maturidade, em termos da consolidação do poder da nova classe emergente: a burguesia cujos princípios básicos são ‘encarnados’ pelos *scientistas* da FAMEB.

O que estamos fazendo nessa Tese de Doutorado é tentar entender também, como a burguesia nascitura, efetiva o seu projeto de criação de quadros espaciais e sociais de memória novos e que acabam por desestabilizar o poder oligárquico anteriormente prevalente, pois, nosso trabalho não prescinde de adotar o mesmo entendimento que Fernandes (1976), quando o autor diz que:

> […] o que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa [...] (FERNANDES, 1976, p. 239).

A mesma lógica explicativa utilizada para delucidar a configuração e domínio do poder burguês, vale para o entendimento das mediações que irão nos ajudar a compreender também, as razões da Igreja Católica ter perdido o primado da definição estatutária de caminhos que definiam os destinos da cidade, conquanto, tivesse resistido como força considerável na economia política.

Para fazer um esclarecimento sobre os ‘ajustes burgueses’, primeiramente, interrogamos há Marx que em *O Capital*, *Livro I, Volume II* (1980) se pronuncia acerca do argumento que “[…] o capitalismo, quando se apoia no poder da mãe-pátria, procura afastar-se do caminho, pela força, o modo de produzir os bens e de apropriar-se deles, baseado no

trabalho próprio [...]" (MARX, 1980, p. 884). A "mãe pátria", quem é ela? Para Marx a mãe pátria é o espaço geográfico, que vai sendo ajustado em conformidade com os balizamentos da lógica sociometabólica do sistema que o subordina: o capitalismo. E quem explica a lógica que produz esses espaços geográficos? É o que trataremos a partir daqui.

Para falar da produção do espaço geográfico e ajustes espaciais, primeiro recorremos a Hegel (1997), porque no livro *"Princípios da filosofia do direito"*, o autor nos lega a possibilidade de um melhor entendimento sobre a teoria econômica do imperialismo capitalista. Ele descreve as contradições inerentes a sociedade civil burguesa e, principalmente, discorda de Adam Smith (1723 - 1790) quando o filósofo e economista escocês diz que os mais privilegiados, os ricos, graças à presença de "uma mão invisível" (SMITH, 1759), dividem com os pobres, inadvertidamente, os lucros gerados pela riqueza acumulada, em vista da impossibilidade de acumular tudo (SMITH, 1759, p. 128).

A principal intenção da obra *"Princípios da filosofia do direito"* (1997) e das ilações que Smith constrói é, segundo Harvey (2003, p. 98, grifos do autor) "[…] proporcionar uma interpretação da lei, da moralidade e de diversos aspectos da vida ética como 'expressões objetivas e institucionais do espírito' [...]". E Hegel por conta do reconhecimento dessas expressões éticas, critica ferozmente Smith e se vê obrigado a contestar, o que foi criado para tornar-se o principal axioma desse filósofo e economista escocês.

Hegel (1997) argumenta, contrariando Smith que é impossível ao mercado se autorregular, é impossível para o mercado capitalista não funcionar sobre os pilares imperfeitos da contradição, pois que, o trabalho explorado, ou melhor dizendo, o lucro que é extraído do trabalho roubado do proletário, acabará sempre desequilibrando as relações de produção e colocando em campos de interesse diferentes, os verdadeiros agentes de produção da riqueza, ou trabalhadores, que estarão de um lado, enquanto, do outro lado, ficam localizados, os donos dos meios de produção. Ademais, Hegel ainda mais, rebate Smith quando argumenta que o capitalismo retroalimenta, constantemente, as noções de necessidades sociais, como forma expansão *ad infinito* da produção, do consumo e da extração do lucro.

Aproximando as acepções *hegelianas* de nossos interesses mais centrais nessa pesquisa, as ilações do filósofo germânico nos ajudam a pensar sobre os modos como a expansão da produção capitalista, que teve como cenário a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, coincidem com mudanças expressivas nos padrões de vida de grandes levas de moradores soteropolitanos, pois que, em vista do projeto civilizacional moderno, esses moradores passaram a vivificar mais agudas experiências de privação e

relativa incapacidade de "[…] sentir e desfrutar as liberdades mais amplas e, especialmente, os benefícios intelectuais da sociedade civil […]" (HEGEL, 1967, p. 277 apud HARVEY, 2003, p. 100).

Vejam bem! Nem Hegel, está se pronunciando sobre o assunto, e nem nós estamos dizendo aqui, que a exploração do trabalho pelo capital não existisse antes do *scientificismo* aportar na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, porque isso seria leviano e impreciso. O que afirmamos com convicção, no entanto, é que o projeto civilizacional, que pretendeu introduzir a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, precisou ser estudado há luz da interpretação *hegeliana,* porque as ideações desse autor, ajudaram a entender melhor sobre há agudização da divisão de classes que tem início justamente há partir da mudança sociometabólica do sistema de trabalho escravo para o sistema de trabalho assalariado. Mais ainda! O modo como os grupos sociais de memória, conduziram-se e/ou foram conduzidos até o projeto civilizacional moderno, explicita o afã ideopolítico de conformação, de naturalização e de irrevogável destino para o espaço investigado, o que é típico do capitalismo.

As soluções que Hegel (1997) oferece, no sentido de mitigar o desequilíbrio de forças entre o capital e o trabalho, conforme ele mesmo aponta, parecem ser muito inapropriadas, pois, essas presumidas 'soluções' se baseiam no que estamos chamando de 'efeito Robin Wood' que significa, cobrar impostos dos ricos, para devolver aos pobres na forma de beneficência pública e mais trabalho remunerado.

Apesar de ser o próprio Hegel (1997) que sugere tais mudanças, é ele mesmo que conclui que as suas soluções seriam ineficazes, primeiro porque, tirar dos ricos acirraria ainda mais o 'ódio de classes' e, em segundo lugar, oferecer emprego aos pobres só ocasionaria mais profundas possibilidades de exploração do trabalho pelo capital. Hipotetizando sobre a ocorrência da oferta de trabalho aumentar, tomamos por óbvio que aumentaria também a produção do excedente; a produção do excedente, faria o preço do produto despencar e; por consequência, havia também, o rebaixamento do preço pago pelo salário.

O auto entendimento que as suas soluções iniciais não seriam eficazes, leva Hegel (1997) a sugestão de novas proposições, proposições essas que nos parecem mais adequadas, inclusive, para nós. Conforme o filósofo, a sociedade civilizada e burguesa nascitura, mover-se-ia em conformidade com uma dialética interna, que à impele há busca incessante por novos mercados e, portanto, por novos espaços para 'desenhar' e explorar. Nessa sociedade, por isso mesmo, os espaços devem ser constantemente mobilizados, ajustados para que seja facilitada a circulação.

O sociometabolismo referido e que estava a exigir a movimentação constante do espaço geográfico, se dá em um ‘terreno pantanoso’, pois, como a experiência histórica com o capitalismo é nova, os *scientistas* da FAMEB – higienistas e médicos legistas, especialmente – não conseguiram formar uma ‘cara única’ que os permitissem a identificação como um grupo social de memória coeso, inicialmente. Na verdade, a burguesia soteropolitana parece ser um pouco dispersa estruturalmente, em meados dos dezenove, conquanto, algum nível de aglutinação se afirme nela, a partir do ponto em que esses (*scientistas*) passar a projetar os seus interesses sobre a cidade.

E a cidade não é um elemento anacrônico que se possa colocar fora da lógica da economia política forjada no ordenamento capitalista. Ao contrário dessa interpretação, a cidade desperta o interesse porque é um grande cenário, ao qual os *scientistas,* representantes dos interesses da burguesia, se voltam para forjar as suas estratégias de aproximação com o plano político que os fará ocupar o Estado.

E há esse respeito, novamente Fernandes (1976) se manifesta e nos ajuda a refletir quando diz que:

> As próprias ‘associações de classe’, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam a exercer pressão sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares (FERNANDES, 1976, p. 240).

Fernandes (1976) avança ainda mais, quando sustenta que o efeito direto dessa articulação interna dos *scientistas* da FAMEB com a cidade é que grupos sociais de memória minimamente organizados, conseguem estabelecer múltiplas aderências com as estruturas econômicas e políticas. E mais importante que tudo, Fernandes (1976) nos ajuda há refletir sobre as razões pelas quais o *scientificismo famebiano* consegue estabelecer ligações importantes com a sociedade, a fim de torna-se paladina de um projeto específico civilização ou um instrumento de produção de um arquétipo da modernidade.

As reflexões de Fernandes (1976) se associam as ideias de Hegel também, porque tanto o sociólogo brasileiro como o filósofo britânico nos permitem pensar uma ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, que se apresenta como campo de tensões especulativas, nas quais as regras de sua produção espacial estarão de modo indelével, mediadas ao imperialismo e colonialismo, vez que, são essas formações ideológicas que, sem sombra de dúvidas ‘assediam’ a sociedade soteropolitana que se pretende amadurecida a partir das balizas da civilização.

A crescente acumulação da riqueza *pari passo*, com a criação do que Hegel (1997) chama de "ralé penuriosa", miserável e desesperada, criam o cenário perfeito para que a divisão de classes ser delineada, a distância entre as classes não podendo ser mitigada por qualquer transformação interna da sociedade civil. Para o filósofo germânico, ademais, a crise da superprodução e, paradoxalmente, o subconsumo, provocadores de grandes desiquilíbrios na distribuição de renda, solapam a coerência interna dos empreendimentos industriais, forcando a sociedade civil na busca de uma transformação externa, que se efetiva por meio da expansão geográfica, principalmente.

A partir dessas contribuições de Hegel (1997) novamente, podemos compreender que, as ideações que atuam sobre o tecido urbano e que foram engendradas pelos *scientistas* da FAMEB, não são explícitas na consciência dos membros da sociedade soteropolitana, nos grupos sociais de memória e nos quadros sociais de memória, como análise precipitada poderia fazer supor. O processo de transformação que eleva a individualidade natural, à universalidade formal do saber e da vontade para Hegel (1997) dá-se quando compreendemos o lugar seminal da cultura nos processos de constituição civilizacional.

> As concepções da inocência do estado de natureza, da simplicidade de costumes dos povos primitivos e, por outro lado, a sensualidade daqueles para quem a satisfação das carências, os prazeres e as comodidades da vida particular constituem fins absolutos, ambas têm o mesmo corolário: a crença no caráter exterior da cultura (HEGEL, 1997, p. 172).

Hegel (1997) diz que, inicialmente e nessas circunstâncias, a cultura pode ser considerada, como uma conveniente corruptora dos costumes, e depois, num segundo momento, como um meio, através do qual a sociedade vai sendo transformada. Nos dois casos, porém, ela – a cultura – não dá explicações sobre aquilo que assume o lugar de pilar essencial das mudanças; ela – a cultura – não comenta sobre os por que´s da razão, visto que, ao sentir de Hegel só alcança a realidade concreta, o espírito cindido, aquele que encontra o equilíbrio entre as exigências naturais e as exigências materiais, objetivas que tem na cultura um marco.

Hegel (1997) concorda ainda que, a despeito de baseados numa cultura e numa racionalidade que lhes são próprias, não é prerrogativa de nenhum povo, qualquer que seja ele, formar um Estado. Hegel diz, e nós assentimos que, um povo começa há formar um Estado, espaço ordenado e com estrutura própria, quando esse consegue fabricar quadros sociais que tem por finalidade legitimar um conjunto específico de memórias justificadoras de suas práticas sociais.

Tanto Hegel quanto Marx se aproximam teoricamente de nossos interesses na pesquisa quando anuem que o trabalho é seminal para a produção da sociedade soteropolitana, e, por conseguinte, para a produção de qualquer que seja o espaço geográfico. A importância seminal do trabalho afirma-se, via de regra, quando ambos autores concordam que as transformações internas e externas da sociedade são as únicas capazes de restaurar a estabilidade social e rechaçar as crises do capitalismo. Argumentamos, ademais, que Marx e Hegel ainda estão próximos em nível teórico porque, eles assumem uma posição contrária a tese central *smithiana* de ação auto-reguladora da "mão invisível" do Estado, e, ademais, eles ainda concordam que os antagonismos de classes possuem importância seminal para entendermos a tese da economia política.

Nós, primeiro, fomos *an passant* até Marx e, depois, aprofundamos um pouco mais o debate sobre o legado *hegeliano* na relação com o nosso objeto e a produção do espaço geográfico, com uma intenção que não é frívola. Fomos até Marx, depois caminhamos até Hegel e retornamos novamente há Marx porque, há muito no imenso legado construído por Marx que reinterpreta a obra de Hegel, pois, é o alemão quem, em definitivo, transforma as qualidades ocultas e misteriosas do espírito universal, em materialidade que é interpretada à luz da economia política.

O trabalho de Marx, não obstante, apresenta elementos fundamentais para entendermos as contradições que são balizas do projeto civilizacional soteropolitano. Marx nos propicia, por exemplo, o entendimento sobre o trabalho concreto, "[...] o trabalho genérico, ontologia do ser social, valor de uso [...]" (DUTRA JÚNIOR, 2015, p. 36) e o trabalho abstrato "[...] aquele que vem à superfície aparente, e no equivalente geral como mediação de todas as relações [...]" (DUTRA JÚNIOR, 2015, p. 16). E por essas ilações, ele nos oportuniza situar também, as dissimilitudes que são instauradas na definição de público e privado, afinal, se não se pode argumentar que o projeto civilizacional fabricado na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, tenha instaurado a lógica da extração da renda da terra no espaço soteropolitano, o projeto civilizacional moderno quando é instaurado nesse espaço, torna-se o responsável indubitável pela fabricação de uma cidade definitivamente cindida e cujas divisões devem ser naturalmente aceitas por sua população.

E como o materialismo é orientado por acepções de base histórica e dialética, quando Marx aborda as tensões entre o público e o privado, ele advertidamente, nos aproxima também, do debate sobre o que está no cerne das preocupações sustentaculares dos que se colocam ao lado do capitalismo: garantir que a polarização entre as classes antagônicas não se

torne visível, não extravase até que se chegue ao nível da revolução sociometabólica (MARX, 1980).

A ideologia conceitualizada por Marx e Engels (2007) como "falsa consciência", atuaria aí, enquanto agente promovedor de desvios – e para sermos mais precisas, de alienação – sobre o que está na essência da realidade concreta: a exploração do homem pelo homem. E o que está na essência dessa realidade é, em nosso caso, uma 'cidade da Baía' civilizada passa a ser soerguida a partir da aceitação de suas próprias contradições, como se tais contradições não respondessem há um processo de produção social e, principalmente, histórico; como que os arranjos espaciais segregacionistas entre freguesias 'nobres' e suburbanas, tivesse de ser naturalmente a lógica sociometabólica das transformações espaciais.

Trazendo Harvey (2003, p. 111) para participar do debate, por isso mesmo, compreendemos que "[...] Marx mostra que a consequência inevitável dos processos reais de funcionamento no capitalismo é a reprodução da relação do capital numa escala progressiva; mais capitalistas em um pólo, mais trabalhadores assalariados no outro pólo [...]".

E continua Harvey (2003) argumentando que, o processo de fabricação da falsa consciência sobre a realidade, ainda mais transforma o espaço geográfico, quando forja mecanismos de criação de excedentes populacionais; quando estimula a criação de um verdadeiro "exército de reserva" composto por desempregados, mendigos, moleques e vadios que foram localizados graças as topografias ou geografias médicas e que, também, foram "liberados" de participar mais ativamente das transformações realizadas, porque, não conseguiram fazer frente às atualizações técnicas que subordinaram o trabalho assalariado.

O efeito líquido dessas transformações na malha urbana é que, acumulando a riqueza num só lugar, isto é, nas freguesias urbanas e consideradas bairros "nobres" como o Corredor da Vitória, Campo Grande, Canela, Graça, Barra e Brotas ou Nossa Senhora das Brotas; e, por outro lado, mantendo a pobreza, também, concentrada nos bairros que compõem as freguesias suburbanas como Santo Amaro de Ipitanga, São Bartolomeu de Pirajá, São Tome de Paripe, São Miguel de Cotegipe, São Pedro da Torre, Nossas Senhora da Piedade de Matoim, Nossa Senhora da Encarnação do Passé, Ilha de Itaparica (Vera Cruz e Santo Amaro), Nosso Senhor do Bonfim da Mata e Santo Amaro os territórios mais urbanizados, estabelecem verdadeiros mecanismos de 'predação' em relação aos recursos disponíveis – mão de obra, especialmente – nos espaços suburbanos, agudizando assim, o quadro de problemas associados à questão da infraestrutura, por exemplo, vez que, a própria metabolização das transformações

civilizatórias, acaba avalizando a opção por privilegiar alguns espaços – os "espaços nobres" – em detrimento de outros – os espaços suburbanos.

E que não se argumente que os espaços suburbanos, periféricos ou simplesmente "pobres" se subordinam em absoluto as freguesias urbanas, porque isso não é verdadeiro. Os espaços periféricos se relacionam e, também, inequivocamente usam[111] a infraestrutura oferecida no centro da cidade como – a Sé, Catedral ou São Salvador da Sé, Conceição da Praia, o Pilar ou Santíssimo Sacramento do Pilar, Santo Antônio Além do Carmo, Santana ou Santíssimo Sacramento e Santana, São Pedro, Santíssimo Sacramento do Rosário e Rua do Passo – e o inverso também é verdadeiro, pois é lá, nos centros urbanos, que os 'suburbanos' extraem os serviços que necessitam fundamentalmente, para animar o consumo: o comércio; as linhas distributivas de transportes que se concentram nos terminais de transbordo; o lazer e o entretenimento, que extraem da visita nos teatros, passeios públicos e praças públicas, aos cinemas, etc; que eles extraem os cuidados com a saúde (as clínicas e os hospitais); etc, que escasseiam nos espaços aonde essas populações instalaram a sua moradia.

As ilações de Santos sobre o "uso do espaço" não invalidam o entendimento idealista *hegeliano* que nos ajuda a entender como o povo soteropolitano conseguiu fabricar quadros sociais que tiveram por finalidade legitimar um conjunto específico de memórias justificadoras de suas práticas sociais. Santos não contraria Hegel. Aliás, recorremos ao artigo *"O espaço geográfico como categoria filosófica"*, porque é la que Santos (1982, s.p.) avaliza em definitivo as ideias *hegelianas* quando, diz que "[…] o conteúdo corporificado, já transformado em existência, é a sociedade já distribuída dentro das formas geográficas, a sociedade que se tornou espaço […]". A fenomenologia do espírito de Hegel na acepção de Santos se tornando assim, "[…] a transmutação da sociedade total em espaço total. Este é um movimento permanente e por intermédio deste processo infinito é que a sociedade e espaço evoluem […]" (SANTOS, 1982, s.p.).

E agora, chegamos até Marx. Marx também não contradita Hegel. Muito pelo contrário, Marx reinscreve as acepções de Hegel só que sob bases materialistas. Marx refuta, no entanto, as ideias de Malthus, demonstrando que os excedentes populacionais surgem no capitalismo, independentemente da exortação ou não da disparidade entre o crescimento

[111] Santos no artigo *O retorno do território*, da publicação denominada *Território: globalização e fragmentação* (1994) argumenta que o "território usado" é composto por diferentes arranjos espaciais. Esses arranjos espaciais, por sua vez, são forjados pelos agentes de produção do espaço, promovedores de modelos de apropriação espacial específicos. Para Santos (1994) esse "território usado", também, se compõe de superfícies, reconhecidas como suas estruturas econômicas, políticas e culturais; o espaço usado é composto por linhas ou as redes e por pontos os lugares (RAFFESTIN, 1993). Para Santos (1994), ademais, o território não é, em si mesmo, uma categoria de análise social, mas sim, o território usado é que ocupa esse lugar. Por que? Porque o território usado assume características ao mesmo tempo, materiais e sociais (SANTOS, 1994).

demográfico e a produção de alimentos. O argumento fundamental *marxista* há esse respeito é que a crescente polarização da disputa entre capital x trabalho que, por sua vez, gera o progressivo empobrecimento da classe trabalhadora, pode ser interpretado como algo inerente a lógica sociometabólica que é típica do capitalismo.

O exame da produção de quadros sociais de memória na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX e, porque, não admitir, dos quadros espaciais, também, requisita que antes de prosseguir, possamos esclarecer o que significa produção, pois, essa tem uma importância determinante enquanto ideia que reifica os pores teleológicos das memórias coletivas e das ideologias que propugnaram o processo civilizacional na 'cidade de Salvador – Bahia.

Apropriar-se do conceito de produção, lembra Lefebvre (2006) é importante, também, porque ela – a produção – transforma a natureza e a natureza transformada, define a condição ontológica que sustenta todo tipo de transformação espacial. Dialeticamente, a natureza é transformada pelo homem, concordamos; e os homens em sua ontologia, também produzem lutas, trabalhos, memórias, refundando o 'espírito' que dinamiza a realidade, seja por criar dentro dela estabilidade ou instabilizações.

Novamente, é Lefebvre (2006) quem concorda que Marx e Engels criaram uma ambiguidade, mas também, um conceito impressionantemente rico de produção. Marx, no *Grundrisse* arrazoa que "[...] quando se fala de produção, sempre se está falando de produção de um determinado estágio de desenvolvimento social – da produção de indivíduos sociais [...]" (MARX, 2011, p. 41), e indivíduos sociais, são seres determinados historicamente, concordam os dois autores. Os seres determinados historicamente são regulados conforme as necessidades da época em que estão, conquanto, a produção derivada do trabalho realizado por esses seres, seja possuidora de características que pertencem há todas as épocas e que, portanto, duram.

Graças a Marx e a Engels compreendemos que nada há no mundo que escape das 'garras' da produção, porque não há na sociedade, nenhum elemento que não tenha sido produzido, dizem os autores. E nos dizem que a natureza natural, é possuidora de atributos supra ontológicos, como supôs alguns deterministas geográficos como Gobineau no livro *"Essai sur l'inégalité des races humaines"* (1853) e Agassiz, no *"A journey in Brazil"* (1868), por exemplo, é bom repensar, pois, essa afirmação pode estar equivocada, na medida em que, a natureza natural foi toda ela apropriada e posta a serviço da especulação ou produção material capitalista.

E por que razão falamos dele?...Do processo produtivo e da produção espacial da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, em particular? Porque o espaço soteropolitano compõe a superestrutura. E os grupos sociais de memória e os quadros sociais de memória que são forjados dentro dele – dentro do espaço geográfico –, sustenta-na. O espaço geográfico resulta, ao nosso sentir, portanto, de arranjos ideopolíticos que favorecem o desenvolvimento das forças produtivas e a concentração da renda da terra nas mãos dos representantes das classes burguesas. É no espaço ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, não obstante, que se reifica por isso mesmo, a divisão do trabalho, a divisão de classes e as trocas entre as instituições como a FAMEB. O espaço é um objeto que se pode vender e se pode comprar porque ele tem valor de troca e valor de uso.

E se falamos da produção espacial da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, oportuno se faz dizer que, identificamos quem ‘produz’ tal cidade, observando obviamente os liames temporais dessa Tese de Doutorado. Para nós, os seguintes grupos sociais de memória ‘produzem’ a ‘cidade da Baía’ civilizada.

1. A família Imperial e o Imperador em especial, que decidiu-se pela criação da FAMEB e que decidiu-se também, pela criação dos aparelhos burocráticos do Estado;
2. Os ‘pais fundadores’ da FAMEB, pois, sem a criação dessa Instituição e, 1808 não haveria veículo de extrapolação das narrativas sobre as vicissitudes do scientificismo e do processo civilizatório;
3. Os lentes catedráticos e/ou proprietários da FAMEB e os acadêmicos em Sciências Médico Cirúrgicas da Instituição porque, eles são os responsáveis por repercutir as narrativas do científico, instituindo-as enquanto paradigmas fundamentais para definir um ‘bom futuro’ para a cidade de Salvador;
4. Os higienistas e médicos legistas, não só por desempenharem um papel definidor para a afirmação da identidade da medicina bahiana, mas porque, eles foram capazes de expandir os seus conhecimentos para além dos limites da FAMEB, suas ideologias chegando a influenciar o reordenamento urbano da cidade.

E quanto mais se aprofunda o conceito de produção espacial da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX; tanto mais se aprofunda o conhecimento sobre ‘as tintas’ que compuseram os quadros sociais de memória, em nosso caso, mais nos distanciamos da compreensão que o fenômeno do *scientificismo* e processo civilizacional tratou de uma questão relacionada a capacidade criadora, a capacidade inventiva, a imaginação de seus ideólogos, os *scientistas* da FAMEB. Ao que aconteceu na ‘cidade da

Baía' de meados do século XIX e início do século XX, isto sim, dá-se o nome de apropriação prototípica da natureza; que logo depois, se transforma em trabalho, pois são esses dois fenômenos – a apropriação prototípica da natureza e mais o trabalho – que reificam a necessidade de nosso objeto, as theses doutorais da FAMEB.

E voltando ao conceito de produção, inspirados novamente por Lefebvre (2006) é que levantamos novas questões: o que moveu o *scientificismo* e os processos civilizacionais transformadores da 'cidade da Baía' em meados do século XIX e início do século XX? por que e há quem ele favorece? Levantamos essas indagações e tentamos respondê-las porque, fora do entendimento do sistema de pesos e contrapesos que regula as forças produtivas, torna-se impossível compreender esses fenômenos. Fora do entendimento de que o que aconteceu foi um processo histórico, nada tem sentido.

Não temos dúvidas quanto há reconhecer que os *scientistas* da FAMEB sempre levaram muito a sério a perspectiva de fundação e estabilização de quadros sociais de memória, que transformariam a 'cidade da Baía' numa cidade civilizada. Talvez lhes faltasse a compreensão objetiva de seus perfilamentos ideológicos, com os interesses da burguesia, mas, por outro lado, sobrava o entendimento que as transformações pretendidas implicariam num aprofundamento das relações de produção e das relações sociais. E a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX não foi, em nenhum momento, concebida como um passivo, um vazio que terá papel secundário em tudo isso.

As próprias metateorias do positivismo, do evolucionismo e do determinismo geográfico respondem a importância atribuída ao espaço geográfico pelos *scientistas* da FAMEB. O positivismo porque define um perfil de sujeito capaz de regenerar a sociedade, pela via da adesão aos processos civilizacionais; o evolucionismo porque constrói as bases sustentaculares da divisão de classes, recorrendo inclusive, há questões anacrônicas como o racismo *científico*, por exemplo para se afirmar; e o determinismo geográfico porque ele define que os avanços ou recuos civilizacionais são devidos a questão da localização, também.

O que os *scientistas* da FAMEB, e as theses doutorais analisadas permitiram ver é, por isso mesmo, que o espaço 'cidade da Baía', por interação ou retroação, precisava sofrer intervenções que deveriam ser metabolizadas pelo processo civilizacional, representante mór da imposição do novo. A 'cidade da Baía' deveria sofrer alterações que modificariam a organização do trabalho produtivo, os transportes, os fluxos de matérias-primas e de energias e redes de repartição de produtos, pois que, o ensejo dos *scientistas* é que essas transformações pudessem precipitar, de uma vez por todas, a ascensão de grupos sociais de

memória, responsáveis pela composição de quadros sociais de memória que tornariam mais objetivos os ideais burgueses.

E ao seu modo, tudo que ocorreu na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, espelhou as modificações nas relações de produção e a transformação das forças produtivas sendo, por essa razão que, tomamos esse espaço como um quadro social de memória também, um quadro social de memória que exibe uma variedade considerável de traçados, gerações de construções, as memórias coletivas que foram cristalizadas na paisagem urbana e que sinalizam muito mais que as preferências urbanísticas dos ideólogos das suas transformações, mas exibem “[...] o mosaico dos séculos, mas representam também a sucessão das técnicas, toda a evolução da vida urbana, a soma do passado e dos modernos modos de ser, cuja incorporação à vida urbana não se faz sempre segundo o mesmo ritmo […]” (SANTOS, 2008, p. 103).

O quadro social de memória que na ‘cidade da Baía’ é montado, é bom que seja dito, não pode ser considerado isolado ou estático. Ele – o espaço geográfico – se dialetiza, configurando-se, ao mesmo tempo, em um produto e produtor de vidas e memórias urbanas, um suporte nevrálgico essencial para a sustentação da economia política do capitalismo mercantil.

Nota-se a associação do projeto civilizacional da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, com os interesses do capitalismo quando o espaço idealmente produzido pelos *scientistas* da FAMEB, o espaço mental – o espaço que aparece na ideia dos *scientistas* da FAMEB –, deixou de se confundir com o espaço social, projetado e ideado pelos *scientistas*, também.

Observando o percurso de transformação da ‘cidade da Baía’ que é inicialmente idealizada pelos *scientistas* da FAMEB, para a cidade que é tornada real e produzida socialmente graças ao *scientificismo*, o que se observa ao analisar esse espaço geográfico à luz de suas contradições, totalidade e mediação com a realidade concreta é que esse não pode ser entendido, a partir da leitura – ainda que – sistemática de uma coleção de objetos e ações relacionados e associados à sua produção material, apenas, como argumenta Santos (2004) no livro *Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*.

Dialeticamente falando, o que a ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX é, responde há indissociabilidade dos objetos e das ações que esse espaço contém e que, nele está contido, no entanto, a despeito desse relacionamento entre os objetos e as ações, não poder ser considerado incorreto, dizer que, o espaço pode ser definido exclusivamente a partir de tal relacionamento não dá conta, em nossa opinião, de preencher todos os hiatos que

envolvem precisar esse difícil conceito. E não dá conta porque, no espaço geográfico, todos os objetos produzidos se relacionam – já chegamos a esse entendimento anteriormente – mas, já quanto as ações, esse princípio é mais complicado de ser aceito, em vista das (inter)rel(ações) espaciais, no capitalismo serem produzidas respeitando hierarquias muito rígidas. E se as (inter)rel(ações) hierarquizadas que corroboram a produção espacial, são tão rigorosas – e, mais que, isso alienadas – nem sempre aos 'interpretes do espaço' é permitido enxergar, seja os objetos, se relacionando com eles mesmos, seja os objetos se relacionando com as ações, como eles verdadeiramente são.

E se a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX é, uma produção que se efetiva a partir do relacionamento entre os sistemas de objetos e as ações, e mais que isso, se a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX é essa produção social tomada de todos os lados, pelas contradições, totalidade e mediação que, envolvem a realização do trabalho humano guiado pelo sociometabolismo capitalista que se reifica no presente, mas também, que pode ser enxergado quando olhamos para o passado – ao lançarmos esse olhar de rememoração para 1852, como estamos fazendo nessa Tese de Doutorado –, o que enxergamos interpretando as ações humanas sobre tal espaço são memórias coletivas já produzidas.

Um espaço social com tais características, não obstante, contém, relações sociais de produção e reprodução e, além disso, "[...] as relações biofisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as relações de produção, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas […]" (LEFEBVRE, 2006, p. 57). Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, de níveis hierarquizados de ordenamento de quem anima o espaço geográfico, não podendo ser separado, porque "[…] todo espaço social resulta de um processo com múltiplos aspectos e movimentos: significante e não-significante, percebido e vivido, prático e teórico […]" (LEFEBVRE, 2006, p. 160). Em síntese, todo espaço como a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, tem uma história e uma memória coletiva que é constituída a partir de uma base primária – a natureza –, e depois, uma outra história e memória coletiva que vai sendo fabricada, a partir da apropriação dessa natureza primária que sofre transformações para que, de todos os lados, o espaço transformado possa ser associado com as singularidades do trabalho aplicado para transformá-lo.

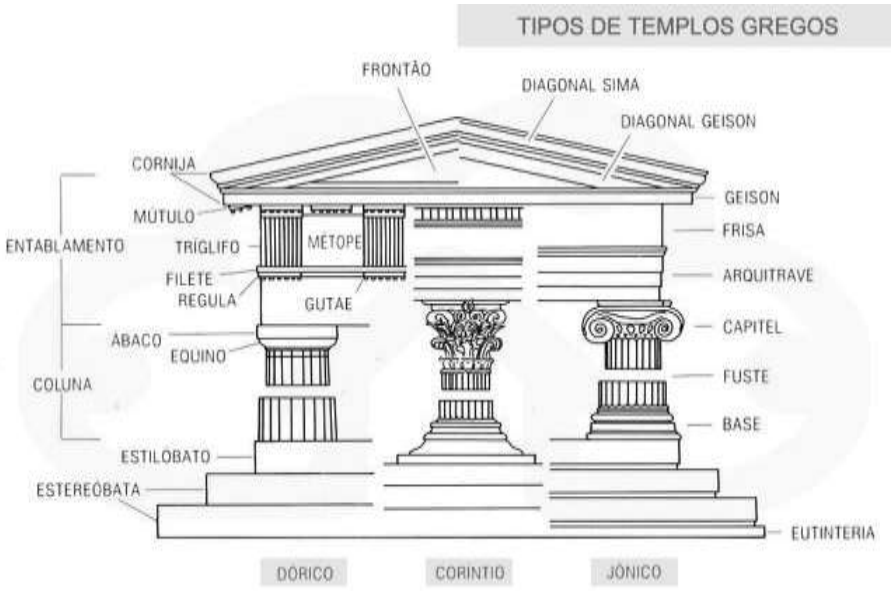
O que extraímos dessas ilações é que a 'cidade da Baía' civilizada, nova, portanto, se inscreveu sobre – no sentido mesmo de se colocar em cima – a sua própria natureza primária, implicando essa inferiorização dos elementos matriciais desse espaço geográfico na

refundação de uma nova representação desse, uma refundação do novo que se sobressaí basicamente, a partir da subsunção, por tentativa de supressão de tudo o que estivesse relacionado com as memórias antigas.

5.1 QUADRO UM. A CIDADE DITA CIVILIZADA, HIGIÊNICA E O SEUS BAIRROS "NOBRES"

Os espaços novos que emergiram nessa 'cidade da Baía' civilizada são marcados e remarcados, nomeados e renomeados, como forma de testificar há todos, que desde as pessoas até as suas coisas e práticas sociais que há elas estão ligadas, tudo passou pelo crivo das transformações civilizatórias. E no caso da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX o cenário principal dessas transformações foram as freguesias urbanas – mesma coisa que bairros – do Corredor da Vitória, da Graça, do Canela e Campo Grande, por exemplo, que conquanto, existissem antes de meados do século XIX, tiveram de ser drasticamente alterados, para absorver o estilo de construção neoclássico, em conformidade com as teses aeristas, principalmente.

Figura 27 - Planta com fachada de casa em estilo neoclássico



Fonte: Decorsalteado (2016).[112]

Quisemos trazer esse desenho que apresenta as principais características da arquitetura de estilo neoclássico porque, nossas pesquisas apontam que os higienistas, especialmente, revisitam esse

[112] Disponível em: http://www.decorsalteado.com/2016/02/fachadas-de-casas-com-estilo.html

estilo arquitetural quando pensam nas modificações espaciais que a ‘cidade da Baía’ ‘nobre’ deverá passar. O estilo neoclássico valoriza a rigidez e simetria das formas, conquanto, o traço mais característico desse, seja o elogio aos elementos que lembram as construções greco-romanas, com suas colunas doríticas, corínticas ou jônicas; suas cores claras; o emprego de materiais nobres e caros como o mármore; e abóbadas, cúpulas, frontões, pórticos, cornijas e colunas ricamente decoradas na base e em cima.

Figura 28 - Casarão do Corredor da Vitória aonde está instalada a Residência Universitária da UFBA, com suas colunas doríticas

Fonte: Bahia.ba (2019). [113]

Figura 29 - Casarão do Corredor da Vitória aonde está instalado o Palacete das Artes. Palacete das Artes com suas colunas coríntias

Fonte: Bahia (2019).[114]

[113] Disponível em: https://bahia.ba/salvador/ufba-reformara-a-residencia-universitaria-do-corredor-da-vitoria/
[114] Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/2019/09/16937/Primavera-dos-Museus-traz-programacao-especial.html

Figura 30 - Prédio aonde funciona a Reitoria da UFBA, com suas colunas jônicas

Fonte: Assufba (2019).[115]

Essas três figuras, a primeira do casarão do Corredor da Vitória, aonde fica localizada uma das Residências Universitárias da UFBA, com suas colunas dorícas; a segunda, do belíssimo Palácio das Artes com suas colunas coríntias, também localizada no Corredor da Vitória; e a terceira, o prédio da Reitoria da UFBA, localizada no bairro do Canela, com suas colunas jônicas se constituem em recursos da memória, marcos resistentes da memória que testemunham o esplendor das transformações urbanas que ocorrem em Salvador de meados do século XIX e início do século XX.

Quisemos mostrar as imagens dessas edificações neoclássicas, porque a sugestão de uma 'cidade da Baía' modernizada e que estava em conformidade com o novo, se associava com uma tentativa de reação contra os excessos de detalhes ornamentais e dramáticos utilizados pelo estilo arquitetural barroco, que torna a 'cidade pesada', e que era um traço característico mais comum das cidades coloniais, como há que estudamos.

E por que o estilo barroco era preponderante nesse espaço que se ergue do século XVIII até a primeira metade do século XIX, antes, portanto, das transformações propostas pelos *famebianos*? Compreendemos que o barroco era o estilo arquitetural que melhor traduzia as contradições que estão presentes na sociedade, e que a Igreja Católica – promotora do estatuto religioso hegemônico na cidade do século XVI até o início do século XIX – queria convencer de estar mais que familiarizada, ser solidária com elas. O barroco que tinha as seguintes características:

[115] Disponível em: http://www.assufba.org.br/novo/aula-inaugural-do-semestre-2019-2-da-ufba-acontece-no-dia-08-08-as-17h-no-salao-nobre-da-reitoria/

> […] era marcado pela forte presença de espaços e formas ovais, que trazem a ideia de centralização; o barroco utilizava a cruz grega, que identifica o cristianismo; utilizava fachadas convexas ou côncavas, que reforçam a ideia de movimento; o barroco utilizava colunas tortas e muitos arcos; utilizava elementos decorativos de muita exuberância e forte presença da cor dourada; utilizava muito o gesso ou estuque; o barroco passava a sensação de infinitude e grandeza; utilizava muitos murais e pinturas nos tetos; usava de efeitos de iluminação para criar a sensação de mistério; e a arquitetura exaltava a Deus e a Cristo, as figuras principais do cristianismo [...] (ARCHTRENDS PORTOBELLO, 2019, s. p.).

Na figura 28, temos a planta baixa da Igreja e Convento de São Francisco, Salvador Bahia e a planta baixa e da fachada do antigo CJB, atual Catedral Basílica de Salvador que ficam localizadas justamente no Largo do Terreiro de Jesus, aonde foi instalada a própria FAMEB. As plantas baixas e a fachada se constituem num exemplo clássico do estilo arquitetural barroco. Apesar de nem todas as características do barroco 'baterem' com essa planta – não possui formas ovais, no centro ou em qualquer outro lugar; e as suas fachadas eram perfeitamente retas, e não concavas e convexas – comparando-a com outras plantas de Igrejas Católicas soteropolitanas, elas possuem basicamente tem o mesmo desenho, o que indica que o barroco baiano passou por algum nível de adaptação e inovação.

Figura 31 - Planta baixa da Igreja e Convento de São Francisco, Centro Histórico de Salvador - Bahia

Fonte: Santana (2013).[116]

[116] Disponível em: https://concretoemcurva.com/2017/01/25/igreja-e-convento-de-sao-francisco-da-bahia/

Figura 32 - Planta baixa e da fachada da Catedral Basílica de Salvador - Bahia

Fonte: Coisas da Arquitetura (2011).[117]

O estilo arquitetural barroco era o mais presente na cidade colonial soteropolitana, reiteramos mais uma vez, e por essa presença marcante, o barroco também, se constituía num vestígio de memória da cidade antiga que demandava o desvanecimento.

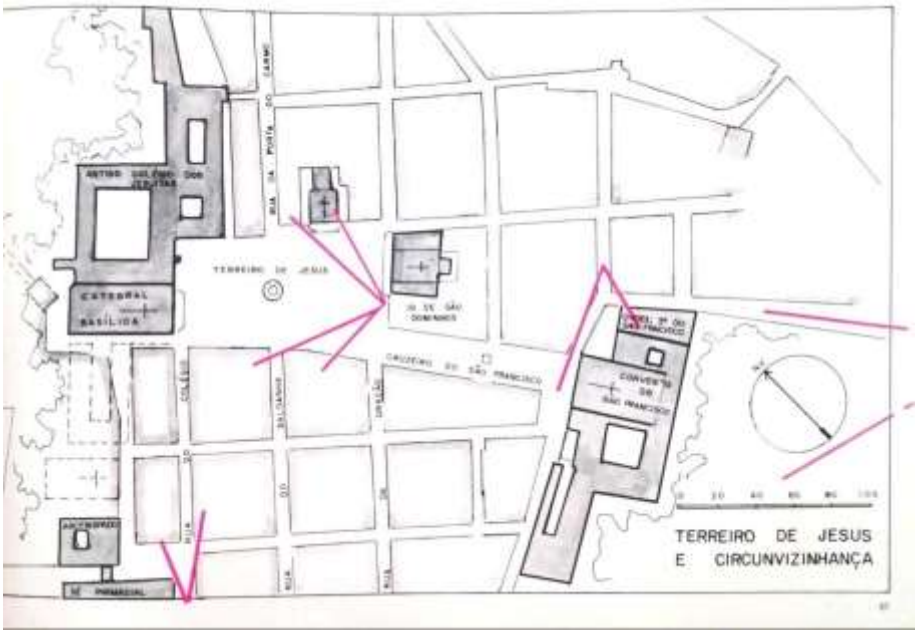
Esse estilo talvez fosse tão contestado pelos *scientistas* da FAMEB e pelos planejadores urbanos porque traduzia, como nenhum outro estilo fizerá antes, as vicissitudes do estatuto anterior ao *scientificismo*: o da religião católica. Quando os Acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB se referiam ao controle e regulação da cidade; quando mencionavam a necessidade de imposição de aberturas para que o 'novo' pudesse passar, para que a circulação melhorasse, não obstante, os *famebianos* se referiam a destruição do patrimônio legado pelos religiosos, e a arquitetura barroca que dominava a 'cidade da Baía' colonial até o início do século XIX, era uma das principais expressões disso. Não foi à toa, por exemplo, que no ano de 1933, colocaram abaixo a Igreja da Sé Primacial do Brasil, primeira do país e que foi construída em 1552, tomados que os *scientistas*, planejadores urbanos e políticos foram pelo afã de civilizar, de modernizar a 'cidade da Baía'. A Igreja da Sé Primacial foi colocada abaixo para que uma linha de bonde pudesse passar.

Quase tudo em relação a localização das Igrejas Católicas soteropolitanas e o estilo das casas da cidade alta, do centro novo e do Centro Histórico do início do século XVIII e o início do século XIX, que é o período em que a 'cidade da Baía' colonial ganha a sua forma, dizia algo a respeito da força teológica da crença religiosa hegemônica entre a população soteropolitana e, também, dizia respeito aos quadros litúrgicos associados aos rituais eucarísticos do catolicismo. E tanto isso é verdadeiro que, até mesmo as quatro Igrejas Católicas que ficavam localizadas no Largo do Terreiro de Jesus – Catedral Basílica, São Francisco, São Domingos e São Pedro dos Clérigos –, foram

[117] Disponível em: https://coisasdaarquitetura.files.wordpress.com/2011/09/igreja-jesuc3adtas-salvador.gif

construídas nos topos das colinas ou platôs desse largo, só sendo alcançados quando se sobe alguma ladeira. As figuras 30 e 31 demonstram essa peculiaridade.

Figura 33 - Mapa do Terreiro de Jesus e circunvizinha



Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Figura 34 - Largo do Terriero de Jesus com Destaque para o Cruzeiro de São Francisco e Igreja de São Franscisco

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Ao Norte, o Largo do Terreiro de Jesus é limitado pela Rua José Gonçalves, a Rua Saldanha da Gama, a Rua do Bispo que se conecta com a Rua da Oração e a Rua São Francisco, antiga Rua 28 de Setembro. Todas essas ruas, em linha reta se ligam com a Praça

da Sé que por sua vez, se liga a Praça Castro Alves, uma ladeira; ao sul temos a Rua Santa Isabel, a Rua da Ordem Terceira, a Rua Maciel de Cima e a ruas das Portas do Carmo, que permitem o acesso ao Largo do Pelourinho, ou Praça José de Alencar uma das poucas amostras de largo enladeirado nas cidades de todo o mundo, diz Santos (2008); ao Leste, do Largo do Terreiro de Jesus está localizada a escarpa linha de falha que divide Salvador em uma Cidade Alta e Cidade Baixa; e no oeste, fica a Avenida J. J. Seabra, conhecida como Baixa dos Sapateiros e que permite o acesso ao Centro Histórico por meio de uma ladeira, também.

E se nos apegamos as razões pelas quais, a maioria das Igrejas barrocas ainda hoje existentes em Salvador foram instaladas numa acrópole, a razão disso acontecer não foi a coincidência e despretensão dos seus arquitetos. Pelo contrário a instalação de Igrejas Católicas que foram instaladas em morros ou platôs mais altos, buscava afirmar que o acesso ao sagrado só se faria com a penitência, com a purgação sacrificial. Deus, não pode ser alcançado, senão, pelo sacrifício humano, portanto, devemos sofrer, nos penitenciar, para estar com Ele, para entrar em Sua casa.

É essa cidade colonial, difícil de acessar, entrecortada por ladeiras, de ruas estreitas e escuras, decorada com ornamentos pesados e tomada de símbolos da religião católica, que os *scientistas* dizem que, precisa ser remodelada. Mas essa remodelação não atinge de igual forma há todas as partes da 'cidade da Baía'. A parcela do espaço que os *scientistas* argumentam que precisa ser remodelada, é a Cidade Alta com suas freguesias ou bairros nobres.

Renegava-se assim, à própria sorte, a memória geracional de uma cidade que 'não se havia' mais com as cercas de pau brasil que lhes demarcaram desde a sua fundação; denegava-se assim, a cidadela fechada pelas portas de Santa Luzia e Santa Catarina que, continham a expansão do núcleo urbano; e por fim, denegava-se a cidade marcada pelo estilo barroco, a cidade 'religiosa' e cujo desenho não favorecia a circulação. A circulação seja de pessoas e mercadorias precisava ser favorecida porque, no argumento dos *scientistas* da *hygiene* os ventos deveriam passar, circular livremente pelos espaços para que eles levassem consigo as doenças. A cidade que se fez civilizada era, não obstante, a cidade sadia descrita por Corbin (1986).

Nossos apontamentos de aula (1998) da disciplina *"O espaço geográfico na literatura. O exemplo de três cidades: Salvador, Paris e Los Angeles"* permitem afirmar que a França, desde a reforma de Paris (1853), que foi conduzida pelo famoso "arquiteto da destruição", Barão George Eugene Haussemman (1809 – 1891), oferecia-se como modelo para inspirar as

alterações urbanas que introduziram a 'cidade da Baía' na dita modernidade. Sendo um político, bem relacionado com o Imperador Napoleão III, o Prefeito da cidade de Paris na época de tal reforma, Haussemman inspirava os planejadores urbanos e aos seus, também, com suas ideias de ligar vários *arrondissement´s* ou *quartier´s* por grandes e largas avenidas construídas em linhas retas que convergiam todas para a *Île de La Cité*, cujo marco principal é o Arco do Triunfo.

Pinheiro e Silva (2005) dizem que o desenho da Paris *hausmmaniana* inspirava aos planejadores urbanos e políticos soteropolitanos, conquanto, o tema do higienismo, nas theses doutorais, fossem mais balizadas nas ideias do médico austríaco Johann Peter Frank (1748 - 1821). Não que Frank tivesse legado o conceito de aerismo – que se constitui numa das ideias sustentaculares do higienismo – porque, já sabemos que quem fala disso, pela primeira vez é Hipócrates com seu tratado *"On Airs, Waters, and Places",* escrito em 400 a.C. Mas podemos creditar ao médico austríaco, a atualização e maior precisão quanto há defesa do argumento que, o ar corrompido é um dos principais vetores de transmissão de doenças, como a tísica pulmonar ou a tuberculose, por exemplo.

A circulação do ar sempre despertou interesse dos higienistas. Foi graças a Antoine Laurent Lavoisier (1743 - 1794), inclusive, que se soube que o ar corrompido pela sujeira, precipitava a doença e que pelo contrário, o favorecimento da ventilação, restauraria a qualidade asséptica e a elasticidade do ar. Mais que isso, foi graças a esse químico importante que, os acadêmicos da FAMEB se deram conta que "[…] tudo se transforma, nada perece [...]" (CASTRO, 1908, p. 36) e que, "[…] a somma de força que atua no espaço infinito e produz todos os fenômenos é constante […]" (CASTRO, 1908, p. 36), portanto, a mudança é algo intrínseco a dinâmica da natureza, seja ela natural ou construída.

Considerando, portanto, que a circulação do ar pode evitar os chamados miasmas[118] ou doenças e, mais importante que tudo, considerando que os *scientistas* da FAMEB absorveram muito bem a ideia que a transformação é uma inerência do espaço geográfico, cremos que, os estudantes da FAMEB e profissionais médicos da instituição, acabaram inspirando os arquitetos, planejadores e construtores urbanos há abandonarem a ideia de continuar investindo na construção da cidade tomada por edificações de estilo barroco. Os arquitetos,

[118] Conforme Giovana Carla Mastromauro as teses sobre os "miasmas", ou teses miasmáticas eram bastante discutidas nas Academias de medicina no Brasil do século XIX, despertando o interesse dos profissionais da saúde, justamente porque, o conceito de miasma "[…] traduzia quase tudo o que tinha relação com insalubridade, além de ser algo desconhecido: acreditava-se serem os miasmas emanações nocivas invisíveis que corrompiam o ar e atacavam o corpo humano […]" (MASTROMAURO, 2011, p. 1). Conforme o argumento dos médicos "[…] os miasmas seriam gerados pela sujeira encontrada nas cidades insalubres, e também por gazes formados pela putrefação de cadáveres humanos e de animais [...]" (MASTROMAURO, 2011, p. 1).

planejadores e construtores urbanos foram compelidos a abandonar o padrão de construção que investia em espaços muito compartimentados e casas geminadas. Em seu lugar, edificações com amplos salões, belos pátios, sacadas e quintais são erguidos.

E que não se imagine que esse novo arranjo espacial da casa e da rua soteropolitanas significava o descontrole sobre a natureza natural. Ao contrário disso! A natureza prevista pelo processo civilizatório do século XIX, deveria ser rendida, domada, a natureza natural que se contentava em aparecer mais como adorno da paisagem. Um adorno de menor importância, diga-se de passagem, até porque, o esforço dos naturalistas de catalogar os seus elementos e de explorar as chamadas "boticas da natureza", perdera-se quando a lógica sociometabólica do capitalismo se impôs.

E conquanto, pareça paradoxal dizer que alguns médicos chegavam ao ponto de recomendar que seus pacientes diagnosticados com tísica pulmonar (tuberculose), pneumonia ou até histeria frequentassem as praias da Chácara da Barra: Porto da Barra e Farol da Barra, a indicação de usos desses espaços, feitas por esses profissionais, eram limitados há estar no ambiente, para tomar "banho de sol", sem que isso implicasse em banhar-se nas águas, muitas vezes, sujas pelos despejos que eram feitos pelos "tigres". Andrade (2015, p. 32) diz que a "[…] apropriação da praia, inicialmente para o tratamento de doenças...consolidou-se em paralelo ao desenvolvimento da metrópole moderna. Ambos os fenômenos foram influenciados pelo discurso médico higienista […]".

Foram essas recomendações que precipitaram a criação de novos formatos e de uma nova simetria das edificações que foram construídas nos bairros 'novos' de Salvador: o Corredor da Vitória, Graça, Barra, Barra Avenida, Campo Grande e Canela. E de tal modo as mudanças foram contundentes que esses bairros, como um todo, tiveram de passar por alguma medida que lhes impunha a salubridade e, mais, passaram por alguma alteração que lhes impôs a melhoria da circulação, também.

Na escolha desses bairros, seja para morar e/ou em casos raros instalar os seus negócios, Costa (2013, p. 53) diz que "[...] a umidade, a aeração, o sistema de águas e esgotos, a localização dos cemitérios e dos abatedouros, a densidade da população […]", todos esses fatores passam a ser vistos como decisivos para estar próximo ou distante.

Mas as mudanças nas plantas das residências de particulares, não dava conta de explicar sozinha a dimensão assumida pelas alterações que a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX experimentou graças as recomendações feitas pelos médicos. Mumford (1998) nos ajuda a pensar que, antes mesmo dessas mudanças terem encontrado expressão na ressignificação do estilo neoclássico, o centro de gravidade de tais

modificações, os bairros feitos ‘nobres’ da ‘cidade da Baía’ já eram representada pela Câmara de Vereadores de Salvador, aonde estavam os políticos profissionais, os únicos que foram empoderados dos dispositivos capazes de objetivar as transformações sugeridas pelos estudantes e médicos. Não obstante, enquanto os *scientistas* da FAMEB atuaram enquanto ideólogos das mudanças, os políticos já objetivavam, o que nos permitiu supor algum nível de colaboração entre as duas instituições.

A dinâmica sociometabólica das transformações que introduziram parte da ‘cidade da Baía’ a partir dos dezenove, na dita modernidade, não são diferentes das modificações sociometabólicas que ocorreram em outros espaços, quando o capitalismo se impôs. Em todos os espaços transformados pelo capitalismo mercantil a circulação e o movimento são tornadas premissas sustentaculares das mudanças. E essas mudanças, não implicam somente na abertura de novos bairros, predominantemente marcados pelas funções residenciais, pois, as funções comerciais e industriais são as balizas que definem de fato, que o capitalismo e seu projeto civilizatório se instaurou no tecido urbano. Isso se explicando porque a circulação e o movimento são tornadas categorias indispensáveis da economia política.

Costa (2016, p. 198) há esse respeito diz que, graças a isso “[…] pouco a pouco se estruturou uma episteme de movimento como sinônimo de vida e de salubridade. O repouso e a estagnação tornaram-se sinônimos de morte […]”. E esse princípio foi sendo transposto para a parte renovada da ‘cidade da Baía’, que assim assumia a circulação não só de pessoas, mas de mercadorias, com a principal condição de sua produção. “[…] Nada se corrompia que fosse móvel e não formasse massa, pois o contrário do insalubre era o movimento […]” (COSTA, 2016, p. 198). E para aperfeiçoar o trabalho da circulação e movimento, por isso mesmo, procedeu-se a localização dos sinais de insalubridade e esses, uma vez localizados, ou esses foram disciplinados ou foram afastados da área urbana. A ação do poder público, inicialmente dando-se nos ambientes coletivos, com a finalidade de construir praças com largos passeios e decoradas com plantas ‘domadas’ pela poda e alargar ruas que facilitavam a circulação.

Em nossos estudos, Consuelo Navais Sampaio destaca três fenômenos que se associam diretamente com essa modernização dos bairros do Corredor da Vitória, Graça, Barra, Barra Avenida, Campo Grande e Canela, área nobre da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. A saber: a chegada da luz elétrica; há prestação do serviço de telefonia; e o transporte feito por bondes elétricos que substituíram os bondes, puxados por tração animal (SAMPAIO, 2005). Passamos a falar um pouco deles, agora.

Sobre a chegada da energia elétrica, Sampaio (2005) diz o seguinte:

> Nova era teve início com a chegada da energia elétrica. Todos os aspectos da vida urbana se modificaram. Tudo deveria ser célere, claro, limpo, moderno. O que não fosse movido pela eletricidade tendia a ser rejeitado como antiquado, *demodé* – palavra francesa do gosto das classes ilustradas. As últimas décadas do século XIX haviam sido de deslumbramento. Importantes inventos que então tiveram lugar mudaram os rumos da humanidade, no campo da ciência, das artes, do conhecimento humano, em geral. Impulsionados pela força invisível da eletricidade, superaram a imaginação do homem comum, revolucionaram as indústrias, os meios de transporte e de comunicação, com destaque, neste estudo, para o telégrafo, o telefone, o bonde, o elevador e tantas outras novidades. Tudo anunciava que o século se esgotava e tempos modernos surgiam […] (SAMPAIO, 2005, p. 255).

No dia 6 de novembro de 1866, Sampaio (2005) diz que, a sociedade baiana e ledora de jornais, acompanhou fascinada a notícia que em Londres, Inglaterra, os passageiros da *South Eastern Railway*, uma companhia de *omnibus*, disponibilizará luz elétrica por meia hora para os seus passageiros. Os soteropolitanos acompanhavam essa notícia deslumbrados, ao tempo em que, também, se interrogavam quando essa novidade chegará há província.

A pergunta dos baianos foi respondida sete anos depois, em 1873, quando no dia 11 de dezembro, o Vapor *Hoof* entrou na Baía de Todos os Santos trazendo os cabos submarinos do telégrafo, que começou a funcionar em 1 de janeiro de 1874. Conta-se que a inauguração do telégrafo foi solene e emocionante, pois, o Presidente da Província da época, Antônio Cândido da Cruz Machado (1820 - 1905), Visconde do Serro Frio, leu mensagem enviada Imperador D. Pedro II que destacou a importância da eletricidade para favorecer as comunicações dentro do reino, especialmente. Há parte, o aspecto das comunicações internas ser favorecida, a chegada da eletricidade a 'cidade da Baía', na forma de comunicações telegráficas, viabilizou que fossem feitas concessões de uso para empresas especializadas em navegação costeira e companhias de estrada de ferro e de bondes que desejavam criar linhas telegráficas.

O telégrafo não se consolidou como um investimento atraente para os empresários. O telefone, esse sim, chamou atenção desses, conquanto, a prestação do serviço telefônico particular e empresarial fosse estritamente controlada pelo Império. Sampaio (2005) que, apesar disso, algumas concessões de uso foram feitas a partir de 1881, porque esse Império havia se rendido há estratégia de evitar os deslocamentos de seu pessoal, devido aos autos custos que esses movimentos significavam.

Algumas tentativas conduzidas por empresários como Franz Wagner (… - …) e o Comendador Eduardo Pellew Wilson Júnior (1832 - 1899) foram feitas no sentido, de ampliar o número de linhas telefônicas, documenta Sampaio (2005). No entanto, a aprovação da

concessão para o uso e expansão dessas só ocorreu em 1884, após a Câmara de Vereadores de Salvador disputar com o Governo Provincial há quem cabia a autorização para efetivar tal expansão. O Comendador ganhou a concessão para explorar as linhas telefônicas por 25 anos, dando origem assim, a Empresa Telefônica da Bahia que funcionava com a intermediação de uma estação telefônica e era operada por mulheres que cumpriam turnos de treze horas diárias (BELENS, 2010, p. 110).

A quantidade de telefones instalados se expandiu rapidamente, imediatamente após a concessão de uso ser autorizada, porém, somente pessoas de posses poderiam possuir uma linha devido ao alto custo cobrado pelo serviço. E se associamos a quantidade de linhas telefônicas com a renda concentrada por algumas pessoas de Salvador, Sampaio (2005) documenta que no ano de 1908, apenas 363 linhas estavam instaladas.

Outras inovações, além do telégrafo indicam que a "modernidade" realmente havia chegado na 'cidade da Baía'. O historiador Cid Teixeira (1924 - ...), no livro *Bahia em tempo da província* (1985) relata que em 1892, o tcheco naturalizado norte – americano, Frederico Kinger em sua passagem por Salvador, apresentou fonógrafo[119] e o kinetophone[120] aos soteropolitanos. O visitante fez a sua exposição na confeitaria *Chalet Parisien* que, ficava no Campo Grande, concorrido espaço de encontro que a elite frequentava. O maior assombro e alegria, no entanto, os soteropolitanos experimentaram quando o cinema chegou. Conta-se que, em Salvador a primeira exibição cinematográfica aconteceu em 4 de dezembro de 1897.

Conforme Macedo (1999) no ensaio *O domínio do cinema no lazer*, o que era exibido consistia numa projeção de imagem, cujo som era fornecido por uma orquestra que ficava escondida no fundo do palco. Como as projeções atraíam curiosos, um elaborado ritual antecedia o início das sessões. A maioria da população soteropolitana não tinha dinheiro para pagar os ingressos, assim, na sua origem, o cinema soteropolitano era uma atração disponível para poucas pessoas.

> Telefones, telégrafos, fonógrafos, kinetoscópios, fontes luminosas, cinema, toda uma gama de novos nomes e objetos vagavam no imaginário coletivo dos moradores de Salvador, sem contornos definidos, como algo entre o mágico e o fantástico, difícil de descrever, mais ainda de entender. O quotidiano da maioria dos baianos, contudo, continuava mergulhado na penumbra enevoada dos lampiões a gás, sob os quais rodavam velhos bondes puxados por fadigados animais. Mesmo após a festiva inauguração do bonde elétrico em 1897, grande parte das linhas férreas urbanas continuou a ser operada por tração animal, a despeito de todas s dificuldades a enfrentar

[119] Aparelho inventado por Thomas Edison em 1877, e que é capaz de gravar e reproduzir sons.
[120] O cinetofone, é um cinetoscópio acompanhado por um fonógrafo de cilindro.

(SAMPAIO, 2005, p. 258- 259).

Os incrementos infraestruturais que foram dispostos para parte da população da ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, apontam para a constituição de uma cidade moderna, dita civilizada. Conquanto, incrementos de infraestrutura demandassem recursos financeiros que os investidores locais não dispunham.

Do que restava implantar nessa parcela da cidade dita ‘moderna’, e mais ‘civilizada’ eram meios para facilitar a circulação, principalmente, das pessoas; faltava implantar mais linhas de transporte urbano e ainda faltava eletrificar os trilhos dos bondes elétricos, o que foi feito em 1906, após a empresa Guinle & Cia adquirir a Companhia Linha Circular de Carris da Bahia de propriedade do Sr. João Ramos de Queiroz.

Novamente é Sampaio (2005) quem documenta que a eletrificação das linhas de bonde começara pelo “[…] ramal da Barra, estendendo-se, em seguida as linhas da Graça, Nazaré, Barris e Campo Santo […]” (SAMPAIO, 2005, p. 259). E as obras de eletrificação prosseguiram alcançando os bairros do Canela, Santo Antônio e Preguiça. A Guinle & Cia, conforme consta forneceu energia elétrica para fábricas e particulares porque o seu propósito principal era dominar o mercado de fornecimento de energia elétrica em Salvador “[…] aberto a novos investidores, especialmente, após o fracasso da Bahia Gás Company, responsável pela iluminação de Salvador […]” (SAMPAIO, 2005, p. 259).

Esse cenário montado, a ‘cidade da Baía’ do início do século entra no século XX com uma base mínima de adesão a dita modernidade e:

> Com efeito, o panorama dos tempos modernos foi marcado, na esfera internacional, nacional e local, por exacerbada concorrência, caracterizando nova fase do sistema capitalista, na qual as fusões de empresas se sucederam, acelerando a concentração de capitais, os lucros aumentaram, mediante a racionalização da produção e a consequente redução de custos; o imperialismo se expandiu, fazendo crescer a distância entre países industrializados e periféricos e maximizando o desnível entre ricos e pobres […] (SAMPAIO, 2005, p. 260-261).

E o que apresentamos até aqui sobre a ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, descreve um espaço que foi sendo construído geracionalmente. Os atos fabricados pelos agentes de elaboração de quadros sociais de memória que delinearam tal cidade, indicando o *modus operandi* da atuação dos agentes que há produziram.

Rememorar fenômenos do passado mais distante – 1808, ano de fundação da FAMEB) para poder vê-lo – ver ao passado como memória coletivizada – um pouco mais no presente,

certamente pode nos ajudar a entender um dado momento histórico que investigamos – o *scientificismo* e produção do espaço urbano soteropolitano, desde 1852 até 1915. O ir e vir, o devir da memória. Essas são as direções que tomamos para falar de parte da 'cidade da Baía' que, no decorrer de meados do século XIX vai tornando mais civilizada, higiênica e "nobre". O Corredor da Vitória, a Graça, o Canela e o Campo Grande. É por que seguimos nessa rota que aponta para tantos caminhos? Porque é enorme o abismo que separa a produção espacial dos bairros de alta renda, da produção espacial dos bairros populares. Porque esse processo de produção resulta em segregação socioespacial que, por sua vez, forja o apagamento de quadros sociais que vão sendo gradativamente tornados pouco ativos ou inativos na cidade que se fez renovada.

Sobre esses quadros falaremos a seguir.

5.2 QUADRO DOIS. A CIDADE DITA INCIVIL E A SUA ZONA PERIFÉRICA E SUBURBANA

Edmilson Carvalho diz que:

> Se a cidade é a cidade *do capital* e se ela, por ser isso, é também o espaço mais densamente povoado de pessoas – distribuídas em classes sociais –, equipamentos, relações pessoais e, acima de tudo, relações sociais, instituições de poder e, para abreviar, luta de classes, então, ela deve assumir todas as contradições que afloram do modo como a sociabilidade é ontologicamente constituída, desde que moldam o caos urbano, às que eclodem nos estágios mais agudos do confronto de classes […] (CARVALHO E., 2012, p. 60, grifos do autor).

Quisemos começar com essa reflexão que nos é trazida por Carvalho E. (2012) porque, ela instaura um raciocínio sobre o "lugar" que a cidade dita incivil e a sua zona suburbana ocupa na dinâmica espacial da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, afinal de contas, essa é, sem sombra de dúvidas, uma cidade do capital.

Colocar a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX no lugar de 'cidade do capital', exige que dediquemos algum tempo há explicação desse pôr teleológico, porque uma interpretação enviezada pode conduzir ao entendimento equivocado que, as partes da dita cidade mais incivil e a sua zona suburbana constituem-se numa anomalia em relação há outra parte da cidade de Salvador que é dita civilizada, higiênica e "nobre". Não constituem! As partes de qualquer que sejam as 'cidades do capital' se constituem sempre em uma totalidade e a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, não é uma exceção. Elas se constituem em totalidades em si mesmas, e

dialeticamente em totalidades que se colocam em relação umas com as outras, a fim de compor um tecido urbano único.

Dizer isso nos remete as ideias de Carvalho (2008) para quem:

> […] são incontáveis as conexões que encerram também incontáveis contradições, que se estendem e se multiplicam desde a imediata produção da mercadoria, passando por todos os processos (e totalidades) intermediários (troca, circulação simples, circulação do capital, etc.) (CARVALHO, 2008, p. 55).

Totalidades, contradições e mediações se combinam, não obstante, para assegurar a gênese e o desenvolvimento da cidade do capital, e é por esse motivo que, a parte da cidade dita incivil e a sua zona suburbana está estruturalmente vinculada a cidade dita civilizada, higiênica e 'nobre'.

Já abordamos o assunto da estruturação produtiva da cidade do capital dita civilizada, higiênica e "nobre" e agora é o momento de discutir a cidade do capital dita incivil, periférica e suburbana.

Em passagens anteriores desse trabalho já documentamos que os maiores impactos da modernização tornam-se mais explícitos na 'cidade da Baía' a partir de meados do século XIX quando inúmeras inovações tecnológicas foram inseridas no setor produtivo baiano. E falar dessas inovações, relacionando-as com as partes do tecido urbano dito, mais incivil significa falar da implantação das indústrias em domínios externos há esse territória e, além disso, implica em falar da implementação de alguns equipamentos infraestruturais que, guardam muitas diferenças com os equipamentos instalados na cidade dita civilizada, higiênica e "nobre".

Fonseca e Silva (1992) dizem que, tal como ocorreu como os investimentos feitos na cidade dita civilizada, higiênico e "nobre", o empresariado nativo não dispunha de recursos que bastassem para realizar os investimentos necessário as modernizações. Assim, os agentes externos e nacionais – os empresários europeus e de outros Estados da federação, interessados em expandir o mercado de equipamentos industriais para outras regiões – foram os que se encarregaram em implantar as primeiras indústrias na cidade dita incivil.

Pensando o fenômeno da modernização do espaço suburbano relacionado as mediações da economia política, foi que documentamos que empresariado nacional e local, especialmente, o que estava localizado do Recôncavo baiano e litoral nordestino, regiões tradicionais de produção de cana-de-açúcar, precisando aumentar sua produtividade, implanta várias inovações na indústria açucareira. Uma das principais modificações é a substituição do

moinho do engenho, pelo moinho a vapor. O moinho de engenho antigo, era operado pelos animais e homens escravizados, e agora é substituído pelo engenho a vapor.

E não é só isso! Uma outra parcela do empresariado que produz fumo também se dedica ao beneficiamento de uma parcela de seus produtos: o fumo em folha, que se presta a produção de charutos e cigarros e que precisa passar pelo processo de beneficiamento industrial. Já o fumo de corda é um produto de menor valor agregado porque a sua produção é basicamente artesanal (NARDI, 2001, p. 3).

No trabalho de Oliveira (2018) o estudioso aprofunda um pouco mais o assunto e informa que o ápice da produção algodoeira nordestina, ocorre a partir da segunda metade do século XIX. Segundo o autor, esse ápice é devido.

> […] as concessões dadas pelas autoridades imperiais para quem fazer-se instalar fábricas têxteis no país. A Guerra de Secessão americana que prejudicou as remessas do produto para a Inglaterra, no qual direcionou-se para o algodão brasileiro, de boa qualidade, principalmente os das províncias de Alagoas e Pernambuco. As fábricas têxteis se espalharam por toda parte, a exemplo do Maranhão, Bahia, Alagoas, Rio Grande do Norte e Sergipe […] (OLIVEIRA, 2018, p. 2).

Do mesmo modo que a produção do fumo em folha, a produção algodoeira foi incrementada pela substituição de máquinas hidráulicas pelas máquinas a vapor. As fábricas têxteis produziam panos, linhas, tecidos e sacos para exportação do algodão bruto e/ou o açúcar. A produção desse tipo era liderada pelas províncias da Bahia e Maranhão, diz Oliveira (2018).

Um outro incremento tem repercussões importantes nos arranjos espaciais que ajudam a organizar espacialmente o território dito ‘incivil’, periférico e suburbano na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. Esse incremento está associado ao impulsionamento da navegação costeira. Sampaio (2006) por essa razão, diz que, a navegação deu um salto evolutivo no século XVIII, e esse crescimento só se acentuou ainda mais no século XIX. Sampaio (2006) diz que, essa atividade, na Baía de Todos os Santos se liga há Salvador de tal modo que, desde o período de instalação do núcleo matricial de tal cidade, a atividade de navegação está presente. “[…] A dinâmica da economia açucareira, aliada a exportação de outros produtos como o fumo, o couro, a farinha de mandioca, o algodão e a aguardente, também contribuíram para que Salvador sempre estivesse entre os portos mais importantes do Brasil […]” (SAMPAIO, 2008, p. 61).

A profusão da chegada e envio de tantos produtos pelo cais do porto da ‘cidade da Baía’ transformou a atividade da navegação em algo muito rentável e, além disso, favoreceu a atração de recursos para a atividade por financistas estrangeiros e pelo Estado que, desejava manter o controle sob o estoque de alimentos que eram exportados, principalmente.

Também, a ligação ferroviária, associada a atividade de transbordo do Porto de Salvador, foi bastante favorecida no século XIX. Segundo Sampaio (2006) as ferrovias, funcionavam numa espécie de associação com as atividades portuárias. A ferrovia, particularmente, penetrara pelo interior da Bahia, e seguia em várias direções, facilitando assim, o aparecimento e desenvolvimento de novas regiões produtivas. No espaço interno do espaço dito ‘incivilizado’, periférico e suburbano o transporte de passageiros também, era importante.

Na figura 35 temos o mapa do subúrbio com suas linhas férreas.

Figura 35 - Mapa do Subúrbio Ferroviário de Salvador

Fonte: Santurian (1992).[121]

Fonseca e Silva (1992) argumentam que o resultado desse espraiamento de atividades econômicas rentáveis, e, portanto, bem-sucedidas, no tecido territorial do Estado da Bahia resultou na divisão social e territorial do trabalho, fazendo com que algumas áreas desse se tornassem mais especializadas que outras. Internamente também, a profusão das atividades

[121] Disponível em: http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Bahia/suburbios/Trem-Suburbano-Salvador-1992-mapa.shtml

econômicas, o escoamento da produção pelo porto e pelas ferrovias, ajudou a definir espacialmente o papel do espaço incivil, periférico e suburbano na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, o espaço incivil, periférico e suburbano na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX, tornara-se o espaço da industrialização soteropolitana e aonde foi estabelecida residência para a maioria da classe trabalhadora.

> Com esta especialização do espaço foi possível maximizar os lucros através da produtividade pois havia sido criada a articulação entre as regiões, através da via férrea e do transporte costeiro, diminuindo as distâncias e facilitando o escoamento de mercadorias para o Porto de Salvador.
> Por outro lado, a infiltração do capitalismo industrial na Bahia e a consequente tentativa de organização do espaço regional fortalecem ainda mais o papel de concentração exercido por Salvador, centralizando as decisões e os negócios financeiros (FONSECA; SILVA, 1992, p. 1).

A exportação e importação de mercadorias, o trânsito de pessoas e a maioria atividades econômicas desenvolvidas no Estado da Bahia de meados do século XIX e início do século XX, favorece a concentração de recursos financeiros, sociais e políticos na ‘cidade da Baía’ de meados do século XIX e início do século XX. Fonseca e Silva (1992), mais uma vez, baseando-se nos dados captados no Censo Demográfico reiteram, por isso mesmo que, o processo de concentração de rendas em Salvador repercutia sobre o crescimento demográfico, fazendo que a população da cidade saltasse, no ano de 1872 de cento e vinte e nove mil pessoas, para aproximadamente cento e setenta e quatro mil pessoas, no ano de 1890. Em 1900 a população soteropolitana já contava duzentas e seis mil pessoas (FONSECA; SILVA, 1992).

A expansão da cacauicultura no sul do Estado estabelece ainda mais a importância da ‘cidade da Baía’ enquanto pólo de concentração e produção de riqueza para o país. O resultado desse rápido crescimento é, por isso mesmo, o que dá empuxo a urbanização do espaço dito incivil, periférico e suburbano. Mas a urbanização desse espaço dito incivil, periférico e suburbano não tem nível de comparação com o processo que define a urbanidade na parcela dita, mais civilizada e higiênica da cidade. Os incrementos são outros. O que mobiliza as transformações desse espaço são as fábricas, a ferrovia e o movimento do cais do porto.

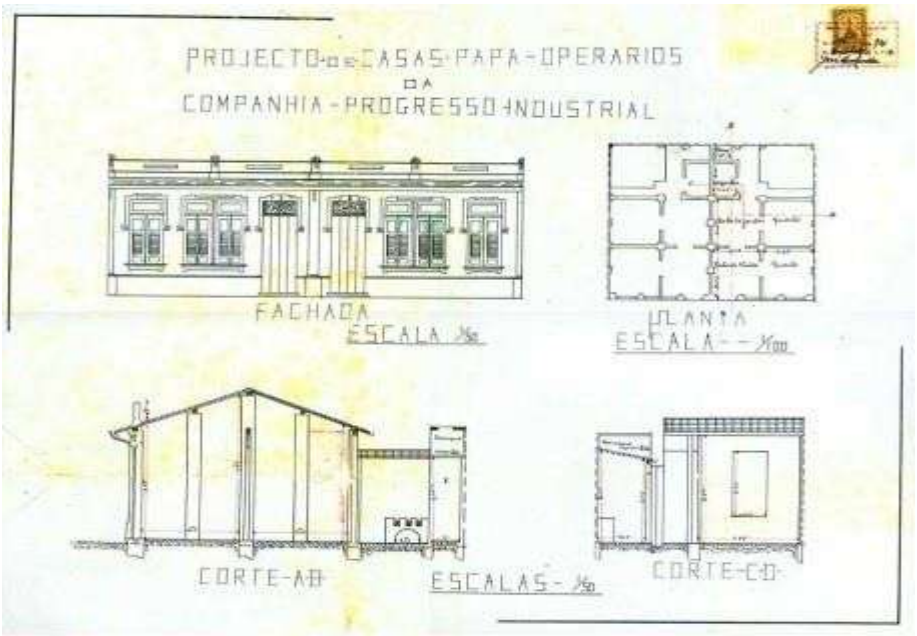
A urbanização da periferia de Salvador dos dezenove, não obstante, processa-se na direção de ocupar toda a extensão da Península Itapagipana que engolfa quatorze bairros da capital. A saber: Calçada, Mares, Jardim Cruzeiro, Massaranduba, Uruguai, Roma,

Dendezeiro, Bonfim, Monte Serrat, Boa Viagem, Luís Tarquínio, Caminho de Areia, Baixa do Fiscal e Ribeira.

Além do processo de industrialização, que é marcante na parcela da 'cidade da Baía' dita incivil, periférica e suburbana, a instalação de fábricas nesse espaço, também trouxe como consequência a abertura de grandes terrenos para a instalação de residência dos trabalhadores mais pobres.

Na parcela do espaço 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, espaço dito incivil, periférico e suburbano, como em outros espaços com as mesmas características de outras cidades coloniais brasileiras, também, observou-se a tendência de concentração das moradias dos trabalhadores em vilas operárias e é Ceila Rosana Carneiro Cardoso (2011) quem documenta que 48% das habitações proletárias do espaço dito incivil, periférico e suburbano, entre os anos de 1870-1930, concentravam-se na Península de Itapagipe, que se configurou como primeira área tipicamente proletária de Salvador (CARDOSO, 2011, s. p.).

Figura 36 - Projeto de casas para operários da Companhia Progresso Industrial (1894)



Fonte: Arquivo Público Municipal - Fundação Gregório de Matos

Figura 37 - Hospício da Boa Viagem, Boa Viagem, Península de Itapagipe

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Figura 38 - Ponta do Monte Serrat e suas edificações, Península de Itapagipe

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Figura 39 - Alto do Bonfim, Bonfim, Península de Itapagipe

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

Os empreendimentos fabris foram os principais agentes mobilizadores da instalação de vilas proletárias nessa parcela da ‘cidade da Baía’ no final do século XIX e início do XX. Os documentos confirmam que, a maioria das indústrias têxteis investiram, na construção de habitações para seus operários, visto que, para diminuir os custos da produção os dirigentes empresariais raciocinaram que os trabalhadores deveriam morar perto das fábricas, a maior parte destas residências se instalou na Península Itapagipana (CARDOSO, 2011, s. p.).

Por isso mesmo, argumenta-se que:

> É notório o incentivo por parte da Prefeitura Municipal para que aí fossem construídas tais residências, o que evidencia a enorme carência habitacional da área que se transformava, se adensava. Muitos terrenos baldios foram liberados para a construção de casas particulares e de casas para alugar a operários, planejadas por especuladores imobiliários com vistas no desenvolvimento industrial da área referida e no aumento da demanda habitacional. O poder público concordava com a isenção dos impostos por longos períodos às fábricas que construíssem vilas operárias e investissem em benfeitorias (CARDOSO, 2011, s. p.).

Cardoso (2011) há esse respeito argumenta novamente diz que, no decorrer do período que estamos estudando, a ocupação das circunvizinhanças da Península Itapagipana tornou-se adensada, diferentemente da situação característica do século anterior. E o perfil das atividades econômicas desenvolvidas por esses moradores, oferecia muito baixa remuneração. Em sua maioria, dos moradores que ocupavam essa parcela da ‘cidade da Baía’ dita incivil, periférica e suburbana era empregada nas próprias indústrias instaladas nesse espaço; era empregada na pesca; oferecia serviços de vigilância nas Igrejas e nas casas de veraneio que foram instaladas no local.

Há esse respeito, Cardoso (2011) diz o seguinte:

> Na Península Itapagipana foi implantado grande número de indústrias de natureza e dimensões variadas, consolidando o que se poderia chamar de um primeiro Centro Industrial Baiano, assim posteriormente reconhecido pelo Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador. Na Cidade Baixa, de sítio plano e de águas calmas, o aprazível bairro de veraneio refletiu sinais de grandes mudanças. Alguns fatores físicos indicavam esta como uma tendência natural, a exemplos da necessária relação de distância e proximidade que a Península de Itapagipe guarda do centro da cidade e das suas terras planas de fácil acesso tanto por terra, quanto por mar (CARDOSO, 2011, s. p.).

A citação do parágrafo acima e tudo o que foi documentado até aqui, nos ajuda a esboçar um quadro social de memória sobre a configuração espacial da ‘cidade da Baía’ dita

incivil, periférica e suburbana. Nesse quadro aparece em ‘tintas bastante fortes’ há a Península Itapagipana com sua paisagem composta pelas fábricas e pelas Igrejas e o subúrbio ferroviário com sua paisagem mais ocupada pelas barças e cortada pela ferrovia.

Com o Projeto de Melhoramentos Urbanos coordenado pelo Governo de José Joaquim Seabra, o porto de Salvador foi modernizado, essa modernização incluindo a realização de um aterro, que alargou a via e o passeio público desse espaço. Esse aterramento permitiu a instalação de novos postes de energia elétrica e contribuiu com a abertura de espaço para que a linha de transporte coletivo pudesse passar.

Além da melhoria da prestação de serviços de extensão de transporte e iluminação públicos, foram feitos outros aterros em áreas do Comércio, além de dessecamentos e drenagens na Península Itapagipana, tradicionais pontos de alagamento.

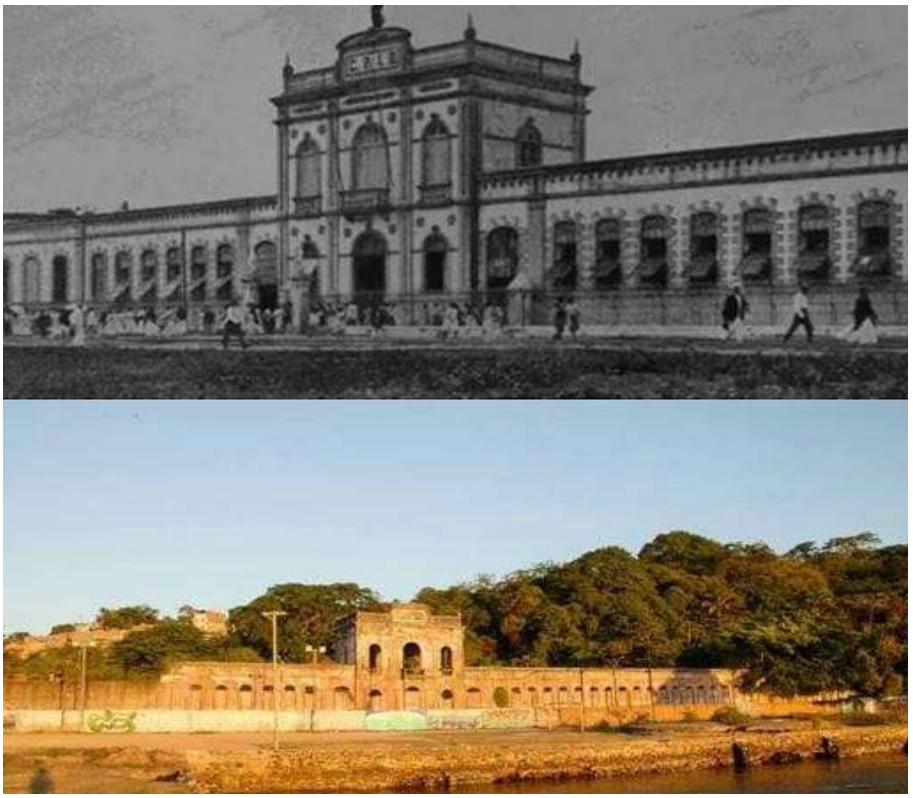
> Ao tempo em que tudo isto se realizava, foram abertas novas ruas, a mancha urbana espalhou-se e adensou-se. Os antigos meios-fios em desalinho, que fugiam à regularidade imposta pelas novas leis municipais, seriam regularizados. Os novos arruamentos, de traçado retilíneo, eram planejados para facilitar a movimentação dos veículos automotores e a maior regularidade de acesso e abastecimento às fábricas (CARDOSO, 2011, s. p.).

Ainda conforme Cardoso “[…] a coexistência do mundo de hábitos litorâneos, do mundo do trabalho e do mundo das práticas religiosas evidencia-se nesta passagem […]” (CARDOSO, 2011, s.p), nos levando a concluir que:

> […] a transfiguração desta área acontece na sucessão de sobreposições de um mundo ao outro, sem que quaisquer dos anteriores fossem anulados; a riqueza espacial que nela há advém desta simultaneidade. Os processos históricos por que passa a cidade aí se refletem e materializam. A península pode ser entendida como uma das imagens de Salvador, como o outro da cidade que a revela nas suas diferenças, diferenças estas que se complementam, se constroem no tempo (CARDOSO, 2011, s.p.).

Para entender um pouco mais acerca dos mecanismos de atração da Península Itapagipana o que talvez explique o magnetismo dessa área para a prática de atividades comerciais e industriais, tenha sido a percepção que alguns empresários tiveram com relação ao provimento de serviços de infraestrutura. Especialmente, a linha férrea Calçada – Paripe favorecia, a circulação das pessoas e das mercadorias e, além disso o preço da terra nesse espaço era bem mais barata que no centro. Não é sem propósito que no ano de 1875 é instalada na Península Itapagipana a Fábrica de Tecidos São Brás, localizada em Plataforma (Figura 40).

Figura 40 - Fábrica de Tecidos São Brás, Plataforma, Salvador



Fonte: Visão Cidade, 2019.[122]

Avaliando a organização espacial da 'cidade de Baía' dita incivil, periférica e suburbana a partir dos processos espaciais que o explicam, Corrêa (1997) apoia o entendimento que, o que aconteceu nesse lugar pode receber o nome de descentralização espacial. A descentralização espacial que, no período estudado, pareceu um fenômeno espontâneo e que oferecia como razão da atratividade a disponibilidade de terras não ocupadas, terras a baixo preço e baixo custo de impostos; a infraestrutura implantada deveria suportar o desenvolvimento da atividade; os transportes deveriam ser facilitados; o sítio deve ter topografia plana e a oferta de água deve ser abundante; devem ser asseguradas algumas amenidades físicas e sociais que assegurem a permanência das pessoas em seu lugar de moradia (CORRÊA, 1997, p. 126).

[122] Disponível em: http://visaocidade.com.br/2019/07/historia-da-fabrica-textil-sao-braz.html

Figura 41 - Visão da escarpa de linha de falha da 'cidade da Baía' em dois andares, vista da Baía de Todos os Santos

Fonte: Rebouças e Figueredo Filho (1985).

E se a espacialização da parcela da ‘cidade da Baía’ dita cidade incivil, periférica e suburbana se refere há um fenômeno favorecedor da lógica sociometabólica de territorialização do capital, para o capital a espacialização dessa área está indelevelmente associada ao processo de acumulação. É o processo de acumulação capitalista que leva a procura de uma localização mais acessível do mercado consumidor e que minimiza a competitividade entre as empresas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho analisamos as narrativas contidas em cinco theses doutorais selecionadas por nós, entre os documentos que consideramos serem mais relevantes no acervo da antiga Biblioteca da FAMEB, uma edificação que até hoje funciona no mesmo Largo do Terreiro de Jesus, 'cidade da Baía', aonde foi fundada a primeira Academia brasileira e genuinamente baiana, no ano de 1808.

As theses doutorais selecionadas, sendo escritas pelos concluintes do Curso de *Sciências* Médico Cirúrgicas ou futuros Doutores em Medicina da FAMEB, dentro de um período de sessenta anos, de 1852 até 1912. A saber, elas são:

- *Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador, capital da província da Bahia*, de autoria de Aprígio Ramos Proença, publicada em 1852;
- *Influência dos climas sobre a intelligência humana*, de autoria de João Carlos Balthasar da Silveira, publicada em 1874;
- *Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista*, de autoria de Deodoro Alvares Sampaio, publicada em 1899;
- *Influência da prostituição sobre a sociedade actual*, de autoria de Angelo de Lima Godinho Santos, publicada no ano 1909 e;
- *Da inconveniência da liberdade ilimitada no exercício da prostituição*, de autoria de Antônio Joaquim de Sampaio e publicada em 1912.

Por que estudar as theses doutorais da FAMEB mencionadas acima, e que importância esses documentos têm enquanto objeto desse trabalho e como recursos de memória, como acentua Montesperelli (2004)? Já respondemos a essa questão no capítulo dois – *Descrição das Theses Doutorais* mas, sentimos a necessidade de dar conhecimento novamente acerca da importância desses trabalhos, porque nos pareceu ser um "dever de memória" ao qual nos poderíamos declinar, especialmente, em vista de nos identificarmos com o tema dos estudos sobre a memória coletiva e os processos históricos de constituição da geografia urbana da cidade de Salvador, já há alguns anos. Para sermos mais precisas, desde o período da realização de nossa Iniciação Científica (1994 - 1996) e com continuidade no Mestrado em Geografia, realizado no Programa de Pós-Graduação em Geografia na UFBA, entre 1997 e 2000.

Assumir o trabalho de análise das theses doutorais como um "dever de memória", como fizemos, em si mesmo já é algo bastante ambicioso, não negamos (!), mas esse gesto é necessário, porque trabalhar o tema da memória como 'um dever', isto é, como um esforço

epistêmico e, principalmente, político que tem o compromisso teleológico de reconstituir as lembranças ideopoliticamente esquecidas, requisita operar com silêncios que foram planejados, e isso sempre 'cobra o preço' da realização de 'mergulhos mais profundos' na pesquisa, afinal, acreditamos que a verdade silenciada, ou para sermos mais exatas, a essência das theses doutorais não se dê há ver na superfície ou na aparência desses documentos. Ela está lá, na narrativa contundente dos acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas que de 1852 até 1912, só fez recrudescer; ela está lá, nas 'escapadas' que esses *scientistas* dão há fim de alcançar debates que extrapolem o tema da saúde. Temas morais, sociais, políticos e econômicos. A verdade, ou para sermos mais precisas, a essência da realidade concreta está lá, na cidade produzida pelo capitalismo e cindida em duas por ele mesmo: uma dita civilizada, higiênica e nobre e outra cidade incivil, periférica e suburbana.

Os estudos sobre a memória coletiva só recentemente tem recebido destaque. Halbwachs nas obras *A memória coletiva* (2003) e *Los marcos sociales de la memória* (2004) é o responsável por essa ascensão. Halbwachs, no entanto, instaura o seu legado sob o 'terreno pantanoso' da imprecisão gnosiológica, ao tentar instituir diálogos com objetos de difícil manipulação, inclusive, entre os seus especialistas, aos quais ele dedica dois capítulos do seu livro *A memória coletiva* (2003) e que não são estudiosos da memória: os historiadores e os geógrafos. Ele nos apresenta, por isso mesmo, um tempo de mudanças, nas quais os homens se ajustariam perfeitamente há elas – as mudanças –, como quê o destino final das sociedades, fosse se acomodar nas tradições (HALBWACHS, 2003, p. 113-156). Ele nos apresenta, por outro lado, espaços estabilizados, aonde as resistências são todas quebrantadas, apaziguadas, alçando-se, por essa razão, o nível da estabilização espacial, também (HALBWACHS, 2003, p. 157 a 189). E isso não existe no plano da concreticidade do mundo real.

Não foi nosso propósito avançar sobre as percepções de uma memória que se institui no tempo *chronos* de Halbwachs, mas, por outro lado, nos sentimos um pouco mais à vontade para investirmos na crítica a concepção de espaço estabilizado por memórias construídas coletivamente, afinal, sendo geógrafos, tomamos o espaço geográfico e suas parcelas – o lugar, a paisagem, a região e o território – enquanto bases sustentaculares de nossas reflexões, ainda mais quando percebemos a presença dos fenômenos que o alteram.

Se se intenta, então, pensar a memória coletiva a partir de processos de mudança dialética, relações sociais dialéticas, que é o que fizemos aqui, torna-se impossível, portanto, desconsiderar também que, o espaço geográfico, na sua expressão mais integral e/ou parcelar,

não importa (!) é puro caos organizado e essencialmente é produção dialética de uma sociedade que, tem seu esteio na produção de conflitos: em contradições, mediações e totalidades produzidas por entes com poderes desiguais.

E vejam bem (!), o fato de Halbwachs não nos legar uma análise necessariamente dialética do espaço geográfico, não reduz a dimensão fundamental de sua contribuição para esse trabalho. Halbwachs continua central aqui, conquanto, a herança de sua contribuição não se situe em relação ao método do materialismo histórico, mas sim, porque ele se apropria de uma discussão que nos permite aproximar o espaço geográfico, visto a partir da ação dos agentes que o produzem. E mais ainda, Halbwachs permite que a memória coletiva, apareça como algo que ela ideologicamente é. Isto é, no trabalho *halbwachiano* a memória coletiva aparece selecionada por grupos sociais, ela aparece recortada por estrato 'vencedores' das disputas por memórias. Partimos de Halbwachs, destarte. Partimos de suas contribuições, conquanto, não esteja em nosso horizonte chegarmos às mesmas ilações que ele chega, especialmente, ao tratarmos do nosso limite espacial, a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX.

Metaforizando um pouco, podemos dizer que o legado de Halbwachs tenha funcionado como uma 'ponte' que nos conduziu no entendimento sobre quem foram os agentes de produção das transformações espaciais que redundam na produção de uma 'cidade da Baía' dita moderna e mais ajustada ao sociometabolismo espacial do capitalismo. E ademais, Halbwachs chega ao ponto de explicar como os grupos sociais de memória, se precipitaram sob a fundação de quadros sociais de memória, dependentes, esses sim, de mecanismos de coesão de estabilidade para fixarem socialmente os seus interesses (HALBWACHS, 2004).

Ao fim e ao cabo, Halbwachs (2003, 2004) e tantos outros teóricos da memória – Bergson (1999, 2006), Jedlowski (1989, 2003), Montesperelli (2004), Magalhães (2007, 2014, 2016), Jelin (2012) e Le Goff (2013, 2014), dentre outros – nos 'dá as pistas' sobre os agentes que atuam na configuração de memórias individuais e coletivas, e, ademais, discorrem acerca dos atos necessários à fabricação dos grupos sociais de memória e quadros sociais de memória. Já Engels (1876), Marx (1980, 2004, 2011) e Marx e Engels (2007, 2009), somados há todos os outros marxistas relacionados aqui – Arendt (1979, 2011), Gramsci (1982), Mészáros (1993, 2014), Eagleton (1997), Chauí (1980), Cheptulin (1982), Berman (1986), Harvey (2003, 2004), Fernandes (1976), Lefebvre (2006), Löwy (2008), Novack (2008), Carvalho (2008, 2012), Kosik (2011), Lukács (2013) e Conceição (2000)

dentre outros – fornecem os lastros sustentaculares para refletirmos sobre as lógicas metabolizadas que estão vinculadas as práticas sociais dos agentes de produção do espaço.

E enquanto eles, os ideólogos da memória, discutem os atravessamentos que decorrem da concepção de memória individual e até chegarmos a uma memória que se coletiviza; eles discutem o condicionamento do tempo ao presente, as determinações históricas; discorrem acerca dos engendramentos políticos que tornaram o memorável um território de disputas ideológicas; eles, os teóricos da memória abordaram o tema das fundações do memorável; além de discorrerem sobre memórias geracionais, Marx, Marx e Engels e Engels e os marxistas refirmaram a importância das lógicas metabolizadoras que estão na aparência dos processos de transformação da 'cidade a Baía' de meados do século XIX e início do século XX colonial, na cidade da Baía moderna. Marx e os marxistas estão presentes, mas não só eles.

Chegar na análise materialista dialética que leve há um melhor entendimento das correlações entre a memória e a ideologia, por isso mesmo, exigiu seguirmos um percurso, e dentro dele há uma trilha que recomenda um esforço discricionário há ser feito. Esse esforço discricionário, em nosso caso, teve como propósito apoiar um melhor entendimento de nosso objeto – nesse caso, as theses doutorais –, até que ele pudesse ser revelado na sua essência. E não que em sua essência, as theses doutorais figurassem enquanto condutores diretos das transformações que tiveram como cenário a 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX. Elas não foram! As theses doutorais funcionam mais enquanto meios, representações através das quais essas mudanças puderam ser delineadas.

Mencionamos esse percurso das theses doutorais, o lugar desses documentos para o espelhamento dos ideais de transformações urbanas da 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX, para que não pareça estranhado, abordarmos as metateorias do positivismo, do evolucionismo e do determinismo geográfico nessa Tese de Doutorado. O propósito da menção ao lugar das theses doutorais e das metateorias que funcionam como seus alicerces teóricos foi, por isso mesmo, promover um conjunto de argumentações que pudessem testificar sobre os motivos pelos quais, o *scientificismo famebiano* não deu conta de exibir transformações que se derão exclusivamente, no nível das práticas e saberes médicos, apenas, mas os saberes médicos que tiveram como *locus* de produção à FAMEB, ao nosso sentir, intentaram acompanhar as dinâmicas sociometabolizadas de alcance mundial do capitalismo. E se para alcançar esse propósito, as theses doutorais medicina *famebiana* exorbitan nas questões da saúde, a intencionalidade disso acontecer é situar o estatuto

científico enquanto campo de lutas e de debates capazes de definir um modelo novo de sociedade.

E no capítulo quatro – *Quadros sociais de memória, memória e ideologia nas theses doutorais* esse modelo de sociedade nova é apresentado, mas não em suas formulações concretas ainda, e sim nas idealizações dos ideólogos da memória e do espaço, que nos oferecem explicações sobre as maneiras através das quais, na 'cidade da Baía' de meados do século XIX e início do século XX vão se organizando grupos sociais de memória imbuídos de dispositivos ideológicos que contribuem para a fabricação de quadros sociais de memória, responsáveis não somente por definir uma identidade própria para a medicina bahiana, mas também, responsáveis por delinear os parâmetros de nossa civilização.

Como dissemos no primeiro parágrafo do capítulo quinto – *A produção capitalista do espaço geográfico. a 'cidade da baía' de meados do século XIX e início do século XX em quadros (sociais de memória),* a razão de ser dessa discussão ser sustentada aqui é centralmente, demonstrar como a retórica das theses doutorais se manifesta alternando o tecido da 'cidade da Baía', ajustando-a a modernidade. E se falamos de uma retórica que se manifesta alterando o tecido urbano, imperativo se fez apresentar essa cidade de formas transformadas, porque cindida em duas, como decorrência de arranjos espaciais propostos pelo emergente capitalismo.

Efetivamente, a problematização que essa pesquisa teve de enfrentar foi, conseguir comprovar a importância das theses doutorais selecionadas enquanto dispositivos retóricos, decerto, mas também, enquanto dispositivos ideológicos e memoriais, capazes instruir sobre as mudanças necessárias para transformar Salvador numa cidade, dita civilizada, higiênica e moderna.

Começamos por tomar esses documentos como que tivessem um fim em si mesmo. Um fim, cujo pôr teleológico seria transformar a 'cidade da Baía' de meados do século XIX até o início do século XX, numa cidade moderna. No início, a discussão sobre as associações entre a memória e a ideologia não tinham ganhado corpo, visto que, as leituras na história, principalmente, indicavam o papel das theses doutorais somente enquanto veículos dessas transformações.

A problematização dessa Tese de Doutorado foi ampliada quando aprofundamos as leituras e reflexões acerca dos modos como são fabricados os dispositivos ideológicos alienadores do capitalismo. Nós aprofundamos as discussões sobre o fetiche que representava a novidade do *scientificismo* e suas extrapolações, e daí, descobrimos e exploramos níveis de

complexidade muito maiores de nosso objeto e nosso principal recurso: as theses doutorais. Jogadas sob o prisma das contradições, totalidade e mediações com a realidade concreta, portanto, esses documentos se insinuaram como representações da realidade. Dispositivos ideológicos responsáveis por mediar as intenções de mudança, até porque, compreendemos que quem as efetiva, são os homens reais.

A hipótese que esses documentos permitirão refletir sobre a produção de uma cidade prevista segundo o ideário de progresso *scientífico* e do processo civilizacional, é totalmente verossímil e de fácil comprovação, conquanto, pensar os níveis hierarquizados da espacialização que esses documentos exibem, tenha exigido mais agudeza na análise.

O que queremos dizer é que, de início, compreendemos equivocadamente que as theses doutorais expusessem somente a parcela da 'cidade da Baía' dos dezenove que se queria ver civilizada e higiênica, no entanto, percebendo as narrativas que esses documentos exibem enquanto dispositivos ideológicos, metabolizados pela alienação do capitalismo que são, pudemos perceber que os Acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB precipitaram os seus ideais reformadores indicando caminhos para a modernização das áreas ditas incivis, periféricas e suburbanas, também.

A nossa interpretação é, portanto, há de que a totalidade se exiba quando os Acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas idealizam como deve ser a sociedade soteropolitana como um todo. Não fosse desse modo, esses futuros profissionais não teriam indicado a adoção de tantos regulamentos para viver no tecido alterado, ou por assim dizer, na 'cidade da Baía' modernizada. As contradições também, estão presentes e percorrem todas as theses doutorais selecionadas.

E nada que está nessa cidade, parece escapar das prescrições feitas pelos Acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB. Quando falam dos espaços ditos civilizados, por isso mesmo, os estudantes de medicina chegam ao ponto de prescrever como devem ser desenhados e, mais que isso, eles avançam tanto nas recomendações sobre a sua apropriação, que chegam ao ponto de aconselhar que alguns desses sejam frequentados como estratégia de cura.

Já sobre os bairros ditos 'incivis', periféricos e suburbanos, ou os bairros aonde os Acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB indicavam que a classe trabalhadora deveria morar, conquanto, os autores das theses doutorais selecionada recomendassem um modelo de ação modernizadora que se prestava para oferecer balizas de sua efetivação na

cidade como uma totalidade, os parâmetros e as funções dessas são absolutamente diferentes num espaço e noutro.

E se o objetivo dessa Tese de Doutorado foi perscrutar o modo como o *scientificismo* representa os interesses do projeto civilizacional capitalista, que tem como propósito inserir a 'cidade da Baia' em meados do século XIX e início do século XX, na dita modernidade, então, nosso objetivo foi sendo ratificado através dos atos realizados pela pesquisa empírica. Uma ratificação que é confirmada ali, na empiria, mas não somente nessa fase – que foi o momento em que, documentamos os percursos teóricos seguidos pelos Acadêmicos em *Sciências* Médico Cirúrgicas da FAMEB –, visto que, esses objetivos também, se confirmam quando conseguimos associar há pesquisa empírica, as formas concretas que se explicitam no próprio desenho de tal cidade, o que nos levam a considerar os marcos deixados na 'cidade da Baía' desde o século XIX como marcos das memórias. Assim, quer seja olhando para algumas edificações de bairros como o Corredor da Vitória, Graça, Canela, Barra e Barra Avenida; quer seja observando as ruínas de antigas fábricas instaladas na Península Itapagipana ou a linha férrea que liga o Subúrbio Ferroviário de Salvador tudo isso diz mais sobre a densidade do que pesquisamos.

O espaço que investigamos se apresentou para nós em sua pseudoconcretidade (KOSIK, 2011), isto é, ele se apresentou somente em sua aparência, cabendo há nós, na pesquisa, desvendá-lo até que ele fosse alcançado na sua essência.

O problema desse compromisso – que é também, ideopolítico – de desvendar as theses doutorais, desde a sua aparência, até chegarmos a sua essência é que esse é um caminho muito difícil de ser seguido, visto que, o materialismo histórico dialético não prescreve rotas definitivas para nos orientar. Sobre tal método só se sabe de suas premissas, a lembrar: as contradições, a totalidade e a mediação com a realidade concreta. Sobre ele, só se sabe que, para efetivar uma análise nesses moldes, será necessário 'tirar o fenômeno da câmera escura, afastá-lo da lente prismática' (MARX; ENGELS, 2011), a fim de que ele possa se revelar como realmente é.

E se nos é exigida uma explicação sobre os porquê's de encaramos a análise no método materialista histórico dialético como um compromisso ideopolítico, explicamos que, seria mais fácil seguir pelo caminho volúvel da pós modernidade e da análise fenomenológica que, certamente é mais complacente com os fenômenos, que o método de nossa escolha. Tão complacente, que retira desses a substância, algo que eles deveriam ter, no que se refere, ao engajamento com a transformação da sociedade.

No que diz respeito a bibliografia utilizada, ela foi sendo robustecida pouco a pouco, a medida em que, as temáticas exigiam mais aprofundamento. Como já anteriormente mencionado, inclusive, colaborou significativamente para a estruturação do acervo bibliográfico, o fato da autora dessa Tese já ter se aproximado do tema indiretamente, desde formações anteriores. A 'cidade da Baía', em parcelas diferentes, sempre foi objeto de muito interesse.

É claro que sentimos a falta de maior objetivação na indicação de procedimentos metodológicos balizadores de nossas análises, conquanto, se o preço que deveria ser pago por isso, fosse a superficialidade da análise, estamos contentes por haver conseguido construir arranjos epistemológicos que mantêm o nosso comprometimento com a análise da sociedade.

Num primeiro momento, em sua aparência superficializada, as theses doutorais foram apresentadas a nós como elementos anacrônicos de afirmação de um estatuto de verdade: o *scientificismo.* Há autoras como Schwarcz (1993) que alegam haver identificado o *scientificismo* como um *élan,* uma moda que ajudava a afirmar alguns traços de distinção entre as pessoas, e nós concordamos com essa identificação, conquanto, nossos procedimentos de descrição e subsequente análise de conteúdo revelaram há um outro entendimento sobre o significado de tais documentos. Nesse entendimento as theses doutorais foram reveladas, agora sim, como dispositivos ideológicos mediadores, representações idealizadas das mudanças que deveriam indicar como a 'cidade da Baía' deveria se ajustar há dita modernidade.

É claro que a pesquisa possui falhas, todas têm. Paradoxalmente, no entanto, ela nos oferece uma interpretação que, se não podemos dizer que seja inédita, pelo menos é interessante do ponto de vista das associações que ela consegue afirmar entre a memória e a ideologia, como ingredientes de promoção de modificações espaciais.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras – Geografia** I, Porto, v. 14, n.1, p. 77-97, 1998.

AGASSIZ, Louis. **A journey in Brasil.** New York, Arkose Press, 1868.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

ANDRADE, Luís Guilherme Albuquerque de. **O espaço público da praia**: reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ANSARA, Soraia; DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Aspectos ideológicos presentes na construção da memória coletiva. **Athenea Digital**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 207-223, 2015. Disponível em: https://atheneadigital.net/article/viewFile/v15-n1-ansara-dantas/1356-pdf-pt. Acesso em: 16 ago. 2014.

ARCHTRENDS PORTOBELLO. Arquitetura barroca e influências brasileiras: entenda mais sobre o movimento. **Archtrends Portobello.** 2019. Disponível em: https://archtrends.com/blog/arquitetura-barroca/. Acesso em: 26 jan. 2020.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **As origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARÓSTEGUI, Júlio. **La Historia vivida:** sobre la historia del presente. Madri: Alianza, 2004.

ARTEAGA, Juanma Sánchez. O darwinismo e o sagrado na segunda metade do século XIX: alguns aspectos ideológicos e metafísicos do debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 56, p. 371-382, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v28n56/05.pdf. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____; ARTHMAR, Rogério. Voltaire e a visão iluminista do progresso. **Revista História**. Unisinos v. 16, n 3, p. 379-390, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/2655-11638-1-PB.pdf. Acessado em: 25 nov. 2014.

ASSUFBA. **Aula inaugural do semestre 2019.2 da UFBA acontece no dia 08/08, às 17h, no Salão Nobre da Reitoria.** 29 jul. 2019. Disponível em: http://www.assufba.org.br/novo/aula-inaugural-do-semestre-2019-2-da-ufba-acontece-no-dia-08-08-as-17h-no-salao-nobre-da-reitoria/. Acesso em: 26 jan. 2020.

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da cidade do Salvador.** Salvador: Itapuã, 1969.

BAHIA (Estado). Secretaria de Cultura. **Primavera dos Museus traz programação especial**. 17 set. 2019. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/2019/09/16937/Primavera-dos-Museus-traz-programacao-especial.html. Acesso em: 26 jan. 2020.

BAHIA.BA. **Ufba reformará a Residência Universitária do Corredor da Vitória.** 22 jul. 2019. Disponível em: https://bahia.ba/salvador/ufba-reformara-a-residencia-universitaria-do-corredor-da-vitoria/. Acesso em: 26 jan. 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Ed. 70, 2011.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. **Entre a côrte e a cidade:** o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821). Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BELENS, Adroaldo de Jesus. **A modernidade sem rosto.** Salvador e a telefonia (1881 – 1924). Simões Filho: Kalango, 2010.

BERGAMINI, Ricardo. **História da civilização**. 26 ago. 2011. Disponível em: http://www.ricardobergamini.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=41:o-seculo-xviii-e-a-ilustracao&catid=30:historia-da-civilizacao&Itemid=33. Acesso em: 20 jan. 2016.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória.** Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar.** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERTOLLI FILHO, Cláudio. Por uma história recorrente da medicina, da saúde e da enfermidade. **Interface,** Botucatu, v. 21, n. 61, p. 251-255, 2017. Doi: 10.1590/1807-57622017.0019.

BEZERRA, Eudes. Lombroso e a teoria do Criminoso Nato. **Incrível história**, 13 maio 2015. Disponível em: https://incrivelhistoria.com.br/lombroso-criminoso-nato/. Acesso em: 27 jan. 2016.

BÍBLIA SAGRADA. Livro do Deuteronômio. **Deuteronômio 23:20**. Tradução: Adailton Batista. Ed. CNBB. Coneúba, Minas Gerais: Comunidade Canção Nova, 2009.

_____. Livro do Levítico. **Levítico 25:35 e 36**. Tradução: Adailton Batista. Ed. CNBB. Coneúba, Minas Gerais: Comunidade Canção Nova, 2009.

_____. Novo Testamento. **Evangelho de São Lucas 6:35**. Tradução: Adailton Batista. Ed. CNBB. Coneúba, Minas Gerais: Comunidade Canção Nova, 2009.

BONIN, Jiani Adriana. Mídia e memórias: delineamentos para investigar palimpsestos midiatizados de memória étnica na recepção. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, v. VIII, n. 2, p. 133-143, 2006.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Coleção de Leis do Império do Brasil (1808 – 1889)**. 18 de fevereiro de 1808. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. Câmara dos Deputados. Alvará de 7 de janeiro de 1809. Abole a Junta do Protomedicato e devolve a sua jurisdição ao físico-mor e cirurgião-mor. In: **Coleção de Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1809. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. **Lei Provincial n. 404**, de 2 de agosto de 1850.

_____. **Decreto nº 1.270**, de 10 de janeiro de 1891. Reforma Benjamin Constant.

BUFFON, Georges Louis Leclerc. **Histoire naturelle générale et particuliére**, avec la description du Cabinet du Roi. Tome Premier. Paris: De L'Imprimerie Royale, 1749. Tomo I.

CABANIS, Pierre Jean Georges. **Rapports du physique et du moral de l'homme.** Paris: Hachette Livre e BNF, [1802]2009.

CALHAU, Lélio Braga. **Cesare Lombroso:** criminologia e a escola positiva de direito penal. 23 set. 2008. Disponível em http://www.lfg.com.br. Acesso em: 25 nov. 2013.

CALOGERO, Rubínia. **Tipos de utilização da ventosaterapia.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Formação em Acupuntura) – Escola Brasileira de Medicina Chinesa, Faculdade de Tecnologia EBRAMEC, São Paulo, 2017.

CAPONI, Sandra. Clima, cerebro y degeneración en Cabanis. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, 2009, p. 961-979. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n4/07.pdf. Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. **Loucos e degenerados**: uma genealogia da psiquiatria ampliada. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

CARDOSO, Ceila Rosana Carneiro. As fábricas na península: Itapagipe como sítio industrial da Salvador Moderna. **Arquitextos**, ano 11, maio 2011. ISSN 1809-6298. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.132/3894. Acesso em: 10 jun. 2015.

CARDOSO, Mayara. Gradualismo. **Info-Escola**. Disponível em: http://www.infoescola.com/biologia/gradualismo/. Acesso em: 2 out. 2016.

CARNEIRO, Veridiana Domingos. Influências de Émile Durkheim e Henri Bergson nas tensões teóricas da teoria da memória coletiva de Maurice Halbwachs. **Primeiros Estudos**, São Paulo, n. 4, p. 101-111, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/tania/Downloads/56729-71986-1-PB.pdf. Acesso em: 08 out. 2016.

CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire. **Notícia histórica sobre a Faculdade de Medicina da Bahia.** Salvador: Typographia Bahia Histórica, 1909.

CARVALHO, Edmilson. **A produção dialética do conhecimento.** São Paulo: Xamã, 2008.

_____. **A cidade do capital e outros estudos.** Salvador: Arcádia, 2012.

CARVALHO, José Afonso. **Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia de 1884**. 1909.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial; Teatro das Sombras: A política imperial. 2.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Relume Dumará, 2012.

CASTRO, Elysio Pereira Almeida. **Ligeiras considerações sobre o determinismo**. 1908. 97p. Monografia (Monografia de Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1908.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto. **Geografia:** conceitos e temas. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAVALLI, Alessandro. Lineament di una sociologia della memoria. In: JEDLOWSKI, Paolo; RAMPAZZI, Marita (ed.). **Il senso del passato:** per una sociologia della memoria. Milão: Angeli, 1991. p. 34-43.

CHAGAS, Eduardo. **O método dialético de Marx:** investigação e exposição crítica do objeto. 2012. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista.** Categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

COACHING, Instituto Brasileiro de. **Entenda o tempo de Chronos e Kairós.** Disponível em: https://www.ibccoaching.com.br/portal/entenda-o-tempo-de-chronos-e-kairos/#:~:text=Na%20mitologia%20grega%2C%20Chronos%20(Cronos,%2C%20semanas%2C%20meses%20e%20anos. Acesso em: 15 ago. 2015.

COISAS DA ARQUITETURA. Igreja dos jesuítas. Salvador. **Wordpress.com**, 2011. Disponível em: https://coisasdaarquitetura.files.wordpress.com/2011/09/igreja-jesuc3adtas-salvador.gif. Acesso em: 15 ago. 2015.

COMTE, Auguste. **Os planos de trabalhos científicos para reorganizar a sociedade.** 1822.

_____. **Catecismo positivista**. 1852.

_____. **Curso de filosofia positiva**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores, v. 1).

_____. **Curso de filosofia positiva**: discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; catecismo positivista. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores, v. 2).

_____. **Planos dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade.** São Paulo: Escala, 2007.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A "Geografia Social" de Sílvio Romero. **Terra Brasilis**, 2000. Disponível: http://terrabrasilis.revues.org/301. Acesso em: 22 dez. 2014.

CORBIN, Alain. **Le miasme et la jonquille**. L'odorat et l'imaginaire social XVIIIe-XIXe siècle. Paris: Champs Flamarion, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. **Mercator** – Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 12, n. 29, p. 51-67, 2013. Disponível em: http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1226. Acesso em: 27 set. 2014.

_____. A casa e a rua: objetos a medicalizar. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 36, n. 2, p. 197-220, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/tania/Downloads/A_CASA_E_A_RUA_OBJETOS_A_MEDICALIZAR.pdf. Acesso em: 26 set. 2016.

COUTINHO, Francisco Ângelo et al. Sobre as relações entre ciência e religião e alguns apontamentos para uma agenda de pesquisas em educação em ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISAS EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8., 2012, Campinas. **Anais [...]** Campinas: AbrAPEC, 2012. p. 45-56.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua:** espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Martin Claret, 2014.

DECORSALTEADO. **Fachadas de casas com estilo**. 2016. Disponível em: http://www.decorsalteado.com/2016/02/fachadas-de-casas-com-estilo.html. Acesso em: 2 out. 2016.

DIAS, João Ferreira. **A "raça", um conceito pensado e benzido com termos do Ocidente**. Disponível em: https://blog.cei.iscte-iul.pt/a-raca-um-conceito-pensado-e-benzido-com-termos-do-ocidente/. Acesso em: 2 out. 2016.

DICIONÁRIO BIO-NET. **Sanguessugas**. 2009. Disponível em: https://www.biologianet.com/zoologia/sanguessugas.htm. Acesso em: 22 fev. 2015.

DICIONÁRIO DE SIGNIFICADOS. Antropometria. **Significados**, 2011. Disponível em: https://www.significados.com.br/antropometria/. Acesso em: 22 fev. 2015.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020a. Disponível em: http://www.priberam.pt/dlpo/chave. Acesso em: 21 out. 2013.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020b. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/alma. Acesso em: 21 out. 2013.

DIREITO NET. **Emolumentos**. Disponível em: https://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/997/Emolumentos#:~:text=Emolumentos%20s%C3%A3o%20taxas%20remunerat%C3%B3rias%20de,%C2%A72%C2%BA%2C%20ambos%20da%20CF. Acesso em: 22 ago. 2015.

DIWAN, Pietra. A árvore sem história: repensando a eugenia e suas estratégias de controle. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – PODERES E REPRESENTAÇÕES, 16., 2002, **Anais [...]**. Unesp – Franca, 2002. v. único. p. 125-125. Disponível em: https://umhistoriador.wordpress.com/tag/eugenia/. Acesso em: 22 fev. 2015.

_____. **Raça Pura.** Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Controvérsias evolucionistas no Brasil do século XIX. In: **A recepção do evolucionismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p. 97-123. Disponível em: http://books.scielo.org/id/txcs6/pdf/domingues-9788575414965-06.pdf. Acesso em: 21 jun. 2013.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **O (des)conceito de homem na leitura do espaço-tempo postulado na geografia humana** – os enigmas de uma geografia humana sem homens. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2015.

EAGLETON, Terry. **Ideologia.** Uma introdução. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista; Boitempo, 1997.

EDUCA. **D. João VI cria a 'Imprensa Régia' no Rio de Janeiro**. 13 maio 1808. Disponível em: http://www.oieduca.com.br/biblioteca/que-dia-e-hoje/d-joao-vi-cria-a-'imprensa-regia'-no-rio-de-janeiro.html?sniveleduca=efaf. Acesso em: 23 jan. 2016.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador:** formação do estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. v. 2.

_____. Sociologia do conhecimento. Novas perspectivas. **Revista Sociologia, Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/se/v23n3/a02v23n3.pdf. Acesso em: 07 set. 2014.

_____. **O processo civilizador:** uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011. v. 1.

ELSIRIK, Marisa Faermann; TREVISAN, Juliano Fontana. A Invenção do ressentimento no século XIX e os desafios da psicologia social no século XXI, **Psicologia, Ciência e Profissão.** Rio Grande do Sul, v. 28, n. 1, p.1-17, 2008.

ENGELS, Friederich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem

[1876]. In: ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, s.d., v. II.

ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930).** ISBN 978-85-85239-91-6. Disponível em: http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escirba.htm. Acesso em: 05 jul. 2014.

EVANS, Richard J. Junkers, Bismarck, Exército e a Sociedade. **Café no front**., 2018. Disponível em: https://cafenofront.wordpress.com/2018/12/07/junkers-bismarck-exercito-e-a-sociedade/. Acesso em: 6 jun. 2019.

FERNANDES, Florestam. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaios de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: Globo, 1976.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo; EDUARDO, Anna Rachel Baracho; DANTAS, Ana Caroline de Carvalho Lopes. Geografias e topografias médicas: os primeiros estudos ambientais da cidade concreta. **Investigaciones Geográficas,** México, n. 52, p. 83-98, 2003. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0188461120030003000006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2016.

FERREIRA, Vítor Sérgio. Resgates sociológicos do corpo. Esboço de um percurso conceptual. **Análise Social,** v. 208, n. XLVIII (3.º), 2013. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_208_a01.pdf. Acesso em: 21 out. 2014.

FIGUEIREDO, Adma Hamam. Formação territorial. Uma visão geográfica acerca da questão ambiental. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, jul./set. 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884_cap1.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da; SILVA, Sílvio Carlos Bandeira de Mello e. A produção do subúrbio ferroviário de Salvador: os exemplos de Paripe e Periperi. **Veracidade,** Salvador, v. 4, n. 2, p. 67-80, 1992.

FORTUNA, Cristina Maria Mascarenhas. **Memórias Históricas da Faculdade de Medicina da Bahia.** 1916-1923 / 1925-1941. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24837/4/Anexo%201.pdf. Acesso em: 22 set. 2014.

FRAZER, James George. O escopo da antropologia social. In: **Evolucionismo cultural:** textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano.** 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1968.

FUGANTI, Luiz. **Aula 12 – O Tempo Aiônico.** 2016. Disponível em: http://escolanomade.org/2016/03/07/aula-12-o-tempo-aionico/#:~:text=O%20tempo%20ai%C3%B4nico%20%C3%A9%20um,o%20nosso%20dentro%20do%20fora. Acesso em: 15 ago. 2015.

GALTON, Francis. **Hereditary genius.** An inquiry into its laws and consequences. Londres: Macmillan and CO, 1892.

GAY, Peter. **Voltaire:** Voltaire e o iluminismo. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

GOBINEAU, Joseph Arthur de. **Essai sur l'inégalité des races humaines.** Paris: Pierre Belfond, 1853.

GODINHO FILHO, Ângelo de Lima. Influência da prostituição sobre a sociedade actual, 1909. 43 p. **Monografia** (Monografia de Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia. 1909.

GOMES, Eustáquio. País tem história universitária tardia. **Jornal da UNICAMP,** Campinas, 23 a 29 set. de 2002. Disponível em:<https://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2002/unihoje_ju191pag7a.htm#:~:text=Criada%20em%201538%2C%20a%20Universidade,)%20e%20Santiago%20(1738).>. Acesso em: 25 ago. 2015.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIA GEOGRÁFICO - Salvador Antiga. **Postal colorizado J. Mello, circulado em 1911**. Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/vitoria/casaroes-vitoria.htm. Acesso em: 22 ago. 2015.

_____. - Bahia. **Centro histórico**. Disponível em: http://www.bahia-turismo.com/salvador/centro-historico/santa-casa.htm. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. - Salvador Antiga. **Postal de Joaquim Ribeiro no início do século XX**. Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/vitoria/sete-setembro.htm. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. - Salvador Antiga. **Postal Lytho Tipographia Almeida**. Disponível em: http://www.salvador-antiga.com/vitoria/antigas.htm. Acesso em: 25 ago. 2015.

HAECKEL. **Generalle morphologie**. 1866.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Campinas: Centauro, 2003.

_____. **Los marcos sociales de la memória.** Barcelona: Antrophos, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **O novo imperialismo.** Ipiranga, São Paulo: Loyola Jesuítas, 2004.

HEGEL, Friederich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HOBBES, Thomas. **O leviatã**. Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, 2004. (Coleção Os pensadores).

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O espírito e as letras:** estudos de crítica literária. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JEDLOWSKI. **Como conhecemos o passado**. 1998.

JEDLOWSKI, Paolo. Memorias. Temas e problemas da sociologia da memória do século XX**. Pró-Posições.** v. 14, n. 1, p. 217-234, 2003. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/2187/40-traducao-jkedlowskip.pdf. Acesso em: 18 ago. 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História & Memória.** 7. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2013.

_____. **A Idade Média e o dinheiro**: ensaio de antropologia histórica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LECUYER, Bernard. L'hygiène en France avant Pasteur (1750-1850). In: SALOMON-BAYET, Claire (org.). **Pasteur et la révolution pastorienne.** Paris: Payot, 1986.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Anthropos, 2006.

LEITE, Geraldo. Luís Anselmo da Fonseca. **Médicos Ilustres da Bahia e de Sergipe**, 2011a. Disponível em: http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/245-luiz-anselmo-da-fonseca.html. Acesso em: 02 fev. 2015.

LEITE, Geraldo. João Baptista dos Anjos. **Médicos Ilustres da Bahia e de Sergipe**, 2011b. Disponível em: http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/224-joao-baptista-dos-anjos.html. Acesso em: 02 fev. 2015.

LEITE, Geraldo. Josino Correia Cotias. **Médicos Ilustres da Bahia e de Sergipe**, 2011c. Disponível em: http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/224-josino-correia-cotias.html. Acesso em: 02 fev. 2015.

LEITE, Geraldo. José Correia Picanço. **Médicos Ilustres da Bahia e de Sergipe**, 2011d. Disponível em: http://medicosilustresdabahia.blogspot.com/2011/02/224-josino-correia-cotias.html. Acesso em: 02 fev. 2015.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (ed.). **Raça, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: FCBB; Fiocruz, 1996. p. 23- 40.

LINEU, Carlos. **Philosophia botânica**. Estocolmo: Cum Privilegio, 1751

LOBO, Francisco Bruno. **O ensino da medicina no Rio de Janeiro.** 1. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os pensadores).

LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente.** 2. ed. São Paulo: Ícone, 1876.

LÖWY, Michael. **Ideologia e ciência social.** Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUZ, Madel Terezinha. **As instituições médicas no Brasil.** Instituição e estratégia de hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LUZ, Madel Terezinha. **Medicina e ordem política brasileira.** Políticas e instituições de saúde (1850 – 1930). 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACEDO. **O domínio do cinema no lazer**. 1999.

MACHADO, Roberto. et al. **Danação da norma.** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 1, n. 28, p. 99-105, 2007. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5026/art07_28.pdf. Acesso em: 8 set. 2015.

_____. História, Memória e Geração: remissão inicial a uma discussão política educacional. **Revista HISTEDBR Online,** Campinas, v. 14, n. 55, p. 94-103, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640463/8022. Acesso em: 8 set. 2015.

_____. História, Memória e a Educação: relações consensuais e contraditórias. **Revista HISTEDBR Online,** Campinas, v. 16, n. 67, p. 165-174, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/tania/Downloads/8646116-Texto%20do%20artigo-19580-1-10-20160701.pdf. Acesso em: 17 ago. 2014.

MALERBA, Jurandir. **A côrte no exílio.** Civilização e poder no Brasil às vésperas da independência (1808 a 1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/td/1589.pdf. Acesso em: 27 jan. 2016.

MARTINS, Lílian Al-Chueyr Pereira; MARTINS, Roberto de Andrade. A metodologia de Lamarck. **Revista Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 19, n. 11, p. 115-140, 1996. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/trans/v19/v19a08.pdf. Acesso em: 9 set. 2014.

MARX, Karl. **O capital**: o processo de produção do capital. Livro 1, Vol II. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Manuscritos econômicos –** filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã:** Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Escala, 2009.

MASTROMAURO, Giovana Carla. **Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica:** instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300472386_ARQUIVO_Mastromauro.pdf. Acesso em: 27 set. 2014.

MATTOSO, Kátia Queiroz. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988.

MEIRELLES, Nevolanda Sampaio; et al. Teses Doutorais de Titulados pela Faculdade de Medicina da Bahia, de 1840 a 1928. **Gazeta Médica da Bahia,** Jan./Jun. 2004. Disponível em: http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/373/362. Acesso em: 2 maio 2014.

MELDAU, Débora Carvalho. Doença de Dupuytren. **Infoescola**, 2009. Disponível em: https://www.infoescola.com/doencas/doenca-de-dupuytren/. Acesso em: 25 jan. 2016.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social.** Ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **O poder da ideologia.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIORANZA, Ciro. Apresentação. Prefácio. In: COMTE, Augusto. **Comte:** reorganizar a sociedade. São Paulo: Escala, 2007. p. 7- 8.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**: subsídios para a história da Educação no Brasil – 1823-1853. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 2002.

MONIZ, Jorge Botelho. As teorias da secularização e da individualização em análise comparada. **Estudos de Religião,** v. 31, n. 2, p. 3-33, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/tania/Downloads/DialnetAsTeoriasDaSecularizacaoEDaIndividualizacaoEmAnali-6342665.pdf. Acesso em: 7 fev. 2017.

MONTESANTI, Júlia de Almeida Costa. **Teoria da recapitulação**. 2006. Disponível em: https://www.infoescola.com/biologia/teoria-da-recapitulacao/. Acesso em: 3 jun. 2015.

MONTESPERELLI, Paolo. **Sociología de la memoria**. 1 ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2004.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Geografia:** pequena história crítica. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MUMFORD, Louis. **A cidade na história:** suas origens, transformações e perspectivas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NARCISO, Anderson. **O movimento higienista em foco:** perspectivas do sanitarismo em Juiz de Fora na primeira república. 2012. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/24/1340674737_ARQUIVO_OMOVIMENTOHIGIENISTAEMFOCO.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

NARDI, Jean Baptiste. A (des)montagem da indústria brasileira do fumo (1808 – 1913) – Caso da Bahia. In: CONGRESSO DA ABPHE, 4.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 5., 2001. **Anais [...]**, São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores de História Econômica, 2001, p. 1-19.

NASCIMENTO, Alfredo. **O centenário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, 1829-1929**. Primórdios e evolução da medicina no Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

NINA RODRIGUES, Raymundo. **As raças humanas e a responsabilidade penal**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 1894.

_____. **O animismo fetichista dos negros baianos**. 1900.

_____. **O animismo fetichista dos negros bahianos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1906.

_____. **Os africanos no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Nacional, Ed. Universidade de Brasília, [1932] 1982.

_____. **As coletividades anormais**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1939] 2006.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história.** São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2008.

OLIVEIRA FILHO, Astolfo. Estudo Metódico do Pentateuco Kardequiano. O Consolador. **Revista Semanal de Divulgação Espírita**, 2014. Disponível em: http://www.oconsolador.com.br/ano8/362/empk.html. Acesso em: 16 fev. 2015.

OLIVEIRA, Erick Nilson da Costa. A economia do algodão no nordeste brasileiro. In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTORIA; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTORIA DA ANPUH / SERGIPE, 6., 2018, Aracaju / Sergipe. **Anais [...],** ANPUH 2018, p. 1-18.

OLIVEIRA, Márcio Pinõn de. A indústria elétrica no Brasil no início do século XX: a Companhia Brasileira de Energia Elétrica e a atuação do Grupo Guinle & Cia na produção do urbano e suas redes técnicas. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL GLOBALIZACIÓN, INNOVACIÓN E CONSTRUCCIÓN DE REDES TÉCNICAS URBANAS EM AMÉRICA Y EUROPA 1890 – 1930, 2012. **Anais [...]**. Barcelona, 2012, v. 1, n. 1, p. 1- 26. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cMOliveira_Aindustria.pdf. Acesso em: 12 ago. 2014.

PAISANO, Bruno. O assunto negro — racismo e "racismo reverso". **Medium**, 21 jan. 2016.

Disponível em: https://medium.com/@brunopaisano/o-assunto-negro-racismo-e-racismo-reverso-8f56258b0174. Acesso em: 22 fev. 2016.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas. Pontes, 1997.

PEREIRA, Antônio Pacífico. **Memória sobre a medicina na Bahia; elaborada para o centenário da Independência da Bahia – 1823-1923.** Bahia: Imp. Oficial do Estado, 1923.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. **Universidade no contexto da América Latina**: 90 anos da reforma de Córdoba e 40 anos da reforma universitária brasileira. 2008. Disponível em: file:///C:/Users/tania/Downloads/18352-65621-1-PB.pdf. Acesso em: 25 ago. 2015.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** São Paulo, v. 11, n. 3, p. 490-496, setembro de 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2020.

PINHEIRO, Délio José Ferraz; SILVA, Maria Auxiliadora da. A escrita das cidades. **Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente**, Londrina, v. 30, n. 3, p. 1-11, 2005.

PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

PROENÇA, Aprígio Ramos. Ensaio de estatística médica da cidade de São Salvador da cidade da Bahia, capital da província da Bahia. 1852. 87p. **Monografia** (Monografia de Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1852.

QUEIROZ, Marcos de Souza. O paradigma mecanicista da medicina ocidental moderna: uma perspectiva antropológica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v, 20, n. 4, p. 309-317, 1986. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/16644/1/S0034-89101986000400007.pdf. Acesso em: 16 fev. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friederich. **Raum und zeit in geographie und geologie**. 1907.

_____. **Politische Geographie**. München: Otto Zeller Verlag. Osnabrück, 1974.

_____. **La Géographie Politique:** Les concepts fondamentaux. Paris: Libraire Arthème Fayard, 1987.

REBOLLO, Regina Andres. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 45-82, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/ss/v4n1/v4n1a02.pdf. Acesso em: 16 fev. 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório. Etapas da evolução sociocultural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Raquel Alexandra Oliveira da Silva. **Romantismo**. Contextualização histórica e das artes. 2010. Dissertação (Mestrado em Música) - Escola Superior de Artes Aplicadas, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Idanha a Nova, Portugal, 2010.

RICOTTA, Lúcia. **Natureza em Alexander Von Humboldt**: entre a ontologia e o empirismo. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

ROMERO, Sílvio. **Galapago, el Caiman y otros cuentos populares brasileños.** Madrid/Espanha: Jose Olañeta Editor, 1890.

ROUSSEAU, **Discours sur les sciences et les arts.** Paris: Gallimard, Bibliotèque de la Pléiade. 1964. Tome III.

SAMPAIO, Antônio Joaquim de. **Da inconveniência da liberdade illimitada no exercício da prostituição**. 1912. 55p. Monografia (Monografia) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1912.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **50 anos de urbanização:** Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005.

SAMPAIO, Deodoro Alvares. **Alguns traços da nossa população sob o ponto de vista hygiênico e evolucionista**. 1899.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. **Uma contribuição à história dos transportes no Brasil:** a Companhia Bahiana de Navegação a Vapor (1839 – 1894). 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAMPAIO, Sebastião A. P. Cancro venéreo simples: diagnóstico e tratamento. **Revista de Medicina**, p. 319-323, jun. 1946. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/revistadc/article/viewFile/46993/50720. Acesso em: 25 jan. 2016.

SANDOICA, Helena Hernandez. A propósito del retorno del historicismo. Consideraciones sobre la historiografía actual. **Cuadernos de Historia Contemporánea.** v. I, n. extraordinario, p. 17-24, 2003. Disponível em: file:///C:/Users/tania/Downloads/A_proposito_del_retorno_del_historicismo.pdf. Acesso em: 13 jan. 2015.

SANDOICA, Helena Hernandez. La biografia, entre el valor ejemplar e la experiência vivida. **Asclepio.** v LVII, n. I, p. 23-41, 2005. Disponível em: file:///C:/Users/tania/AppData/Local/Temp/27-27-1-P. Acesso em: 15 ago. 2015.

SANDOVAL, Ovídio Rocha Barros. O juramento de Hipócrates. RÃO, Vicente (org.). **O direito e a vida dos direitos.** São Paulo: RT, 1991.

SANTANA, Ângela Cristina Salgado de. **Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa; 1862 – 1934**. 2008. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTANA, Paula Maria Rezende Souza. 2013. In: CONCRETO EM CURVA. **Igreja e**

convento de São Francisco da Bahia. 25 jan. 2017. Disponível em: https://concretoemcurva.com/2017/01/25/igreja-e-convento-de-sao-francisco-da-bahia/. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTIAGO, João Phelipe. **Espaço geográfico e geografia do estado em Friedrich Ratzel**. Vitória da Conquista: Ed. UESB, 2013.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. História geral da medicina brasileira. **Revista da SBHC,** n. 7, p. 77-80, 1982.

SANTOS, Ângelo de Lima Godinho. **Influência da prostituição sobre a sociedade actual.** 1909. Monografia (Graduação em *Sciências* Médico Cirúrgicas) – Curso de Medicina, Faculdade de Medicina da Bahia, 1909.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5, 1982, **Anais [.]** Porto Alegre: AGB, p. 1-12, 1982.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, María Laura. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **O centro da cidade do Salvador**: estudo de geografia urbana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo e EDUFBA, 2008.

SANTOS, Míriam Sepúlveda. **Memória Coletiva & Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SANTURIAN, Alexandre. **Mapa das estações do trem suburbano de Salvador em 1992**. 24 fev. 1992. Disponível em: http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Bahia/suburbios/Trem-Suburbano-Salvador-1992-mapa.shtml. Acesso em: 27 set. 2014.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930). 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA. **Tratado sobre a tolerância**. 1763.

SILVEIRA, João Carlos Balthasar da. Influência dos climas sobre a intelligência humana. **Monografia.** Salvador: Typhographia Commercial / Faculdade de Medicina da Bahia, 1874.

SILVEIRA, Roberison Wittgenstein Dias. O gênio ródio de Alexander Von Humboldt. **Revista Sociedade & Natureza,** Uberlândia, n. 27, v.1, p. 7-20, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/sn/v27n1/0103-1570-sn-27-1-0007.pdf. Acesso em: 2 fev. 2016.

SMITH, Adam. The **Theory of Moral Sentiments.** Glasgow: A. Millar, in the Strand and A.

Kincaid and J. Bell, 1759.

SOARES, Deodoro Alvares. Alguns traços da população sob o ponto de vista hygiènico e evolucionista. 1899. 83 p. **Monografia** (Monografia de Medicina) – Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1899.

SOUSA, Priscila Susan Miranda de. **As parteiras e os médicos**: a inserção do gênero masculino numa realidade feminina. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau:** as ciências contra o Brasil mestiço. 2008. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3993/2/000035.pdf. Acesso em: 28 fev. 2014.

TEIXEIRA, Cid. **Bahia em tempo da província**. Salvador: Fundação Cultural, 1985.

TEIXEIRA, Rodolfo. **Memórias Históricas da Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus.** Salvador: EDUFBA, 2001.

TORREÃO SÁ, Tânia Regina Braga. Códigos de posturas municipais como instrumentos normativos da produção de novas lógicas territoriais: estudo de caso do centro histórico de Salvador. **Revista Percurso**, v. 15, n. 2, 2010.

VAN HOLTHE, Jan Maurício Oliveira. **Quintais urbanos de Salvador**: realidades, usos e vivências no século XIX. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

VENÂNCIO, Ana Teresa. A construção social da pessoa e a psiquiatria. Do alienismo à "nova psiquiatria". **PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 117-135, 1993. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/physis/v3n2/05.pdf. Acesso em: 17 jun. 2015.

VISÃO CIDADE. **História da fábrica têxtil São Braz**. 28 jul. 2019. Disponível em: http://visaocidade.com.br/2019/07/historia-da-fabrica-textil-sao-braz.html. Acesso em: 17 jun. 2015.

VITTE, Antônio Carlos. As influências da filosofia natural e da naturphilosophie na constituição do darwinismo: elementos para uma filosofia da geografia física moderna. **Boletim Goiano de Geografia,** Goiânia, v. 29 n. 1 p. 13-32, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/DialnetAsInfluenciasDaFilosofiaNaturalEDaNaturphilosophie-4785625.pdf. Acessado em: 02 fev. 2013.

VOLTAIRE, François Marie Arouet. **Tratado sobre a Tolerância**. São Paulo: Edipro, 2017.

VON HUMBOLDT, Alexander. **Kosmos.** Berlim: Wentworth Press, 1945.

WIKIPEDIA. **Eugenia**. A logomarca do programa de eugenia na II Conferência Internacional de Eugenia (1921). Disponível em: https://pt.org/wiki/Eugenia. Acesso em: 22 fev. 2016.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo & Escravidão.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZEPEDA, José de Jesús Legorreta. Secularização ou ressacralização? O debate sociológico contemporâneo sobre a teoria da secularização. Tradução de Paula Carpenter. **RBCS**, v. 25, n. 73, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v25n73/v25n73a08.pdf. Acesso em: 22 jan. 2016.